

ALCÂNTARA

DO MESMO AUTOR:

VERSO

- Recordações para a Velhice* (1908).
- Dôr que mata!* (1909).
- Ditosa Pátria* (1917).
- Rescaldo* (1926).

PROSA

- Impressões da Guerra* (1918).
- Em serviço da Cruz Vermelha* (1919).
- Albino Forjaz de Sampaio* (Esboço bio-bibliográfico) (1919).
- Uma viagem à America do Sul* (1920).
- Santa Religião* (2.ª edição) (1920).
- Fogos Fatuos* (1923).
- No rastro das Águias* (1924).
- Sobre as ondas do mar* (1924).
- Homens do meu tempo* (1924).
- Curiosidades Bibliográficas* (1925).
- O Livro de João Franco sobre El-Rei D. Carlos* (2.ª edição) (1925).
- Os Pavochos de Mafra de 1770 a 1925* (1925).
- MAFRA—Historia, biographia e notas* (1926).
- Por terras do Norte* (1926).
- O Padre João Lucio* (Romance) (1926).
- Loas e Círios no Concelho de Mafra* (1926).
- Os «Margalhões» da Censura* (Conferencia) (1926).
- A Questão Leonardo Coimbra* (1927).
- O Fim do Mundo no Anno 2000* (1927).
- Por terras do Norte e do Sul* (1928).
- Alcacer-Kivri!* (1928).
- O Juiz* (Conferencia) (1928).
- Pedras Salgadas* (1928).
- 2.º volume de Poetas Portuguezes* (1929).

CAMILIANA

- A Campanha da Lapide* (1917).
- Terra Luz* (1917).
- Camillo Castello Branco e as Quadrilhas Nacionaes* (1917).
- Entre Gigantes* (2.ª edição) (1917).
- Camillo Castello Branco e Silva Pinto* (1918).
- A casa de Camilo* (1921).
- Azeite escaldado* (1925).

JOÃO PAULO FREIRE (MÁRIO)

ALCÂNTARA

APONTAMENTOS
PARA UMA MONOGRAFIA



N. 103033



COIMBRA
IMPRESA DA UNIVERSIDADE
1929



CÀS MINHAS FILHAS

Maria Judith e Maria de Lourdes

*Para quem são tôdas as minhas horas de
preocupação e de trabalho — Anjos bons
da minha vida a ampararem-me nos
duros desânimos das horas más.*

A FINGIR DE PRÓLOGO...

A TRAVÉS de mil canseiras e rebuscas foi feito este livro, e só lhe não apreciarão o trabalho os que nunca passaram pelas dificuldades de tais obras. O seu valor não reside na erudição, mas na paciência com que o autor foi carreando apontamentos, desanimado hoje, cheio de fé amanhã, sempre persistente na realização duma coordenação de coisas ignoradas ou já esquecidas, que, dispersas, eram de difficilima leitura, e, reunidas, são de fácil consulta.

Evidentemente, num trabalho monográfico não há, por via de regra, coisas novas. Mas se eu gastei quinze anos a reunir apontamentos, a consultar calhamações, a ouvir pessoas entendidas no assunto, o leitor, ao ter tudo isso reunido em volume, ganhou pelo menos os quinze anos que eu gastei nas buscas e rebuscas da matéria coordenada, com a vantagem de, para ter conhecimento de tudo isso, não necessitar possuir as dezenas de livros que foram consultados.

Infelizmente estes trabalhos não dão proveito material nem editor fácil. Tem o pobre escrevinhador de velharias de andar depois, por via de regra, de chapéu na mão, oh! tio, oh! tio, quem me põe isto na rua?! E todas as portas se lhe

fecham com a desculpa sabida e certa de que apenas meia dúzia de maníacos se preocupam com estas ninharias e não vale a pena editá-las para os festins pantagruélicos das traças e dos ratos, nos prolongados silêncios dos armazéns.

A gente, às vezes, zanga-se, mas o editor tem razão. O editor não é um sacerdote, é um comerciante. Se, o livro que lhe oferecem, é vendável, compra-o; se lhe cheira a mono, foge dele como o diabo da cruz.

Para estas situações e para estes livros, ajudando o Estado, é que as câmaras municipais deviam ter uma verba especial de editoração, até mesmo com prémios pecuniários aos escritores que apresentassem obra regional digna de especial recompensa. Há ainda em Portugal monumentos históricos que não têm uma simples nótula descritiva a auxiliar a visita do estudioso ou do touriste. E vai a gente lá fora, à França, à Itália, à Suíça e à Alemanha, e não há recanto de vale ou cocuruto de montanha que nos não ofereça a sua descrição minuciosa. Entre nós, se exceptuarmos o Buçaco e a Estrêla, o que há aí que se leia sobre a freirática serra de Ossa; as belezas paradisíacas do Caramulo, excepção à parte da propaganda patriótica de José Júlio César; sobre Santa Luzia de Viana do Castelo, mimo de formosura e graça; ou sobre Monchique, de afamadas termas? Pouco menos de nada!

Ainda agora a França nos deu o exemplo, com as suas pequenas monografias da guerra, atraindo os touristes de todo o mundo aos pontos sangrentos do grande conflito. Perguntem a um português o que há sobre as batalhas da Restauração ou sobre as lutas das invasões napoleónicas em

reclamo das regiões onde esses conflitos se resolveram com vantagem e com orgulho para o País...

* * *

As pequeninas e curiosissimas publicações da « Propaganda de Portugal », cuja tiragem devia ter sido de milhares, para distribuição gratuita, estão esgotadas. As grandes monografias, esgotadas igualmente, custam-nos os olhos da cara. A Lisboa Antiga, de Castilho, ainda não há muito andava por quatro mil escudos, e, mesmo agora, quando adrega de aparecer no balcão do livreiro, ou na praça dum leilão, não se tira por menos de mil a mil e duzentos escudos. O Paço da Pena, do Conde de Sabugosa, anda por aí a cem e a cento e cinquenta escudos. E livros saídos outro dia, como a Lisboa Velha e a Iconographia Eborense, têm elevadissimos preços de capa, que a bolsa dos que estudam e dos que lêem não comporta. Que se fizessem edições de luxo para os amadores ricos, bem estava. Mas que, de livros assim, educativos e úteis, as câmaras municipais auxiliassem o Estado na publicação das necessárias edições populares, melhor seria.

* * *

Bem sabemos que em Espanha, por exemplo, o livro custa muito mais caro do que em Portugal, mas isso não destrói em nada as nossas afirmações.

O que nós precisamos não esquecer nunca é que festas, banquetes, exposições, passam, e os livros ficam. O que nos resta

hoje dos cinquenta mil contos que o Estado gastou com a Exposição do Rio de Janeiro? A má recordação de alguns aborrecimentos de tômo. E no entanto do facto que se comemorava alguma coisa de grande e de belo e de eternamente rememorativo ficou — a História da Colonização Portuguesa no Brasil, três volumes primorosos que a vontade, o patriotismo e o dinheiro desse grande português que é Sousa Cruz fêz surgir para a glorificação máxima do esforço português, nas terras de além-Atlântico.

Desgraçadamente, estes exemplos ficam mas não frutificam. E é preciso que frutifiquem, para que não continuemos na mesma persistente e vil tristeza do ramerrão em que temos vivido, chicanando política, na exploração do dia de hoje, sem nunca alevantarmos os olhos ao alto para a luz do dia de amanhã.

* * *

Emfim, está feito o livro, e ao traçar estas linhas nem eu mesmo saberia quantos meses, quantos anos, éle estaria no fundo da gaveta esperando vez, se a Imprensa da nossa Universidade de Coimbra não olhasse por estes originaes e os não fôsse, sob a orientação patriótica, inteligente e nacional do Dr. Joaquim de Carvalho, dando à estampa, no benemerito intuito, em muito realizado, de difundir o nosso patrimonio intelectual e artistico. Não que eu quisesse por éle dinheiro de contado, mas certamente pela dificuldade de encontrar um editor generoso que se arriscasse a fazer sair uma obra que, empatando-lhe alguns milhares de escudos, lhe não daria lucro recompensante.

Neste nosso século e nesta nossa sociedade, putrefacta até à medula, d'Éles e d'Elas, uns com calças que têm em cada perna a largura da barriga do Chaby, e uns casaquinhos curtos como almantrichas de burro saloio; e outras com as pernas à mostra até mostrarem as rendinhas das calças, o que se vende a valer, em Portugal e lá fora, que o mal é geral, não são os livros de estudo e de trabalho, de educação e de ensino, mas A mulher que não quer ter filhos e O que o primo fez à prima.

Claro, atravessamos uma safada época de transição em que o mundo anda às turras, como um naufrago a quem faltou o pé e que não viu ainda bóia a que se agarre. Simplesmente, enquanto lá fora ou se é por Mussolini ou por Lenine — pela ditadura ou pelos soviets — nós cá dentro usamos por vezes uma mascarada chéché, com muitos guisos para espantar os pardais e um pouco de zarcão para dar heroísmo e força.

Mas isto há-de passar. A reacção há-de produzir-se. Havemos de voltar aos tempos do bom senso e do bom gosto... porque não podemos ir todos para o fundo.

E não iremos. Tenho uma irresistível confiança nas nossas virtudes, adormecidas embora, mas que foram sempre apanágio e brio do nosso povo e das nossas élites, mesmo nas horas mais calamitosas. E embora a hora presente já vá parecendo uma hora demasiado longa e fúnebre e entenebrecida de agónias, o sol claro e fecundo não tardará a surgir, espantando os morcegos, fecundando as flores e sazonando os frutos.

Bemvinda seja ela! E que todos os portugueses se compe-netrem então desta verdade salutar e benéfica — a de que, sem

instrução e sem educação, um povo não é feliz nem livre, e de que o princípio da escravidão só é possível efectivar-se nas trevas do A B C.

* * *

Parece afinal que temos tudo por fazer. Tudo! Ora se pensarmos bem só nos falta disciplinar os costumes e metodiçar a vontade. A matéria-prima abunda. Somos um país dos mais ricos do mundo, embora os parvos proclamem o contrário, e no capítulo da nossa produção mental temos tão bom como o que lá fora se nos oferece como óptimo.

Atravessamos uma crise geral. Melhor: somos apenas o reflexo duma crise geral do mundo: — na educação, no ensino, no trabalho, na produção, no comércio, na indústria e na agricultura. Desta crise geral é vítima o livro. A vítima maior? Sem dúvida. Mas não por culpa do Estado, e sim por culpa das élites, por culpa dos que mandam, por culpa de nós todos!

Seleccionemos cabeças com miolos e não miolos de alhos chochos; valorizemos as élites, escolhamos os que devem mandar e tudo terá remédio.

Até lá tenhamos paciência, e todos nós, os que temos por enxada uma pena, não nos esqueçamos de que na primeira fila dos culpados estamos nós outros — pelo livro e pelo jornal — não tendo orientado os nossos esforços como guias, como condutores, mas apenas como exploradores de tôdas as doentias sensibilidades da massa, olhando mais à venda da mercadoria exposta do que ao seu valor intrínseco.

Nos últimos cinquenta anos a missão dos que escrevem tem

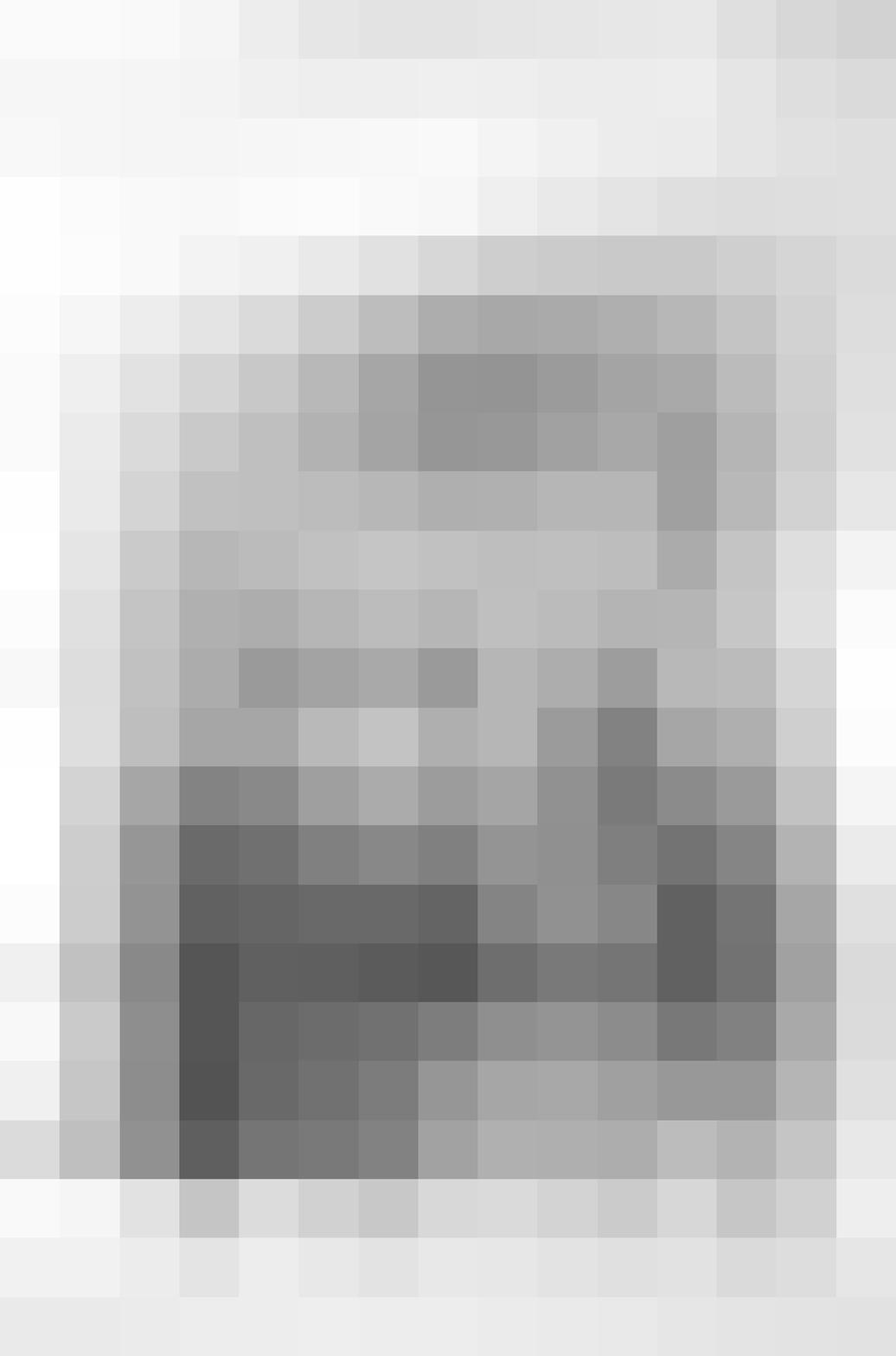
sido em Portugal baralhar e intrigar — raras excepções à parte —, numa loucura e numa vesânia que atinge por vezes o máximo grau do crime, sem nos lembrarmos de que, com este formidável espalhar de ventanias, havíamos de provocar um temeroso vendaval.

E fecho o prólogo. É possível que muita gente não perceba que relação possa ter o que fica escrito com aquilo que se vai seguir.

Para esses reste-lhes a certeza de que o prólogo acabou. Para os outros, para os que lhe perceberem o sentido, historicamente oportuno, vão os meus agradecimentos pelo agradável prazer duma cavaqueira que, sendo inofensiva, porque não visou ninguém, pode ser útil, por focar, com rigorosa justiça, os males que nos afligem ao dobrarmos este primeiro quartel do século xx.

*Lisboa, nas vésperas da Primavera
de 1928.*

MÁRIO.



CAPÍTULO I

A Calçada da Tapada

Há muitos anos que vivo em Lisboa, e já adorava Lisboa, antes mesmo de a ter conhecido. Foi o meu primeiro sonho doirado, a minha aspiração suprema de criança ansiosa de ver mundo! Quando alguém da minha aldeia vinha aqui e eu o sabia, ficava-me horas e horas a pensar no que seria, como seria, e onde ficaria Lisboa — essa cidade muito grande de que meu avô me falava com visível entusiasmo. Êle conhecia as províncias tôdas de Portugal, e de tôdas essas terras me contava histórias, me ennumerava factos, me descrevia monumentos. Mas era de Lisboa que me falava mais repetidas vezes e a que se referia sempre com um não sei quê de especial admiração que me tocava até ao intimo da alma.

Aos oito anos vim pela primeira vez à cidade. Que entusiasmo! Que alegria! Que loucura! E, coincidência notável! foi no Bairro de Alcântara, na rua da Indústria, a dois passos da casa onde alinhavo estas linhas, que me hospedei. E foi Alcântara a parte de Lisboa que conheci primeiro, que percorri primeiro, que me habituei a querer em primeiro lugar. Bem certo é o ditado: « não há amor como o primeiro »...

* * *

O Bairro de Alcântara (1)! Há aqui de tudo! Palácios de

(1) Por Alvará régio de 25 de Março de 1742 (Livro XVI de cons. e decr.

Reis e de Príncipes, monumentos e batalhas, paisagens e aventuras, como nenhum outro as possui, mais nobres, mais lindas, mais cavalheirêscas do que êle!

del-Rei D. João V, n. fls. 247) Lisboa tinha doze bairros e outras tantas freguesias e julgados (E. xiv-34 e seg.).

Alcântara que ainda o não era, pertencia ao *Bairro do Mocambo* que tinha as seguintes freguesias: Santos, Nossa Senhora da Ajuda, com os lugares de Alcântara e Belém; julgados de Barcarena, Algés e Oeiras.

E como quer que, exactamente como aconteceu ainda há pouco com o bairro novo de Campolide, a cidade se fôsse alargando ao sabôr de cada um, sem alinhamento, nem ordem, D. João V, pela lei de 3 de Dezembro de 1755 e pelos editais de 30 do mesmo mês e ano e de 10 de Fevereiro de 1756 (*lb.*, xvi—206 e 277) proibiu que novas edificações se fizessem enquanto não fôsse elaborada a planta da cidade. Nessa proibição estavam incluídos os terrenos « fóra das portas dos quartéis de Alcântara e do palácio e hospício de Nossa Senhora das Necessidades ».

É de notar que Luís Mendes de Vasconcelos, no *Do Sítio de Lisboa*, em 1608 já dava ao aglomerado da Lapa cinco mil casas.

A-pesar porém de tôdas as cautelas havidas, Alcântara ficou sempre defeituosa e torturada nos seus bôcos e travéssas. Ainda na sessão camarária de Março de 1869 se lê:

O sr. vereador Nunes apresentou a proposta seguinte:

« Senhores. — Requerendo á camara municipal de Lisboa o sr. Manuel José da Costa Pedrogão, em 20 de fevereiro ultimo, allegando ter arrematado em hasta publica umas casas em ruina, sitas na rua da Costa, n.º 134, districto da freguezia de S. Pedro em Alcântara, e pretendendo elle mandar alli edificar predio regular, acontece que, formando as ditas casas um praso com o n.º 123, foreiro á camara em 5\$380 réis annuaes com laudemio de quarentena, e estando proximo do dito praso um pequeno bocado de terreno que a ninguem pode aproveitar além do requerente, que o pretende adquirir, com o fim de regularisar aquella rua e dar o conveniente alinhamento ao seu predio, evitando um recanto, como se mostra na planta junta, e tendo-se procedido á respectiva vistoria em 26 de agôsto do anno passado, reconheceu-se n'esse acto ser de conveniêcia publica e particular a junção do mencionado terreno ao praso de que se trata, o qual terreno méde uma superficie de 78^m,40 quadrados que, sendo avaliados a 500 réis o metro, prefaz a totalidade de 39\$200 réis e o respectivo auto de vistoria, aqui junto, tambem declara. Por esta fórma se evita n'aquelle local um permanente fóco de infecção a que dá causa o mencionado recanto que serve unicamente para despejos de immundicia: — proponho, pelas rasões que deixo apontadas, que esta camara defira o

Ainda Lisboa se circunscrevia aos muros altos do Castelo, aferrolhada a sete chaves, e já Alcântara (a ponte) existia ligando as duas margens dum ribeiro, cujas terras então, en-

requerimento do sr. Manuel José da Costa Pedrogão concedendo-lhe a junção do citado praso ao terreno de que se trata, sem augmento de fóro, pagando com tudo por elle, ao cofre do municipio, a dita quantia de 300,200 réis; e finalmente que se peça ao ex.^{mo} conselho de districto a necessaria autorisação para que a camara possa levar a effeito a transacção de que se trata. — Em vereação, de 4 de março de 1869. — *José Carlos Nunes*».

Foi aprovada por unanimidade esta proposta, em vista dos seus fundamentos e para melhor regularizar o local indicado.

E dez anos depois, um pouco mais acima do local citado, o estado do alinhamento não era melhor como se vê do seguinte documento:

« Parecer n.º 541 — Senhores: — Tendo José d'Almeida Belem, em requerimento de 27 de setembro de 1878, pedido licença á camara municipal para fazer diversas obras nas casas abarracadas que possui no beco dos Contrabandistas n.ºs 2, 4, 6 e 11, freguezia de S. Pedro em Alcântara, resolveu a mesma camara que antes de se autorisarem as referidas obras se procedesse a vistoria ultim de se fixar o alinhamento que devem ter as ditas casas segundo o que preceitua o decreto com força de lei de 31 de dezembro de 1864.

« Os peritos declararam que convinha expropriar na totalidade a barraca n.º 11 e cortar parte das outras na conformidade do que se acha indicado na planta junta ao auto de vistoria, e tendo a ex.^{ma} camara approvado este auto em sessão de 13 de janeiro ultimo resolveu enviar-o á commissão de obras e melhoramentos afim de se prepararem os elementos necesarios para se levar a effeito a referida expropriação.

« No desempenho d'esta incumbencia a commissão convidou o proprietario a comparecer em uma das suas sessões e obteve a sua annuencia para que fosse feita amigavelmente a expropriação, pela quantia de 430,000 réis, em que a repartição technica avaliara a indemnisação devida.

« Nestas circumstancias é de parecer a commissão que se proceda effectivamente á expropriação de que se trata.

« Sala das sessões da commissão de obras e melhoramentos municipaes, 28 de abril de 1879. — O presidente, *José Gregorio da Rosa Araujo*. — Os vogaes, *Joaquim Maria Osorio, José Elias Garcia, José Carlos Nunes*. — Approvado ».

Em 1869, tão pobre era o sitio que o bairro já então existente foi extinto, tendo ficado na miséria o seu administrador. A este valeu-lhe a

sombradas e pitorêscas, deliciavam os olhos nostálgicos da moirama, nas tardes escaldantes do estio, ou nas ameníssimas manhãs de outono, quando recreativamente desciam à porta

Câmara na sessão de 3 de Março dêsse ano, em cuja acta há a seguinte passagem que transcrevo:

« Disse o sr. Albuquerque que, por officio de 30 de outubro do anno passado, do sr. governador civil, tinha este magistrado lembrado á camara o estado de pobreza a que ficou reduzido o ex-administrador do bairro d'Alcântara, sr. Pedro José da Silva Leitão, em consequencia de se extinguir aquelle bairro, sendo certo que este funcionario (talvez o mais antigo do reino na sua classe) se achava decrepito e impossibilitado de continuar a exercer as funcções de seu emprêgo; que, por estes motivos, se tornava digno da contemplação da Câmara, votando-lhe esta uma subvenção não só por attender ao que fica dito, mas aos relevantes e longos serviços por elle prestados, muitos dos quaes, por certo, redundaram em proveito do municipio; e finalmente attendendo à infeliz situação em que se acha no ultimo quartel de sua vida.

« Entrando este assumpto em discussão, concordaram os srs. vereadores no estado de pobreza, e quasi abandono, em que está um funcionario probo, muito intelligente e honradissimo; — que serviu o seu paiz em quanto pôde desempenhar as difíceis funcções do seu cargo e que, não sendo justo deixal-o perecer á mingua porque as actuaes leis administrativas lhe não dão direito á reforma, entendiam, elles srs. vereadores, que a Câmara lhe deveria votar uma pensão paga pelo cofre municipal para occorrer a tão triste situação a que se acha reduzido.

« Depois de outras muitas considerações, attendendo a Câmara aos seus escassissimos meios pecuniarios, votou por unanimidade que se conferisse uma pensão annual de 240\$000 rs. ao citado ex-administrador do bairro d'Alcântara, o sr. bacharel Pedro José da Silva Leitão ».

E já que de melhoramentos e aperfeiçoamentos se trata, vem a propósito registrar aqui os que a Alcântara se referem na sessão de 14 de Agosto de 1913:

« Pelo Sr. Ricardo Covões foi apresentada a seguinte proposta:

« Proponho que as repartições competentes informem com brevidade os seguintes pedidos feitos pela Junta de Paróquia de Alcântara: transformação da cortina do largo de Alcântara defronte do mercado; calçamento ou reparação da rua de Cascais defronte da fabrica Promitente, no trçoço entre a rua 24 de Julho e a estação do Caminho de Ferro de Alcântara-Mar; colocação de um marco fontenário na rua da Fábrica da Pólvora próximo à fábrica da Companhia Lisbonense de Estamparia de Alcântara; construção de um telheiro e de um bebedouro, na Praça das

de Alfôfa para subirem depois ao alto da Bôa Vista e alargarem o seu passeio até virem apanhar cá longe, a meio caminho de Alcântara, a velha casa senhorial, elegante e donairoza, assente sôbre as ribas altas, à beira rio, cercada de vinhas e de olivais e cujos alicerces vinham já do século quarto. Diz-se que nesta velha casa habitou, nos primórdios da nacionalidade, D. Afonso Henriques, e D. Sancho I a transformou em convento, para, mais tarde ainda, já em pleno século xv e quasi ao virar a fôlha para o século xvi, o tesoureiro e feitôr da Casa da Mina, Fernão Lourenço, a embelezar a seu talante e encher de confôrto, recortada de coruchéus e flamante de azulejos ricos, entre flores e arvoredos. Os que queriam enrijar melhor as pernas estendiam então os seus passeios, e vinham até Alcântara (a ponte), e subiam, pela Aziuhaga (desde o século xvii *Calçada da Tapada*), até ao alto do monte que os primeiros portuguezes denominariam de Santo Amaro.

* * *

Como vêem, a *Aziuhaga* que da *ponte* galgava a corta-mato até às terras altas da Ajuda (chamemos-lhe já assim) era tão velha como a própria *ponte*. Nasceu com ela. E se *Alcân-*

carroças em Alcântara-Mar; abertura de uma travessa na rua da Costa, ligando esta com a Rua das Cavalariças do Infante; expropriação de umas barracas da Companhia Fabril na rua da Cozinha Económica até ao Pátio do Paulino; colocação de um mictório de pequenas dimensões na rua das Fontainhas junto a uma pequena travessa que liga esta rua com a de Alcântara.

Posta à votação foi aprovada por unanimidade ».

As últimas quatro aspirações, a-pesar-de «aprovadas por unanimidade», ainda até hoje não passaram ao domínio das realizações.

Já agora, para fecho desta nota vejam-se e confrontem-se estes curiosíssimos dados estatísticos no seu aspecto religiôso:

	1887	1889	1909	1920
Batizados	451	462	770	280
Casamentos	107	105	185	50.

tara deu nome a um bairro, a *Calçada da Tapada* pode bem dar, com propriedade e com justeza, nome a êste primeiro capítulo que inicia a série de apontamentos monográficos que ao mesmo bairro respeitam.

Vai o leitôr encontrar aqui, no decurso da obra a que êste capítulo serve de humilde cancela de hortejo provinciano, referências a terras e a monumentos que pertencem a tôda a facha de terreno que vai do velho mosteiro de Santos à quinta dos Prazêres, das terras de Ana Gouveia de Vasconcelos (ao depois Quinta das Necessidades), à Junqueira e a Santo Amaro. ¿Quem ligou tudo isto antes que se fizesse, por alturas do século xv, a casa que em 1580 passava para Filipe de Espanha e que em 1662 abria as suas portas, como Palácio Real, a D. Afonso VI, que ali tomava, por conselho do Conde de Castelo Melhor, as rédeas do poder? A *Azinhaga*, que é hoje a *Calçada da Tapada*, e que nasceu primeiro que se fizesse a Rua de Alcântara, essa que havia de dar mais tarde nova serventia ao Palácio (?), ao Convento das Flamengas (1582), e ao Convento do Calvário (1600).

Pertence-lhe, pois, a primazia nas ligações àquém rio, corcovada e tortuosa como ainda hoje é, a demonstrar as dificuldades com que se abriam comunicações através das terras férteis da margem direita do Tejo, quási virgem de população e de edificios.

¿ Como se chamaria inicialmente êste esbôço de caminho?

Documento algum encontrei que me autorize a classificá-lo. Mas diziam-me há vinte anos alguns velhos de quási um século de tradições e de conhecimentos, que esta torcicolada artéria se denominava apenas a *Azinhaga da Ponte*, mais tarde *Azinhaga de Alcântara*. Assim deveria ter sido. É lógico que assim fôsse, visto que a sua nomenclatura de *Calçada da Tapada* não vai além do século xvii.

A Rua de Alcântara, que ligava à Rua de S. Joaquim, à Junqueira e ao Altinho, levou seus tempos a rasgar, e foi-se fazendo consoante se iam construindo ermidas e palácios.

Diz Raton que em 1724 a praia do Calvário era ainda

«hum sapal inutil», que se aproveitou para estabelecer, a custo, uma fábrica de louça. Esta, por não prosperar, transformou-se numa fábrica de vidros, que, por sinal, teve sorte igual e destino idêntico.

Quere dizer: antes do terramoto de 1755, Alcântara resumia-se a meia duzia de palácios e quintas de recreio, e a alguns conventos e capelas (1). Só o terramoto de 1755 obrigou o descongestionamento da cidade e a construção de novos bairros, entre êles o de Alcântara, — que o de Santo Amaro é quasi já dos nossos dias e conhecimento (2).

Da *Calçada da Tapada* posso, pois, abranger, em notas, possivelmente interessantes e curiosas, o alargamento do mais populoso e histórico agrupamento que hoje forma, com orgulho, a extrema ocidental da cidade, a começar em Santos-o-Velho, galgando a Buenos-Aires e à Quinta dos Prazeres, descendo à das Necessidades e ao Forte do Livramento, espraiando-se à beira da ponte, entre o rio, a Quinta da Horta Navia e a Fazenda dos Quartos de El-Rei, para tornar a subir, por detrás da realenga Quinta da Ninfa, ao Alto de Santo Amaro e à Ajuda, lobrigando cá em baixo, junto à

(1) O maior impulso no povoamento dos terrenos das duas margens da ribeira de Alcântara deram-no os quarenta anos do reinado de D. João V. A tal facto se referem a *História Genealógica e os Elementos para a História do Município*, xv-15.

(2) Acêrca da *Junqueira* diz-nos A. Lamas, que a morte infelizmente nos levou em plena actividade das suas investigações, que incidiam principalmente sôbre aquela parte da Lisboa antiga:

« Foi no principio do século xviii que o sítio começou a desenvolver-se, graças a um Alvará, datado de 15 de Janeiro de 1701, que o morgado João de Saldanha, que foi Presidente do Senado da Câmara de Lisboa, obteve de D. Pedro II, no qual o soberano lhe concedeu licença para aforar umas tantas braças de terreno à face da estrada, desde as Escadinhas de Santo Amaro até Belém, para se aumentarem os rendimentos do morgado e para utilidade do público. — Livro da Chancelaria de D. Pedro II ».

A *Rua da Junqueira*, por Artur Lamas (*Separata da Arqueologia e História*), Lisboa, 1922.

praia, os Palácios do Conde da Ponte, do Marquês de Angeja e o Paço Patriarcal, além de outros que ao depois se hão de mencionar, com o Forte da Junqueira, a servir-lhes a todos de sentinela.

A digressão é instrutiva e recreativa, e não se dirá que a *Calçada da Tapada*, como miradouro seguro, não dará ensanchas para passeio de tão grande fôlego.

Venha o leitor comigo e verá que não há-de arreponder-se.

E seja o primeiro passeio, deixando nos arquivos da história a velha cerca moirisca, e partindo da de D. Fernando, o *Formoso*, já nos fins da segunda metade do século xiv, aquele que por curiosidade faremos, das Portas de Santa Catarina, entre as da Trindade e as do Duque de Bragança, ao Tesouro Velho, descendo pelos altos da Boa Vista, a S. Bento e à Esperança, a ver como gradualmente, e seguindo a linha dos conventos e dos palácios, se fez a ligação entre a cidade fernandina e Alcântara, no lapso de tempo que vai do século xiv ao século xvi.

A viagem será demorada, talvez mesmo um pouco coscuvilheira, mas a recompensa é tão agradável que pagará, por certo, com deleitoso prazer, o incômodo dos caminhos.

* * *

Antes disso, porém, fixemos ainda um ponto. Até 1910 a Calçada da Tapada, no seu início, do lado de Alcântara, encontrava-se atrofiada pelo pejamento duns prédios tôscos que faziam recanto com o gradeamento dos anexos da igreja onde hoje estão os balneários. Neste recanto foi morto, a tiro, nas eleições de 5 de Abril de 1908, um eleitor que, na ocasião dos tumultos, se refugiara no mictório ali então existente. Os prédios tinham rés-do-chão e 1.º andar do lado da Calçada e 1.º e 2.º andares na rua de Alcântara, cuja primeira porta tinha o número 39. Na esquina, servindo a Calçada e a rua, existia um candieiro da iluminação pública. Os prédios pertenciam a José Joaquim Hilário de Sousa, e a sua demo-

lição começou em 25 de Julho e terminou a 27 de Agosto de 1910, ficando a calçada como hoje está.

Foi incontestavelmente um grande melhoramento, completado hoje pela linha dos eléctricos da Ajuda, em exploração desde 2 de Agosto de 1927, com grande arraial de música e foguetes no alto da Ajuda.

A linha assentou-se em Junho e Julho.

A Calçada da Tapada ficou assim uma ampla artéria, esplêndidamente situada e optimamente servida.

Siga-se agora a prometida viagem.

CAPÍTULO II

Como se fizeram as ligações seiscentistas das portas de Santa Catarina com Alcântara

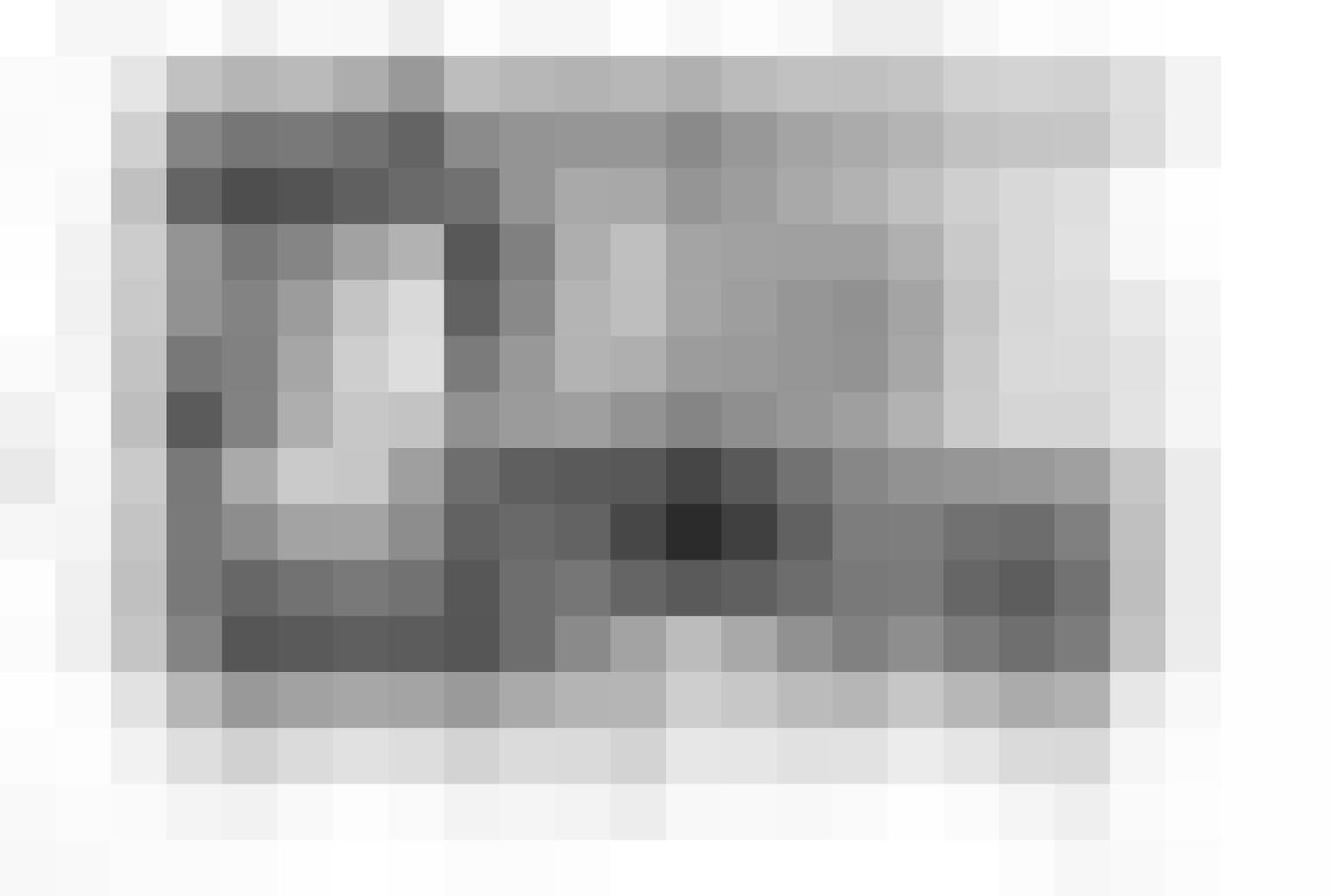
Esta Lisboa, cujas ligações com Alcântara vou tentando alinhar, não soube ou não pôde, no largo transcurso dos anos, corresponder à sua fama e valôr, se a comparamos hoje com as ótras metrópoles do mundo. Ela, que foi « a mais principal e illustre de toda a Europa, universal senhõra, impório de commercio e trato do Uníverson », como lhe chamou aquele António Coelho Gasco (1), jurisconsulto eminente e erudito amigo de antiquallas, é hoje, infelizmente para ela e para nós, uma cidade de adaptações e de ruínas, cheirando a desleixo por tôdas as suas ruélas e congostas, mal progredindo no que as civilizações modernas nos dão, e desprezando o que de melhor as civilizações de antanho nos haviam legado.

Mesmo respeitando monumentos e velharias, jo que seriam os bairros de Alfâma, Castelo e Mouraria, se, na Câmara Municipal, os representantes da cidade não tivessem sido quási todos viajantes consagrados em Cata-que-farás e na Estrangeira-de-cima!

* * *

Fixémos ligeiríssimamente estes breves apontamentos, sem nos importarmos com erudições, lendas ou fantasias.

(1) *Das Antiquidades da Muy Nobre Cidade de Lisboa Imporio do Mundo, e Princesa do Mar Oceano.* — Coimbra, Imprensa da Universidade, 1924.



* * *

Muito para lá dos humanos conhecimentos históricos, alcançada no cêrro mais alto que dominava a embocadura do rio que os romanos chamariam *Tagus* e nós hoje chamamos Tejo, abundantíssimo caudal que, saindo com o *Pé esquerdo* na *Moela de S. João*, nem por isso deixou de nos dar com o pé direito êste admirável estuário onde cabem, à vontade, tôdas as esquadras do mundo, — alcançada sôbre as escarpas do mais elevado monte, dizia eu, uma fortaleza existia que conheceu a dominação, o poderio e as lutas dos gôdos, dos álanos e dos suévos, que os romanos conquistaram e perderam, que os árabes reedificaram e ampliaram, e que os lusitanos chamaram a si, para nosso orgulho e cabeça, para nossa perdição e glória.

* * *

Duas ordens de muralhas lhe cinturaram as régias formas: a cêrca moirisca e a cêrca fernandina. A primeira, todos o sabem, tinha 12 portas. A segunda, porque a população galgara os muros altos que tapavam as aspirações e os horizontes e era, cá fora, mais numerosa do que lá dentro, teve que trepar, quasi nos fins do século xiv, por um lado ao *Arco da Graça* e pelo outro ao *Arco de S. Roque* ou *Porta do Condestável*. Logo ao pé ficava a *Torre de Álvaro Pais*. Mais abaixo a *Porta da Trindade*, e um pouco mais abaixo ainda as *Portas de Santa Catarina*, de onde vamos principiar, eu e tu, leitôr, o nosso prometido *passeio até Alcântara*.

* * *

As *Portas de Santa Catarina*, que tinham a vigia-las, pelo lado de fóra, as duas igrejas que ainda hoje lá se encontram, são portas históricas e valorosas, cujas estátuas ornamentais assistiram, a 28 de Maio de 1384, vai fazer agora

513 anos, ao duro assédio de D. João I de Castela, que o Mestre de Avis, D. João I de Portugal, soube agüentar com brio e rechaçar com indomável valôr.

Vais vêr agora, leitôr, como se rasgou caminho para Alcântara, por terras de sementeira e quintas de recreio.

* * *

Estamos nos fins do século xiv. Em 1373 D. Fernando dá à cidade a nova cêrca.

Para fóra dos seus muros havia quintas e campos, e um pouco para lá do *Postigo do Condestável*, junto à *Porta de S. Roque*, o campo sagrado dos pestíferos (1).

Em 1506 constrói-se nêste sitio uma pequena ermida. Dessa minúscula edificação nascia em 1566 a igreja de S. Roque. Há que collocarmo-nos agora mentalmente às Portas de Santa Catarina, e tomar como ponto de partida o século xiv. Alonguemos a vista até aos montes da Ajuda. Que vês tu? Terras e quintas, quintas e terras. Lá ao longe o Palácio de Santos. No fundo do vale, sôbre o rio, a ponte, e, para lá da ponte, mais nada. E passas um século e outro século e vais começando a vêr surgir aqui e além a mão do homem erguendo as primeiras construções que seriam como que o ponto de partida, o hífen, o traço de união e de junção entre a cidade muralhada e os subúrbios que o terramoto de 1755 devia definitivamente fixar. Toma nota. Em 1530 érguer-se pedra a pedra num quasi escampado o Convento da Esperança, que a piedade de Dona Isabel de Mendanha edificava para

(1) Da porta de Santa Catarina a Esperança e do Tejo ao Molho de Vento, nos fins do século xvi havia duas enormes herdades apenas, cujo senhorio directo pertencia a Paulo de Paiva, — a da Boa Vista e a de Vila Nova de Andrade. Foi sôbre estes terrenos, fragmentados, que surgiram o Bairro Alto e as Chagas, a Boa Vista e Santa Catarina, e os Paulistas, tôda essa casaria berrante para onde uma população, encaixada em muralhas, se lançou, ávida de liberdade e de horizontes...

as fidalgas do seu tempo que desejavam trocar as pompas do mundo pelo recolhimento e pela oração. Em 1577, 17 anos mais tarde, surge-te, no *Pico do Belveder*, a pitorêscia igreja das Chagas, cujas obras a rainha D. Catarina, mulher de D. João III, entregara aos cuidados e à devoção de Fr. Diogo de Lisboa, que a dava pronta em 1542, para ser a guia, a esperança e o amparo dos marinheiros que em frágeis caravelas iam à aventura dos mares da Índia e das Terras de Santa Cruz. Em 1567 já lá vês um outro templo, a igreja de Santa Catarina (1) alevantada no monte fatídico (2), e que fôra igualmente mandada edificar por D. Catarina de Áustria, a instâncias de frei Miguel de Valença, monje de S. Jerónimo, por essa D. Catarina, que, a-pesar-de filha de Filipe I, tão entranhadamente havia de defender até à morte os interesses de Portugal contra a loucura do néto e cubiça de Castela.

(1) A igreja de Santa Catarina do Monte Sinai ficava na eminência do monte do *Pico* ou de *Belver*, cuja designação ainda há pouco tempo subsistia e que desapareceu, tal qual como a da rua do Livramento, para honorificar a memória do Doutor Luís de Almeida e Albuquerque, a quem sem desdouro podiam ter dado uma rua que não tivesse, como aquela, o nome ligado a uma toponímica recordação histórica, que assim se perdeu sem proveito para ninguém.

Sobre a igreja de Santa Catarina leia o leitor a nota de pág. 583 dos *Ele.*, vol. II, e por ela verá que até os mais sólidos monumentos são cinza e pó no rodar dos séculos...

(2) Ao monte de Santa Catarina succedeu, na noite de 21 de Julho de 1597, o que há poucos dias aconteceu junto de Bucelas ao monte Trancão, e na cidade de Santos, no Brasil, ao monte Serrate: começou a desabar eram 10 1/2 horas da noite e, à meia noite, três das suas ruas, com 160 casas e o cais das Negras, estava todó submergido nas águas do Tejo.

Diz-se que não houve desastres pessoais porque os moradores, avisados por uma voz estranha, fugiram a tempo.

No desabamento do monte Trancão também não houve vítimas. Já o mesmo infelizmente não aconteceu no monte Serrate, sob cujos escombros ficaram sepultadas para cima de 200 pessoas, segundo os cálculos mais aproximados.

* * *

No monte fronteiro, lá no alto, elevava-se, em 1571, o Convento da Estrelinha, na Quinta da Casa da Saúde, e poucos anos depois, em 1598, na meia encosta de cá, o de S. Bento, que Fr. Baltasar de Braga, geral da Ordem, mandara construir a expensas da mesma. E do lado esquerdo do planalto, olhando a ribeira de Alcântara, o Hospital da Quinta dos Prazêres, aberto em 1579 e 1598 para receber os inúmeros atacados pela peste que então dizimara por duas vezes a população alfacinha.

* * *

Em Alcântara, para além da ponte, construía-se em 1582 o Convento das Flamengas, que Filipe II de Espanha entregava generosamente às Clarissas, fugidas de Anvers à perseguição estúpida e feroz dos luteranos. As Flamengas ficavam ao lado do Palácio do Calvário, já então existente. E lá em cima, no alto, como sentinela dos mareantes, via-se, desde 1551, a pequena capela de Santo Amaro. Para àquém da ponte havia a igreja mandada construir por Rodrigo Homem de Azevedo (1582) e que, meio século depois, seria o Convento de Nossa Senhora do Livramento.

* * *

Tal era, podia dizer-se, a marcação de caminhos, das Portas de Santa Catarina para Alcântara, ao findar o século XVI. Vejamos como essas verêdas e êsses caminhos se acentuam e tomam vulto no decurso do século XVII.

* * *

Logo em 1600 constrói-se o Convento do Calvário que a mulher de Manuel Teles de Meneses, D. Violante de Noronha,

entregava as franciscanas da Esperança, de Alenquer e de Trancoso para ali organizarem comunidade. Doze anos depois, D. Luís de Portugal edifica o Convento do Sacramento (1612), e em 1642 constrói-se o do Livramento. Antes disso havia já o Palácio dos Marialvas (1635), onde em 1650 se lançam os alicerces para o Forte. Faz-se o Convento dos Paulistas em 1647. O de S. Bento alarga-se em 1615. As Trinas do Mocambo contróem-se em 1661, e o Convento da Porciúncula em 1647.

* * *

Faça o leitor um nadinha de esforço mental e vá ligando todos êsses conventos e palácios, construídos do século XIV ao século XVII, e diga-me se não vê nitidamente traçadas, partindo do que é hoje o Largo das Duas Igrejas e era então as Portas de Santa Catarina, a rua do Lorêto, a calçada do Combro ramificando-se ao fundo para São Bento e para a Estréla à direita, para a Esperança, Trinas do Mocambo, e Calçada do Marquês de Abrantes à esquerda. Deixemos, porém, o ramal que segue para S. Bento e continuemos pelo outro. Lá temos da Esperança e da Porciúncula as ligações a convergirem para a Rua das Janelas Verdes, Conde de Óbidos, S. Francisco de Paula e S. João de Deus, Pampulha, ruas do Livramento e do Sacramento, e finalmente Alcântara.

Foram estes, com outros nomes, os primeiros caminhos, as primeiras ligações da cidade fernandina com Alcântara. Tudo o mais, para a margem do Tejo, eram sapais ou estaleiros, vindo a água do rio, nas marés cheias, vergastar as ribas altas da Boa Vista, de Santos, da Rocha do Conde de Óbidos, alagando Alcântara até às Fontainhas, ao velho Palácio dos Brunos, e subindo a ribeira, nas marés vivas, navegável a falúas de grôso bôjo, carregadas de trigo e de pipas de vinho, até aos prédios que rodeavam já então a ponte.

* * *

A ligação da parte baixa da cidade — do Córpo Santo, por S. Paulo, Boa Vista, Conde Barão, a Santos, (a igreja do Córpo Santo é anterior a 1412) — quando chegava à curva da actual Avenida Wilson para a rua Vasco da Gama, seguia a direito pela Calçada do Marquês de Abrantes, visto que a parte que forma hoje a rua 24 de Julho é de hontem ainda (1850).

Quem, para ir a Alcântara, ao Restêlo, ou à Ajuda, não quisesse seguir o caminho que acima ficou nitidamente traçado, só tinha um recurso, que outro não havia: descer à margem do rio, tomar um barco e vir acompanhando a costa até ao ponto desejado.

Fêz-se isso, principalmente para além de Alcântara, até quasi meados do século xix.

Hoje tudo mudou, graças a Deus e à Companhia dos Eléctricos, de que às vezes se diz mal mas que é ainda uma das coisinhas melhores que possuímos neste anarquizado principio do século xx...

E agora que sabemos o caminho seiscentista de Santa Catarina para os subúrbios ocidentais, bom é que nos preocupemos um pouco com Alcântara — a ponte.



CAPÍTULO III

O que foi, o que tem sido e o que é a ponte de Alcântara

Nós já sabemos, por intermédio de Jácome Raton, que a praia do Calvário em 1724 era um sapal inútil. Quere dizer: um lameiro perigoso onde os sapos e as rãs coaxavam a desoras desenfreadamente.

Mas 1724 é século XVIII, e nós precisamos ir um pouco mais além para fixar bem a topografia local e o seu desenvolvimento. Temos que fazer à ponte o que fizemos para marcar as suas ligações com a cidade — um rápido passeio através dos últimos oito séculos, que para mais não dão os nossos escassos conhecimentos de investigação.

* * *

Não podemos fixar data à construção da ponte. Mas é de presumir que ela existia já nos fins do século III, princípios do século IV, visto que há noticias da casa que foi de Fernão Lourenço e é hoje o Consulado Francês, a Santos, estar já edificada em 307, e é lógico concluir que daí haveria caminho para o Rastêlo, próximo à Barra do Tejo, ou Surgidouro. E durante muitos séculos, como o nota Herculano, ao descrever-nos estes sítios por altura do século XIV, havia por aqui apenas « montes e ladeiras, lugares selvosos e chãos calvos, barrocaes, silvados e olivêdos entremeados de vinha, que se penduravam pelas encostas até à margem do Alcântara », e Monsanto « era uma serra calva aqui e acolá, pela maior parte

enredada de urzes e tojos, por entre os quais apenas se encontravam estreitos trilhos de pastores ».

* * *

Nessa época, é ainda Herculano quem no-lo diz, o alto da Ajuda «era uma brenha intratável», Belém não existia, e «pelas altas barreiras do *Alcântara*, **sôbre o qual já então havia uma ponte**, pouco mais ou menos como a de hoje (1886) fazendo o devido desconto da estátua do santo mártir advogado das pontes, que ainda então não era nem santo, nem mártir, nem nascido; pelas altas barreiras do *Alcântara*, entre barrocaes, verdejavam vinhas, que desciam em anfiteatro até o fundo do vale, por onde êle se vai deslizando preguiçoso e pobre, condições que, diga-se aqui de passagem, dão ao bom do rio um profundo carácter de nacionalidade ».

E Herculano acrescenta:

«Estas vinhas, misturadas com algumas hortas e oliveais, espalhando-se pelas alturas de Buenos-Aires e estendendo-se para o lado de Santos, espécie de burgo que já se chamava assim (1380), corriam até o outeiro conhecido hoje com o nome de Bairro-Alto ».

* * *

Isso que aí fica é prosa de méstre e não há que acrescentar uma vírgula. Só, de facto, século e meio depois, o cenário se começa modificando com as primeiras edificações. Está a gente a vêr.

O rio, campos em volta, e uma ponte solitária. Depois, pouco a pouco, a paisagem anima-se. É o Palácio Régio, as Flamengas, o Convento do Calvário. Findava o século xvi, principiava o século xvii. Junto à ponte um extenso areal onde se iam assentar as primeiras casas. Sôbre um cómorro alto o Palácio do Fiúza. Mais para o poente a Quinta da Ninfa, a Tapada, a Fazenda dos Quartos de El-Rei e a corcova semi-escalvada da serra.



O burgo arrabaldino de Alcântara pode dizer-se que é filho primogénito do terremoto de 1755. A população citadina, alarmada e espavorida, para aqui fugiu e aqui foi construindo novas casas.

Ares puros, saúdáveis, horizontes largos, junto aos Palácios e aos Conventos foram surgindo pequenas edificações, e Alcântara fêz-se. A parte a oeste do rio ficou pertencendo ao concelho de Belém que em 1751 tinha já 210 fogos sob o orago de Santa Maria.

Com o progressivo aumento do século XVIII, houve que alargar também a ponte. Foi isto em 1743. Alargou-se, aformoseou-se com platibambas altas e sôbre a que olhava para o nascente da ribeira colocou-se-lhe a estátua de S. João Nepomuceno, obra do italiano João António de Pádua (1).

(1) « Na quarta-feira 8 [de Janeiro de 1744] foi a Rainha nossa senhora de tarde, com os serenissimos Principes nossos senhores, a senhora Princesa da Beira, a senhora Infanta D. Maria Anna, e o senhor Infante D. Pedro, à ponte de Alcantara, para assistirem à solemne funçam de benzer a estatua de marmore do glorioso martyr S. Joam Nepomuceno, advogado da Fama, e protector dos navegantes, que a mesma Senhora mandou erigir na dita ponte, para assim afervorar mais a devoçam dos fiéis a hum santo, tam prodigioso. Fez esta funçam o Excelentissimo e Reverendissimo Senhor Principal Almeida, assistindo Sua Mag. e Suas Altezas (em huma tribuna, que para o mesmo effeito se armou na ponte) a ladainha de Nossa Senhora, que alli cantou a musica da Santa Basilica Patriarcal com a antifona e oraçam do mesmo Santo; a que assistio tambem a comunidade dos religiosos trinitarios do convento de N. Senhora do Livramento, com o seu ministro, o Padre Mestre Fr. José de Gouvêa. E acabada esta funçam, fez a sua descarga o regimento de cavallaria da porta de Alcantara, que assistio formado, emquanto durou este acto, à qual corresponderam com a sua artilharia o forte do Sacramento, e os outros vizinhos daquelle sitio; como tambem a casa da Fábrica da pólvora, e os repiques dos sinos dos religiosos trinitarios, e religiosas dominicas do Sacramento: e Sua Magestade com Suas Altezas continuaram a sua viagem para Belém a ver a representaçam do presepio, que todos os annos se faz naquelle Real Monteiro ». — *Gazeta de Lisboa*, de 14 de Janeiro de 1744.

Tem uma história esta estátua, que documento algum autoriza mas que ficou na tradição. Conta-se que o italiano António de Pádua, viajando por mar, de Itália para Lisboa, esteve a pontos de sossobrar com o navio à entrada da barra do Tejo. Era crente o nosso italiano e apegou-se com S. João Nepomuceno, de quem era devoto. E como quer que o temporal atirasse com a embarcação para a embocadura da ribeira de Alcântara, tôda a tripulação pôde safar-se sã e salva. Daí o voto é a estátua, em cuja inscrição, em latim, para não fugir ao sabor da época, se lia: « A S. João Nepomuceno, novo taumaturgo do mundo, dominador da Terra, do fogo, da água e do ar, e sobretudo aplacador dos mares, um seu devoto, reconhecido para com o seu protector, ergueu esta estátua, no ano de 1743, depois de salvo ». Seguia-se-lhe a data, em romano, e o nome do escultor.

* * *

Em a *Illustração Portuguesa*, 2.º ano, 20 de Julho de 1885, n.º 1, há uma curiosíssima fotografia de Alcântara, que é verdadeiramente elucidativa sôbre o aspecto dêste local na segunda metade do século XIX. Lá se vê a antiga ponte com a estátua ao meio, à esquerda de quem vem para Lisboa, e em frente, à direita, um candieiro da iluminação pública. A ponte tinha dois passeios para peões, um de cada lado, e no fim, na margem esquerda, duas guaritas da Guarda Fiscal e as portas da cidade. Por detrás da estátua vêem-se dois prédios, nos terrenos onde hoje está a estação do caminho de ferro construída em 1887, e que fêz desaparecer tudo isto. Um dos prédios, mais baixo do que a ponte, era uma antiga azenha e o outro mais alto o celeiro: rés-do-chão e sótão com 8 janelas para o terreiro que ficava à beira-rio, e porta e 4 janelas de frente, olhando o Tejo. À direita da ponte e nos terrenos ocupados hoje pelos Grandes Armazéns do Povo de Alcântara, já mandados construir no meu tempo pelo Miguéns, vêem-se, além do Posto da Guarda Fiscal, pequenas casas de moradia.

A ponte tinha, no sentido norte, ladeando o rio, à margem direita, uma graciosa varanda com assentos de pedra, tudo superior ao leito da rua hoje da Fábrica da Pólvora.

Com as obras do caminho de ferro tudo se foi, menos o santo, que se encontra no Museu do Carmo.

Depois veio o caneiro coberto, ficando apenas uns restos do muro da ponte, no lado do poente. Isso mesmo desapareceu há meia dúzia de anos, nada ficando que ateste ali a existência de um rio ou de uma ponte. Mas ficou o nome e esse permanecerá pelos séculos dos séculos, mesmo quando perdidos sejam já da memória dos homens os motivos que lhe deram origem. Mas Alcântara — a ponte — tem também os seus orgulhos históricos assinalados por três batalhas que ficaram célebres. Não se esgotou, portanto, o assunto. Será esse o motivo do capítulo seguinte.

CAPÍTULO IV

As diversas batalhas que, pelos tempos fora, se deram junto à ponte de Alcântara

Foram três as batalhas, ou talvez melhor, as escaramuças, que se travaram junto à ponte de Alcântara. A primeira, com as tropas aventureosas de D. António e os soldados do Duque de Alba, em 1580. A segunda e a terceira, com as forças heróicas da Leal Legião Lusitana, em Maio e Junho de 1809, contra os franceses invasôres.

* * *

Vamos a ver se eu, antes de vos descrever os recontros, vos dou a topografia aproximada do local, se não rigorosamente, numa certa e determinada época, ao menos tão aproximada quanto possível. Para isso é absolutamente necessário que fixemos o que se entende por Alcântara.

Se o leitor se colocar no sítio da antiga ponte, Alcântara é, para me servir com a toponímia de hoje, a meia circunferência que, tendo como diâmetro o rio Tejo, assenta as suas extremidades em frente do Quartel dos Marinheiros, ao oriente, e defronte do edifício da Companhia Carris de Ferro, ao occidente, com o arco de círculo pelas encostas das Necessidades, Prazêres à Ponte Nova, Fábrica da Pólvora, Tapada, seguindo depois até ao rio pela rua de Luís de Camões.

Tal a Alcântara de hoje e a de antanho. Simplesmente hoje há ruas e praças e travessas e becos, e então havia quintas e hortas e terras que tinham seus nomes e seus donos.



* * *

Assim: na margem esquerda do ribeiro havia, a pegar com a Quinta dos Prazêres e da Fonte Santa, a Quinta da Horta Navia, que em 1647 pertencia ao dr. António Coelho de Carvalho. E entre esta e a Quinta das Necessidades, que era de Ana Gouveia de Vasconcelos, e ficava no Alto de Alcântara (1600), encontrava-se a Quinta do Soares (Francisco Soares, de nome), que pegava com a Quinta do Livramento, de D. Margarida de Alcáçova, mulher de Rodrigo Homem de Azevedo, que foi um dos mais acérrimos partidários de D. António (1580); a Quinta do Marquês de Marialva, em cujos terrenos se fez mais tarde o Forte (1650); e a Quinta do Aposentadôr-mór Lourenço de Sousa, pegada às terras que depois foram adquiridas pelo Conde de Vimioso e sua mulher D. Joana de Castro, para nelas fundarem o Convento do Sacramento (1612).

* * *

Isto na margem esquerda. Na margem direita, tínhamos: a Quinta do Calvário, da Ninfa, das Flamengas, a Tapada, a Tapadinha (1600), a Quinta da Conceição, a Quinta do Ger-vásio Couto, na Pimenteira; a do Marquês, mais tarde Quinta do Fiúza; e a Fazenda dos Quartos de El-Rei, que em 1647 era de António Coelho de Carvalho, homem pouco escrupuloso no que era dos outros e por causa de quem houve em Alcântara seus dares e tomares. Fôra o caso que êste Carvalho, em chegando o verão, desviava as águas do ribeiro, em proveito da sua quinta, de tal maneira que o desvio da corrente originava poças, cuja água estagnada provocava *bafores* e miasmas que empestavam aqueles sitios e provocavam « graves docnças ». O esbulho da água deu lugar a várias representações do povo de Alcântara, a tumultos e a vistorias, quando a Câmara de então, para agradar ao tal Coelho de Carvalho, quis mudar a seu favor o leito do rio, o que não conseguiu, gas-

tando, porém, ainda nessa tentativa mil réis com os trabalhadores e sete mil e quatrocentos réis com « os ministros da mesa da vereação e officiaes das ditas obras ».

* * *

Tal era, salvas as lacunas que a falta de tempo me não permite esclarecer, a topografia do sítio de Alcântara, onde em 1580 e 1809, portugueses se bateram com estrangeiros pela integridade do pátrio lar.

Não é aqui lugar próprio para descrever, a largos traços que fôsse, êsse miserável período histórico da vida portuguesa que vai desde a abalada de D. Sebastião para o desastre de Alcácer até à entrada triunfal de Filipe II, de Espanha, em Portugal.

Aqui limitamo-nos apenas a juntar apontamentos para uma monografia bairrista; não fazemos história

* * *

A batalha de Alcântara deu-se a 25 de Agôsto. A 24 de Julho fizera-se êsse precioso aventureiro, irrequieto e trifulha, proclamar Rei em Santarém, com António Baracho a floretear na ponta da espada um lenço por bandeira, e o Conde de Vimioso a incutir-lhe coragem e patriotismo.

* * *

Houve uma Câmara republicana que lhe chamou, em placa pública que hoje substitui a da antiga rua do Livramento, o *heróico vencido*.

Nunca fui capaz de perceber porque é que ao filho da Pelicana se lhe há-de exaltar o patriotismo que não teve, ou a heroicidade que nunca possuiu senão à força. Aventureiro, trapalhão, jogando com um pau de dois bicos, só se fez ou se deixou proclamar Rei quando o primo Filipe lhe não comprou

os direitos e a prosápia. ; Esforços fez êle, e bastantes, para que a venda da sua pessoa não falhasse (1)!

* * *

Mas vamos à batalha. Proclamado Rei em Santarem, desce a Lisboa, depois de ter sacrificado em Sacavém a vida de Francisco de Almeida; ouve as palavras laudatórias de Manuel da Fonseca Nóbrega, mete na cadeia os contrários, e com 1.500 homens da ralé, indisciplinados e mal municidados, manda a Setúbal o heróico e destemido Conde de Vimioso, que põe em debandada os partidários de Castela, mais pròpriamente por mêdo e covardia — ; não há traição que não seja covarde! — da parte dêles do que pela força das armas.

O próprio D. António vai a Setúbal gozar o triunfo, e regressa a Lisboa onde distribui benesses, titulos e mercês. Entretanto, Filipe II dispunha em Badajoz a sua gente, emquanto o Duque de Alba deixava Cantilhana, passava o Caia com os seus 22.000 homens, 25 canhões, 6.000 carros « cheios de instrumentos de matar », e a sua fama de herói da Flandres. Já então a Flandres tinha fama e dava heróis...

Em Estremôs opõe-se-lhe D. João de Azevedo. Almirante do Reino, o seu gesto foi um dos últimos grandes clarões da pátria agonizante. Vence-o, toma Évora, Setúbal, Alcácer, recebe o reforço de D. Álvaro de Bazan, 62 galés e 25 naus, saqueia Cascais, ataca com fúria o forte de S. Gião e vem enfrentar-se com as tropas de D. António em Alcântara. Estas eram 4.000 homens, rotos, famintos, quasi nus, onde a indiscipliplina e a intriga lavravam há muito desde as lutas para o comando entre o Conde de Vimioso e D. Diogo de Meneses, que ficara em Cascais sem honra e sem cabeça.

Durante oito longos dias, sob o comando de Vimioso e D. Jorge de Meneses, os 4.000 esfarrapados bivacaram nos terrenos sobranceiros ao ribeiro, no planalto do Sacramento

(1) Veja-se: *Alcácer-Kivtr*, pelo autor. Edição de 1928.

e das Necessidades, ficando junto à ponte uma parte das defesas.

A 25 de Agôsto, já de noite, as tropas do Duque avançaram. Os portugueses de D. António ofereceram os corpos como barreira aos 22.000 homens de Filipe de Castela, e com mais de um milhar de perdas de parte a parte, a batalha foi ganha pelo sangüinário Duque de Alba, que mesmo contra as ordens terminantes de Filipe, permitiu sôbre os vencidos o saque, o roubo, o estupro, o cachoar de tôdas as paixões, o esparrinhar da lama de tôdas as ignomínias.

! Pode afoitamente afirmar-se que a escaramuça da ponte de Alcântara foi a última pázada de terra lançada por mãos de portugueses sôbre o desastre tremendo de Alcácer Kirvir (1)!

* * *

Restam-nos agora as outras duas façanhãs. Quando foram? Que importância tiveram?

No vol. 1 do *Portugal Antigo e Moderno*, que nem sempre é de fiar, como, no decurso destas notas e no que a Alcântara respeita, demonstrarei, com factos que não oferecem a mínima dúvida, Pinho Leal, a pág. 67, 1.^a columna, escreve:

« Na ponte de Alcântara houve um combate, a 14 de Maio de 1809, e outro a 10 de Junho do mesmo ano, ambos dados contra os franceses, e distinguindo-se em ambos a L. L. (2) (Leal Legião Lusitana) pelo seu valor e sangue frio ».

(1) Filipe I, após as Côrtes de Tomar, safu dali a 27 de Maio de 1581 e a 13 de Junho embarcou em Vila Franca, na galera real, e veio, Tejo abaixo, até à ponte de Alcântara, para se certificar do sitio onde se tinha dado o embate com as tropas de D. António. — *Elementos*, II, 42.

(2) Em Lisboa o que houve foram 16 legiões, criadas por Decreto de 23 de Dezembro de 1808, e tinham o nome da rua ou local onde cada uma delas se devia reunir. A que pertencia a Alcântara era a 12.^a, «Necessidades», sendo seu comandante Francisco Joaquim de Seixas Velasco, morador na rua do Sacramento, n.º 1. A estas legiões pertenciam todos os

Nada mais consegui averiguar. ¿Onde foi Pinho Leal beber esta informação? Não sei. O que posso afirmar é que procurei e rebusquei quasi uma duzia de histórias, nas páginas que nos relatam minuciosamente as invasões, e nem uma palavra encontrei que, de longe ou de perto, se referisse a semelhantes combates.

No entanto, registando o informe, não o nego, nem tão pouco o confirmo. Relembro apenas que em 1809 Soult, a 12 de Março, entrava em Chaves, e a 29 no Pôrto. Em Lisboa, Beresford e Wellesley combinavam o plano de ataque e marchavam para Coimbra, e a 11 de Maio, Wellesley estava à vista da Cidade Invicta, forçando o rio Douro a 12. Pouco depois Soult iniciava essa espantosa retirada, acompanhado por Loison e Foyes, pelos inveos caminhos do Barrôso, até Orense, retirada heróica, digna da lendária glória do que era Duque da Dalmácia.

Não vejo, pois, como nesse mesmo ano, e nas datas apontadas por Pinho Leal, se podessem ter dado as duas batalhas a que êle se refere.

Seja como fôr, fantasia ou verdade, êrro de datas ou mera suposição, essa referência se regista aqui, podendo muito bem acontecer que mais desafortunado estudo a confirme ou a negue, no decorrer dêste carrear de apontamentos sôbre o velho bairro seiscentista da Lisboa ocidental.

* * *

Em 1836, em plena revolução de Setembro, Agostinho

habitantes que não faziam parte dos corpos de linhas, ou das milícias, e cada uma delas não podia ter nem mais de 60.000 homens, nem menos de 2.700.

É de notar que no Pôrto se procedera também à organização dum corpo de voluntários com a designação de *Leal Legião Lusitana*. Começa aqui a primeira manifestação pouco escrupulosa de Pinho Leal, no caso.

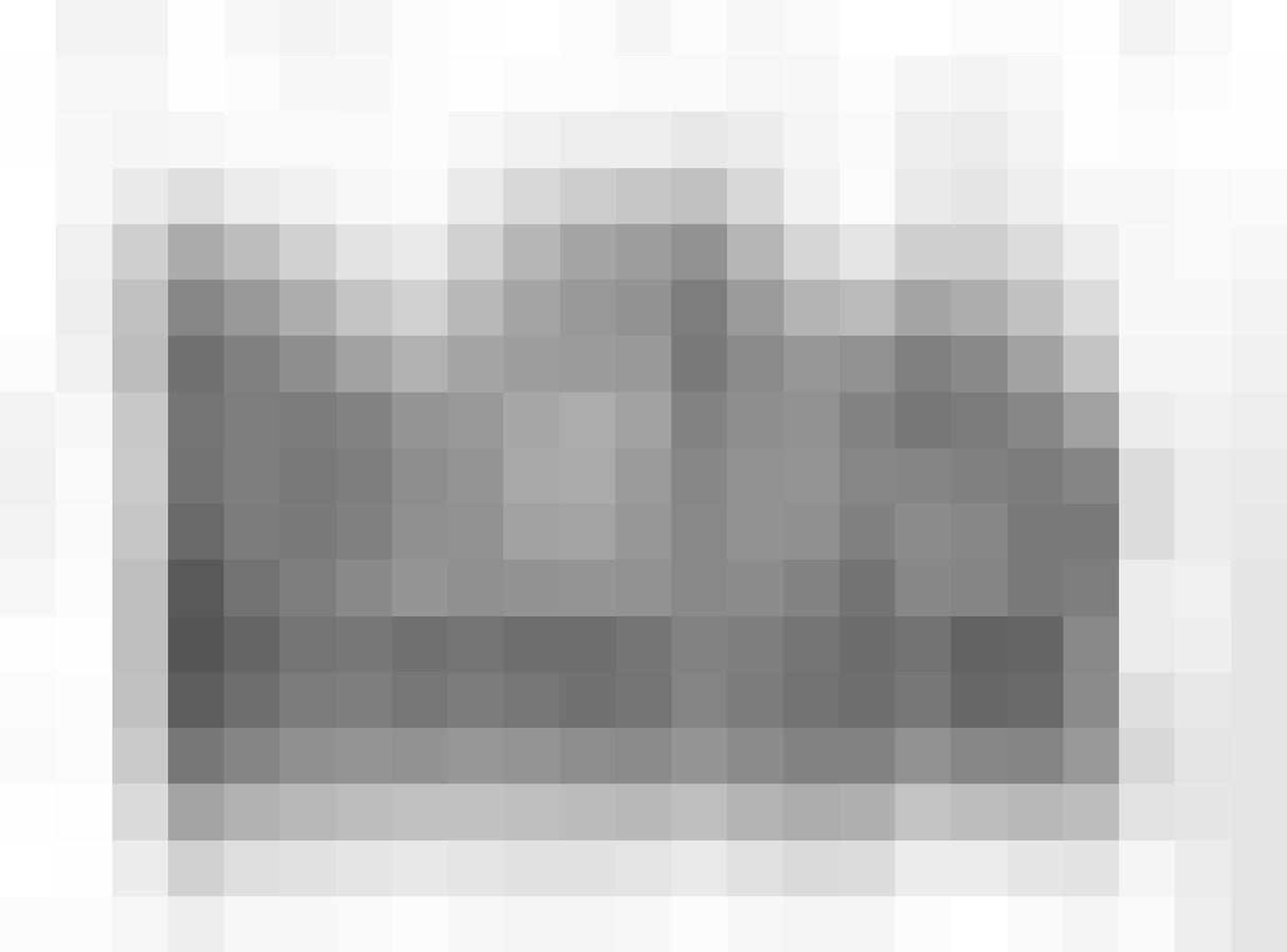
José Freire, a caminho de Belém ao chamo da Rainha, com a Baixa sublevada às ordens de Passos, foi intimado a parar na Calçada da Pampulha pelo comandante do 15.º Batalhão, e môrto a tiro mal se tinha apeado da carruagem. Agostinho José Freire era adepto da Carta. Passos Manuel da Constituição de 22, à sombra da qual tinha sido nomeado ministro. Uma e outra valiam o mesmo, mas o fogôso ministro entendia que uma — a Carta — era um dom do trono, a outra — a Constituição — uma conquista da soberania popular. Nunca fômos outra coisa senão isto, e à mercê dêstes subterfúgios de dialéctica temos vivido, praticando sempre os mais hediondos crimes, com os olhos postos... na pátria.

Razão tinha D. Fernando quando perguntava então em Belém a Passos Manuel: — « Senhor rei Passos, ¿ como vão os vossos negócios em Lisboa? »...

Ora succedeu que nessa noite, na noite do dia 4 de Dezembro em cuja manhã Agostinho José Freire fôra môrto na Pampulha, uns 700 soldados inglêses desembarcaram na Jdnqueira. O povo soube-o e a Guarda Nacional, exaltando-se e pondo-se ao lado do povo, desceu do Campo de Ourique para Alcântara a caminho de Belém. Foi então que Passos Manuel, a cavalo, atravessado na ponte de Alcântara lhes fêz barreira, impedindo-lhes a passagem e bradando-lhes com energia: — « ¡ Para Belém, só se passará por cima do meu cadáver »!

Passos salvou a Rainha e venceu a partida. A Belemzada deu isto: a morte do ministro *cartista*, algumas frases para a história e Sá da Bandeira no poder.

Para Alcântara deu-lhe o episódio da ponte que nesta monografia se regista.



CAPÍTULO V

O Convento do Sacramento

Um dos primeiros edificios que, por assim dizer, forma a testa ou cabeça do bairro de Alcântara, é o Convento do Sacramento, que serve hoje ao exército, para depósito de camas e enxérgas (!) e junto de cuja graciosa portaria construíram, há três para quatro anos, uma *garage*, cuberta a télha de Marsellia!

Claro que, para estes crimes, não há lugar nos códigos e, se fizeram isto mesmo ao riquíssimo monumento românico de Roriz, fácil lhes foi, sem protestos de ninguém, fazê-lo, em Lisbôa, ao Convento dos Vimosos...

* * *

O sítio era então dos mais encantadores. Diz-no-lo, na sua castiça linguagem, o nosso vernáculo Frei Luís de Sousa, na *História de S. Domingos*:

«Havia na estrada, que corre do bairro que chamão da Pampulha, para a ribeira, e ponte d'Alcantara, hum estendido pedaço de terra lavradia chão, e desabafado, cuja largura capaz de hum grande edificio era da estrada para o mar, e o comprimento corria dos fornos da cal, até pegar nos muros da quinta do Aposentador-mór Lourenço de Sousa, quinta nobre, que fica sobre a ribeira de Alcantara. E com ser terra, que se lavrava cada ano, tinha o fundamento sobre huma pedra viva. Esta pedra descendo talhada, e pendente sobre as aguas do rio, onde com estreiteza correm como em garganta

apertadas com os montes altos d'Almada, faz o sitio forte para bom fundamento do edificio, e tão alto, e sobranceiro, que fica senhor de todo o rio, e livre dos damnos, e visinhança da praia, que lhe lava os pés: Offerece defronte como painel, as rochas d'Almada vestidas em parte de verdura, parte ao natural descompostas: e contra a bocca da barra, larga e fermosa perspectiva, até se perder a vista no mar. Em tal sitio, e no mais eminente dele foi o Vigario desenhando o seu Mosteiro ».

* * *

Está a gente vendo tudo a distância de três séculos. A beleza do lugar, a perspectiva da paisagem, a largueza do horizonte, tudo sacrificado hoje ao alargamento da cidade. A primeira pedra para o edificio foi lançada por D. Frei Aleixo de Meneses, a 7 de Janeiro de 1612. D. Frei Aleixo, Primacial da Igreja de Goa e Primaz das Espanhas, fêz a cerimonia com grande pompa, e a primeira pedra levava entalhada uma grande inscrição dando conta do acto e invocando a *Divindade do Senhor Jesus*, a quem as freiras ofereciam a nova casa e lhe pediam ajuda e conforto. Em 1616 iam adiantadas as obras, ficando o dormitório já concluído « lançado no comprimento do sitio ao longo do rio, com a Igreja no tópo do Nascente, e no contrario casa de lavor com janelas altas, e de recreação para seus tempos contra a Terra... », pelo que tomaram as freiras conta da casa. As celas eram estreitas e o respectivo enxoval, desde a Condessa de Vimioso até à mais humilde das irmãs, era a cama simples, enxergão de palha sobre a tábua, e por cobertor, lençóis e travesseiras, « o mesmo sacco dos hábitos, ou outro mais crespo ». Na parede uma cruz. Para assento, um bocado de cortiça.

Nada mais humilde, e nada mais afastado das pompas do mundo. O Conde havia-se recolhido, anos atrás, desde Julho de 1606, ao Convento de S. Paulo, em Almada, e mais tarde ao de Bemfica, enquanto D. Joana de Castro Mendonça, já nobre por ascendência, irmã do Conde de Basto, se recolhia,

com as futuras madres do Sacramento, a umas casas do Morgado dos Campos, entre Alfama e S. Vicente de Fóra.

* * *

Êste Conde de Vimioso era filho do Conde D. Afonso, que em Alcácer Kivir perdeu a vida; e a Condessa D. Joana era filha do Conde de Basto D. Fernando.

Em pequenos, o Conde quis tomar o hábito de S. Francisco, e a Condessa pretendeu trocar o seu dote pela sepultura duma recoleta, como no-lo afirma Frei Lucas de Santa Catarina. Mas os pais dum e doutro opuseram-se. O seu casamento não foi, portanto, um casamento de amôr; foi uma ligação de famílias. Dessa ligação nasceram três filhos e duas filhas, o que prova que ambos seguiram à risca os preceitos do Evangelho...

Mais tarde, já na idade em que os preceitos do Evangelho se cumprem mais com o espírito do que com a matéria, voltou-lhes a antiga vocação. Casados, tinham como exemplo os fundadores do Convento de Nossa Senhora da Piedade de Azeitão, e outros, como mais adiante lhes havia de seguir as pisadas Manuel de Sousa Coutinho e a mulher de D. João de Portugal.

Além disso, o irmão do Conde de Vimioso era o Padre Mestre Frei João, da Ordem e hábito de S. Domingos.

* * *

A escritura de doação fêz-se em Évora, a 20 de Outubro de 1605, e o filho herdeiro, D. Afonso, pouco se lhe deu a clausura dos pais porque se casou com a filha do Marquês de Castelo-Rodrigo, D. Cristóvão de Moura, privado riquíssimo de Filipe de Espanha; e o filho Miguel, morto D. Fernando, era já Bispo de Lamêgo, indo as duas filhas, uma para junto da mãe e outra para Santa Catarina de Sena, em Evora.

Há uma outra escritura, de 18 de Julho de 1607, em que

os Condes fizeram desistência de todos os seus direitos, até ao título de Padroeiros e ao direito de posse da Capela-mor do Convento, tomando a Condessa o hábito das Carmelitas a 23 de Agosto dêsse ano, com o nome de Sórora Joana do Rosário. Nesse mesmo ano o Conde seguia-lhe o exemplo, no Convento de Almada. Em 1612, Sórora Joana era eleita Prelada do novo convento, a terceira na ordem cronológica das existentes.

* * *

O edificio foi crescendo sempre e foi alargando os seus âmbitos para o lado do Tejo, com rasgadas varandas, sôbre o claustro, em cujo centro havia um interessante jardim com sua fonte de mármore branco, cercada de arbustos. A igreja era de uma só nave, levantada ao nascente, com três pequenos altares.

Em 1620 o número das religiosas era de trinta e cinco, porque mais não podia receber.

* * *

Foi neste Convento do Sacramento, a Alcântara, hoje desprezado e sujo, que entrou e professou D. Madalena de Vilhena, filha de Francisco de Sousa Tavares e D. Maria da Silva, mulher em primeiras núpcias de D. João de Portugal, que foi companheiro de D. Sebastião, em Alcácer, onde D. Madalena o julgou morto. Casou, em segundas núpcias, com Manuel de Sousa Coutinho, ao depois Frei Luis de Sousa, episódio que deu a Garrett os motivos do seu drama admirável, considerado hoje como a obra prima do renascimento do teatro português. D. Madalena de Vilhena foi em clausura Sórora Madalena das Chagas.

Já temos, portanto, no Convento do Sacramento, dois episódios iguais, embora de causas ou de origens diferentes.

É de notar, como simples registo, que D. Madalena de Vilhena se fêz acompanhar de sua neta, que foi depois Sórora

Bárbara da Trindade e era filha de Dom Lôpo de Almeida e de Dona Joana de Portugal. A pequena tinha sete anos quando acompanhou a avó e morreu, com trinta e seis, a 19 de Novembro de 1642. A mulher de Manuel de Sousa Coutinho havia-se despedido da terra oito anos depois de ter entrado em clausúra, a 7 de Março de 1621.

* * *

A Condêssa de Vimioso, Sórora Joana, fundadôra do Convento, faleceu pouco depois da néta de Frei Luís de Sousa, a 21 de Maio de 1643, com grandes provas de humildade e de santificação. Vem a propósito registar que este Convento foi dos mais concorridos e procurados pela alta nobrêza de Portugal, que para aqui mandou o melhor dos seus femininos rebentos.

O Conde, então Frei Domingos do Rosário, morrera no Convento da sua ordem, em Évora, a 30 de Julho de 1637.

Ambos, como se vê, passavam já dos oitenta quando as suas almas voaram para Deus.

* * *

Em 1635, sendo Vigário da Casa o Padre Mestre Frei João de Vasconcelos, foi a primitiva igreja, que já descrevemos, deitada abaixo, dando-se comêço à que ainda hoje existe, profanada e desprezada.

Mas porque este capítulo já vai longo, vale a pena, em capítulo novo, dizer o que era a igreja do Convento do Sacramento, que os selvagens do nosso tempo transformaram, para maior honra e glória da sua incomensurável estupidez e da sua mais completa negação do mínimo sentimento artístico, em depósito de camas e de colchões.

CAPÍTULO VI

As preciosidades da Igreja do Sacramento que desapareceram em 1833

O leitor que passa hoje, a pé ou de eléctrico, junto ao gradeamento do antigo Convento do Sacramento, com sentinela à porta e um barracão inestético à direita de quem entra, não imagina, se o não souber antecipadamente, o que aquilo foi nos seus tempos áureos.

Por via de regra, nós não sabemos conservar, e muito menos estimar, o que de bom, de grande e de artistico nossos avós nos legaram. Haja em vista o que acontece a Roriz, a Leça do Bailio, a Paço de Sousa, a Céte, ao Convento de Mafra, à igreja da Graça em Évora, a quasi todos os nossos castelos, enfim — para que fazer excepções? — a todos os nossos monumentos, mesmo, e principalmente, os chamados nacionais, que, ou caem de abandono e de ruina, ou são *adaptados* a *garages*, a depósitos, e até alguns a cavalariças, como um que eu conheço em Santarém, no altar-mór de cuja igreja puseram as manjedouras dos cavalos!

¡A este precioso mosteiro do Sacramento pouco lhe falta para isso!

* * *

Dizia eu, no capítulo anterior, que a igreja primitiva fôra deitada por terra em 1635 e reconstruída em mais avantajada fábrica, que, merecia larga descrição, para gôzo e conhecimento dos que por estas ninharias se interessam.

Simplemente eu acho que estando a sua descrição magis-

tralmente feita já, por Frei Lucas de Santa Catarina, o continuadôr de Frei Luis de Sousa, na *Historia de S. Domingos*, melhor será que eu transcreva o erudito frade do que pálidamente tente, em prosa de hoje, corriqueira e sem brilho, dar-vos a descrição da nova igreja.

Seja, pois, o bom do frade quem, em prosa que constitui moldura condigna ao quadro, nos diga como, da humilde igreja do Conde de Vimioso, surgiu o novo templo.

* * *

«Levanta-se toda ela — a nova igreja — em quatro arcos largos, e alterosos; nos que ficam aos dous lados, direito e esquerdo, a quem se põe na entrada, se forma, e dilata o corpo da Igreja, ficando os outros dous dando lugar á Capella Maior, e ao côro; este ao nascente, ao poente aquella. Sobem de hum, e outro lado as paredes cubertas de almofadas de pedra fingida (valor, e galantaria, que enfeita toda a obra) até duas varandas, ou tribunas, que as deixão vistosas, e authorisadas. Assim o fica o maior vão das paredes com outras tribunas, que em correspondencia deixão toda a Igreja ornada, e airosa.

«Corre sobre os quatro arcos hum friso, de que começa a crescer hum fermoso zimbório rematado em huma airosa claraboia, que com sua luz dá alma a toda a Igreja. No arco, que fica ao Poente, se abre a capella-mór, capacissima, e desembaraçada, com retabolo, que a occupa toda, ornado de fermosas columnas, que sustentão o frizo, em que no alto deſcança, e se abre hum espaçoso nicho, em que se vê huma imagem da Senhora sentada, e com o Menino nos braços. Ao pé das columnas de huma, e outra parte, se vêm quatro fermosas e avultadas imagens. Da parte esquerda se vê a do nosso Patriarcha S. Domingos, com suas insignias, a que dá a mão direita ao Anjo das Escolas Santo Thomaz, tendo nas mãos o pão dos Anjos. Assim ficam ambos, dando o lugar mais authorizado da parte direita a nosso padre S. Francisco,

que tem á sua ilharga o insigne Portuguez Santo Antonio de Padua, que tem nas mãos o pasto celestial, em lembrança da adoração, que lhe rendeu o bruto faminto. Abre-se no meio do retabulo huma nobre, e espaçosa tribuna, e occupa o vão huma airosa charóla, que crescendo sustenta em sete columnas, a corôa com hum gracioso remate.

«Tem a charóla por coração hum globo dourado (como o he toda a obra); sustenta-o nas mãos hum anjo de estatura de homem, acompanhado de outros dous, que ajoelhados venerão ao Senhor Sacramentado, de que he deposito o glôbo, e de que são emblemas hum ramo de vide, que fecunda de cachos, o cerca e hum mólho de espigas, que graciosamente o corôa, não inculcando menos mysterio as sete columnas, em que se sustenta a charóla, alludindo ás que cortou a Sabedoria, parr ornato da casa, em que se pôz aquella graciosa meza, que nesta se vê com o excesso de estar aquí figurado, e naquella a figura.

«De huma, e outra parte acompanham o arco da capella dous mais inferiores, dando lugar a dous altares. A mão direita o da Senhora do Rosario, imagem com igual formosura, que magestade. Serve-lhe de espaldar hum formôso resplandôr, cercado de hum Rosario, de que são extremos grandes, e encarnadas rosas. Fica da parte esquerda outro altar, em que se vê a imagem de hum Senhor crucificado de estatura de hum homem, que causa justamente devoção, e temôr, e he tradição, que falava a huma Religiosa. Em correspondencia do altar da Senhora, lhe serve de espaldas outro resplendor, a que cercam, e rematam os raios, em laços graciosos, humas pequenas laminas com as insignias da Paixão. No arco, que fica ao Nascente fronteiro á capella-mór, fica o côro, e huma tribuna em proporcionada altura, dando lugar á porta unica da Igreja».

* * *

Eis a nova igreja, tal como no-la descreve o cronista da Ordem. Foi tudo isto que se perdeu; tudo isto e mais o

desabafado claustro, cercado de varandas cobertas, onde havia oito capelas, cada uma com sua invocação e sua freira amiga que dela cuidava com especial carinho.

O cemitério das freiras ficava no claustro superior, na sala do Capítulo, com capela onde se via, em tamanho natural, o encontro de Jesus e de sua Mãe a caminho do Calvário. Tanto na enfermaria como no dormitório principal havia capelas, a primeira da Senhora do Rosário e a segunda a das Horas, por nela se rezar o ofício menor, da Virgem, em matinas. No côro havia a imagem de Cristo crucificado, e no Calvário que sustentava a Cruz, muitos «artifíciosos repar-timentos», com relíquias, e por baixo do Calvário um santuá-río com mais relíquias, e aos lados os altares de preciosa talha dourada, e, nos retábulos, graciosos, bem lavrados ni-chos.

Tudo isto se foi. De tudo isto deu conta a selvageria mo-derna que desde 1833 cavalga o preconceito anti-religioso para mais à vontade se espolinhar sôbre as belêzas architectónicas e artísticas dum passado que não volta.

CAPÍTULO VII

As freiras ilustres que povoaram o mosteiro do Sacramento

Dá ainda matéria avondo para mais um capítulo o Convento do Sacramento, o que não admira, porque éle só, com a descrição da sua fábrica e das suas transformações, dificuldades e vida interna, se o fôssemos a esmiuçar, não daria apenas três resumidos capítulos, mas três grossos volumes. Não caberiam, porém, essas larguezas nas ensanchas duma simples monografia e por isso nos propomos dar a cada assunto e a cada monumento ligeiros apuntes, que outros alargarão, se assim o julgarem necessário e para isso tiverem elementos, coisa difficil de obter na barafunda dos nossos arquivos e repartições.

* * *

Diz o nosso bom Frei Lucas de Santa Catarina que a frouxidão que lavrava nos conventos à data da fundação do do Sacramento se explicava em grande parte pela razão «de começar a ser género de vida, o busca-a em humna clausura, quem a não podia ter no seculo com mais fausto».

Não assim com o convento dominicano a que lançou ali-cerces a piedade dos Condes de Vimioso, que, orientados por seu irmão e cunhado, o Padre Mestre Frei João de Portugal, se propuseram fazer um mosteiro austeramente reformado, onde a clausura não fôsse um pretexto para vida folgada e livre.

Esteve êste convento para se chamar de Santa Catarina

de Lisboa, que assim o queria denominar o Conde «em reconhecimento de lhe dar aquella Santa para fundadoras as filhas da sua Casa de Évora».

Foi, porém, o caso que a irmã do Conde Dom Luis, Dona Felipa de nome, ao tempo em Santa Catarina de Sena, de Évora, impôs, como condição para vir ser uma das fundadoras do novo mosteiro, que elle se chamasse do Santissimo Sacramento, ao que o irmão prontamente annuiu.

E aqui tem o leitor como Alcântara, em vez de ter um Convento de Santa Catarina, teve um Convento do Sacramento.

* * *

As fundadoras do mosteiro vieram de Santa Catarina de Sena, de Évora, e foram: Sórora Isabel de Jesus, Sórora Joana Baptista, e sua irmã Sórora Felipa de Jesus, filhas de André Bogalho Sobrinho e Dona Mariana Pereira de Savêdo. Com ellas entrou uma noviça de Lisboa, Felipa do Santissimo Sacramento, que era filha de João Vaz Rebêlo; e, para conversas, a viúva Leonôr Pires Rosada e sua filha Cecilia, ambas de abastados lavradôres de S. Miguel de Machêde.

A inauguração foi a 9 de Julho de 1607. As religiosas despiram, no Convento do Salvadôr, os seus hábitos de estamêna, para os trocarem por outros mais modestos — simples e grosseira grisé — fazendo o trajecto de véus sôbre o rôsto, com grande acompanhamento da fidalguia e povo, que as deixaram, à boquinha da noite, na sua nova morada. Ao todo três professas e três noviças — que às duas conversas lhes foi lançado immediatamente o hábito e passaram a chamar-se Sórora Leonarda da Assunção e Sórora Cecilia dos Anjos.

* * *

Para porteira do novo recolhimento foi aceite uma humilde mulher, Domingas Francisca de nome, que deixou de si fama de grandes virtudes, tendo sido eleita Priorêsa do mosteiro,

« não só por mais antiga, mas por dotada de singular singelosa, e brandura », Madre Sórora Isabel de Jesus.

Dai a pouco novas religiosas vieram acolher-se ao Convento de Alcântara: do Mosteiro da Anunciada, Sórora Vitória da Cruz; de Aveiro, Madre Sórora Catarina dos Mártires, vindo juntar-se-lhes Dona Felipa de Portugal, irmã do Conde fundador. A 23 de Agosto de 1607, a Condessa fundadora tomou o hábito e o nome de Sórora Joana do Rosário.

* * *

Vejam agora, num rápido relance, mais alguns nomes ilustres.

Já sabemos que a primeira madre abadessa era filha do dr. Francisco Nogueira de Brito, nascida e criada em Évora, e era sua mãe Dona Cecília de Soure Cogominho, nome illustre e de linhagem.

A segunda Priorêsa foi Madre Sórora Felipa de Jesus Maria, ou seja Dona Felipa de Portugal, que foi, com sua mãe e irmãs, prisioneira de Felipe II de Castela. Dona Felipa era irmã daquele Dom Francisco de Portugal que foi um dos mais acérrimos partidários de Dom António, Priôr do Crato.

Já no novo convento, seguiu-se-lhe Madre Sórora Felipa do Santíssimo Sacramento, filha do nobre João Vaz Rebêlo, e que tinha, no século, o nome de Dona Felipa de Lemos.

* * *

E temos ainda Sórora Madalena das Chagas — Dona Madalena de Vilhena — a mulher de D. João de Portugal, néto do primeiro Conde de Vimioso, o companheiro de Dom Sebastião que deram por morto em Alcácer e que é o « Romeiro » de Garrett no drama *Frei Luís de Sousa*. Dona Madalena casou, em segundas núpcias, com Manuel de Sousa Coutinho, ao depois Frei Luís de Sousa na recolêta de Bemfica.

E deram contingente para o Sacramento as casas nobres

dos Condes de Cantanhêde, dos Marquêses de Marialva, dos Condes de Basto, dos Marquêses de Aguiar, dos Condes de S. Lourenço e dos Condes de Vila Nova, além de muita gente afidalgada e nobre, que fêz, dêste recolhido mosteiro, um alfôbre de virtudes e de nobrêza, a tal ponto que dêle se pode dizer que foi o melhor e o mais selecto do seu tempo (1).

Tudo se foi! ; Louvado seja Deus, que, para satisfazer as ânsias da liberdade e do progresso, já não há conventos, nem freiras, nem frades, nem quem dispa as suas sêdas roçagantes pela estamenha da humildade!...

Mas valha-nos, ao menos, isto: já tivemos a escola «sem Deus, nem religião», que foi a legítima predecessôra das saias por cima do joelho, dos cabelos à *Garçonne*, e tudo o mais que a gente vê, mesmo sem óculos de aumentar.

Safados eram os frades e as freiras dos séculos que já lá vão. Agora a virtude democratizou-se e vai-se servindo por sessões, mais ou menos, em *Cozidos à Portuguesa*...

(1) Na igreja do Sacramento, a 6 de Março de 1841, baptizou-se uma filha de Dom Luís Maria da Câmara, que morava defronte. A pequena nasceu a 16 de Fevereiro e a mãe chamava-se Dona Mariana Eugénia de Sá Azevêdo. Foram padrinhos o Marquês de Penalva e a Condessa da Ribeira. Baptizou-a o Padre Bernardo da Encarnação. O Priôr da freguesia era, nessa época, o Padre José Valério de Azevedo Gomes.

CAPÍTULO VIII

O Quartel dos Marinheiros

O Quartel dos Marinheiros, que está no local onde foi o antigo baluarte, é construção relativamente recente. Fica quasi pegado ao antigo Convento do Sacramento. Na *Ordem da Armada* n.º 68, de 20 de Maio de 1862, veio uma portaria nomeando o capitão-tenente António Augusto de Oliveira para levantar a planta e dirigir as obras, e na *O. da A.* n.º 34, de 31 de Maio de 1865, há uma outra portaria nomeando uma Comissão para examinar o Quartel, já depois das obras terminadas. Esta portaria é assinada por Sá da Bandeira, e a Comissão era composta por: Visconde Soares Branco, major-general da Armada; Visconde da Praia Grande de Macáu, inspector geral do Arsenal da Marinha; e pelo Conselheiro capitão de mar e guerra Francisco António Gonçalves Cardoso.

O edificio fôra dado por concluido em 8 de Maio de 1865. O Côrpo de Marinheiros havia sido criado por Carta de Lei de 8 de Agosto de 1854 na *O. da A.* n.º 243 dêsse ano.

É um edificio com dois andares, bem lançado, tendo, além do pátio interior, uma ótima parada, cuja muralha corrida se estende ao longo da rua 24 de Julho, tornejando para a rua Tenente Valadim. Tem o grãve defeito de ficar entalado entre várias edificações e no centro dum bairro populoso e fabril. Não há belezas architectónicas a destacar. O que nêlle existe de importante, e isso não vem para aquí, é a sua história política, principalmente a começar na revolta dos marinheiros, no tempo de El-Rei D. Carlos.

Como datas históricas a fixar para o estudo minucioso da sua história, há o «5 de Outubro», o «14 de Maio», o «5 de Dezembro» e o «7 de Fevereiro».

Pelo penúltimo dêstes movimentos, a artilharia de Monsanto produziu-lhe estragos de relativa importância na cimalha, por sôbre o largo portão da entrada.

* * *

Tentei fazer uma notícia mais circunstanciada. Bati a inúmeras portas, e uma delas a do arquivo do Ministério da Marinha. Nem uma palavra consegui!

Sôbre o Quartel dos Marinheiros, que é, pode dizer-se, dos nossos dias, nada existe escrito, e se alguma coisa há nos arquivos, ninguém sabe onde pára.

Que tristeza! Ainda não há muito me afirmaram que o arquivo do Côrpo de Marinheiros se encontrava, como que abandonado à acção da humidade e do tempo, nas antigas prisões do quartel, onde por acaso tinha sido encontrada a planta do edificio, que hoje se encontra no Ministério da Marinha e na repartição competente. Acho lastimável e condenável êste desleixo, porque a acção do Côrpo de Marinheiros nas nossas guerras de África é brilhantissima, como interessantes não deixam de ser as vicissitudes por que o Côrpo de Marinheiros tem passado, mórmente nos últimos anos da sua agitada vida.

Faço votos por que algum dos seus ilustres officiais ainda vivos lance ombros à árdua mas proveitosissima emprêsa de lhe erguer o único monumento que todos nós festejaríamos de bom grado: a história da sua vida aguerrida e anedótica. Pela minha parte, ai ficam os pouquissimos elementos que, a seu respeito, pude coligir.

CAPÍTULO IX

As águas no bairro de Alcântara

Da margem esquerda da ribeira de Alcântara, descritos os Conventos do Sacramento e do Livramento, resta-nos ainda o Palácio das Necessidades, que só por si dava também uma monografia, as Capelas da Senhora dos Prazêres e do Triunfo, a Cova da Moura, o Palácio dos Brunos e o Fontenário da Praça de Armas. De tudo isto, tirando o Palácio das Necessidades, pouco tenho, mas alguma coisa é. Tratemos, porém, nesta crónica das pequenas coisas e deixemos para depois as de maior monta. Começemos pelo fim — o *Fontenário da Praça da Armada*, ou talvez melhor: as águas de Alcântara.

Esta Praça da Armada, que fica entre o Bêco dos Contrabandistas, a Rampa das Necessidades e as ruas do Priôr do Crato e do Arco, a entestar com a rua do Sacramento, já se chamou Largo de Alcântara, Praça de Alcântara, Praça de Armas e da Marinha, e vulgarmente Largo dos Marinheiros.

Também, não oficialmente, já o pòvo lhe chamou a Praça do Baluarte.

É neste largo, à direita de quem segue para Belém, que se encontra o antigo chafariz das Necessidades, um dos mais imponentes dos bairros ocidentais, fronteiro ao antigo Quartel de Marinheiros, e à sua porta principal.

Segundo Veloso de Andrade, nas suas *Memórias*, tinha, em 1851, 4 tubos, 2 companhias de aguadeiros, 2 capatazes, 66 aguadeiros e 1 ligeiro.

Substituiu o *chafariz das Necessidades*. Êste, em 1779, dava os seus sobejos, metade ao Sacramento, metade ao Li-



vramento. Junto ao Quartel de Cavalaria, nas dependências do Convento do Livramento, havia um tanque privativo do Quartel e que fôra mandado fazer à custa do Cofre das Águas Livres, em 1779, mas só acabara em 1784. Já não existe.

* * *

Na Quinta da Horta Navia, de que era directo senhôr o Mosteiro das Comendadeiras de Santos, e em 1514 enfiteuta Pedro Anes, havia uma fonte que era do domínio público e deu origem a questiúnculas várias chegadas até El-Rei, que nesse ano de 1514 mandou ao Senado se respeitasse tal domínio. Em 1660 o senhorio útil da Quinta pertencia a António de Andrade de Gambôa, que fêz nova demanda, e, parece, conseguiu seus fins, visto dessa data em diante não se tornar a falar nessa fonte, que deixou então, ou mais tarde, de pertencer ao domínio público.

* * *

Na Pimenteira havia uma fonte de água, ainda hoje afamada, que em 1617 era propriedade de Joaquim Alves de Pavia, e de que o público se servia com grande aprazimento, já pela finura, já pela frescura da referida água, hoje ainda das mais reputadas do Bairro.

Também existia o Pôço das Flamengas, de água reputadamente medicinal, com virtudes diuréticas, «bôa, clara, leve e delgada», ótima para todos aqueles que sofriam de queixas nefríticas. Foi água de grande fama e jaz hoje em completo abandôno e esquecimento. Esta água era precisamente igual à do pôço de Vasco Fernandes César, que foi Viso-Rei da Índia e do Brasil e cuja Quinta era nos terrenos junto a Santo Amaro.

Finalmente tínhamos a Bica da Tapada, que existia, em 1843, à direita do portão, do lado poente. Neste ano alargou-se a porta que ainda hoje lá existe, e passou a bica para o lado

esquêrdo, onde está, e cuja água serve, nas grandes estiagens, os moradores da Calçada da Tapada e ruas circunvizinhas.

Isto sem falar nas muitas outras nascentes do bairro, principalmente as da Tapada, que mereciam um capítulo especial se eu tivesse tempo para o fazer.

Sôbre águas preciso também registar que ainda hoje subsiste a denominação de Largo das Fontainhas e rua das Fontainhas.

Isto quer evidentemente dizer que naquele sítio deviam ter existido fontes de água nativa. Nos meus apontamentos tomados directamente da tradição oral, tenho que esta nomenclatura se deu mercê de três fontes que rebentavam sobranceiras ao rio, em rocha viva, num môrto que ficava ao meio da rua, pouco mais ou menos defronte da actual rua da Escola Asilo. Apenas a tradição oral. Falou-me várias vezes nisso um alcantarense estudioso e curioso, Brito Nogueira, que tinha um escritório de comissões quasi fronteiro à citada rua, e cuja edificação êle me dizia estar feita sôbre as antigas nascentes.

¿ Onde foi Brito Nogueira encontrar a razão do seu dito? Não sei. Eu nunca vi nem li documento algum que sôbre tal me elucidasse, o que não quer dizer que não haja.

Em investigações desta natureza a última palavra dão-na sempre os documentos, e êsses, para se encontrarem, demandam paciência e tempo. Lá paciência talvez eu arranjasse, agora tempo é que não.

Que outros o façam. Por mim terei muito prazer em registar as descobertas e louvar os autôres...

* * *

A falta de água em Lisbôa é velha pécha que tem séculos. Já em 1620 Felipe III recomendava à Câmara que tratasse urgentemente do assunto, porquanto isso se fazia mistér. Êste *urgentemente* levou um século a resolver.

Aos que pelo assunto se interessarem recomendo, além da obra citada e de uma muito rara monografia sôbre as águas e

nascentes das reais propriedades, o t^omo x dos *Elementos*, de páginas 8 a 26.

Em 1928, Alcântara, a respeito de águas, está pior do que em 1620.

Só tem água no inverno e não é todos os dias. Mas quando a tem, graças a Deus, é carregadinha de tífos.

Já agora esperemos que daqui a mais um século o problema se resolva...

CAPÍTULO X

O Convento do Livramento

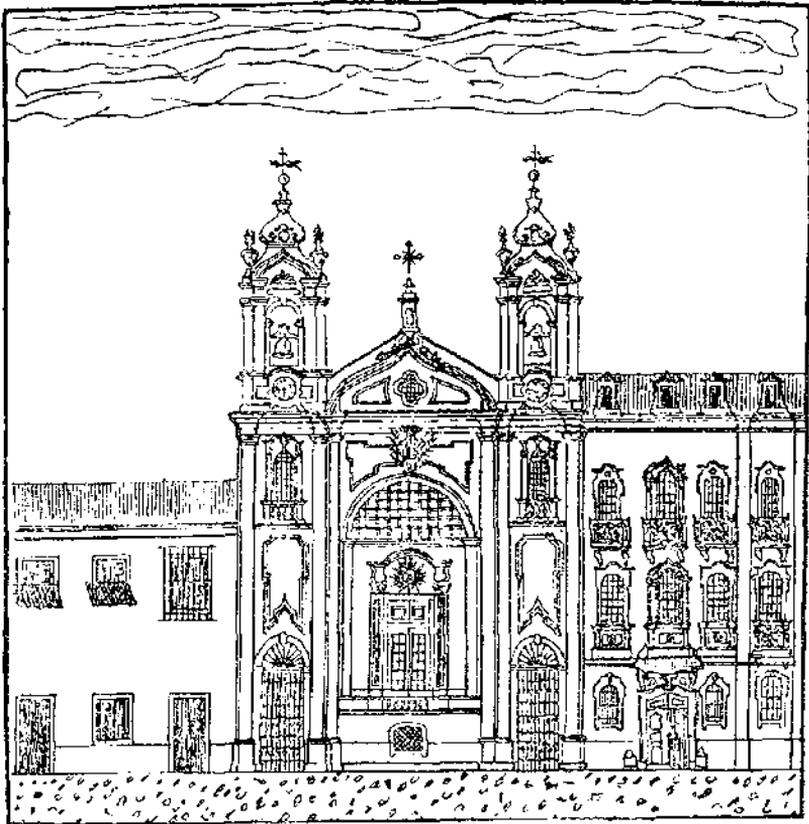
Os „porquês” e as razões da sua construção

Quanto mais estudo e profundo a Alcântara dos séculos xvi e xvii mais admiró as radicais transformações por que passou este feracíssimo vale, cuja fisionomia de século para século foi perdendo, em perspectiva e em paisagem, tóda a sua riquíssima beleza.

A ribeira de Alcântara era, no século xvi, suficientemente larga e abundante de águas, com os seus afluentes hibernais da Pimenteira e do Alvito, hoje completamente desaparecidos. A navegação de pequenos barcos e falúas fazia-se até ao cais das Fontainhas, próximo à ponte. E duma e doutra margem havia quintas de recreio, bem cuidadas e bem tratadas, que davam ao local um aspecto completamente diferente dos outros arredóres da cidade, que não tinham, como Alcântara, uma ribeira que os aformoseasse, os alindasse, lhes dêsse, a dois passos da grande metrópole, um tão grande número de naturais encantamentos.

Aqui a razão porque os Reis, os Nobres, os Fidalgos e o Povo por ela se sentiram atraídos a tal ponto que, dois séculos depois, da Alcântara do século xvi só restava a saudade dos seus recantos paradisíacos.

Nós nunca tivemos, colectivamente, o culto da Natureza e da Arte. Temos estragado, pelos tempos fóra, o que de bom e de belo a Terra-Mãe nos forneceu. Alcântara é o exemplo vivo e frisante da nossa falta de gôsto e do nosso desprezo



IGREJA E CONVENTO DE N. S. DO LIVRAMENTO

(Hoje desaparecidos)

pelo que herdámos, e que tão facilmente inutilizámos. Para que Alcântara fôsse ainda hoje um dos mais lindos e mais pitorescos arredores da capital, bastava que os nossos vereadores de então não tivessem consentido no amontoado de vielas e arruamentos sem nexos, e no entulhamento criminoso e anti-higiênico da graciosa ribeira. Se em vez de terem feito, aí por 1870, o semi-encanamento do caneiro, o tivessem alargado, como então ainda foi propôsto num dos muitos projectos de melhoramentos do Pôrto de Lisboa, Alcântara, até mesmo sob o ponto de vista comercial e industrial, seria hoje coisa bem diversa de louvar.

O pensamento remoto, que chegou até nós nas páginas velhinhas e encantadoras de *O Sítio de Lisboa*, de se ligar a ribeira de Alcântara com o rio de Sacavém, poderá ser apenas uma deliciosa fantasia de românticos, mas a ideia, em tempos de D. José I, de mandar construir o Régio Palácio no Planalto do Campo de Ourique, sobranceiro à ribeira e comunicando com esta por uma escadaria monumental, foi, por certo, o primeiro rebate dos megalomânicos projectos que se deviam realizar no reinado seguinte, e um dos que faz pena que não tivesse sido executado. Está o leitôr a ver o que seria êsse Palácio e o que seria Alcântara, com a sua ribeira suficientemente alargada, já hoje amplo canal, testa da linha férrea de Sintra e Oeste, descongestionando o movimento incomportável da actual estação Central do Rossio e dando ao traçado da linha férrea de Oeste uma directriz mais consentânea com as necessidades da região atravessada.

Nada disso se fêz, infelizmente, pelo mesmo espírito negativo de ramerrão maometano em que ainda hoje mergulhamos o melhor das nossas afamadas energias da Raça.

Ora um dos sítios mais belos e mais pitorescos da Alcântara do século XVII era, sem dúvida, aquele onde se encontrava edificado o pequeno mosteiro do Livramento, num alto, com seu gracioso mirante sobranceiro ao rio, sem edificações a barrarem-lhe as vistas do Tejo e da serra, e com uma ampla estrada de comunicação a ligá-lo com os edificios dos conven-

tos vizinhos — que a Alcântara que estamos desentulhando das ruínas do Passado era, como já o afirmámos, um vasto alfôbre de palácios e de conventos.

¿ Quem haverá aí, porém, que ao passar na rua do Priôr do Crato, ou visitar, por curiosidade, as pobres e míseras barracas do Pátio dos Quintalinhos, se aperceberá de que a área de terreno circunscrito à travessa e à calçada do Livramento, semi-círculo cujo diâmetro é formado hoje rigorosamente pela rua do Priôr do Crato, era a mesma onde, há dois séculos apenas, florescia, na graciosidade dos seus contornos, um dos mais afamados e procurados refúgios espirituais da Lisbôa de antanho ?

Ninguém, por certo. Nem eu mesmo, que há quasi dez annos busco e rebusco descobrir nas pedras e nos calhamaços que nos deixaram, dispersos aqui e além, nem sempre com requintes de cuidado, a Alcântara dos tempos idos, o supunha.

Fantasiava eu, como quasi tôda a gente, a igreja do Livramento muito mais lá em cima, a entestar com o largo da Armada e a rua do Sacramento, quando o simples achado duma lápide tumular, esquecida e desprezada, me deu o fio da meada para a reconstituição de todo êste precioso monumento seiscentista.

Bem-aventurados sejam os nossos previdentes antepassados que, não se fiando, nem na memória, nem na gratidão dos homens, confiavam ás lages dos seus túmulos, em legendas cuidadosamente explicativas, as razões da sua terrena existência através os seus feitos e as suas virtudes.

Só assim, mesmo quando das pedras escrituradas se fazem parêdes, a gente, mais tarde ou mais cedo, vem a descobrir preciosas indicações para o edificio sempre inacabado e incompleto da História.

É o que me tem acontecido em Alcântara, como aliás succede em tôdas as nossas terras onde o *progresso* liberal de 1833 chegou e operou, de braço dado com a mais alvar, a mais estúpida e a mais descarada de tôdas as reacções: — a reacção maçónica do bota-abaixo e do coice.

* * *

A rua que vai da Praça de Armas até ao largo de Alcântara chamava-se, ainda há pouco, *Rua do Livramento*, e chama-se hoje, bem imprópriamente por sinal, *Rua do Priór do Crato* — *Dom António, o heróico vencido de Alcântara*. Claro, a vereação que tal mudança fêz, não sabia porque é que esta rua se chamava do Livramento, nem tampouco porque é que tratava o sr. Dom António por *heróico vencido*. Mas apeteceu-lhe fazer essa mudança, supondo talvez que com ela prestava culto à verdade histórica e suprimia, ao mesmo tempo, das esquinas da cidade, uma designação obsoleta que coisa alguma justificava. Nada mais infeliz do que estas mudanças em que andamos há uns anos a esta parte! Geralmente as velhas designações representam o que resta, na memória dos homens, dum passado gloriôso. São como que o índice da nossa história citadina, o único que serve de guia aos investigadôres, e de amparo a um culto que se vai obliterando na esquecida gratidão dos contemporâneos, sobre acontecimentos, homens e monumentos cobertos há muito pelo pó dos séculos. Neste caso, a *Rua do Livramento*. Era toponimicamente a única viva recordação do velho convento do mesmo nome, hoje desaparecido, e que ficava um pouco abaixo — duzentos metros, se tanto — do Convento do Sacramento, a que já nos referimos. Retirado agora êsse nome, mais fácil será ainda, às gerações futuras, esquecerem por completo um dos mais pitorescos edifícios da Alcântara do século xvii. E sem vantagem o fizeram! Se queriam perpetuar, na memória dos alcantarenses, o aventureiro filho da Pelicana, podiam fazê-lo, com mais propriedade, mudando o nome ao largo de Alcântara, porque foi ali, junto à ponte, que a batalha de Dom António contra o Duque de Alba mais encarniçadamente se travou, desenvolveu e finalizou. Com essa substituição nada era prejudicado, nem sequer o próprio largo, visto como a sua designação não rememora nenhum

acontecimento histórico e podia por isso mesmo substituir-se sem ingratidão ou gravãme. Já o mesmo não aconteceu com a *Rua do Livramento*. O seu nome não era uma vaga designação do Acaso. Era, para nós outros, o ponto de referência a um edifício hoje por completo desaparecido.

* * *

Nos fins do século xvi havia entre os terrenos onde se edificou o Convento do Sacramento e a ribeira de Alcântara, a oeste da pequenina Ermida das Necessidades, «um áspero monte, e tóscro rochêdo», com terras e vinhas para o lado do norte, «agradável pela pureza dos ares, vizinhança do mar, e recreio da vista», conforme no-lo descrevem, na *Historia Cronologica*, Frei Jerônimo de S. José, que foi cronista, definidôr e visitadôr geral da Ordem da S. S. Trindade na provincia de Portugal, e Frei Agostinho de Santa Maria, no *Santuário Mariano*, duas obras preciosas, raras e de elevado preço no mercado librêscio. Êste monte, áspero e agressivo, mas cuja invejável situação era, nesse tempo, como já mais do que uma vez frizãmos, um encanto, pertencia a um homem de Bemfica, chamado Francisco Poderôso, a quem algumas pessoas de bom gôsto por várias vezes o tinham querido adquirir. Resistiu o bom do homem a tôdas as ofertas, até que um dia o procurou o dr. Rodrigo Homem de Azevêdo, para o comprar. Que lho vendesse, porque se não tratava de negócio terreno, mas de pia intenção: — Construir ali uma capela em cumprimento dum voto, de sua mulher, a Maria Santissima. O Francisco Poderôso, homem profundamente religioso, acedeu, com visível agrado, ao pedido, e vendeu-lhe o terreno.

* * *

Êste dr. Rodrigo Homem de Azevêdo tem nome e tem história. Foi um dos mais acérrimos partidários de D. António, Priôr do Crato, e como tal tomou parte em todos os

actos de hostilidade à Espanha. Vencidos os portugueses, entregue o Reino a Felipe II, Rodrigo Homem foi prêso e encerrado nas prisões do Castelo, como tantos outros, de-certo para o confisco dos bens e da vida. Foi nesta altura que a espôsa, senhora devotíssima da Mãe de Deus, Se lhe entregou, implorando-lhe a protecção e a graça dum livramento.

Conta agora Frei Agostinho de Santa Maria que a Virgem lhe apareceu em sonhos e lhe disse: «*Não te aflijas, eu que tudo posso, te livrarei: e se algum dia me quiseres ser grato, me farás um templo*». Certo é que Rodrigo Homem de Azevedo, quando o Capitão da Guarda, em nome do Vice-Rei Cardial Alberto (1), lhe entrou no cárcere, em vez de ir para o suplicio, como julgava, foi mandado em paz, sem mais

(1) Cardial Arquiduque, sobrinho e irmão de Felipe II de Espanha, 6.º filho de Maximiliano II. 1551-1621. Foi Cardial Arcebispo de Toledo e Vice-Rei de Portugal, de onde saiu (*H.*, II, pág. 81, nota) a 16 de Agosto de 1593, «havendo governado este reino — diz o *Gabinete Historico* — pouco mais de dez anos: levou de Portugal muitas riquezas (Pudera! Portugal foi lauta bôda onde comeu a Espanha tôda...), deixando nêle poucas saídas; porque no seu tempo padeceu o reino muitas tribulações, e se derramou muito sangue dos que eram ou se diziam, da facção do sr. D. António» (*G. H.*, t.ºmo II).

Em 1595 vêmo-lo no governo dos Países-Baixos, que com a Franche-Comté lhe foram dados por Felipe II. É que o Cardial teve para com as vestes prelatícias o mesmo escrúpulo que tivera com os bens dos portugueses. A estes *arrecadou-os*. Aquelas deitou-as fóra para casar com uma das filhas do astuto e feroz *Diabo do Meio-Dia*...

Uma das grandes ambições dêste Cardial Alberto era a de se assenhorear da Holanda, o que tentou fazer numa encarniçada luta, em que não levou a melhor, sendo completamente derrotado em 1600, na batalha de Nieuport, por Maurício de Nassau. A filha de Felipe II que foi mulher do Cardial Alberto era a Infanta D. Isabel, filha do terceiro matrimónio dêste pérfido, tórvo e sanguinário monarca, e de Isabel de Valois. Quando o Arquiduque Alberto deixou Portugal, Felipe II nomeou para o substituir cinco portugueses desavergonhados, cujos nomes é bom lembrar de vez em quando: D. Miguel de Castro, Arcebispo de Lisboa; D. João da Silva, Conde de Portalegre; D. Francisco Mascarenhas, Conde capitão-mór dos ginêtes; D. Duarte de Castelo-Branco, Conde de Sabugal, e Miguel de Moura, o célebre Escrivão da Puridade.

explicações. «Milagre!» exclamou a aflita espôsa, quando o marido lhe entrou em casa. E logo ali lhe disse o que tinha feito, a sua fé inabalável em Maria, a sua promessa, e ambos, radiantes com a liberdade adquirida, ajustaram logo levantar uma capela à Senhora do Livramento.

E a capela, ainda então apenas em desejos e em promessas, foi o alicerce espiritual do futuro convento, como no próximo capítulo se verá.

CAPÍTULO XI

O Convento do Livramento

O que foi — Como viveu — E como desapareceu

Comprado o terreno, próximo ao Real Palácio de Nossa Senhora das Necessidades, e morta já a primeira mulher de Rodrigo Homem de Azevêdo, deu-se êste pressa em cumprir os desejos da ilustre marrona, mandando construir uma capela, em forma redonda, que pouco durou.

As parêdes, de fraca resistência, não agüentaram a abóbada e tudo se desmoronou. Não desanimou o Doutor Azevêdo e mandou-a reconstruir, com mais largueza e melhor segurança, edificando-lhe ao lado casas de residência, o que tudo se encontrava concluído em 1610.

Neste ano houve pomposa procissão, da igreja de S. Paulo para a nova capela para onde foi transportada a imagem da Senhora. Até sucedeu que, ao passarem na Pampulha, uma pedra caiu duma janela sôbre um pequenito — sem que êste alguma coisa sofresse (1).

(1) De mais dois casos milagrosos tenho conhecimento.

* * *

Quando nasceu a quarta filha do Príncipe D. José e da Princesa D. Mariana Vitória de Bourbon, a 25 de Julho de 1746, a respeito dêste bom successo a *Gazeta de Lisboa* dava-o como devido a ter «Deus ouvido as frequentes preces que a este fim se fizeram em todas as communidades d'esta Côrte, e com especialidade a dos religiosos Trinos de N. Snr.º do Livramento, de Alcantara, cuja milagrosa imagem Sua Alteza visitou

* * *

Grande foi a devoção das gentes dessa época a Senhora do Livramento. Todos os anos, a 5 de Agosto e a 8 de Setembro, havia festa rija, com grande concurso de povo.

Falecido Rodrigo Homem, passou o domínio da capela para seu neto Luís de Sousa Ferraz, que o legou a sua tia D. Maria de Alcáçova, senhora de reconhecida virtude. A 2 de Abril de 1677, o provincial Frei António Rolim, da Ordem da S. S. Trindade, tomava conta, por definitivo legado, da capela e seus anexos. Em 1686, morta D. Maria de Alcáçova, a Ordem dos frades trinos tomava conta de tudo, e a 10 de Maio do mesmo ano erigia a nova Presidência, com a assistência de alguns religiosos. Entre estes havia um antigo boticário lisboeta, Frei Jerónimo de Jesus, que à sua custa mandou deitar abaixo a capela, edificando a igreja do novo convento que chegou até quasi aos nossos dias. Era duma só nave, tóda em abóbada, com altar-mór e dois altares laterais. No altar-mór havia ótima talha dourada, ao gosto da época, com trono e camarim onde foi depositada a imagem da Virgem. O altar do lado da Epistola era o do Santíssimo e de Santa Gertrudes o do Evangelho.

varias vezes no tempo da sua prenhez, e mandou alumiar no seu throno desde as primeiras preces até o seu feliz parto.» (*Gazeta de Lisboa*, n.º 39, de 27 de Setembro de 1746).

* * *

A 22 de Fevereiro de 1738, havendo uma prolongada estiagem, os religiosos trinos de Alcântara levavam na procissão *ad petendam pluviam* a imagem de N. S.ª do Livramento, e quando chegaram à Pampulha, o vento, que há muitos dias soprava do norte, virou repentinamente ao sul, começando a chover tanta água e tão inesperadamente que tóda a procissão teve que se acolher à igreja de Santo Alberto. Assim no-lo conta a *Gazeta de Lisboa*, n.º 13, de 27 de Março dêsse ano.

* * *

Diz agora Frei Jerônimo de S. José:

«He esta Igreja alegre, com sufficiente Côro, dous pulpitos, o tecto de abobeda pintado, e as paredes ornadas com quatro preciosos paineis de molduras douradas da vida da mesma Sagrada Virgem, hum de 18 palmos que se acha defronte da Real Tribuna, e os outros de 14. A Sachristia he proporcionada, e ainda que pequena, muito importante pela prata que tem, riquissimos paramentos dados pelas Augustas Magestades, e mantos preciosos da mesma Senhora, singularmente bordados, pelas mãos da Serenissima Princesa, e Infantas.»

* * *

Tal era a igreja. O Convento, apenas para 16 religiosos, era pequeno, mas desafogado para os seus moradôres, com três dormitórios e várias acomodações, tôdas confortáveis. A cêrca, tôda murada, com alto mirante de agradabilissima vista de mar e terra, tinha horta, ruas de fresquissimas sombras, vinha que lhes abastecia avondo a adêga parcimoniosa, e um tanque de água nativa, com diversidade de peixes que serviam de agradável entretenimento aos frades.

Tudo isto desapareceu, incluindo a água... que se não sabe para onde foi.

Vem a peito repetir-se aqui que Alcântara foi sempre, menos agora, abundantissima de águas, desde as águas para beber até às águas medicinais da cêrca das Flamengas. Mas isso já foi dito num capítulo especial onde se demonstrou que falta de água só houve e há em Alcântara depois que existe a Companhia das mesmas.

* * *

O terramoto de 1755 abriu brécha na igreja e no convento.

Para evitar algum desastre, foi construída junto à porta do carro uma capela em madeira, com tôdas as acomodações precisas, onde se exerceu o culto até Junho de 1777, ano em que, segura a igreja com fortes vigas de ferro, a imagem da Senhora voltou ao seu trono, a 21 dêsse mês e ano, com grande pompa e solenidade, saindo a referida imagem do Palácio da Ajuda, em luzida procissão, com muitos capelães, comunidades e confrarias, vindo o andôr aos ombros do Rei, do Príncipe do Brasil, do Duque de Cadaval e do Marquês de Minas, e sendo o acompanhamento tão grande e tão majestoso, que um cronista daquela época só lhe achou simile aproximado na majestosíssima procissão do Corpo de Deus, que nessa época se fazia com pomposo deslumbramento (1).

(1) O que era a procissão do Corpo de Deus, nos áureos tempos de D. João V, a que esta crónica se refere, vamos dizê-lo nesta nota, que se nos afigura indispensável para o leitor menos lido em velharias doutros séculos.

* * *

A procissão do Corpo de Deus, que com tanta solenidade se fazia em Portugal, vem, como a Festa da mesma invocação, dos meados do século XIII. Uma visão de Santa Juliana de Liège, comunicada ao Cônego João de Lausana e a Jacob Pantaleão, Arcebispo da Catedral de Liège, que foi depois Urbano IV, fêz com que este Papa instituisse esta festividade na primeira quinta-feira depois da oitava do Espírito Santo, pela Bula *Transiturus ad Patrem*, de 11 de Agosto de 1264. A Bula, nesta altura, vem apenas tornar oficial e estender a tôda a cristandade a festividade do *Corpo de Deus*. Esta já se celebrava em Liège, na Igreja Catedral de S. Martinho, desde 1247.

A Bula *Transiturus* foi confirmada por Clemente V em 1311 e recebida pela França, Aragão e outros Estados, e por João XXII em 1316, e então recebida por todo o mundo católico.

S. Tomás de Aquino compôs o officio e a missa.

Em Portugal, logo um ano depois da Bula *Transiturus ad Patrem*, o Bispo de Lisboa D. Mateus a fêz executar pela primeira vez com grande pompa e aparato (*H. E. de Lx.* de D. Rodrigo da Cunha).

D. Maria I pediu e obteve que o officio, que tinha o rito da 1.ª classe, fôsse, para Portugal e suas Conquistas, quer a festa quer o oitavário, igua-

* * *

Na Igreja do Livramento, de larga fama e devoção, se enterraram pessoas ilustres, como a mulher do Vice-Rei da

lado em privilégio à festa e ao oitavário dos Santos Reis, o que ficou registado por Decreto de 9 de Junho de 1790.

* * *

A procissão fazia-se em todo o País com muita pompa e riqueza, levando muitas figuras alegóricas, danças e folguêdos próprios da época.

Com D. João V a festa do Corpo de Deus tomou ainda maior incremento e esplendor, e em vez duma procissão, como até ali, duas, uma de manhã no dia da festa para se expôr o Sacramento e dar principio ao Oitavário, e outra de tarde no oitavo dia, para encerramento.

A primeira procissão ficou sendo a da cidade. A segunda a da Sé Patriarcal.

Escusado será dizer que solenidade pública tão demorada e concorrida foi caindo de abuso em abuso até às scenas mais inverosímeis de puro paganismo.

Foi a estes abusos e a estas scenas que D. João V quis pôr còbro com a sua célebre procissão de 1719, que ficou histórica, nos annos das festividades religiosas do século XVIII, em Portugal.

Vale a pena, ainda que a languissimos traços, dar uma idea, tão approximada quanto possível, do que foi essa megalomânica expressão de religiosidade de D. João V.

* * *

Dentro e fóra do templo a riqueza, nas alfaias, nos paramentos, nos ornatos, nas armações, foi uma coisa até então nunca vista. Nas ruas do trajecto — ¡tôdas cobertas por tóldos de brim forrados de sêda pela parte de baixo! — não havia porta nem janela que se não mostrasse engalanada e embelezada. João Frederico Ludovici, o célebre architecto do convento de Mafra, montou no Rossio e no Terreiro do Paço vistosas colonatas com elegantíssimos pórticos, «vendo-se imitada a mais bela pedraria, e tudo embelezado com ricas e custosas armações».

Imagine o leitor que só a do Terreiro do Paço abrangia uma superficie de 31.420 palmos e levou quatro semanas a fazer. As duas custaram ao Erário Público mais de 450.000 cruzados e nelas trabalharam 600 carpinteiros, 184 entalhadores, 90 escultores e 180 pintores. Gastaram-se nos ornatos 420 milheiros de pães de ouro e 560 de prata. Nos festões, empregaram-se 4.279 côvados de tafetá verde e 6.660 de tafetá carmezim. Na

Índia João de Saldanha, D. Joana Bernarda; João Carlos César de Moscôso, da Casa dos Condes de Sabugosa; D. Maria Barbosa de Meneses, Condessa de Alva; do Conde da Ponte, António de Melo e Tôrres; D. Ana Joaquina de Lencastre, Condessa da Ponte; D. Inês de Gusmão, dos Condes de Sabugosa; D. Francisca de Castro, Condessa de S. Tiago; do filho do Conde de S. Lourenço, Pedro Maria de Melo, e de muitos outros nobres e fidalgos que o *terramoto politico* de 1833 expulsou dos respectivos carneiros, para maior honra e glória da estupidez triunfante (1).

cobertura das duas galerias gastaram-se 1.920 varas de lona e no tóldo das ruas do trajecto 18.320 varas de brim!

A maior parte destas coisas ainda existiam em 1755 e arderam no incêndio que se seguiu ao terramoto.

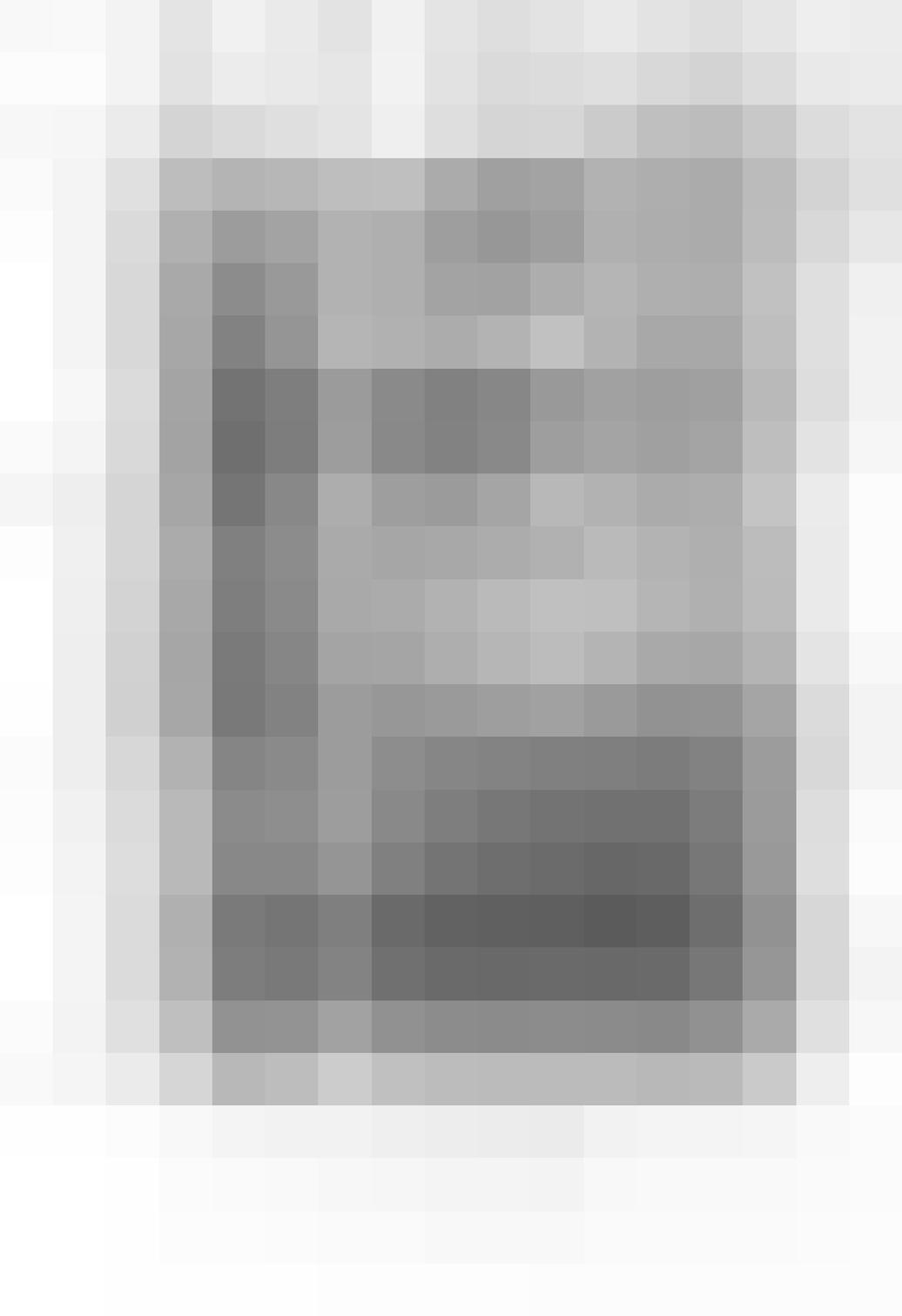
A procissão começou a sair às 7 horas da manhã da Capela do Real Palácio e chegou à Sé quasi à noite.

À frente iam as bandeiras dos officios, acompanhadas de 240 pessoas. Seguia-se o Estado de S. Jorge, ao todo 70 pessoas e 51 cavalos. Irmandades. Confrarias. Comunidades. Colégios. Congregações. Freguesias. Eram 22 com 1.022 eclesiásticos. O Arcebispo Vigário Geral com o seu cortejo. Cavaleiros e Comendadores das Ordens Militares. O Corpo da Patriarcal, officiais môres, Casa Real, El-Rei e Infantes. E, a seguir, a guarda dos Archeiros, em duas alas, desde os cônegos até fechar por detrás da Côrte. Ao todo, 12.000 figurantes!

Faça-se por aqui uma pequena idea do que isto foi e do que isto era!

(1) No altar-mor da igreja havia a jazida do fundadôr, que se encontra hoje ao tópo do saguão do actual edificio da Caixa Geral dos Depósitos e que melhor estaria se a tivessem mandado para o Museu Arqueológico do Carmo, onde era o seu lugar. Respeito a factura da escrita. Reza assim:

S.^A DE R.^O HOMEM DE AZEVEDO
CIDADÃO DESTA CIDADE
E DE SUA P.^{MA} MOLHER JERON.^{MA}
JORGE E DE M.^A DALCASOVA
SUA SEG.^{MA} MOLHER OS QUAIS
EDIFICARÃO ESTA CASA
A SUA CUSTA DA NOVA EVO
CAÇÃO DO LIVRAM.^{TO} A P.^{MA}
NESTE REINO NO ANO DE 606
P.^A SI F.^{OS} E ERD.^{OS} PEDEN HV
PATER NOSTER PSVS ALMAS.



* * *

Teve êste convento do Livramento ministros ilustres, como Frei Rodrigo de Lencastre, de sangue real, 5.º neto de El-Rei D. João I; o pregador geral de grande fama Frei Simão de Brito; o célebre pregador Frei Matias do Rosário e outros.

Frei Rodrigo de Lencastre, morreu novo, aos 40 anos de idade, depois de ter resgatado, em Argel, 300 cativos. Avantajou-se-lhe Frei Simão que resgatou 845.

Em 1833, com a extinção das Ordens religiosas, fechou-se o convento e fêz-se, duma parte do Mosteiro, quartel de infantaria da Guarda Municipal.

A breve trêcho a Igreja desapareceu, engulida pelas necessidades... da Caixa Geral dos Depósitos, e de já não há hoje pedra que se reconheça.

Sic transit gloriam civitatis...

Quem agora passar por ali, indiferentemente, a pé ou de elétrico, mal ajuizará do que foram as festas e as funções de antanho, no vasto terreiro em frente do convento e de que aquele hoje apagado sítio pejado todo êle de prédios abarracados foi teatro. Que nem sequer, das belezas do áspero monte e tôsko rochedo de 1600, que Rodrigo Homem de Azevedo comprou ao Francisco Poderôso, de Bemfica, nêsga de horizonte nos deixaram as sujas parêdes das miserias edificações vindouras.

Resta-me dizer que o velho convento desaparecido tinha dois amplos pátios, um interior, lindamente ajardinado, e outro exterior, onde entravam os dourados coches, conduzindo as majestades e os fidalgos.

* * *

Durante muito tempo julgou-se como já afirmei, por erradas notas colhidas em vários historiadores, com Pinho Leal à frente, que uma coisa era a igreja do Livramento e outra a capela do mesmo nome. Hoje já se pode afirmar que igreja

e capela são uma e a mesma coisa, e que era a antiqüíssima igreja do Convento do Livramento aquela carvoaria imunda, a meio da rua do mesmo nome, que eu lá conheci depois de 1910 e que hoje se encontra transformada na sobredita sucursal da Caixa Geral dos Depósitos.

Foi a lápide sepulcral do fundadôr, cujo traslado hoje damos, que me elucidou completamente e me fixou, sem dúvidas para a veracidade dêstes apontamentos, a sua exacta localização.

CAPÍTULO XII

Como a Ermida de Nossa Senhora das Necessidades se fundou e se transformou numa igreja, num hospício e num Palácio

; Aqui estou eu de novo a tentar meter o Rossio na Betêsga! De facto, quer o Palácio, quer o Convento das Necessidades, eram matéria mais do que suficiente para meia dúzia de volumes não muito pequenos. Já vê o leitor que deixar meter êste enorme Rossio da História na pequena Betêsga de uma ou duas crónicas é caso para coçar três vezes na cabeça antes de nos abalançar-mos à empresa. Material, desta feita, tenho eu e muito. A dificuldade está agora em joear o que tenho até ficar o que fôr apenas indispensável. *Hoc opus hic labor est!* Enfim, seja tudo em desconto dos meus pecados e dalguns coices que tenho apanhado pelo caminho da vida. Ainda não há muito que eu, a propósito dos meus pobres opúsculos sôbre coisas de Camilo, dos quais não recebi um vintém que para o culto do Mestre não tivesse revertido, fiquei com as canelas em sangue, e se não fôsse ter usado com energia o chicote da violência, o marau ficava-se ainda por cima a rir.

Diga-se pois, aqui, já que vem a talho de foice, que estas crónicas se escrevem e se têm escrito, apenas por amôr à história do bairro em que vivemos, e que dela não temos outro lucro senão a íntima consolação do devêr cumprido. Que isto se saiba, não vá sair-me ao caminho outro fraldiqueiro rabi-saltão, com prosápias de cão de quinta, a ladrar insultos, nalguma das suas folgas esculapinas...

* * *

O sítio onde se construiu a pequenina ermida que Dom João V havia de transformar mais tarde, em capela e em mosteiro, chamava-se, nos fins do século XVI, o *Alto de Alcântara*, e pertencia por essa época (1598) a Ana Gouveia de Vasconcelos, sobrinha de Francisco Velasco.

Quando foi da peste grande, no reinado de Filipe III e que durou de Dezembro de 1598 até fins de 1604, em cujo período morreram para cima de oitenta mil pessoas, Lisboa quasi que se despovoou. Entre os fugitivos foi para a Ericeira uma familia de tecelões que morava aos Anjos. Na praia da Ericeira havia então uma ermida chamada de Nossa Senhora da Saúde, que os fugitivos frequentavam, até que, passara a tormenta, vieram para a cidade, mas trazendo consigo a imagem. Como não fôsem viver para a sua antiga freguesia mas sim para o sítio novo da Pampulha, travaram conhecimento com aquella Ana Gouveia a quem contaram as suas aventuras religiosas, pedindo-lhe os auxiliasse na construção duma ermida onde condignamente se desse guarida à Santa Imagem que fôra roubada por elles na Ericeira.

A Ana Gouveia deu-lhes logo o terreno preciso, a ermida construiu-se à custa de esmolas e foi-lhe dado o nome de Nossa Senhora das Necessidades. Foi isto em 1606-1607.

Seis anos depois, 1613, já se tinha constituído uma Irmandade de marítimos da Carreira da Índia, e já se tinha edificado uma ermida maior, ornada e azulejada, crescendo dia a dia a fama dos milagres alcançados por intermédio de Nossa Senhora das Necessidades. Junto à ermida ficavam as casas de Ana Gouveia que tomou para si e seus herdeiros o Padroado da Ermida, erigindo à sua custa a capela-mór, onde a Rainha Dona Maria Isabel de Sabóia mandou levantar uma tribuna grande e espaçosa, toda guarnecida de pinturas, dedicando à Imagem da Virgem uma especial devoção, vestindo-a ricamente e enchendo a ermida de muitos ornamentos e riquis-

simas peças. Pode dizer-se que desde Dom João V foi a Ermida das Necessidades da especialíssima devoção dos nossos Reis, que ali iam muitas vêzes e ali mandavam fazer pomposas festas.

Quando Dom Pedro II esteve doente, em 1705, foi a imagem da Senhora para junto dêle, tendo o Rei, que já se julgava perdido, recuperado prontamente a saúde, o que fez com que Dom Pedro, para testemunho da sua gratidão, mandasse pendurar a sua mortalha nas paredes da Ermida. (*G. II.*, t.^o III, 52, v, 110 e xi, 1 e seguintes).

Foi ainda esta mesma imagem que lhe assistiu, no ano seguinte, aos últimos momentos.

* * *

D. João V continuou a devota tradição. Quando às 4 horas da tarde de quinta-feira, 10 de Maio de 1742, a paralisia lhe tomou todo o lado esquerdo, o Rei Magnânimo tratou de se preparar para bem morrer. Confessou-se nesse mesmo dia, e no seguinte comungou e recebeu as absolvições *in articulo mortis*, do Núncio e dos Commissários das ordens terceiras de S. Francisco e do Carmo. (*G.^{ta} de Lx.*, n.^o 20, 15 de Maio de 1742). Inúmeras foram então as préces e procissões que se fizeram. A comoção era geral e sentida. O Patriarca apressou-se a ordenar préces públicas, que começaram logo ao segundo dia da doença e se prolongaram até fins de Junho. (*E.^o*, t. xiv, 46 e seguintes). Em Junho já o Rei estava livre de perigo — a g embarcou êle para as Caldas da Rainha, de onde regressou a 16 de Agôsto (*G.^{ta} de Lx.*, n.^o 34, de 24 de Agôsto) — e em tôdas as igrejas se celebraram solenes *Te-Deum* em acção de graças.

Ainda desta vez Nossa Senhora das Necessidades não foi esquecida. Talqualmente como D. Pedro II, D. João V quis que lhe trouxessem a piedosa imagem para junto de si, e logo que se achou melhor prometeu mandar fazer de novo a igreja daquela Senhora, a quem attribuiu o milagre das suas melhoras. (*G. H.*, t. ix, 256).

* * *

D. João V prometeu e cumpriu. Pertencia então a ermida ao prazo da Ribeira de Alcântara, foreiro à Comenda de S. Brás da Ordem de Malta e na posse de Gaspar Pereira do Lago de Castilho. D. João V comprou-o por escritura de 8 de Novembro de 1742, notas do tabelião Passos.

E porque D. João V, a-pesar-de todos os defeitos que lhe atribuem, tinha para mim a grande virtude de quando sonhava realizar uma obra, a realizava com grandeza e majestade, pensou logo na igreja, no hospício e no palácio. E como tudo isto não ficava bem sem uma grande cêrca anexa, D. João V, por intermédio do seu Secretário de Estado, António Guedes Pereira, comprou mais as seguintes terras:

Uma terra chamada do Arraial e que era do Padre António Baptista Viçoso; uma outra, da mesma designação, a Baltasar Manuel Pereira do Lago; uma terra de pão, à Fonte Santa, a António Rodrigues Dias. Com tudo isto se fez a cêrca, cujas dimensões, demarcações e confrontações vêm no princípio do Livro das Notas do tabelião José António Soares, do ano de 1745. (*G. H.*, t. xi, 8 e seguintes).

Providente, como sempre, e para não ter embaraços de matéria prima, comprou a Paulino da Costa Ribeiro uma terra chamada a Lapa da Moira, no alto do monte fronteiro ao Convento do Sacramento, na qual havia uma enorme pedreira que foi largamente explorada para as obras.

Estas avançaram com presteza e em 1750 estava já concluído o palácio, a igreja e uma parte do hospício. A 25 de Abril de 1757, terminadas as obras, foi o Hospício entregue aos padres do Oratório de S. Filipe Néri, que dêle tomaram conta a 6 de Maio, e nêle abriram aulas que tiveram os mesmos privilégios que tinha a Congregação do Oratório, privilégios que só foram abolidos em 1772 quando se fez, no reinado de D. José, a reforma da Universidade de Coimbra.

Eis a obra de D. João V, digna, como tôdas elas, dos

nossos louvôres e apiausos, porque, satisfazendo os seus desejos e tendências acentuadamente religiosas, não se esqueceu de juntar o divino ao humano, num admirável conjunto digno do maior relêvo.

Bastará dizer que, ficando o novo edificio no já então muito populoso sitio de Alcântara, abrangendo a Lapa, Buenos Aires, e servindo ainda os moradores da Junqueira e de Belém, as aulas das Necessidades eram, além das de primeiras letras e doutrina, gramática latina, retórica, filosofia, teologia moral e um curso de fisica com «huma bem trabalhada collecção de machinas, e instrumentos para todas as experiencias».

Quere dizer: D. João V resolveu, na segunda metade do século xviii, um problema em que os nossos grandes legisladores do século xx ainda não pensaram sequer: — a criação dum liceu em Alcântara.

De facto, para a enorme população de Alcântara, melhor ainda, de Santos a Belém, o liceu mais próximo é o de Passos Manuel, a Jesus.

Fiquemos hoje por aqui.

As Necessidades merecem bem um novo capítulo...

CAPÍTULO XIII

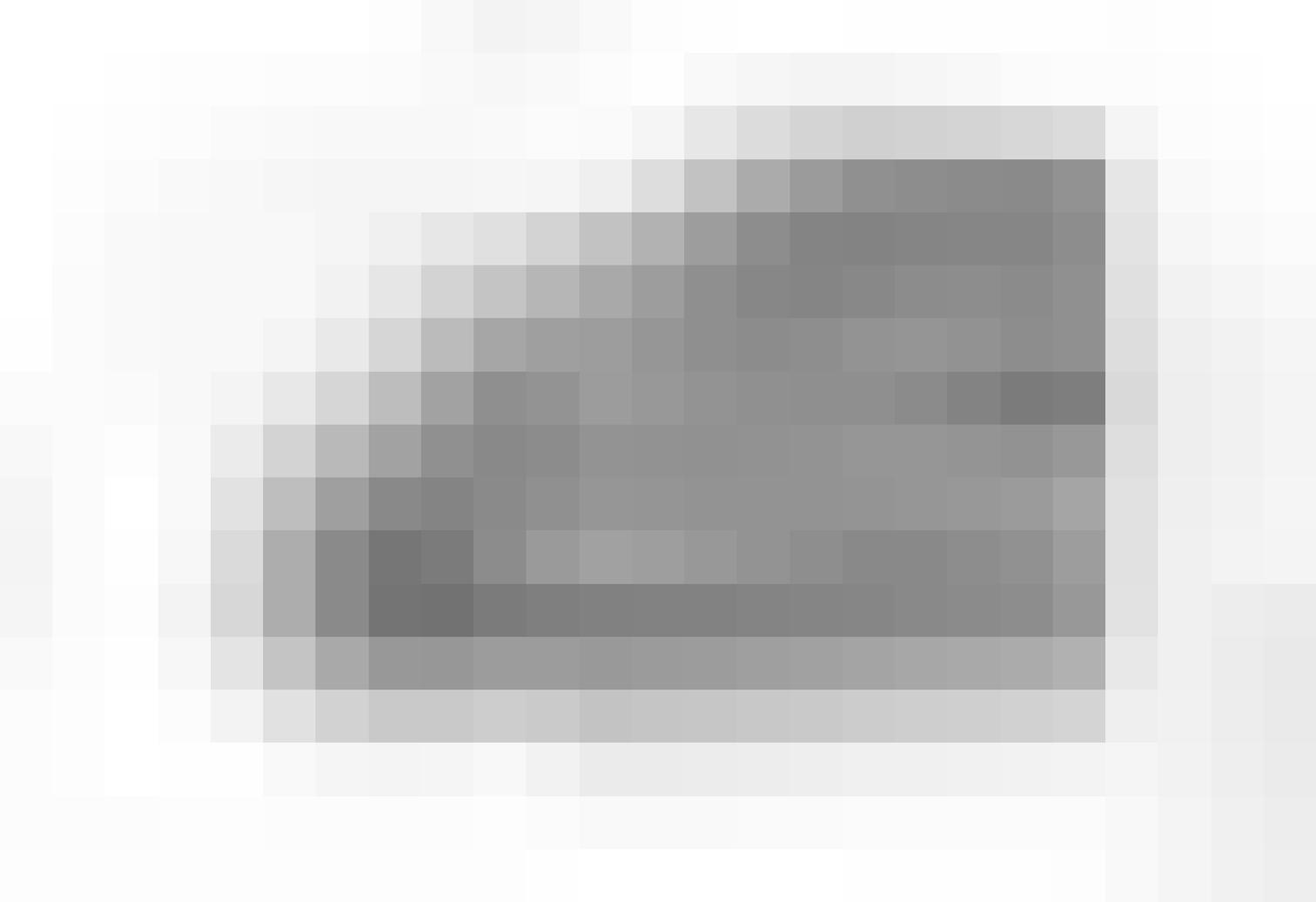
O Palácio das Necessidades

Esplendores e misérias
O que foi, para que serviu e o que é

D. João V faleceu a 31 de Julho de 1750. Junto de si encontrava-se ainda a imagem de Nossa Senhora das Necessidades, que só em Abril do ano seguinte voltou à sua capela. A 16 de Abril d'êste ano o secretário de Estado, Diogo de Mendonça Côrte-Real, comunicava oficialmente ao Presidente da Câmara, que sua Majestade, já então El-Rei D. José, determinava que no dia 19 dêsse mês se fizesse uma solene procissão para restituir a imagem à sua casa, o que se fez com tôda a pompa, da Basílica Patriarcal para a Real Capela das Necessidades, e nisso se dispendeu seis mil cruzados. A imagem levava uma preciosíssima corôa tôda cravada de diamantes, oferta de D. João V, que a mandara fazer em Paris e lhe custara sessenta mil cruzados. (*G.^{1.ª} de Lx.* [Suplemento] n.ºs 18 e 20, respectivamente de 6 e 20 de Maio de 1751).

* * *

A descrição da igreja, do hospício e do palácio encontra-a o leitor, se quiser entrar em minúcias, no *Gabinete Histórico*, t. XI, de págs. 16 a 33. Por ela fica sabendo a magnanimidade com que D. João V dotou tudo isto, direcção e risco do architecto Caetano Tomás de Sousa. É bom frisar aqui que em 1833 os *liberais* de então já não tiveram que se preo-



cupar com as riquíssimas pratas da casa. Estas tinham sido adiantadamente roubadas pelas tropas francêsas em 1808.

A doação aos poderes reais foi feita pelo Decreto de 8 de Fevereiro de 1745 (*Livro vi dos Ass. do S.^{do} oriental*, fl. 79) e pôde o leitor curioso lê-la na integra nos *E.^{os} para a H. do M.^o*, t. xv a pág. 221 a 223.

J. Baptista de Castro também se refere a êste edificio no seu *Map. de Portugal* — às suas «excelentes cellas, vastos dormitórios e primorosas oficinas» e à sua «deliciosa e dilatada cêrca, onde os jardins ornados com immensa copia de flores e grande numero de estatuas e bustos, com bellas fontes de pedraria, compridos passeios e bem ordenadas ruas povoadas de arvores diversas, formavam primorosamente o sitio mais agradável de Lisboa».

A. «Planta topographica do sitio de N. Senhora das Necessidades» feita pelo engenheiro Manuel da Maia, brigadeiro de infantaria, tem-na o leitor igualmente no t. xi dos *E.^{os}*, a págs. 224-225.

Com a extinção das ordens religiosas, após a implantação definitiva do regimen liberal, em 1834, foi o edificio do convento anexado ao do palácio real.

Neste palácio residiram os infantes D. Manuel e D. António irmãos de D. João V, o ultimo dos quais ali se encontrava em 1755.

Nem na igreja, nem no Palácio, o grande terremoto dêsse ano produziu estragos, sendo pequenissimos e prontamente reparados os que occasionou no Convento.

O Palácio foi depois residência de Príncipes estrangeiros e nêle se hospedou o Príncipe de Gales, ao depois Jorge IV, e mais tarde, a quando do casamento de D. Carlos, a familia da Senhora Dona Amélia, e outros príncipes que a Lisboa vieram por essa ocasião.

Também ali se hospedaram Eduardo VII e a Rainha Alexandra.

Antes de se instalar a Jesus, estêve no Paço das Necessidades a Academia Real das Sciências, e em 1821, na grande

livraria do Convento, tiveram lugar as Constituintes dessa época.

Em 1833 foi moradia de Dona Maria II e nella residiram D. Fernando, D. Augusto, Dom Pedro V, D. Carlos e por último ali se encontrava D. Manuel II quando a revolução de 5 de Outubro o surpreendeu, e o fêz sair a caminho do exílio, sob as granadas dos navios revoltados. Nas Necessidades se fizeram grandes e brilhantissimas festas e aparatosas recepções, e nesse Palacio morreram D. Maria II, D. Estefânia, D. Pedro V e o infante D. Fernando.

A biblioteca das Necessidades era riquíssima em livros antigos e manuscritos preciosos.

D. Fernando fêz em todo o edificio grandes melhoramentos e encheu-o de admiráveis quadros alguns de muito valor.

Na capela estêve durante muitos anos a célebre custódia de Gil Vicente, em estilo gótico, adornada de diamantes, mandada fazer por D. Manuel I com o primeiro ouro que nos veio da Índia.

A descrição dos novos melhoramentos, das salas e dos seus adôrnos, que se conservaram até 1910, encontra-se admiravelmente feita num curiosíssimo artigo publicado no *Occidente*, vol. IX, ano de 1886, a pág. 11, que tenho neste momento diante dos meus olhos e por onde se vê a série enorme de coisas raras, célebres e preciosas que o Palacio das Necessidades possuía... e que hoje já não possui.

No antigo Convento está há muitos anos o Quartel General, que se mudou para lá do antigo Palacio da Restauração, ao Largo de S. Domingos; e no Palacio propriamente dito encontra-se, há meia dúzia de anos, o Ministério dos Negócios Estrangeiros, imprópriamente instalado, sem respeito algum, nem pelo passado, nem pela arte que faziam daquele edificio uma coisa digna e nobre, cheio de beléza, de grandéza e de valôr.

Infelizmente foi mais uma parcela do nosso glorioso patri-mónio artistico que a irreverência da estupidez nacional redirziu às proporções criminosas duma repartição pública!...

CAPÍTULO XIV

Escola Real das Necessidades

A D. Pedro V, ainda hoje chorado pelos portugueses que estudam o passado, pode chamar-se, com justiça, um grande Rei, mas há que confessar que êle se nos mostrou ao mesmo tempo um grande amigo das crianças.

Foi numa escola criada por Dom Pedro V — a Real Escola de Mafra — que eu estudei as primeiras letras e fiz o meu exame de instrução primária, e, talvez por isso, à memória do saudável Rei conservei sempre, através de tãda a minha vida, uma veneração muito especial.

Ora Dom Pedro V, que habitou no Bairro de Alcântara e que aqui viu morrer a Rainha sua espôsa, não se esqueceu das crianças do seu bairro predilecto e fundou-lhes a Escola das Necessidades.

Remexendo há dias nuns papeis velhos, encontrei, nos meus apontamentos para esta monografia, um artigo publicado no *Século*, de domingo, 27 de Abril de 1902, e que à criação dessa Escola diz respeito. O artigo não vem assinado, mas disseram-me que o havia escrito o falecido escritor e meu saudável amigo Alberto Pimentel.

Em memória de dois mortos ilustres — um grande Rei e um grande escritôr — tanto maiores quanto mais a morte os afasta de nós, aqui transcrevo, na íntegra, êsse artigo, que a Alcântara pertence e que vem valorizar a pobreza dêstes apontamentos:

« Um nosso amigo, espirito muito esclarecido, investigadôr

credito, professôr distinctissimo e, a illuminar estas altissimas qualidades, um grande coração e um grande caracter de portuguez antigo, perguntou-nos ha dias se conhecíamos a escola das Necessidades, fundada por el-rei D. Pedro V.

«Esta interrogação, a que respondemos por uma negativa, trouxe-nos logo uma intensa curiosidade de conhecer esse pequeno monumento do ensino primario levantado pelo entranhado e solícito amôr pelas coisas da instrucção que o saudôso monarcha portuguez sempre, e nas minimas coisas demonstrou.

«Esse affecto pela illustração das crianças já nós sabiamos que D. Pedro V. o tinha, n'um alto grau de amorôso carinho. Na propria tradição, essa ternura ficou gravada perduravelmente.

Conta o sr. Athayde Oliveira, a paginas 57 dos seus *Contos Infantis* a historia de *Um rei e uma criança*. Esse rei é D. Pedro V; a criança uma menina orphã que cursava primeiras lettras n'uma escola do concelho de Villa Viçosa.

«Um dia de agosto, uma pobre mestra de uma terreola proxima de Villa Viçosa viu entrar pela porta dentro um mancebo vestido de luto. Convidou-o a sentar-se; o mancebo triste sentou-se. Ninguem ali o conhecia. A sua voz era tão sympathica e affavel, o seu rôsto tão cheio de melancolia, que, d'ahi a pouco, as pequenitas rodeavam-o.

«Deu na vista ao mancebo uma pequerrucha vestida de prêto. Inquiriu quem era.

— É a mais-pobre, a mais nova e a mais infeliz das minhas discipulas; morreu-lhe a mãe ha quinze dias.

«O mancebo fixou a attenção na criança e perguntou-lhe o nome.

— Maria, uma sua creada.

— Lembras-te muito da tua mãe?

— Se me lembro? Muito, muito, meu senhor.

«E a criança começou a soluçar.

— Não chores, disse-lhe o mancebo, beijando-a e acariciando-a. Olha, minha filha, no céu estamos bem. Para lá iremos todos. Então sabes muito?

— Sei fazer meia, rezar a Avé-Maria e *offerecêr*.

— *Offerecêr*?

— Sim, meu senhor. Quando rezo a Avé-Maria digo em seguida: offerêço esta Avé-Maria por alma dos meus avós, da minha mãe e da minha rainha.

«O mancebo fez-se excessivamente pallido.

— Tens pae?

— Tenho, meu senhôr.

— E trata-te bem?

— Muito bem, mas tenho tantas saudades da minha mãe!...

«E a criancinha poz-se novamente a chorar. O mancebo commoveu-se tanto que dos olhos se lhe desprenderam duas lagrimas.

— Vossa senhoria está de luto e chóra: morreu-lhe sua mãe? perguntou por sua vez a criança.

— Não seja curiosa, menina, interrompeu a méstra.

— Deixe-a, deixe-a, observou o mancebo. Tua mãe ensinou-te a rezar pela rainha?

— Sim, mou senhôr, minha mãe chorou muito quando morreu a senhora D. Estephania.

— Ella conheceu a rainha?

— Conheceu a rainha de uma vêz que veiu a Villa Viçosa, e conhecia o rei desde criança, quando vinha passeiar á Tapada. Gostava muito do rei por ser triste. Minha mãe era tambem muito triste! Adivinhava talvez que morria cedo.

— As pessoas tristes morrem cedo?

— Dizem que sim; minha mãe era ainda muito nôva e morreu.

— É talvez verdade: *as pessoas tristes morrem cedo* — repetiu o mancebo, cahindo em profunda meditação.

— Conhéces o rei? continuou.

— Não o conhêço, mas todos dizem que é muito bom. A minha méstra ensina-nos a dizêr:— Senhôr D. Pedro V, o *esperançoso*.

— O *esperançoso*! repetiu o mancebo commovido.

«N'isto, batem á porta da rua.

— Entre, respondeu a professôra.

«Entraram diversas pessoas que denotavam evidentemente pertencer á classe mais elevada da sociedade. Apenas avistaram o mancêbo curvaram-se respeitosamente.

— Bem nos disseram que Vossa Magestade entrára n'esta escola.

— Aqui estou — respondeu o mancêbo, que era D. Pedro V — ha mais de uma hora, e creiam que ha muito tempo não passo 60 minutos tanto á minha vontade. Esqueci-me quasi do meu officio de rei ».

«Não, elle não se esquecia do seu officio de rei, porque o seu tempo empregava-o todo em paípar, de perto, as necessidades e as angustias do seu pòvo.

«Esta commovida historiêta, se a transcrevermos para aqui, é porque marca um traço inconfundivel do character de D. Pedro V. Poderá não ser verdadeira na sua essencia, mas é incontestavel que ella é como um symbolo da sua bondade de monarcha e da sua affeição aos pequeninos e aos humildes.

«A figura tão conhecida de D. Pedro V, muito môço, os olhos tristes e profundos, a cabelleira espessa apartada ao lado, n'um empaste cahido sobre as orelhas, o nariz cheio e direito, a bocca pouco accentuada, indicativo de benevolencia e bondade, deixou sempre no espirito portuguez uma impressão de sympathia respeitosa e de saudade que hoje ainda se avigora quando se pronuncia o seu nome.

«Calcule-se, pois, o nosso alvorôço quando soubemos que ainda existia em Lisbôa uma escola fundada por D. Pedro V. Certo, ella estaria ainda toda cheia d'Elle, apesar de tantos annos decorridos. E está! Em tudo, desde o retrato, n'um quadro, ao fundo da sala, por traz da meza do director e sob a imagem do Crucificado, até este grande ensinamento, emoldurado tambem, que se vê por baixo do retrato, elaborado pelo proprio rei:

— «Triste obediencia é aquella que se compra a trôco da ignorancia dos povos: pela nossa parte não receiamos o pòvo

que raciocina, temos a certeza de que esse ha de trabalhar para melhorar a propria sorte muito mais vantajosa e pacificamente.

«Enraizando-se nos habitos populares, a instrucção publica servirá os interésses do povo, servindo ao mesmo tempo os interésses da ordem publica ». —

«O discipulo d'esta escola, todos os dias, tanto á entrada como á sahida, lembra, em adoração, tudo o que deve ao monarcha mais triste e mais desgraçado que tem havido em Portugal.

« A entrada recita a seguinte oração :

— « Espirito Santo, derramae sobre o augusto monarcha, nosso protector, e sua real familia, a brilhante e animadora luz da vossa omnisciencia.

« Abrazai nossos corações do fogo do mais puro amor e gratidão para que nos aproveitemos das lições d'este dia, aprendendo a respeitar nossos paes e nossos superiôres e a ser uteis á patria e á humanidade. Amen ». —

« E á sahida :

— « Graças, oh Deus omnipotente, vos damos pelos beneficios da illustração do nosso espirito quotidianamente de vós irradiados até nós por intermedio d'esta escola, fundação de el-rei o senhor D. Pedro V, que Deus haja em gloria. Amen ». —

« Não nos enganamos. Elle está sempre vivo na memoria da infancia, a quem deu a luz do entendimento. E não perdemos o nosso tempo.

« A escola fica na rampa das Necessidades, n'um rez-do-chão amplo, de tectos muito elevados, com luz a jórros.

« Ali mesmo foi que D. Pedro V a fundou no dia 16 de outubro de 1856. Hoje está restaurada e dividida em duas salas d'aula e uma de recreio.

« Tinham-nos dito que o actual director, sr. Sérvulo da Matta, já regia a cadeira no tempo de D. Pedro V. Mais um appetitivo á nossa grande curiosidade. Mas não; o sr. Sérvulo da Matta, que nos recebe com uma extremada delicadêza e nos faculta todos os esclarecimentos indispensaveis para a

feitura d'este artigo, acompanhando-nos e guiando-nos, não era professor no tempo do fundadôr da aula. Tomou posse d'esta a 8 de abril de 1868.

« Conheceu, porem, D. Pedro V, e por duas vêzes lhe falou. A sua impressão é a mesma que nós tínhamos, sem nunca o têrmos visto nem lhe têrmos falado; de uma grande affabilidade, de uma grande bondade, administrando justiça a quem a tinha, fazendo todo o bem que podia, sendo um desvelado apostolo da instrucção.

— Quere vêr? Nas mais pequeninas coisas se encontra o cuidado que Sua Magestade tomava pela sua escola.

« E o sr. Sérvulo da Matta vai buscar a uma estante um rôlo de papeis. São perguntas feitas a D. Pedro V sobre qual é o livro para desenho que sua magestade quere que se adopte na escola, qual o melhor compendio de historia-patria; e o monarcha a tudo respondia do seu proprio punho. Sobre matriculas, D. Pedro V punha á margem a seguinte nota: « Os que vagarem na matricula de 200, pôde admittir pobres, ou filhos de criados ». E a todas as interrogações sobre preferencia dos livros a adoptar: « O que ao professor parecêr preferivel ».

« O distincto e affavel directôr da Escola Real das Necessidades mostra-nos estes autographos com um justificado orgulho e uma grande veneração pela memoria de D. Pedro V. A pequenada faz uma chilreada alegre. São horas do recreio. Á 1 hora da tarde tudo debandará para suas casas. Depois, entrarão as meninas, que cursam a escola até ao anoitecer.

« Como acima dizemos, a Escola Real das Necessidades foi fundada a 16 de outubro de 1856. Foi seu primeiro professor o dr. Eduardo Napoleão Silva, medico, que ali esteve até 1858. D'esta epoca até 1868, foi professor o sr. Henrique Augusto Wirth, o qual, depois de aposentado, foi substituido pelo actual professor e directôr, sr. Antonio Sérvulo da Matta, antigo alumno da escola normal de Marvilla, que no dia 8 do corrente completou 34 annos de serviço na direcção e regencia da mesma escola.

«Em 1857, passou a escola, com auctorisção do seu fundadôr, a ser *escola primaria official da freguezia de S. Pedro em Alcântara*. Hoje, tem a denominação de Escola parochial n.º 56, Alcântara-Necessidades, continuando, todavia, sob a protecção da casa real.

«Por muitos annos, houve distribuição de premios aos alumnos mais distinctos, presidindo a esta solemnidade o ministro do reino e assistindo funcionarios superiores de instrucção publica. Tanto os premios como os livros e material de ensino são fornecidos pela administração da casa real.

«Dos mappas estatisticos publicados nos relatorios annuaes extrahimos as seguintes notas relativas ás matriculas e aproveitamento dos alumnos: desde 1856 até agosto de 1901 matricularam-se 2:349 alumnos. Desde 1869 (regencia do actual directôr) tem-se realisado os seguintes exames: de passagem de classe, 297; ensino elementar, 62; admissão ao lyceu, 60; elementar do 2.º grau, 17; approvações, 422; distincções, 14; total, 872. Média annual de approvações, 13. Tambem se habilitaram 3 alumnos em portuguez, francez e admissão á Escola Normal, que receberam este ensino como premio do bom serviço que prestaram á escola, como monitores auxiliares do ensino.

«Por concessão da casa real, funciona desde julho de 1895, no mesmo edificio, a escola parochial n.º 57, sexo feminino, da qual tambem é director o sr. A. Sérvulo da Matta.

«Sérvulo da Matta é um dos nossos mais abalisados e distinctos professores primarios, e tem exercido por varias vezes importantes commissões de serviço official, taes como: vogal do jury dos exames para o magisterio primario, admissão á Escola Normal, admissão aos lyceus, ensino complementar; presidente dos jurys de exames elementares e vogal da secção electiva do antigo conselho superior de instrucção publica, nos annos de 1885, 1886, 1889 e 1890; vogal secretario da commissão das reclamações dos professores do concêlho de Lisboa, em 1894; vogal da commissão dos regulamentos da lei de 22 de dezembro de 1894, em 1895; vogal da commissão encarre-

gada de julgar as obras de instrução primaria apresentadas em concurso, em 1897.

« Os honrosos attestados que possui dos commissarios dos estudos e dos inspectôres provam exuberantemente a sua alta capacidade para o ensino primario, de que é um dos mais illustrados ornamentos.

« No *Diario do Governo* de 1875 vem publicada uma portaria de louvôr ao sr. Sêrvulo da Matta pelos relevantes serviços prestados á instrução.

« Como se vê, o honrado e distincto directôr da Escola Real das Necessidades, cujo retrato inserimos como justissima homenagem ás suas qualidades de character primorosissimo e á sua elevada capacidade de pedagôgo, é um dos professôres mais considerados do magisterio primario da capital.

« Para fechar com chave d'oiro um artigo em que a figura radiosa e melancolica de D. Pedro V perpassa n'um fulgido clarão de saudosa sympathia, reproduzimos uma das muitas cartas que aquelle monarcha escreveu ao seu prindeiro ministro Rodrigo da Fonseca Magalhães sobre a instrução primaria em Portugal:

— « Empreguei toda a manhã no exame do officio do governadôr civil da Madeira sobre o estabelecimento de novas cadeiras de instrução primaria para ambos os sexos, n'aquella ilha, e, attendendo á exposiçào por elle feita e ao voto de approvaçào dado ao seu consciencioso trabalho pelo consêlho superior de instrução publica, remetto assignado o decreto que realisa os desejos do mencionado governadôr civil, desejos que, posso dizêl-o, são os meus e os do govêrno.

« O trabalho do governadôr civil da Madeira é um dos melhores papeis sahidos de repartições publicas que tenho visto, e, contendo muito sensatas reflexões sobre o importante assumpto de que trata, *mereceria* ser tomado na devida consideraçào pelo consêlho superior, que d'elle poderia aproveitar alguns conselhos. Um dos pontos a que convem attender é á predilecçào que o consêlho superior mostra pelas estatisticas.

« Attende-se em Coimbra mais aos numeros que á signifiça-

ção moral dos numeros. Temos n'estes ultimos tempos creado numerosas escolas, e n'isso temos feito um serviço ao paiz, mas não devemos lisonjear-nos com a idéa economica de que sem um augmento ou retribuição do professorado seja possível obter os resultados moraes que se pretendem alcançar pela propagação da instrucção; os paizes mais adiantados do que Portugal no que toca a civilisação intellectual é que permitem que n'elles o thesouro contribua com uma somma proporcionalmente minima para a sustentação dos professôres. Em Portugal, é o contrario. São os professôres de instrucção primaria que teem que contribuir para o derramamento da illustração do publico; o augmento de retribuição considero-o como indispensavel e como um dos pontos essenciaes que terão que ser discutidos quando nos occuparmos da necessaria reforma das instrucções, tanto primaria como secundaria.

• Não terão por certo escapado á sua attenção os defeitos da organização do conselho superior de instrucção, que se revelam pelo exame de quaesquer papeis relativos aos objectos commettidos ao seu cuidado. Um d'elles é sem duvida o amor das cifras e o dos formularios mesquinhos desacompanhados dos necessarios esclarecimentos. Em todas as repartições publicas convem que haja regularidade no serviço, mas não mesmo tempo parece-me que essa regularidade não se deve confundir com um grande defeito que nós temos, o de não termos senão raras vezes os desejos de ir além do preenchimento das obrigações diarias.

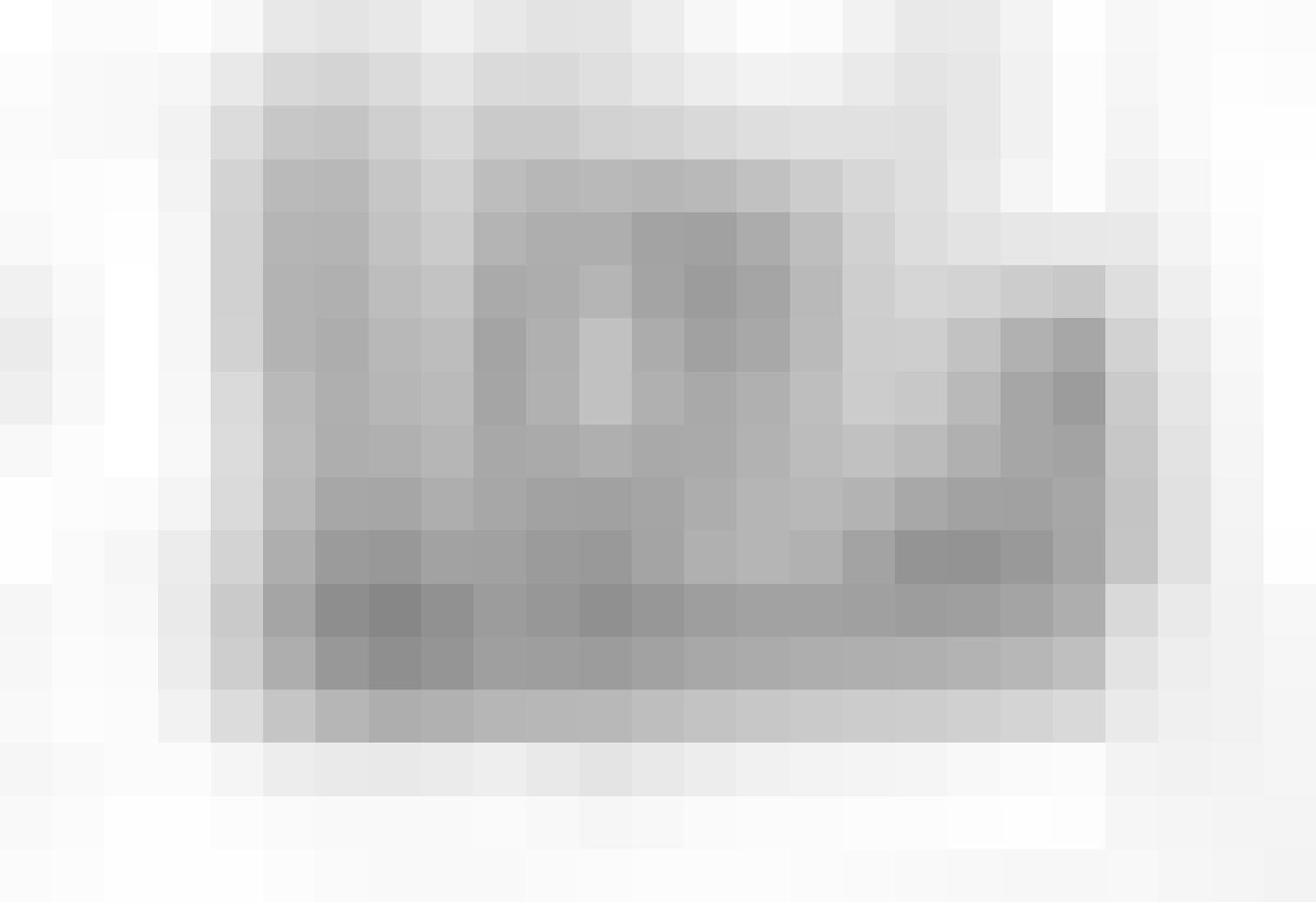
• Conhece bem as minhas opiniões sobre o consêlho superior. É de esperar que um dia seja possível melhorarmos, sem destruir cousa alguma, (que a confusão entre a reforma e a destruição tem sido um dos nossos males) a instrucção publica, mas sem ostentação, e, sobretudo, sem que pareça que são as paixões politicas que alargam ou estreitam o alcance das instituições destinadas a promover a illustração do publico. Não me refiro de modo algum ao presente, quero falar de certos democratas que temos que julgam que só a democracia é que soube resolver o problema do derramamento da luz, e que

consequentemente julgam achar na instrução uma alavanca politica.

.....
«É este um ponto que eu desejo revêr cuidadosamente no meu trabalho, antes de o deixar vêr a luz, porque se me affigura que de certas expressões, aliás innocentes, poderia um partido tirar illações contrarias, não sómente ao meu espirito de imparcialidade, como tambem á indole do meu trabalho, que deve sêr essencialmente *ordeiro*, como hoje se costuma dizer. Cada vêz mais me convenço que ha duas cousas com que não se póde brincar: a polvora, e a tinta, pelo principio do *Scripta manent*.

«Desculpe a dissertação, a carta já vae longa e ainda tenho numerosos papeis a revêr. — *Pedro*.

«*P. S.* — Porque não se publicaram no *Diario* as creações de cadeiras de instrução primaria? Accusam o govêrno de não curar d'este objecto».



CAPÍTULO XV

A Ermida dos Prazeres

A propósito desta ermida — como, afinal, a propósito de tudo — há quem tenha feito afirmações menos exactas, por cópia de outras que já estavam erradas também.

No *Diario de Noticias* de 28 de Agosto de 1887, domingo, lê-se:

«**Ermida de Nossa Senhora dos Prazeres.** — No alto d'aquella vasta cidade dos mortos, que domina do lado occidental da cidade, ergue-se, como sentinella da fé, depositaria da religião que ali acolhe, no campo da paz, as gerações que se vão extinguindo na vasta capital do reino, a ermida de Nossa Senhora dos Prazeres. Esta invocação parece uma ironia cruel, mas considerada no sentido restricto da phrase ella é perfeitamente adaptavel, porque na verdade é no cemiterio que se sepultam os prazeres da vida.

«Como se sabe, o nome vem-lhe da imagem que primitivamente ali se venerava, n'uma pequena ermida a que iam em romaria as multidões, todos os annos, e principalmente a classe operaria, para celebrar o principio do tempo das séstas, officialmente instituidas n'esta região no tempo de D. Maria I. A imagem primitiva, quando se teve de pôr cobro aos abusos que vieram a dar-se nas romarias, estando já aquelle campo consagrado a cemiterio, fôra depositada na igreja de Santos-o-Velho. Agora, havendo-se reconstruido a capella, cujos alicerces haviam dado de si e que ameaçava completa ruina, tendo-se profundado nos caboucos a media de 11 metros, e

repondo-se tudo decorosamente como era da dignidade do culto e da importancia do templo, vae a capella ser benzida amanhã pelas 9 horas da manhã.

«A antiga imagem vae ser reposta no antigo lugar, tendo para isso sido trazida n'um trem desde a igreja de Santos, com a auctorisação da respectiva junta de parochia.

«É celebrante o reverendo presbytero Lessa, coadjutor da freguezia de S. Nicolau, sendo coadjuvado pelo mestre de cerimoniaes da Sé, o reverendo Polycarpo, e mais alguns sacerdotes».

Também Pinho Leal (*Dicc.*, iv, pág. 200) diz que a *Casa de Saúde* se estabeleceu «nas Terras da Ajuda». Foi lapso. E acrescenta:

«Na parte baixa da Quinta dos Prazeres existia uma fonte sobre a qual appareceu uma imagem da Virgem e que por isso se ficou chamando a *Fonte Santa*». «... Fez-se-lhe uma ermida (que hoje está dentro do cemiterio)».

Há novo engano de Pinho Leal. A ermida não ficava nos terrenos do cemitério; era a que pertencia à Quinta e ficava um pouco distanciada da referida Fonte, como veremos no seguimento destas notas.

Antes disso, porém, vejamos o que era e o que foi a Quinta dos Prazeres, transformada há pouco menos de um século em *Quinta dos Mortos*...

* * *

Na *Historia de S. Domingos*, Fr. Luis de Sousa, referindo-se à peste de 1598, diz que esta foi menor do que a primeira de 1569 e maior do que a segunda de 1579, e que na de 1598 «foy primeiro conselho deputar quinta grande e capaz sobre a Ribeyra d'Alcantara, sitio alto e lavado dos ventos, pera Enfermaria dos feridos, com aposentos separados pera a convalecencia de homens e mulheres».

Este hospital durou até 1603, pelo menos. Em 1599, em Setembro, a cidade dava graças pelo afastamento do perigo,

e logo «em outubro seguinte começaram a picar rebates: segundaraõ pelo termo com mortes arrebatadoras; signaes de verdadeira peste. Pareceo necessario abrir-se de novo a Casa de Saude, que ainda estava com as paredes quentes do mal passado».

De 25 de Outubro de 98 a 8 de Setembro de 99 entraram neste hospital 20.227 pestiferos, dos quais apenas se curaram 13.861.

20.227

13.861

Em 10 meses e 13 dias 6.366

(*Elementos*, t6mo 1, p6gs. 487-488).

* * *

Em Junho de 1833 criaram-se os dois cemitérios: um em parte da Quinta de S. João, ao Alto do Varej6o, e outro em frente da Ermida dos Prazeres, no mesmo sitio onde em 1599 se estabeleceu a *Casa de Saude* e suas dependências.

A *Quinta dos Prazeres* era de Luis Carneiro, que depois foi Conde da Ilha do Príncipe.

Acabada a peste em 1603, a C6mara convencionou, *por escusar demanda*, dar-lhe o juro anual de 200,000 r6is pela f6lha da fazenda da cidade, e em 1631 («Livro xiv de escripturas d'aforamentos», f6lha 200 v.º) deu-a de aforamento ao mesmo por 60,000 r6is de f6ro anual, com a natureza de fateusim perpétuo, que só terminaria quando a quinta se tornasse necess6ria para o mesmo fim.

Quando morreu D. Francisco Luis Carneiro, sucess6r de Luis Carneiro, o Senado da C6mara consentiu na divis6o do prazo. Foi numa dessas divis6es e de que era enfiteuta o Conde de Lumiares, que, em 1833, se instituiu o *Cemitério Occidental*.

Esta parte do prazo constava de casas nobres arruinadas, da c6rca e da ermida de N. S. dos Prazeres. Daí o nome popular do cemitério.

* * *

Os moradores da freguesia de Santos iam todos os anos a um arraial na Quinta dos Prazêres, em satisfação de um voto feito durante a peste grande (1599). Daí a Feira dos Prazêres, que, construído o cemitério, se mudou para o Largo das Amoreiras (1851) e depois para o Largo da Patriarcal Queimada (1865). Daqui, por causa de se fazer o Jardim, voltou a Feira para as Amoreiras. Mas o arraial à ermida dos Prazeres, já então cemitério, continuou até 1873, ano em que foi proibido, por imoral.

* * *

Agora localizemos a ermida e restabeleçamos a verdade a tal respeito. Fica situada, de facto, um pouco acima da fonte, na travessa Possidónio da Silva, à esquerda de quem sobe, e pouco antes da Parada dos Prazêres, tendo um pouco acima e à direita a travessa do mesmo nome. É hoje a taberna do João da Ermida: uma janela gradeada, e uma porta com o n.º 41 da policia. Vê-se ainda o sitio do altar-mór, em arco românico, com duas colunas e uma escada à esquerda dando ingresso ao trono. Na parêde do fundo há uma janela conventual de rótula. Esta era a Capéla da Quinta. A cinqüenta passos fica a célebre fonte.

Mais abaixo, na travessa da Torrinha, ainda hoje se pode vêr um azulejo antigo de N. S.ª dos Prazêres. Fica sôbre a porta que tem o n.º 41 e pertencia à antiga capéla. Sôbre o telhado da ermida existe o sitio do campanário.

CAPÍTULO XVI

¿Onde nasceu D. Francisco Manuel de Melo?

Sobre D. Francisco Manuel de Melo, dos maiores escritores do seu tempo e da nossa literatura, tem-se escrito muito. Que eu me recorde agora, há que citar: Inocêncio (*Diccionario*, vol. II, págs. 437 a 446, IX, 330-333); Rebêlo da Silva (*Historia de Portugal*, t. IV, pág. 198), onde o dá como «um dos primeiros eruditos do seu tempo e, talvez, o prosador mais substancioso e conciso da lingua portugueza»; D. Bartolomeu de Galharado (nos apontamentos que precedem a edição da *Carta de Guia de Casados*, Londres, 1820); Luis Ribeiro Souto-Maior (*O Portugal*, 1857); Tikhnor (*Historia de la Literatura española*, t. III, pág. 398); Gil y Zarate (*Manual de Literatura*, p. 2.^a, págs. 116 a 555); D. Fr. João de S. José Queirós (*Memorias do Bispo do Pará*, pág. 158); Viale (*Bosquejo metrico*, pág. 224); Barbosa Machado (*Bibliotheca Lusitana*, t. II, pág. 183); Costa e Silva (*Ensaio biogr. Crit.*, t. VIII, págs. 194 a 203); Alexandre Herculano (*O Panorama*, 1840, n.^{os} 162 e 176, respectivamente a págs. 179 e 294); Edgar Prestage (*D. Francisco Manuel de Melo*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1914, 1 vol. III-4.^o de 614 págs.); D. António Caetano de Sousa (*Historia Genealogica da Casa Real*, vol. IX, pág. 213); Cordeiro (*Historia Insulana*, ed. de 1856, 1.^o, págs. 222 e 241); Braamcamp Freire (*Brasões da Sala de Sintra*, I, pág. 221, e II, pág. 222); Sousa Viterbo (*Arquivo Historico Portuguez*, IV, págs. 308 e V, 109-179); Padre António Carvalho da Costa (*Corografia portugueza*, ed. de 1712,

III, pág. 504); Ricardo Jorge (*Revista da Universidade de Coimbra*, I, n.º 4, pág. 650); Ericeira (*Portugal Restaurado*, 2.ª ed., II, pág. 236); Ramos Coêlho (*Historia do Infante D. Duarte*, vol. I, pág. 707); Pinheiro Chagas (*Diccionario Popular*, vol. VIII); Camilo Castelo Branco (Ed. da *Carta de Guia*, e das *Memorias do Bispo do Pará*) e muitos outros que seria fastidioso enumerar. Estes chegam avondo para o leitor escrupuloso e amigo de pesquisas.

* * *

Há que vêr ainda Pinho Leal, o *Dicc. Portugal*, a *Enciclopédia*, de Maximiano, o *Catálogo dos Autóres*, no *Diccionario da Academia Real das Sciencias*, o *Manuscrito 8.592* da Biblioteca Nacional, e, como elemento indispensável, o *Livro dos Bapuzados*, da freguesia de Santa Catarina, nos anos de 1591 a 1614, a fôlhas 132 v.º, cujo documento, preciosissimo no caso, se encontra já reproduzido no livro de Edgar Prestage, a pág. 13. Por êle se vê que D. Francisco Manuel foi baptizado a 1 de Dezembro de 1608 na Ermida da Ascensão de Cristo, na Calçada do Combro, freguesia de Santa Catarina, onde o pai, D. Luis de Melo, se casara, quasi cinco anos antes (Fevereiro de 1604), com D. Maria de Machuelos, filha de D. Isabel de Leão.

* * *

Inocência Francisco da Silva, o homem paciente que primeiro e melhor desbravou o quasi matagal da nossa bibliografia e a quem se deve, a-pesar-das suas imperfeições, um manancial preciosissimo, refêre-se a D. Francisco Manuel de Melo, referência larga e minuciosa, em dois volumes do *Diccionario Bibliographico*, mas a respeito do seu nascimento diz apenas: «foi natural de Lisbôa, e n. a 23 de Novembro de 1611, de familia nobre». Nem mais uma palavra que sobre o caso nos habilite acerca do local.

* * *

Maximiano de Lemos afirma que D. Francisco nasceu em Lisboa, mas não lhe marca nem local nem dia do nascimento. Sobre Alcântara diz que o autor dos *Apologos Dialogais* regressou a Portugal em 1659, viudo de Minas Gerais, para onde partira em 1653, « indo residir para Alcântara, onde concluiu as *Epanáforas de varia historia portugüesa* (1660) ».

* * *

O *Dicc. Portugal* regista-o assim: « N. em Lisboa a 23 de Novembro de 1611, onde tambem faleceu a 13 de Outubro de 1666 na sua Quinta de Alcântara ».

Até aqui ficamos apenas sabendo que D. Francisco habitava a sua *Quinta de Alcântara* em 1660, quando regressou do Brasil, e em 1666, quando morreu.

* * *

Pinho Leal, a pág. 312 do vol. iv do *Portugal Antigo e Moderno*, escreve: — « D. Francisco Manuel de Melo, nasceu em 23 de Novembro de 1611. Era seu pai um nobre cavaleiro, e sua mãe descendente da casa de Bragança. Faleceu na sua Quinta de Alcântara, o dia 13 de Outubro de 1666, na idade ainda florescente de 55 anos. Foi enterrado no Convento de S. José de Riba Mar ».

* * *

Por sua vez, Alexandre Herculano, que lhe dedica dois minuciosos artigos no *Panorama*, não acrescenta nada sobre o local do nascimento. O mesmo acontece com Camilo, o

que prova que nem um nem outro o sabiam, ou com isso se preocuparam.

O caso, realmente, não é de grande monta, mas por uma questão de bairrismo, e havendo quem o dê por nascido em Alcântara, interessante seria que o facto se averiguasse, quando mais não fôsse para aumentar a vergonha de tantas gerações que a D. Francisco Manuel até hoje não pagaram, sequer, num simples letreiro de rua, a dívida de admiração por um dos mais ilustres *alcantarenses* de que reza a História. Melhor teria sido que os homens que de D. António se lembraram se tivessem recordado do mais fecundo e prestigioso escritor bilingüe que nas margens do seu rio, em pleno bairro de Alcântara, tantas páginas formosíssimas escreveu.

* * *

Mas não é só quanto ao local, é também no que respeita ao ano do nascimento que há dúvidas ou, talvez melhor, que houve dúvidas, porquanto o sr. Edgar Prestage, investigadôr dos mais conscienciosos e eruditos, fixa a data do nascimento, não em 1611, como dizem todos os biógrafos de D. Francisco Manuel, mas sim em 1608, visto que não era lógico que o autor das *Epanáforas* nascesse três anos depois de ter sido baptizado...

Mas onde? *¿Na sua Quinta de Alcântara, que então ainda lhe não pertencia, mas, segundo vagos apontamentos que possuo, já era de sua avó materna, D. Isabel de Leão?* *¿Ou na Calçada do Combro, como o supõe o sr. Prestage, «numas casas que tinham sido do seu segundo avô materno, Duarte de Leão»?*

Essas duas interrogações que ficam em suspenso. De certo e de seguro só há que, na sua Quinta de Alcântara, morreu, a 13 de Outubro de 1666, e que foi enterrado no Convento de S. José de Ribamar, «donde — escreve Herculano com visível mágua e não menor sarcásmo — provavelmente a civilização e o progresso já atiraram os seus ossos, ou para o Tejo, que

fica visinho, ou para algum deposito de imundicies que sirvam para adubar terras de pão pelo vale de Algés, ou da Ribeira do Jamôr».

Admirável e sangrento comentário!

Mas isso já é assunto para um capitulo novo.

CAPÍTULO XVII

A Rua da Fábrica da Pólvora deve chamar-se Rua Dom Francisco Manuel de Melo

Não há a menor dúvida de que D. Francisco Manuel de Melo, se não nasceu em Alcântara, aqui residiu nos escassos anos da sua vida tranqüila, e nestas paragens escreveu muitas das suas páginas, que são obras-primas da literatura portuguesa. ¿ Mas onde era a quinta de Dom Francisco? Baptista de Castro localiza-a na ribeira de Alcântara e coloca-lhe intra-muros a ermida de Nossa Senhora da Conceição. Como a quinta de Dom Francisco *não podia ser* na margem esquêrda, porque a minha identificação de terrenos, que vai, melhor ou pior, até princípios do século XVI, esgota a possibilidade desse caso, segue-se que a quinta tinha que ser, e era, na margem direita. Há, de facto, junto à ribeira de Alcântara, indícios duma propriedade, hoje desconhecida pelos *arranjos*, adaptações e construções de vária espécie, onde o leitor encontra facilmente o *Pátio do Cabrinha*. Há meio século ainda havia a *Quinta do Cabrinha*.

* * *

¿ De quem era a *Quinta do Cabrinha*? De D. Francisco de Melo da Câmara, descendente do autor do *Guia de Casados*, e, sabendo-se que a estrada que liga a Ponte de Alcântara com Sete Rios, e hoje tem vários nomes, foi construída em terrenos das muitas quintas situadas à beira-rio, conclui-se que a *Quinta do Cabrinha* vinha até à Ribeira, e compreendia

não só os terrenos que foram comprados por Joaquim José dos Anjos, mas aqueles onde foi construída a Fábrica da Pólvora, que deu origem à rua que hoje tem esse nome (1).

* * *

No *Tombo do Reguengo de Algés*, que o infatigável investigador sr. Edgar Prestage cita no seu trabalho, o mais completo que há sobre Dom Francisco Manuel, descreve-se a quinta como tendo «cazas nobres, com suas competentes acomodações, orta, pôço, vinha e terrenos ainda por abrir, é pedregosa, avaliada em 24 alqueires de trigo».

Nesta quinta devia ter existido a ermida de Nossa Senhora da Conceição, que o progresso sacrificou às exigências da compra e venda. Este facto não é de estranhar, porque o mesmo aconteceu, em Alcântara, a outras capélas de nomeada, como, por exemplo, a de São Joaquim e Santana, que ficava a meio da rua que é hoje do 1.º de Maio, antes de chegar a Companhia dos Eléctricos e no sitio pouco mais ou menos onde existe uma fábrica de moagens, e à do Livramento, que ficava a meio da rua deste nome e que eu ainda conheci, transformada, depois de 1910, em depósito de carvão, e ao depois deitada abaixo, para se fazer, em seu lugar, uma *casa de prégo* da Caixa Geral de Depósitos, que lá existe.

(1) Recorto do *Diário do Govêrno* n.º 246, de 18 de Outubro de 1852, o seguinte aviso:

«No dia 20 do corrente, pelas três horas da tarde, na praça do depósito publico, se ha-de arrematar a quinta denominada *da Cabrinha*, sita na rua direita da Fabrica da Polvora, freguezia de S. Pedro em Alcântara: compõe-se de casas nobres, officinas, arvores, poço de engenho real, algumas oliveiras, e terreno pedregoso, avaliado tudo como livre em 1:800,000 réis, e o seu rendimento em 100,000 réis annuaes, penhorada por execução fiscal contra o actual senhorio José Joaquim dos Anjos. É escrivão da execução Mello, e da arrematação Matias. O solicitador da fazenda nacional na 6.ª vara, *José Vieira Caldas de Lemos*.»

No *Diário do Govêrno* do dia 20, o Conde de S. Lourenço elucida que esta Quinta lhe é foreira.

Não é, pois, de admirar que a Ermida de Nossa Senhora da Conceição tivesse precedido as suas congêneres nas exigências da picarêta civilizada...

Desapareceu a Ermida, como se foi o Palácio, como se extinguiu a Quinta. ; Até o nome do escritor e do poeta se perdeu na memória dos bairristas!

* * *

Evidentemente, isto que se escreve não é para os eruditos, que êsses sabem mais do que eu e não valia a pena ensinar o padre-nosso ao vigário.

Mas como isto é para o leitor que não seja erudito, vale bem fazer o desperdício de algumas linhas para chegarmos todos à conclusão que eu desejo.

E assim direi que êste D. Francisco Manuel de Melo, cuja moral foi a moral da época, deu que falar de si como militar, como escritor e como poeta. Como militar honrou a espada e a Pátria. Como escritor e como poeta foi dos mais ilustres do seu tempo, tanto em língua portuguesa como em língua castelhãna.

Audaz, aventureiro, brigão, o primeiro nas lutas da pena e nos recontros da espada, as suas brigas de amôr levaram-no um dia a cruzar os ferros da sua espada com o próprio Rei D. João IV, por causa da Condêssa de Vila Nova de Portimão, que, sendo mulher de D. Gregório Taumaturgo de Castelo Branco, fazia dois milagres ao mesmo tempo: um ao Rei, outro a Dom Francisco.

* * *

Se viesse aqui a peito a vida dêste Conde, diria que êle era experimentado nestes sacrificios de taumaturgo. É que já a primeira mulher, sua sobrinha, a fidalga D. Branca de Vilhena, lhe rasgára o caminho dos sacrificios, indo morrêr enclausurada no Mosteiro de Sant'Ana, e a sua segunda con-

sorte, D. Guiomar da Silva, filha dos Condes de Odemira, lhe exasperára o fígado, a ponto de morrer empeçonhada às suas mãos, para se vingar dos que lhe experimentavam o tálamo em surtidas amorosas.

Claro que, ou defeito do Conde, ou mal-arraçado micróbio que lhe ficava em casa, esta terceira espôsa seguiu as pisadas das anteriores e vingou as duas sacrificadas, mas perdeu Dom Francisco Manuel, que foi prêso e experimentou, em ferros de El-Rei, de que força costumam ser os régios ciúmes em disputa de congôrças de alto cotúrno...

* * *

Emfim, D. Francisco Manuel, a-pesar-de tudo, foi das maiores figuras literárias do seu tempo. A sua bibliografia ocuparia algumas páginas, se vo-la quisesse descrevêr. E os seus livros estão tão frêscos e mimosos como na hora em que os escreveu, e são de tão castiça e pura linguagem que não há ai pena de clássico que o desbanque na cultura do seu século.

Pois bem: D. Francisco Manuel pode considerar-se um bairrista de Alcântara. Aqui viveu, aqui escreveu, e, possivelmente, aqui terá nascido.

Quiseram os azáres da fortuna que a rua que lhe passava perto da porta chamassem, homens de fraca memória e de gratidão embotada — a rua da Fábrica da Pólvora. Reparemos o êrro e remediemos a ingratidão. Como? Dando à rua da Fábrica da Pólvora, que nada é e nada significa, êste nome que diz tudo e que ficará sendo um preito da nossa tardia homenagem — **Rua de D. Francisco Manuel de Melo.**

CAPÍTULO XVIII

O velho Palácio do „Fiúza”

De habitação de Reis a „ninho” de conspiradores

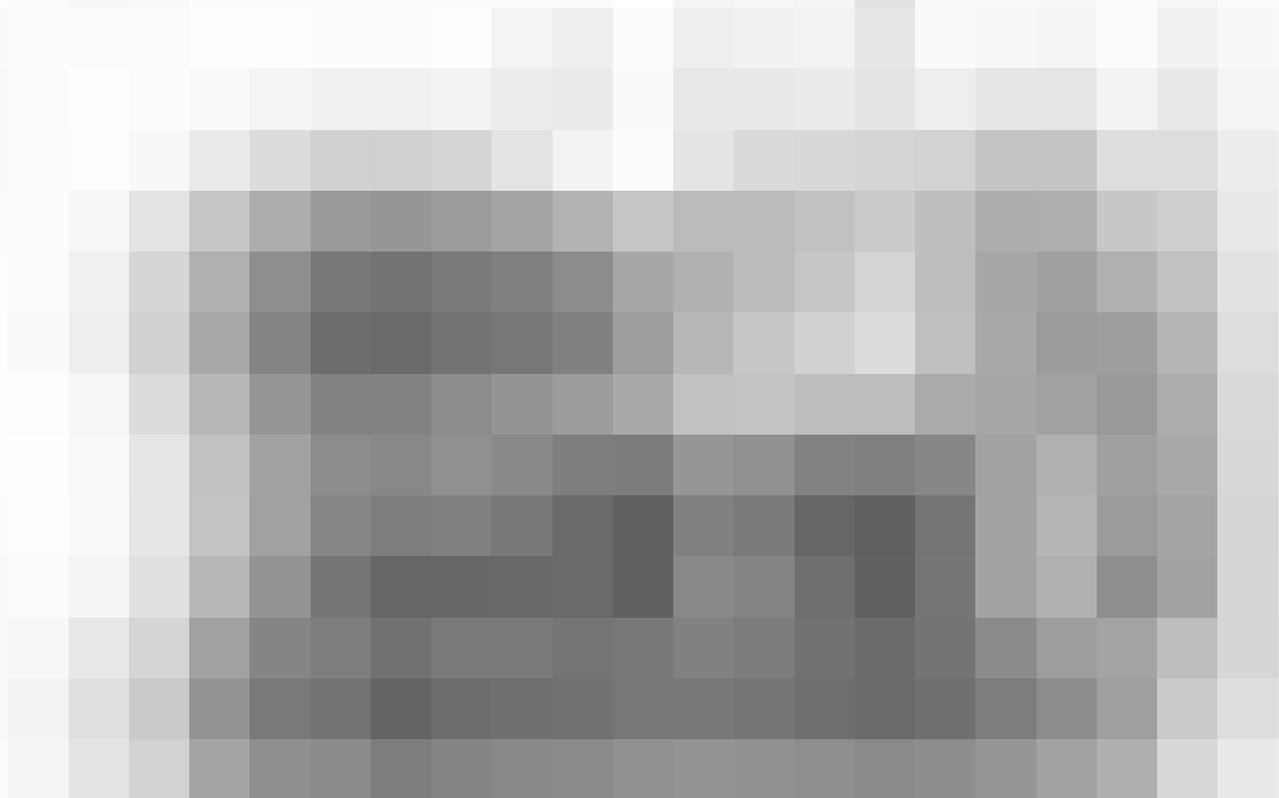
Se as minhas horas de ócio me dêssem pãno para mangas, ou o tempo me dispensasse ensanchas com que eu alargasse suficientemente as indispensáveis escoldrinhações com que vou alinhavando estas crónicas, quere-me parecer que este velho Palácio do Fiúza me forneceria, êle só, matéria interessante para um grôssso volume.

Infelizmente não posso ir além das escassas linhas com que, arrumando ligeiros apontamentos, me limitarei tão sômente a registrar-lhe a existência, até que outros lhe façam a história.

* * *

Júlio de Castilho, na *Ribeira de Lisbóa*, a pág. 650, falando sôbre o Palácio do Fiúza, escreve:

«D. Pedro 2.º, que habitualmente residiu no palacio real de Alcântara, estando já muito doente no outono de 1706, deixou esta residencia, onde andavam obras, e mudou-se para o grande palacio muito proximo, que tinha pertencido a Sebastião de Carvalho, e então era do desembargador José Fiúza Correia. Ainda lá existe esta enorme casa, como que escondida e apartada da passagem publica, na Travessa do Fiúza; para quem segue da ponte é a segunda serventia á mão direita na Rua de Alcântara, e finda na Travessa do Quebra Costas.



Ainda em 5 de Dezembro de 1706 saiu el-rei da quinta do Fiúza e foi á de Alcântara...», onde faleceu no dia 9.

* * *

Abel Botêlho, que foi morrer ministro de Portugal em Buenos Aires, num quarto do *Magestic Hotel*, à Avenida de Maio, localizou parte da acção de um dos seus romances no Palácio do Fiúza (1), cuja evocação faz nestes termos:

«O velho palacio, patio e quinta do Fiúza já não apresentava, ao tempo, mais que uns ténues vestigios da feição e traça primitiva. Ninguém agora, ao divisar, passada a rua do Livramento, á direita, aquele predio banal e formidavel, com o uniforme tom granada da sua frente monotonamente regrado, em cinco fiadas, por comedidos rectangulos de cantaria lavrada, ninguém seria capaz de suspeitar quanto fôra singularmente expressiva e diversa a sua fisionomia anteriôr; ninguém imaginaria que intensas crises de luta, que agitados periodos de revolucionariò alento aquele discreto e inexpressivo rebôco mascarava. Apenas no extrêmo da extensa fachada lateral pelo lado norte, e prolongando-lhe posteriormente a base, cambava para o exterior um escasso trêcho, desaprumado e bolorento, de velha muralha entaliscada em alvenarias recentes, com a sua remota origem pitorêscamente atestada na uniforme côr de sépia, no terreno aglomerado de concreções que eram como que a patina do abandono, os herpes da ruina.

«E continuando-a ainda no mesmo sentido, seguia um grande espaço rectangular, vasio de construções, cingido, como um cemiterio, em muros brancos, o qual participava de um caracter hibrido, simultaneamente horta e vergel, parte alqueivado e regado com esmero, parte guardando o seu talhe hieratico de jardim, moldado em grossos paredões de buxo, maciçamente esquadrados segundo o classicismo frio e simétrico

(1) *Amanhã*. 2.ª ed. (Pôrto, 1918), págs. 389-390.

da arte do primeiro Imperio, circunscrevendo cascatas, fontes sem agua, e náíades sem cabeça. E esta sua gélida imobilidade intimidava, entangia os espiritos, derramando de roda desse funebre perímetro o retraimento e a solidão. Uma aura misteriosa de desconfiança e terrôr envolvia aquella abominada estancia. Instintivamente a multidão evitava o lugubre recinto, a que andavam ligadas funestas e azarentas tradições.

« Certo é que o palacio do Riúza tinha sobejos fóros para arrogar-se a gloria de haver sido por excellencia o solar do moderno movimento revolucionario em Portugal. Ali se fundara e instalara e ali funcionou, desde 1858, durante muitos anos de seguida, a Associação Fraternal dos Fabricantes de Tecidos e Artes Correlativas, uma das primeiras cooperativas nacionais, ao depois convertida num centro de agitação dos mais ousados e mais fecundos: Ali celebravam as suas clandestinas sessões varias lojas maçônicas. Ali passaram de preferencia a reunir, a contar de 1875, todos os conciliabulos de conspiradores, todas as feijanas ligas de resistencia contra os poderes constituidos, presididas e insufladas as mais delas por Carrilho Videira. E de bem sérios e rijos confitos rezava a lenda, valentemente batidos na sigilosa impunidade daquelas parêdes misteriosas. Corria até que não se haviam reduzido a méras controversias verbais, mais ou menos violentas mas no fundo inofensivas, esses surdos e rigidos combates. Pelo contrario, o travamento homérico das opiniões algumas vêzes ali tivera por epilogo o beijo tragico da morte ».

* * *

Magalhães Lima, no seu primeiro volume de *Memórias — Episódios da minha vida*, chama também a capítulo o velho Palácio, a cujas relações com as conjuras para a implantação do regime republicano dedica os seguintes interessantíssimos períodos:

« Houve em Lisboa três fócos de irradiação republicana: o

palacio do Fiúza, em Alcântara; o Pátio do Salêma, onde teve a sua séde o «Centro Fraternidade Republicana», e a «Livreria Internacional», de Carrilho Videira.

«O Palácio do Fiúza era frequentado por republicanos e socialistas, que, naquela epoca, caminhavam a par. Ali conheci o honrado Sousa Brandão, fundador da «Cooperativa Industria Social», que, como atrás me referi, existe ainda; Conceição Fernandes, e ali conheci tambem João Bonança.

«Foi no palacio do Fiúza que saiu o «Trabalho», em que colaborei com Silva Pinto e Eduardo Maia.

.....
«O «Trabalho» tinha uma feição republicana e socialista; João Bonança lembrava um pouco os republicanos de 48.

.....
«Estou a vê-lo, ainda sentado á mesa da redacção do «Trabalho», de longa cabeleira e barba crescida, onde aparecia, de quando em quando, Gomes Leal, e principalmente os socialistas mais reputados daquele periodo (1872-74).» (Págs. 49, 50, 51).

«O «Centro Fraternidade Republicana» teve em Alcântara um similar intitulado «Clube Razão e Justiça», de que saíram tambem quasi todos os centros que hoje existem naquele bairro. O movimento operario neste clube durante a campanha contra o tratado de Lourenço Marques, 1881, foi verdadeiramente notavel.

«Numa das suas memoraveis sessões, em que compareceram todos os propagandistas em voga, foi preso Silva Lisbôa, ao tempo director da «Era Nova».

«Entre as associações saídas desse clube conta-se a «Sociedade Promotora de Educação Popular», de que foi director o intrépido e malogrado Antonio Joaquim de Oliveira.» (Pág. 56).

«No meu gabinete reuniam-se todas as tardes algumas senhôras interessadas no movimento. D. Virginia Quarésma pertencia a este numero.

«Ainda me lembro da sua estreia, como oradôra, na «Sociedade Promotora de Educação Popular», em Alcântara.» (Pág. 215).

* * *

Em 8 de Fevereiro de 1924, escrevi eu no *Diário de Notícias*, a cuja redacção então pertencia, a seguinte local:

«Dois operários duma casa funerária da rua de Alcântara, que andavam ontem abrindo um cano na capéla do antigo palácio do Fiúza, em Alcântara, encontraram num carneiro cimentado e abobadado cinco esqueletos sobrepostos, sendo quatro de adultos e um de criança.

«Comparecendo o sub-delegado de saúde, êste mandou que continuassem as escavações, parecendo que ainda ali existem mais pessoas enterradas. Alguém alvitrou imediatamente que os esqueletos encontrados deviam pertencer a criaturas que ali tinham sido enterradas por ocasião da febre amarela. Esta versão deve ser fantasiosa, porquanto a capéla era privativa do palácio e não consta que ali se fizessem enterramentos por essa época, visto que, então, êles se faziam no pequeno cemitério anexo à igreja da freguesia. Pela maneira como os esqueletos foram encontrados e atendendo ao facto de as grossas argolas de ferro dos caixões se encontrarem completamente pulverizadas, é de crer que êsses enterramentos sejam de data muito mais antiga e se possam até fixar coévos da peste grande que assolou Lisboa e fêz grande mortandade nas imediações do antigo rio de Alcântara após o desastre de Alcácer-Kivir e nos primeiros meses do reinado do Cardial D. Henrique.

«Seja como fôr, as escavações continuam hoje e só depois disso as ossadas serão transportadas, segundo nos consta, para o cemitério da Ajuda».

* * *

Eis os apontamentos que fui juntando no meu *dossier* sobre este palácio. A capéla tinha a invocação de *Nossa Senhora do Pópulo* e vem mencionada no *Mapa de Portugal*. Ficava à direita da porta principal.

Dêvo acrescentar que em Janeiro de 1698 os pais do Marquês de Pombal, que eram ainda nessa data os donos do palácio e quinta, vieram para aqui residir. Só mais tarde o desembargadôr José Fiuza Correia a comprou. Em 1663 a quinta pertencia a Paulo de Carvalho, tio bisavô paterno de Sebastião José de Carvalho, ao depois Conde de Oeiras e Marquês de Pombal. De dono em dono, o último administrador do morgadio foi D. João Pedro Ferreira Barruncho, já dos nossos dias, por cuja morte passou, por herança, ao Visconde do Rio Sado, que a vendeu ao há pouco ainda falecido Jacinto Gonçalves. Por morte dêste ficou dona do velho palácio a viúva, casada em segundas núpcias com o sr. Manuel de Matos, que era, ao tempo do seu casamento, sargento do Exército.

* * *

¿ Mas de quem seriam as ossadas ?

Não sei.

Hoje o velho palácio, arruinado e envilecido, nem vaga sombra do passado já é.

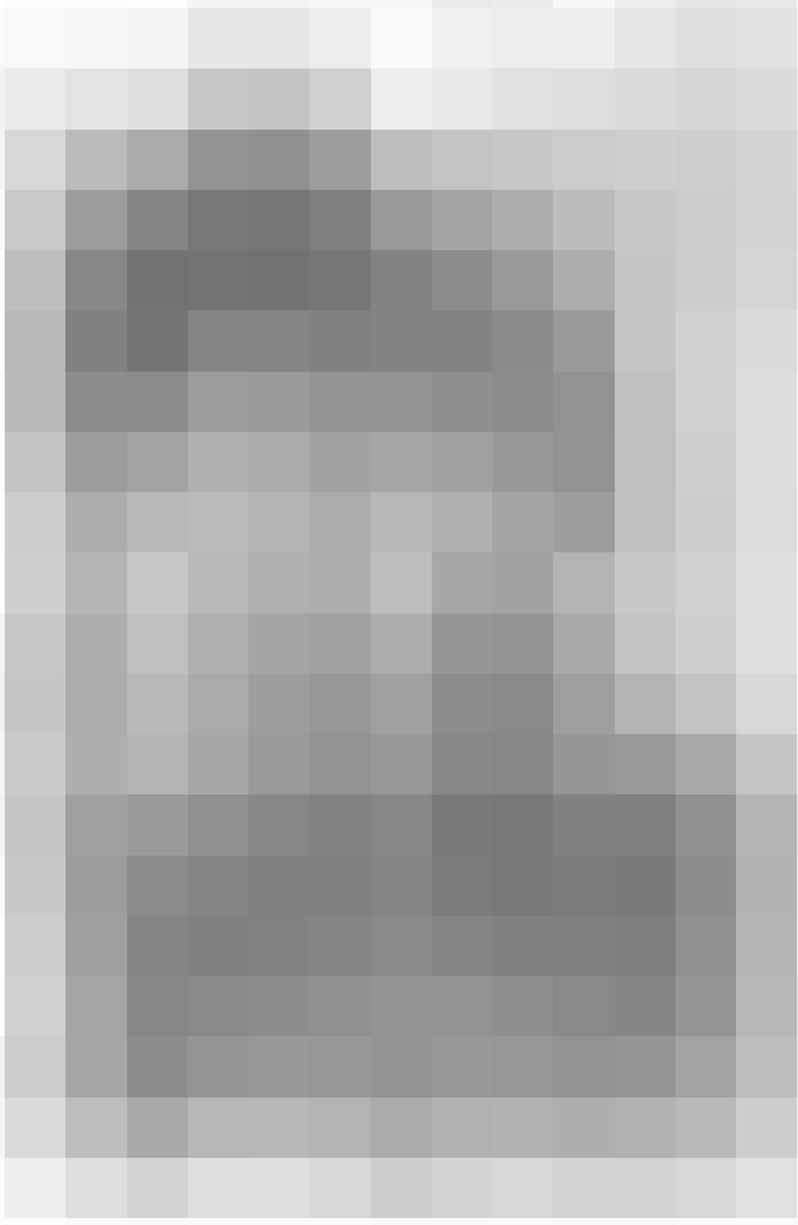
À pequena rua que o ligava com a Calçada da Tapada e que se chamava a *Rua do Príncipe*, talvez em memória do Príncipe D. Teodósio, que morreu no Palácio do Calvário, deram hoje outro nome — *rua do Cinco de Abril* — que recorda apenas uma data aborrecida e triste, zaragateira e ensangüentada — as eleições que se fizeram no reinado de D. Manuel, sendo Presidente do Ministério o sr. Ferreira do Amaral, e que ali, na embocadura daquela rua, deram morte a dois homens, um no recanto dum prédio que entestava com o

muro da igreja, e que foi demolido de Junho a Agosto de 1910, é o outro junto ao prédio da esquina (1).

Quanto ao Palácio do Fiúza, não sei mais nada. E isso mesmo que aí fica é, como vêem, forrageado em seára alheia.

Que outros se abalancem a pôr de pé a história romântica, pitorêscas e revolucionária do velho Palácio do Pombal e do Fiúza.

(1) Capítulo I, págs. 8 e 9.



CAPÍTULO XIX

A igreja, de S. Pedro

O terreno onde foi edificada a igreja de S. Pedro pertencia à Casa Real e foi doado por D. Maria I.

Acabo de consultar a carta de doação e por ela vejo que, após infrutíferas pesquisas pelo bairro, para se encontrar sítio próprio para a construção, se optou por este, à falta de melhor: — «terreno contíguo á Minha Real Quinta de Alcântara — diz a carta — e de que he pertença, posto que d'ela se acha dividido, com muro, e serventia separada».

O terreno doado foi examinado pelo dr. João Rodrigues Vilar e pelo tenente-coronel de infantaria com exercício de engenheiro Pedro Guálter.

A doação tem a data de 12 de Abril de 1780, e o despacho para a posse, 2 de Maio do mesmo ano, dado no Paço de Alcântara, o que prova, ao contrário do que eu supunha, que depois do terramoto e da sua respectiva reconstrução as Magestades voltaram a ocupar o Palácio do Calvário.

A doação traz, além da assinatura da Rainha, a do Conde de Azambúja. Na acta da posse, que foi a 14 de Junho, vêm confrontações do local doado, que eram: «pela frente parte do norte com rua publica, que vai de Alcântara para a freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, e por este lado tem de comprido duzentos e oitenta palmos, e pelo poente e sul com a dita e Real Quinta de Sua Magestade, e por este lado tem de comprido quatrocentos e oito palmos, e pelo nascente com casas de Francisco da Cruz e do Beneficiado João Alberto, e de D. Margarida Ursula Vanzeller, e de Frei Pedro, Religioso

do Convento de S. Jeronymo, e de Antonio Teixeira Pequeno, e de Pedro da Costa Maya, e outros do dito Francisco da Cruz, e por este lado tem de comprimento quatrocentos e quarenta palmos».

Assistiu o Conde da Ponte, que era juiz da Irmandade. A pôsse foi simples e pacífica. Juiz e demais officiais da mesa entraram no recinto, que era todo murado, cortaram ramos das árvores, atiraram com punhados de terra para o ar e puseram as mãos sôbre os muros, havendo duas testemunhas, o boticário Martinho José Esteves Moreira e o confeitoiro João Teixeira, ambos moradôres na rua Direita.

* * *

Tôda a gente sabe que êste orago de S. Pedro não pertencia a Alcântara, mas sim a Alfâma, em cuja igreja, antiqúissima por sinal, permaneceu até 1755, data em que, com o Terramôto, se tornou em ruínas, vindo instalar-se provisôriamente em Alcântara, num barracão de madeira, onde esteve até que a Irmandade do Santíssimo, com o Conde da Ponte por juiz, e obtida como se viu a doação do terrêno, a fêz construir no local onde ainda hoje se encontra (1). A capêla-

(1) A antiga igreja de S. Pedro, em Alfâma, antecessôra da de Alcântara, podia considerar-se rica, antes do terramoto de 1755, como se depreende do Tombo das Propriedades que o perito paleógrafo do Reino João Crisóstomo Caldas extraiu em 1813 dos velhos pergaminhos quinhentistas.

Êste João Crisóstomo era escriturário do Rêal Mosteiro de S. Vicente de Fóra e tinha uma lindíssima letra de fácil leitura e de perfectíssima correccão.

Por êsse Tombo se vê que a velha igreja possuía 24 casas, 1 casal, 5 olivais, 1 quintal, 19 terras de sementeira, 2 matas, 3 cerrados e 1 vinha, em Lisbôa e arredores: Xabrégas, Olivais, Barreiro, etc.

Tinha ainda «vinte e seis marcos e meio de prata lavrada e cinco onças em peças»: — cruces, custódias, cálices, turibulos, etc.

Havia por «Limites de pão» o Casal da Granja e o Casal da Louri-

-mór já estava edificada em 1780 e tóda a obra se deu por concluída em Agosto de 1788, em que o priór Luis António Caiado tomou conta das chaves (1). Na construção aproveitou-se a pedra e cantarias do Convento do Calvário na parte que o terramoto derruíra. A tórre da igreja, tal como acontecêra também com a do Calvário, só muito mais tarde foi construída, em 1815; e em 1845 fechou-se o adro da igreja com um gradeamento de ferro, segundo informa o rev. padre Pinheiro Marques, actual priór, no seu *Boletim Paroquial*, n.º 13, de Março de 1918.

Em 1833, com a extinção dos Dizimos, desapareceu a Colegiada e o seu arquivo foi nesse ano para a Câmara Eclesiástica. Em 1835, criadas as Juntas de Paróquia, a de Alcântara tomou conta dos bens e rendimentos da Fábrica e sua administração, que conservou até a lei de Afonso Costa, 20 de Abril de 1911. Aqui começa uma tristíssima odisseia de ódios e perseguições, a que pôs têrmo o movimento sidonista de 5 de Dezembro de 1917. O período agudo da perseguição deu-se com o 14 de Maio, em que todos os objectos do culto foram leiloados e profanados, profanada e fechada a própria igreja, como escárneo duma minoria de energúmenos lançado ás crenças duma maioria retraída e medrosa.

O protêsto contra o arrolamento em 23 de Setembro de 1911 foi assinado pelo Padre Vital de Jesus Cordeiro, então encarregado da paróquia, no impedimento do Priór Padre

ceira, e por «Limites de vinho e azeite» desde o lugar das Quatro Portas (?) na Characéca até à Fonte Coberta, na estrada de Sacavém.

Além de tudo isto, fôra-lhe dado, com obrigações de missas, mais o seguinte: 1 olival, 1 vinha, 1 casa, e 30 almudes de vinho limpo, os quais pagava Pêro Anes, pôstos no Cais da Pedra.

Encontrava-se igualmente bem fornecida de paramentos e de missais e de muitas outras coisas que o fogo consumiu após a derrocada de 1755.

(1) «A freguesia foi transferida no dia 11 de fevereiro de 1770 para a ermida do Senhor Jesus da Caridade, no sitio do Calvario, em Alcântara, e d'ahi, em 18 de fevereiro de 1786, para a actual egreja...» (*Elementos*, tómo XVI, pág. 170.)

Pinheiro Marques. Fechada a igreja pelo 14 de Maio, logo a 10 de Junho o rev. João Nunes Monteiro, encarregado da paróquia, reclamou as chaves, que a Junta lhe negou, reclamação que foi secundada a 18 pelo próprio pároco. Entretanto o culto passou para a igreja das Flamengas, que não podia, pelas suas acanhadas dimensões, satisfazer as exigências da freguesia, que tinha, em 1914, cerca de nove mil católicos praticantes.

A isto chamava a Junta, em officio de 7 de Junho de 1915, «a pequena população católica de Alcântara»! embora o regedor José de Sousa Monteiro atestasse, em 11 de Março do mesmo ano, «que as igrejas das Flamengas e Triunfo eram insuficientes para as necessidades do culto». Apesar-disso, a igreja de S. Pedro mantêve-se fechada durante três anos e só foi reaberta em 1918.

Foram acêsas as lutas em Alcântara, neste agitado período da vida bairrista. Fica, porém, a observação dêsses factos fóra dos âmbitos desta monografia e, por isso, aqui pomos ponto, para nos ocuparmos agora do interior da igreja, que, embora sem grandes obras de arte, exige referência especial.

* * *

A igreja matriz, da invocação de S. Pedro Apóstolo, é um templo vasto, bem lançado, simples, elegante. Exteriormente não tem grandiosidade architectónica, mas apresenta um perfil de linhas perfectas, sobressaindo o zimbório cónico a destacar-se sôbre a grande mole do edificio.

As duas tórres da frontaria estão por concluir, apresentando a do lado direito um acabamento provisório para uma provisória instalação dos seus sete sinos.

Em volta do templo existiu, até 1800, o cemitério da freguesia depois extinto para abertura das ruas da Escola Asilo e Lusíadas, sendo removidas as ossadas.

Ainda no recinto do antigo cemitério foram construídos os dois pequenos edificios onde agora funcionam o Balneário e a



Junta de Frêguesia e a barraca onde se confecciona a Sôpa dos Pobres, fundada por Sidónio Pais.

Interiormente, o templo, duma só nave em forma de basilica ou cruz latina, é muito amplo, de altas abóbadas côncavas, bem trabalhadas, erguendo-se sôbre o cruzeiro, isto é, sôbre o ponto de intercepção das duas naves em cruz, um altissimo zimbório, em cuja cúpula há quatro janelas redondas.

Nas parêdes da nave central, correspondente à haste principal da cruz, em cuja abóbada se vê um grande busto em medalhão representando Nossa Senhora, abrem-se no alto, sôbre as cornijas, duas amplas janélas de cada lado, correspondendo cada uma delas a uma tribuna; nos dois braços transversais da abóbada oito janelas, duas nos tópos de cada lado, e duas nas parêdes também de cada lado do cruzeiro, correspondentes a outras tantas tribunas; a capéla-mór é alumada por quatro janelas no alto, igualmente correspondentes a outras tantas tribunas.

À entrada do templo, à esquerda, o baptistério, onde se ostenta, por sôbre a pia baptismal, uma boa téla com o Senhór Crucificado; a seguir, uma porta abre sôbre um corredôr que conduz à sacristia do Santíssimo.

Nésta primeira nave, junto do cruzeiro, dois altares laterais, em boa obra de tálha, resguardados por teias, a esquêrda o de Nossa Senhora, onde se ostenta uma perfeita escultura em madeira da *Imaculada Conceição*, e à direita o de Santa Rita, onde, além da imagem desta Santa, se venéra *Nossa Senhora Auxilio dos Cristãos*, cuja linda imagem, em madeira, é também uma bela obra de escultura.

Nos dois tópos da nave transversal ficam: do lado esquêrdo o *Altar do Santíssimo*, encimado por um magnífico quadro em frêsko representando a *Coroação da Santissima Virgem*; no alto, em relêvo dourado, o Pelicano e o Cordeiro sôbre o Livro dos Sête Sêlos; em baixo, no altar, ornamentos em tálha sôbre môtivos eucarísticos, tais como espigas e párras. Neste altár estão as imagens de Santo António e S. Sebastião.

Do lado direito o *Altar das Almas*, encimado por uma t ela magnífica representando a *Descida de Nosso Senhor ao Limbo*. No alto, sôbre a abóbada, em relêvo dourado, a Cruz, símbolo da redenção, e um grande Coração trespassado, símbolo do sofrimento. N este alt ar veneram-se as imagens de S. José, Senhora, do Livramento e Senhora das Mercês.

Em frente, entre a cap ela-m r e a sacristia das Almas, o *Altar do Senhor dos Passos*, cuja imagem, outr ra pertencente ao Convento das Trinas,   uma das mais belas da capital, como expressão de intenso e resignado sofrimento. Ao lado de Jesus com a cruz  s costas, *Nossa Senhora da Piedade*.

Na cap ela-m r, vê-se, no t eto, um lindo fr sco em medalhão, representando a entrega das ch ves a S. Pedro, e nas parêdes laterais outros dois grandes quadros, representando: o da direita — Jesus salvando S. Pedro da submersão e o da esquerda — S. Pedro s lvo da prisa o por um anjo.

Sôbre o alt ar,   b ca do camarim, a imagem de S. Pedro em tamanho maior que o natural; nos nichos laterais as imagens de N.  S.  das Candeias,   esquerda, e S. Bernardo,   direita. Dos dois lados da cap ela-m r, duas amplas sacristias, em cujas parêdes se v em vários quadros de valôr, principalmente o da *Anuncia o* e *Adora o dos Magos*, que s o magníficos. Por cima, correspondentes às sacristias, dois salões que servem de Casas do Desp cho, onde existem duas grandes t elas, representando uma a *Vitória de Constantino sôbre Max ncio* e outra a *Inven o da Santa Cruz*, por Santa Helena.

Na Capela do Desp cho, sôbre uma grande m sa de madeira do Brasil, há um admirável Crucifixo de marfim, e na sacristia chamada do Santíssimo, um magnífico arcaz, também em madeira do Brasil.

* * *

Nossa Senhora das Candeias teve aqui, outr ra, muito culto e numerosa Irmandade. Igualmente o teve Nossa Se-

nhôra das Mercês, que, até à proclamação da República, ia, em cirio, a povoação dêste nome, próximo a Sintra.

Também a Senhora do Livramento veio para a freguesia, por motivo de obras, não regressando à sua Capéla por causa da mudança do regimen e do mais que se seguiu e de que o leitôr já tem pleno conhecimento pelas notas anteriores.

CAPÍTULO XX

O padre Pinheiro Marques, actual priôr da igreja de S. Pedro

Um capítulo que poderia servir para o segundo volume dos „Homens do meu Tempo”

O padre Pinheiro Marques tomou conta da freguesia de Alcântara a 27 de Junho de 1909. Todo o bairro era já um dos grandes baluartes da República, que João Franco sentira, havia meses, ao sair do Centro regeneradôr-liberal na rua do Livramento. Senhores do bairro, foi-lhes fácil estendêrem os seus tentáculos vigorosos à junta de paróquia, que era ao tempo a fabriqueira da igreja, e num jornal (que mais tarde tomava um papel preponderante ao lado de jornais reaccionários), a 28 de Julho, um mês e um dia apenas além da posse, apelava-se para o povo a que reunisse no Centro Bernardino Machado para protestar contra «as práticas reaccionárias que o novo priôr vinha fazendo aos domingos à hora da missa e que eram uma afronta e uma provocação aos sentimentos liberais da freguesia» (1).

Ora o priôr não fazia política, *mas fazia coisa pior*, segundo afirmava o Presidente da Junta: «fazia religião e ensinava coisas que eram contra a sciência»!

E para contrariar a catequização do padre vá de criar um mensário chamado *Alcântara livre*, que se destinava a «opôr à propaganda jesuítica e clerical... uma propaganda anti-cle-

(1) *A Vanguarda*.

rical, livre-pensadôra e republicana». Para começar iam chamando *masmârro, troca-tinlas e mistificadôr* ao padre; e aos domingos, aos grupos, de flamantes laços encarnados ao pescoço, postavam-se, durante as prédicas, em sitio bem visível, defronte do púlpito, em attitude desafiante...

* * *

Pinheiro Marques, beirão de rija têmpera, seguia o seu caminho. À acção do púlpito juntava a propaganda pelo facto e organizava escolas, recreatórios e uma instituição de beneficência chamada «Celeiro dos Pobres». Oh! diabo que tal fizeste!

Era então governadôr civil de Lisbôa o sr. Mota Prêgo, e logo êste vá de chamar o padre e de lhe pedir que fôsse para férias e pusesse de parte a sua obra, «para não irritar os republicanos do bairro»...

¡Que esplêndido governadôr civil e que óptimo monárquico!

* * *

Quando veio a República, Pinheiro Marques estava em gôzo de férias na sua aldeia beirã.

A-pesar-de saber que o haviam procurado nos dias da revolução, «para matarem o *jasuita*», Pinheiro Marques veio logo para Lisbôa a tomar conta do seu múnus paroquial. Começa aqui a pavorosa odisseia dêste digno pastôr de almas, que é bem o exemplo vivo de uma fé inquebrantável, de véras excepcional, que fallhou à maioria dos Bispos e a quasi todos os padres portuguezes perante a estulta arremetida de Afonso Còsta. Tiraram-lhe todos os recursos para a manutenção do culto; obrigaram-no a sair da casa do Cartório; acusaram-no de ladrão; exigiram-lhe o pagamento de 2.400 escudos e, como não pagasse semelhante extorsão, deram-no em público e raso por caloteiro. A 24 de Março prenderam-no na rua do Ouro, por agitadôr, e tiveram-no cinco horas sujeito aos enxoválhos dos seus captôres.

Em Outubro apreenderam-lhe o arquivo. Em Fevereiro de 1912 obrigaram-no a sentar-se de nôvo no banco dos réus. Em Julho agrediram-no no Chiado a cavallo-marinho, e em Agôsto prendêram-no de novo, por conspirar, e metêram-no, primeiro no Limoeiro e depois no Castélo de S. Jorge. Em 1914 roubaram-lhe da igreja tôdas as imagens, vasos sagrados, alfaias e mais objectos do culto, sem escaparem os próprios tabernáculos do Sacramento, cujas particulas ficaram sôbre o altar, cobértas apenas com um simples véu de cális.

Em 1915 voltaram a prendê-lo, tiraram-lhe as chaves do templo e fecharam êste, como suprema aspiração desta gente.

Tal foi, *gróssô módo*, a vida dos primeiros cinco anos de perseguição *republicana* ao Padre Pinheiro Marques.

¡ Talvez seja interessante descermos ao pormenor!...

* * *

A primeira agressão, a 8 de Julho, no Chiado, foi à saída da Casa Havanêsa. A coisa estava de há muito planeada. E naquela noite, Pinheiro Marques fôra mesmo avisado por um dos do grupo, seu antigo discípulo na Escola Académica, — tal qual como em França o padre Lhomond deveu a vida a Danton, que fôra seu discípulo, e o padre Buardier a Robespierre, que estava nas mesmas situações. O Danton português foi o florista Fernando Peixinho.

Simplesmente Pinheiro Marques, que nada fizêra, não obedeceu ao aviso. Pagou caro a imprudência. Naquela noite os *habitués* da Havanêsa rarearam. Os boátos andavam assanhádos e poucos se afoitavam aos exercícios da «formiga branca», que o dr. Daniél Rodrigues organizára... para defêsa da República.

À porta da Havanêsa juntaram-se, à boquinha da noite, o general Lacérda, o Barão de Salmo, Pereira de Melo e Pinheiro Marques. Em volta do estabelecimento, apertando o cêrco, havia grupos suspeitos. Reconhecendo o perigo, os da cavaqueira amena saíram. Todos puderam descêr incólumes o

Chiado, menos o padre Pinheiro Marques, sôbre cuja cabeça desabou uma montânha de cavalos-marinhos. Foi medonho! De cabeça abérta, o padre recúa e acolhe-se ao estabelecimento. A turba avança e bâte-lhe com mais fúria. ; Por detrás do balcão, os caixeiros assistem impassíveis à scena! O ferido escápa-se pela porta lateral da rua da Trindade e refugia-se no restaurante Fortes. Os facínoras invadem o estabelecimento, partem mêsas, cadeiras, portas e vidros, ululando, urrando, imprecando, numa fúria de canibais. Mas aqui os criados já não procedem como os caixeiros da Havanêsa. Colócam-se à frente da multidão e fazem-lhe barreira. Aparecem milagrosamente alguns cadêtes da Escola do Exército e dois policías do giro. A casa é evacuada. Na rua a multidão, agora compacta, ulula e vociféra com mais ímpeto:

— À morte! À morte!

— Abaixo o traidôr!

— Mórta o *jasuíta*!

A dois minutos da scena ficava o *Govêrno Civil*. Tratáva-se, porém, dum padre, e o *Govêrno Civil* não ouvia nada. Em certo momento, a onda de cáfres faz pressão e rompe a fráca barreira dos cadêtes. Então um policia bráda:

— Alto. O homem está prêso e vai para o *Govêrno Civil*.

Disse, foi ao esconderijo e chamou o padre:

— Venha daí.

— Mas matam-me!

— Que lhe importa?! Tanto faz matárem-no aqui como lá fóra.

E o padre saiu, e a multidão, dilatando as narinas, rejubilou, feroz:

— Mórta! Mórta!

E nova chuva fórte de bengaladas, de sôcos, de pontapés, cáí sôbre o desgraçado, que vái em charóla até ao *Govêrno Civil*.

Bôcas escancaradas, espumando ódio, gritam-lhe:

— Vá! ; Dê vivas à República, seu talássa!

— Viva a República!

— Abaixo a reacção!

— Mórra! Mórra!

E o padre, em cabêlo, pastôso de sangue, todo êle ferido e chagádo, com o fato em farrápos, lá foi atirado para o pátio do edificio, onde tudo lhe recusaram, ¡ até uma pouca de água para lavar as feridas!

As duas horas da manhã *mandaram-no embora...* porque estava inocente. ¡ Tinha sido um excêssô dos bons republicanos!

Ao outro dia, na rua de Santa Jústa, junto ao Hotel Francfórt, a mesma canálha desvairada e ignóbil, vása vil dos pútridos escoadôuros da política, assassinava, pelos mesmos processos e com maior vilêza ainda, o tenente da Armada, Alberto Soares.

Foi assim que esta gente abriu os caboucos e lançou os alicérces para outra infâmia igual: a *léva da morte!*

* * *

Para se curar das feridas recebidas, o Padre Pinheiro Marques retirou-se ao outro dia para a sua aldeia. Pásme agora o leitôr: nem aí o deixaram sossegádo!

A 17 de Agosto de 1912, um monárquico renegado, que era então administrador do concelho (!), António de Pina Furtado, para alardear serviços ao regimen, foi lá e prendeu-o. ¡ E debaixo de prisão o trouxe, a pé, entre dois esbirros, até à cadeia de Fornos de Algôdres, onde, dias depois — suprêma irrisão! — os senhôres Afonso Costa e França Borges o foram vêr como quem no Jardim Zoológico se fica de espantos diante da *Ipâna!* A 23 estava no Limoeiro, de cambalhada com facinoras e gatunos, e a 3 de Setembro foi para o castélo de S. Jorge. E sabem porquê? ¡ Porque fôra visto de braço dado com o Marquês de Ficalho, no Chiado, a conversar baixinho!! A 10 de Novembro voltou para o Limoeiro. ¡ E só depois de *oito mêses de cadeia*, sem culpa, sem crime, senão o de ser padre, quási sem processo, é que foi man-

— dado pôr em liberdade, *por falta de indícios de culpabilidade!*

¡Que monstruósa vilania a dêstes defensorês do regímen!

* * *

Cláro, no 14 de Maio, o padre Pinheiro Marques foi novamente prêso e novamente espancado. Surge aquí um episódio que é digno e que é brilhante. À porta do Quartel de Marinheiros, um oficial hesitava ante a multidão, que barafustava insultos e pedia sangue.

— Dá-se-lhe um tiro e acabou-se.

Apontavam-se armas. Ia consumir-se mais uma das muitas misérias da canálha. Nisto um velho republicano, um autêntico republicano, Marinha de Campos, rompe a multidão enfurecida, agárra o padre, méte-o entre duas práças, fita desassombradamente o povolcu e grita:

— Está prêso! Ordinário, márche! ¡Se alguém lhe tóca, estoíro-lhe a cabêça com uma bala!

Houve um recúo. E logo aquele mar de ressáca refluiu sôbre a escólta. Marinha de Campos agarra em dois sargentos de Marinha, ordena-lhes que façam frente à onda que vociféra e êle próprio, com uma coragem de iluminado, volta a increpar a turbamulta:

— Eh! lá! ¡O homem está sob a égide da República!
¡Se querem matar alguém, matem-me primeiro a mim!

No dia 18, passado o perigo, Pinheiro Marques era sóto de nôvo, *porque estava inocente*, mas logo na madrugada seguinte o prendiam e o conduziam ao Governo Civil, onde era governadôr Mariano Martins, que lhe diz, visivelmente maguado:

— O sr. não foi prêso...

— ?!

— Mandei-o apenas buscar para o livrar da morte...

— ?!

— É que esta noite iam lá a casa matá-lo, e como eu não

tinha empenho nenhum em que o matassem, mandei lá a casa dois marinheiros buscá-lo. Agora pode ir-se embora.

E foi ainda Mariano Martins (outro gésto digno e honrado doutro honrado republicano) quem o mandou pôr na estação do Rossio, no seu próprio automóvel.

* * *

Aqui têm a obra duma turbamulta à sôlta e a odisseia dum simples ministro de Christo, cujo único delito era êste: ser padre, exemplar, cumpridôr, honesto e fiel ao seu Deus e aos seus princípios.

Que coisa baixa é o espírito faccioso e réles, vésgo e maldito, da canálha desenfreada e assolada pelos *meneurs* sem escrúpulos, sem honra e sem vergonha, cujo ideal é um apenas — a gaméla!

Escumálha etérna na história de todos os séculos, de todos os povos, de todos os regimens e de todos os partidos, quando um pulso fôrte a não subjuga e domina, obrigando-a a trilhar apenas o caminho da honra e da justiça.

* * *

O padre José Pinheiro Marques nasceu em Figueiró da Granja, concelho de Fornos de Algôdres, em 7 de Março de 1871, filho de António Pinheiro de Albuquerque e Pina e de Maria Marques dos Santos, de humilde condição.

Tendo frequentado a escola primária da sua freguesia, foi depois, em 1886, admitido, já órfão de pai, como aluno gratuito, no Seminário de Viseu, por iniciativa do professor José Gomes de Abreu e do abade Manuel Clemente do Bom-Sucesso.

Concluído o curso com distinção, em 1892, e não tendo idade para receber as ordens, foi convidado a exercêr o cargo de sub-director do *Colégio do Senhor da Boa Fortuna*, em Viseu, passando, no ano seguinte, a exercêr o magistério no *Colégio do Padre Roseira*, em Lamêgo.

Cantou a primeira missa na sua terra natal em 1 de Janeiro de 1895, sendo em seguida encarregado de paróquia nas freguesias de Vila Chã e Muxagáta, do dito concelho, onde desenvolveu uma intensa acção pastoral durante dois anos e meio. Em 1898 foi apresentado Vigário da Freguesia de Algôdres, onde se colou, mas onde se conservou apenas dois meses, por ter sido convidado a vir exercêr o magistério e a direcção espiritual da *Escola Académica* de Lisboa, onde permaneceu doze anos.

Tendo ao mesmo tempo regido, como pároco colado, a igreja de S. Cristóvão, durante sete anos, foi em 1908 indigitado para Bispo de Angola, pelo Ministério Campos Henriques, cargo que não aceitou, vindo a ser colado, no ano seguinte, na igreja de S. Pedro de Alcântara, de que tomou posse em 27 de Junho de 1909 e onde ainda se conserva.

Como oradôr foram notáveis os sermões que prêgou na Sé Patriarcal, perante a Côrte, Governo e Côrpo Diplomático, em 27 de Janeiro de 1909, numas exéquias oficiais em sufrágio das vítimas do terramoto de Messina, e na igreja da Graça, perante um auditório distinto, em 10 de Junho de 1918, em sufrágio dos soldados portuguezes mortos na França e na África, e ainda a oração fúnebre que pronunciou na igreja da Encarnação, em 14 de Dezembro do mesmo ano, perante o Presidente da República, Sidónio Pais (que nesse mesmo dia foi assassinado), Governo e as autoridades superiores da Armada, nas exéquias por alma dos marinheiros mortos no caçamina *Augusto de Castilho*, afundado no mar dos Açores por um submarino alemão.

Foram também magníficas de sentimento e de patriotismo as orações fúnebres pronunciadas na igreja de S. Martinho, de Sintra, e S. Sebastião, de Setúbal, nas exéquias por alma de Sidónio Pais.

Além da Sé Patriarcal e igrejas de Lisboa e Patriarcado, tem prêgado nas sés de Évora, Viseu, Bêja, e em quasi tôdas as diocêses do país, Alentejo, Estremadura, Coimbra, Guarda, Portalégre, etc.

Como conferencista, falou muitos anos na antiga *Associação da Mocidade Católica*, no *Círculo Católico dos Operários*, na *Juventude Católica*, na *Liga Naval*, sendo notável a conferência que fez no *Real Conservatório de Música*, perante o Núncio, Patriarca e um selectissimo auditório, numa festa de caridade, em 30 de Março de 1903, e que corre impréssa.

Como jornalista, começou a escrever, quando ainda estudante, na *Atalaia Católica* e *Fôlha de Vizeu*, e mais tarde no *Correio Nacional*, *Opinião* e quasi todos os periódicos e revistas de indole católica do país.

Como escritor, publicou, em 1904, um volume de propaganda anti-revolucionária — *O socialismo e a Igreja*, — que é um verdadeiro tratado de sociologia cristã.

Como pároco: zêlo, desassombro, caridade. Doutrinação constante, aproveitando todos os ensêjos. Criou as seguintes instituições de caridade: *Côfre dos Póbres* (5 contos em 1924), Conferência de S. Vicente de Paula, etc.

Pode afirmar-se dêste padre exemplar que viveu sempre com pobreza e modéstia.

A sua casa era, e é, inferiôr à de qualquer operário. Tudo quanto ganha o dispende com a familia, que é numerosa e pobríssima. Há muitos anos que pága mesadas certas à mãe e a uma irmã, que teve 11 filhos e ainda tem 6 vivos.

Fixe o leitor êstes dados e veja se não tem aqui motivo assáz suficiênte para justificar tôdas as perseguições de que êste homem foi alvo durante mais de uma dúzia de anos.

Já o outro, com razão, dizia:

— « Oh! Liberdade! ; Quantos crimes se têm praticado à sombra do teu nome! »



CAPÍTULO XXI

O que foi, nos seus tempos áureos, o Real Palácio de Alcântara

Quem, ao passar hoje no Largo do Calvário, onde desembocam as ruas de Alcântara e da Créche, na direcção à Junqueira, olhar à esquerda, depára com um casarão comprido e inestético, occupando todo o comprimento do Largo, desde a esquina das Fontainhas até ao bêco que o sepára do antigo convento de freiras franciscanas que a piedade da mulher de Manuel Téles de Meneses, D. Violante de Noronha, fundou em 1600. Este casarão, pavorosamente burguês, apenas com andar nóbre, e com os baixos do edificio aproveitados em lojas e armazéns, é tudo quanto résta das vélhas dependências do antigo *Palácio Real do Calvário*, êsse que foi deliciôso recreio de D. João IV e para onde o Conde de Castelo-Melhór mandou D. Afonso VI, em 1662; que foi residência predilecta de D. Pedro II, que aqui largamente viveu e morreu; que nas suas salas acolheu a viúva de Carlos II, de Inglaterra, D. Catarina de Bragança; edificio que o terramoto de 1755 arrouinou e quasi destruiu, e lhe ficava defronte, metendo-se-lhe apenas de permeio uma rua, que é hoje o Largo 20 de Abril (1).

(1) Muitos historiadores têm confundido êste edificio com o do verdadeiro palácio, e eu mesmo caí nêsse êrro, quando, exactamente para o corrigir, publiquêi estas crônicas na imprensa diária.

A tal respeito o erudito investigador e meu particular amigo sr. dr. Jordão de Freitas fêz inserir em *A Voz* a seguinte carta:

« Sr. Directôr de *A Voz*

« Em artigo hoje publicado no jornal que V. tão superiormente dirige,

O edificio, ainda hoje existente, encontra-se inscrito no antigo Arquivo da Administração da Casa Real pela seguinte forma:

«Estas cocheiras de forma rectangular, divididas em cinco

diz o sr. João Paulo Freire, ao fazer a história do convento do Calvário desde a sua fundação até nossos dias:

— «Ao lado, e não defronte, como escrevem quasi todos os nossos historiadores do século XIX, do Real Palácio do Calvário, ficava o convento d'este nome.» —

«Esta afirmação do illustre jornalista e escriptor, já estampada em outros artigos seus em *A Voz* e no *Diário de Lisboa*, não corresponde à verdade histórica.

«Num artigo que dentro em poucos dias enviarei a V., na quasi certeza de que se dignará publicá-lo no seu jornal, mostrarei que o régio palácio de Alcântara, também chamado do Calvário, ficava — não ao lado — mas defronte e ao norte do mosteiro d'este nome, no espaço comprehendido entre as modernas ruas da Créche e de Leão de Oliveira, seguindo-se-lhe ao nascente parte da quinta.

«Entretanto seja-me licito advertir que, ao contrario do que poderá depreender-se do que acaba de publicar o sr. J. P. F., o cronista Fr. Fernando da Soledade, escriptor do principio do século XVIII, citado e transcrito pelo autor do artigo, não coloca o mosteiro «junto ao Palácio Real», mas sim defronte e ao sul. Diz elle, a págs. 337 da sua *Historia Seráfica Cronologica*:

— «Fica este (o mosteiro) em Alcântara, burgo occidental da cidade, visitado pela parte do meio dia com as ondas do formoso & famoso Tejo; & CINGIDO PELA DO NORTE (ficando huma rua em meyo) CÔ A GALERIA DAS CASAS & QUINTRA AONDE COSTUMAM VIR RECREAR-SE AS MAGESTADES.» —

«Pela publicação desta carta, os anticipados agradecimentos do

«De V. etc.

«Lisbôa, 22 de Janeiro de 1928.

«Jordão de Freitas».

A que eu respondi pela seguinte forma:

«Meu caro Correia Marques:

«Acábo de lêr na *Voz* a carta do sr. dr. Jordão de Freitas, illustre investigador, erudito e consciencioso, cuja opinião me mereceu sempre, mesmo quando discórdio, como agora, o meu melhor respeito. Afirma o

grandes corpos por pilares e por igual numero de portões, tem o cunho de todas as nossas obras antigas: grandêza e

sr. dr. Jordão de Freitas que o Real Palácio do Calvário ficava «defronte e ao norte» do mosteiro do mesmo nome, o que promete provar num artigo. Aguardo, com muita curiosidade, essa prova, visto os meus apontamentos dizerem-me que «defronte e ao norte» existiam, não o régio palácio, mas sim os palacetes do Visconde de Campanhã e da Marquêsã de Valença.

« Quanto à descripção que nos faz Mr. Fernando da Soledade, na sua *Historia Seráfica*, acho que está certa. A rua, que é hoje uma simples travessa, lá está. No entanto, como quem pôde estar em erro sou eu, aguardemos o prometido artigo, que a publicação das minhas crónicas não tem outro fim senão colhêr rectificações e acrescentos que melhorem a obra e fortaleçam a intenção. E para isso ninguém melhor do que o meu illustre contraditôr.

«Lx. 23-1-928.

«Teu amigo e colega

«João Paulo Freire.»

De facto, o artigo veio publicado em três números do citado jornal (em 31 de Janeiro, o primeiro, e os outros na primeira semana de Fevereiro) e a sua argumentação e documentação foi tão clara e precisa que me obrigou à publicação da seguinte carta em 8 de Fevereiro:

«Meu caro Correia Marques

«Acabo de lêr, com muito prazer, o último dos artigos que sobre o Páço Real do Calvário escreveu na *Voz* o sr. dr. Jordão de Freitas, e deixa-me dizêr-te que é com imenso regosijo que vejo plenamente atingidos os meus fins. A monografia do bairro de Alcântara está por fazer. É interessante e é importante. Se eu tivesse tempo para andar pelos arquivos, não a escrevia nos jornais: fazia-a directamente em livro. Assim, e porque as dúvidas são muitas e me falta o tempo para as desfazer, publico os artigos com as deficiências que possuem e aguardo as rectificações, para que o volume não seja publicado com erros e aleijões de costa acima. Felizmente, no caso do Palácio de Alcântara, posso dizêr que acertei na *mouche*, pois não podia ter encontrado nem melhor nem mais erudito mestre. Assim eu pudesse fazêr o mesmo ao Palácio do Fiúza, cujo material histórico que possuo é fraquíssimo.

«Lá chegaremos.

«No entanto, para te mostrar apenas alguns das mais flagrantes contradicções que anotei e que me levaram a escrevêr os artigos contraditados, na quasi certêza de que alguém os emendaria convenientemente, aqui te aponto alguns disparates que justificam os erros passados e que o

solidez; sendo as melhores cocheiras que possui a Casa Real, com logar para 9 coches, em cada huma e ao tódo para 45.

admirável trabalho do dr. Jordão de Freitas fêz desaparecer, como era preciso e eu muito desejava.

* * *

«Pinho Leal — vol. 1, a pág. 67 — diz:

— «O palacio real de Alcântara, vulgarmente chamado do *Calvario*, por estar no largo do mesmo nome, em frente do convento das *Flamengas* (sic) está ás portas de Alcântara, do lado do O., no caminho de Belém, à direita.» —

«Há aqui uma contradição flagrante. Se o palácio era em frente do *Convento das Flamengas*, não podia ficar no caminho de Belém, à direita, mas sim à esquerda, e não em frente do *Convento das Flamengas*, porque neste sitio ficava, e ainda fica, o edificio do Convento do *Calvário*. Neste caso ficava de facto à direita, como o localiza com dados certos o dr. Jordão de Freitas, mas em frente do *Convento do Calvario*, e não do Convento das *Flamengas*.

«Estêves Pereira — *Dicionario Portugal*, vol. 1, pág. 157 — dá-o situado a pouca distância das antigas portas da cidade, e fronteiro ao *Convento das Flamengas*. Quere dizer: do lado esquerdo de quem vai para Belém. E a pág. 158 diz:

— «Naquêl edificio estêve ha anos estabelecida a fabrica de tabacos «*Vasco da Gama*», depois uma fabrica de camisólas e outras fazendas de tecidos de lã; mais tarde um deposito de farinhas da bem conhecida fábrica de boláchas da firma *Conceição e Silva*, e ultimamente o «*Clube de Lisboa*», sociedade de recreio, onde se deram récitas e grandes bailes, que por ordem superior ha pouco tempo foi mandado encerrar. Nas lojas houve em tempo um pôsto policial e um serviço de incendios; hoje apenas existe uma cocheira de trens de aluguer. A propriedade foi vendida ao sr. *Conceição e Silva*, que é o actual proprietario.» —

«Aqui é que não há dúvida nenhuma.

«O edificio erradamente mencionado é aquele onde hoje se encontra instalada a *Promotôra*.

* * *

«! A isto é que se chama malhar no *pandeiro* como em centeio verde! Talvez tu ignores, meu caro *Correia Marques*, que a palavra *pandeiro* é sinónima de *alcântara*. Pois é. Lá vem no *Dicionario da Academia*: — *E da pelle (do lagarto) fizeram uma alcântara em que tangiam*. Ora como *alcântara* é um *pandeiro*, mas pode também ser um *biscóito algarvio* (C.

É neste local que estão depositados os cóches tão admirados de nacionaes e estrangeiros. No pavimento superior, serviam

de F.), varios ao mesmo tempo tocando o pandeiro das transcrições para adoçar um pouco mais o biscoito das asneiras...

• Eduardo Freire de Oliveira, a págs. 355-356 (*nota*), ao referir-se-lhe, diz:

— «O Palácio de Alcântara, mais vulgarmente conhecido pelo nome de *Paço do Calvario*, por estar situado no largo da mesma denominação...» (*El.*, vol. v).

«Ora, se estava situado no largo da mesma denominação, não estava dentro da Quinta, e portanto, neste ponto, Freire de Oliveira referia-se evidentemente ao actual edificio da *Promotóra*. Bem sei que na mesma obra (t. x, a pág. 335) F. de Oliveira afirma que o mosteiro das Flamengas «ficava contiguo ao palacio real da quinta de Alcântara». Claro que no meu espirito estabeleceu-se logo a dúvida e fiz mentalmente esta pergunta: É bico ou cabeça? ¿fica no largo ou fica na quinta?

«Linha abaixo:

— «A quinta e o palacio tinham pertencido a João Baptista Rovelasco, arrematante dos direitos reais, a quem, no tempo de Filipe I, foi confiscado para a corôa por dividas á fazenda real.» —

«E agora esta parte da nota, que é, a-pesar-de emmanhada e confusa, interessantíssima:

— «Com o terramoto de 1755 ficou o palacio bastante arruinado. (*Nisto estamos todos de acôrdo*). Tendo depois soffrido as indispensaveis obras de reparação, foi mais tarde cedido a um particular, com a cláusula de ali estabelecer uma fabrica de chitas (*também estamos todos de acôrdo*), cláusula que não foi cumprida, no que concorda J. de Vilhena Barbosa — *Archivo Pittorêsc*, 6, pág. 227 — (*no que discôrda o dr. Jordão de Freitas*), revertendo por isso o palacio para a corôa no ano de 1808. Posteriormente serviu de moradia a dignitarios e empregados da casa real.

«Em 1876, por carta de lei de 12 de Abril, foi a fazenda real autorizada a cedêr gratuitamente á Camara Municipal do Concêlho de Belem, actualmente extincto, os terrenos da quinta de Alcântara, que fossem necessarios para a abertura de ruas do nôvo bairro que a mesma Câmara projectara fundar nos terrenos do Casal da Marquêz de Sabugosa e da aludida quinta.

«Destes ultimos tomou a dita Câmara posse no dia 1.º de Dezembro de 1876, por efeito do decreto de 28 de Outubro do mesmo ano; vendendo depois a fazenda real a diversos os restantes terrenos para edificações, bem como o palacio, que foi demolido, erigindo-se no seu logar uma propriedade particular.» (Isto é concludente e corrobôra a versão do meu

para o depósito dos fardamentos dos creados e dos arreios, tendo as mêsmas cinco divisões com 15 janéllas de frente. Está hoje occupada pela ex.^{ma} marquêza de Angeja, havendo antes habitado nas mesmas casas hum Monsenhor» (1).

Diz o dr. Jordão de Freitas:

«O prédio em que actualmente se acha installada a Sociedade Promotôra de Educação Popular, recebeu os n.^{os} 58 a 62, e um prédio do recolhimento do Calvario os n.^{os} 64 e 65.

«Assim foi até 1834, anno em que termina a vastíssima collecção dos livros dos «Prédios», «Decimas» e «Arruamentos» iniciada em 1762, a que acima me referi.

ilustre contraditôr, que, ao que se me afigura, não conhecia esta passagem dos *Elementos*, aliás tê-la hia citado com vantagem). —

«O próprio dr. Jordão de Freitas, no seu último artigo (*A Voz*, 6-2-928), faz esta preciosa confissão:

— «De 1702 a 1708, os livros dos «Prédios» e os dos «Arruamentos» designam-no (*no edificio da Promotôra*) igualmente como «Palacio de S. Magestade...» —

«Resumindo: a asneira vinha de longe e era preciso desfazê-la. Foi êste o benemérito trabalho do dr. Jordão de Freitas, a quem présto as minhas homenagens e a quem dou os meus agradecimentos. No livro os artigos virão já convenientemente emendados.

«E assim se faz, graças a Deus, obra perfeita.

«Abraça-te o teu

«Camarada e Amigo

«João Paulo Freire.»

Esta carta explica suficientemente as modificações introduzidas nas crônicas publicadas.

Essas modificações referem-se quasi que exclusivamente à localização do edificio. No entanto justo e grato me é salientar, sem vaidades tôlas que não possuo, o óptimo beneficio atingido pela publicação das investigações do sr. dr. Jordão de Freitas, sem as quais, e atendendo à minha martirizante falta de tempo (não sou nem rico nem funcionário do Estado, e o pão que ganho dêvo-o absolutamente ao meu esforço diário), a reconstrução histórica dêste palácio continuaria errada.

Assim tudo se remediou como havia mistér que se remediásse...

(1) Dr. Jordão de Freitas, artigos citados.

«Conforme se deprende dos livros das «Desobrigas» desta freguezia, por mim consultados, parece que, a partir de 1835, deixaram de pertencer á rua direita de Alcântara os predios que lhe tinham sido accrescentados no anno de 1809; com elles foi ampliada a rua do Calvario, que passou a ficar com a mesma extensão que havia tido a denominada rua de S. Joaquim, e dando-se o n.º 1 á primeira porta do predio em que a *Promotora* se acha installada. Certo é, porem, que a «Planta da real quinta do Calvario, levantada e desenhada por José Antonio de Abreu em 1844» e publicada em 1847, a rua direita de Alcântara continuou a extender-se até o mosteiro das Flamengas. O mesmo se verifica em 1859 (*Archivo Pittoresco*, t.º 2.º, pág. 153)».

E acrescenta: «... no lugar onde tal edificio se encontra, ainda nenhuma construção existia em 1679, ano posteriormente ao qual foi desenhada a planta inedita de que é possuidor o sr. coronel A. Vieira da Silva e que não o indica. É, portanto, muito mais moderno que o mosteiro do Calvario, cuja construção é de 1617. Existente já no reinado de D. João V (1707-1750), visto que figura na planta topographica desenhada em 1727, este predio vem aqui indicado com a designação de *Cocheiras*.

«Pertencia tambem á Casa Real. De 1702 a 1768, os livros dos «Predios» e os dos «Arruamentos» designam-no igualmente como «Palacio de S. Magestade»; de 1769 por diante é designado apenas como «Propriedade de S. Magestade».

«Sobre o pavimento terreo tinha um andar nobre. Neste viveram: o desembargador Manoel Ignacio de Moura, deputado da Mesa da Consciencia e Ordens, desde 1762 (se não antes) até 21 de Novembro de 1790, em que faleceu (tendo, portanto, assistido neste edificio durante os anos em que no fronteiro paço real successivamente residiram D. Luis da Cunha Manoel, Manoel Gomes da Silva e sua mulher, D. Anna da Assumpção); D. Maria Joaquina das Neves, viuva do mesmo desembargador, até 10 de Outubro de 1795, data do seu falecimento; Nicolau Xavier de Figueiredo Bulhões de Castello

Branco, guarda-joias, feito barão de Beduino em fevereiro de 1818, que aí residiu desde 1796 até o dia 15 de julho de 1821, em que morreu, tendo-lhe lá nascido os seus últimos cinco filhos, respectivamente em 1796, 1797, 1798, 1799 e 1800 — os quaes receberam o baptismo no «oratorio da casa»; a baroneza viuva (1821-1833); monsenhor Antonio Carlos (1825-1833); Joaquim Antonio da Silva (1835); a marquezia de Angeja, desde 1836 até 1859, pelo menos.

«Na planta topografica de 1844, nota-se que este edificio apresenta uma dupla saliencia na parte media inferior da frente voltada para leste; esta saliencia corresponde a uma chaminé que a esse tempo alli existia.

«Do livro dos «Arruamentos» correspondente a 1806-1807, transcrevo o seguinte, com relação ao primeiro predio situado no lado esquerdo da rua de S. Joaquim, ou seja o predio da *Promotora*: «412.—Propriedade de Sua Magestade dada para assistencia do guarda roupa Nicolau Xavier por ser parte do Palacio de S. A. R., que serve de Deposito de Carruagens, Arreios, Sellas, Cabeçadas, Taireis etc. Lisboa 28 de Março de 1868. — *Freitas*».

«Quando aos predios foram dados n.ºs de policia, esta propriedade recebeu os n.ºs 58 a 62.

«São do livro dos «Arruamentos» de 1821 estes dizeres: «Propriedade de Sua Magestade.—Parte das cazas servem de Cocheiras em que se guardam carruagens do dito Senhor. A outra parte dada para assistencia da Ill.^{ma} Baroneza de Beduido» (1).

* * *

¿ Como seria o palácio, antes de 1755 ?

Martinho Afonso de Miranda, autôr do *Tempo de Agora*, obra impressa em 1621, todo se vangloria e exalta com a «sumptuosidade de seus edificios, diferença de brinco, variedade de figuras; como tambem pela abundancia das aguas,

(1) *Ibidem. Idem, idem.*

multidão de arvores de espinho, amenidade e frescura de odoríferas e alegres boninas...» Esta descrição, embora Villhena Barbosa com ela não concorde, deve estar certa. Martinho Afonso, escrevendo no primeiro quartel do século xvii, viu ainda o palácio no apogeu dos seus áureos tempos realengos. O terramóto, sobrevindo mais de século e meio depois, arruinou-o, e a partir dessa época, a-pesar-de *reconstruído*, quasi se pode dizer que o velho Palácio Real do Calvário desabou com o terramoto de 1755, para não mais se levantar como tal.

Mas como seria elle?

É o que vamos ver, segundo a descrição encontrada pelo citado investigador na caixa dos documentos da Comissão do tombo dos bens da Corôa, que funcionava em 1844:

«Consta de dois pavimentos de forma rectangular com duas frentes, uma para o largo e outra para o jardim; o terreo dividido em oito quartos e o andar nobre para o lado poente com oito sallas e quatro quartos, nos quais habita a ex.^{ma} marquiza de Valença. No outro do lado do nascente tem cinco sallas e dez quartos, occupados pelo ex.^{mo} visconde de Campanhã. — Na primeira habitação ha uma grande cozinha fora do Palacio, encravada no jardim, tendo uma grande cavalleriça para quarenta cavallos, palleiro correspondente e casa onde havia tufhas para guardar trigos; tudo situado por de traz do palacio e separado por um pateo. — A frente principal para o largo do Calvario está para o sul formada por três linhas quebradas, com um andar com 16 janellas, e no extremo do poente ha dois pequenissimos andares com 4 janellas; e no outro extremo se fez depois um segundo andar com igual numero de janellas do andar nobre. — Para acomodações do Real Thezouro, dividiram-se as antigas sallas, e fizeram um corredor; bem como as janellas de sacadas se transformaram em de peito. Em 1830 levantaram os dois pequenissimos andares para habitação do almoxarife, cuja obra veio desfear mais este edificio; em 1840, no outro extremo se rectificou o

Palacio e augmentou-se com 2.^o andar que tem presentemente».

«No tempo da senhora D. Maria II (diz Júlio de Castilho) fizeram-se obras, e era o palacio destinado a habitação de senhoras nobres, antigas servidoras das nossas Rainhas. Ahi conheci desde 1859 a snra. Marqueza de Niza, D. Thomasia de Mello, e era frequentador de umas agradaveis quartas-feiras, em que S. Ex.^a recebia pessoas de suas relações..... A frente do palacio (que talvez seja o antigo pateo) caiu em 1755, e foi reedificada com mesquinhez. Para as trazeiras é que ha sacadas nobres com bello aspecto, e havia jardins, onde ainda penetrei.» (*A Ribeira de Lisboa*, págs. 381 e 382).

E o dr. Jordão de Freitas elucida-nos melhor ainda quando diz:

«Pelos livros das «Desobrigas» da freguesia, vê-se que a partir de 1775 (ainda em vida de D. Luiz da Cunha), o palacio serviu de habitação a Manuel Gomes da Silva, official da secretaria do ministerio dos negocios estrangeiros e da guerra. Recorrendo, porem, aos Livros dos «Arruamentos», notamos que o nome deste assistente só começa a apparecer no ano de 1780, em que se lê: «Propriedade de S. Magestade dada parte della a Manoel Gomes da Silva, official da Secretaria de Estado dos Negocios estrangeiros e da guerra». E assim nos anos subsequentes. Em 1776, lê-se: «Paço Real de Alcântara que se acha devoluto»; de 1777 a 1779 não se faz menção deste Paço. Manoel Gomes da Silva faleceu a 23 de Fevereiro de 1789, sobrevivendo-lhe a mulher, D. Ana da Assunção, que ainda lá vivia em 1792. De 1790 (se não 1 ou 2 anos antes) até 1808 (pelo menos) esteve dado a Francisco José Dias, que lá montou uma fabrica de chitas, a qual ali funcionou durante alguns anos. A fl. 59 do livro dos «Arruamentos» de 1806, o predio que foi habitado por D. Luiz da Cunha, vem assim designado: «Propriedade de Sua Magestade em que se acha a Fabrica de chitas de Francisco José

Dias dada para o dito fim com a obrigação de reedificar as casas». Depois de João Lourenço de Andrade (1808?-1833), a quem já me referi, varios outros inquilinos teve o velho paço real. No ultimo livro dos «Arruamentos» (1834) a referencia é esta: «Propriedade de Sua Magestade que consta de diferentes andares, lojas e Quinta, que tudo se acha por conta do mesmo Senhor. Nas referidas casas assiste Antonio da Silva. Nas mesmas casas assiste o conselheiro Francisco Gomes da Silva» (Livro citado — Rua direita de Alcântara, lado direito). Outros inquilinos: Joaquim Felix Heitor (até 1837, em que faleceu), o conselheiro Francisco Gomes da Silva (até 1835). Em 1844 lá viviam: o barão de Campanhã (desde 1836), o marquez de Valença (desde 1837) e D. Manuel de Portugal e Castro (desde 1838). Na planta topographica de 1844 acima citada, estas 3 moradias veem assim designadas, do poente para o nascente: «Palacete concedido á ex.^{ma} marquez de Valença»; «Palacete concedido ao ex.^{mo} barão de Campanhã»; «Palacete concedido ao ex.^{mo} Vedor da Casa Real».

* * *

Há uma coisa em que todos os autôres estão concordes: é que o velho palácio de João Baptista Rovelasco foi confiscado em 1580 por Felipe II de Espanha, e na pösse dos Felipes ficou durante os sessenta anos do nosso cativo, pouco menos de abandonado para régios destinos; situação que, ao contrário do que levemente afirma Vilhena Barbosa, se não mantém durante todo o reinado de D. João IV, e muito menos na regência da Rainha viúva D. Luísa de Gusmão.

Podem dizêr-se afoitamente que o primeiro dia para a história irrequieta do Real Palácio de Alcântara deve fixar-se em 21 de Junho de 1662. Nêste dia, o Conde de Castélo-Melhór reabriu-lhe as pórtas para dar entrada ao pobre D. Afonso VI, contra quem a própria mãe conspirava a favôr do segundo filho, D. Pedro, êsse illustre ambicioso que, cinco

anos depois, lhe havia de roubar a mulher e o trono. D. Afonso foi para lá fugido dos Paços da Ribeira e dali mandou à mãe e aos nobres um *ultimatum*, que surtiu o seu efeito e que lhe deu a legitima pösse do trono quarenta e oito horas depois. Fugaz predominio! O résto é da História e sábe-o tōda a gente. Prêso em 1667, sem trono, sem mulher e sem vassálos, atéstam-lhe ainda hoje uma parte, a maior, do seu longo martirio de 16 anos, os tejólos puidos da sala do Palácio de Sintra, donde a mórte o foi libertar em 1683.

Em 1668, um ano depois do divórcio, D. Maria Francisca e D. Pedro escolhiam, por régio escárneo à posse do irmão, ocorrida seis anos antes, o mesmíssimo Palácio do Calvário, para, ali a dois pássos, na igreja das Flamengas, se unirem, perante Deus e os homens, a disfrutar o mesmo tálamo que já fôra do infeliz amigo do Conde de Castélo-Melhór. E o Palácio de Alcântara passou a ser refúgio das horas de ócio do régio tratante, que por aqui viveu e gozou lárge e fártamente, até que a mórte, em Dezembro de 1706, se lembrou de o chamar a prestar contas da honra do irmão e da desvergonha da mulher. O procésso que a êstes factos se refére anda por aí impréssos. É curiōso e elucidativo. Mas não vem agóra para aqui reavivar infâmias nem fazer estendal de misérias coroadas, que não interessam grandemente a éstas nótas monográficas...

* * *

Em 1693 preparou-se de nôvo, com requintes de confôrto, a velha habitação realenga, para receber a filha de D. João IV e Rainha de Inglaterra, D. Catarina, havia sete anos viúva do Rei Carlos II. Foi no dia 20 de Janeiro. Houve grandes féstas e luzido cortejo, judo D. Pedro esperar a irmã ao Lumiar, seguido de pompôso e luzido acompanhamento, que a trouxe até Alcântara (1).

(1) Quando a família real habitava o Paço de Alcântara, tōdos os arraís de barcos, mulêtas ou outras quaisquer embarcações que viessem

Habituada a outras pompas maiores e a alojamentos de melhor luxo, a Rainha viúva pouco se demorou no Calvário, saltitando largo tempo de palácio em palácio, até que mandou fazer, à sua custa, o da Bempósta, onde faleceu em 1705.

* * *

Antes de 1662 o Palácio Real de Alcântara serviu para estadia de recreio a Dom João IV, que, para aqui, quasi todos os anos vinha descansar, embora Vilhena Barbosa, e outros escritores com elle, nos afirmem o contrario. Conta Pinho Leal que na noite de S. João de 1655 se deu neste palácio uma ceia opípara, que importou em 37453 réis, e um jantar no dia seguinte, em que El-Rei gastou 497180 réis!

Bons tempos êsacs! Cada pão de quilo custava 10 réis, um arrâtel de toucinho, 35; outro de manteiga, 45; outro de lingua, 25, e um quantilho de azeite, 30!

Mas não admira que Dom João IV não desdenhasse passar os seus ócios nos delieiosos sitios de Alcântara com sua

... frêscã ribeira,
cujas cristalinas águas
por entre montes e serras

vê correndo brandamente
como escutando deveras
as cantigas que ali cantam
as rústicas lavadeiras.

Era assim que o autôr da *Relação Métrica* no-las descrevia, por alturas de 1626, acrescentando que «a quinta de

à Ribeira com mantimentos, eram obrigados a atracar em Alcântara para abastecimento da uecharia do Paço.

Há vários mandados nesse sentido, e um até do almotacé-mór Lourenço de Mendonça e Moura, que deu origem a um conflito com a Câmara, a quem exclusivamente pertenciam estas ordens.

(Vide *E.*, tómo ix, pág. 91-339 e seg.).

el-Rei famosa » era cheia « *de invenções de agua, e de flôres e figuras diversas* ». Para nada lhe faltar, possuía também uma moira encantada, chamada Isa, que até nós chegou na designação da *Cova da Moura*, e cuja sepultura, segundo a Marquês de Alôrna, alvejava junto à margem do rio. Junte-se a isto os regátos da Pimenteira e da Horta Navia, pequenos afluentes hibernais do rio de Alcântara, a vastidão da máta, a pureza das águas e a largueza dos horizontes, e digam-me depois se, ao tempo, o Palácio Real de Alcântara não era digna morada de Reis...

É por isso que, um ano após a restauração do 1.º de Dezembro, já nós encontramos D. João IV em Alcântara, e aqui o vemos em Maio de 1642, em Maio e Junho de 1644, 1645 e 1646, onde ainda dêle temos notícia em Julho e em Maio de 1647. Não há notícia dêle em 1648, mas em Maio e Junho de 1649 estava outra vez aqui. E mais: em Maio de 1651, Junho de 1652, Maio de 1653 e de 1654, Abril e Junho de 1655, Abril, Maio, Junho e Julho de 1656, o que flagrantemente contradiz, como nota Júlio de Castilho e nós já acentuámos, a errada afirmação de Vilhena Barbosa sôbre o abandono do Palácio de Alcântara no reinado de D. João IV.

Mas estas rebuscas, por agora, já vão longas, e o velho Palácio do Calvário não é coisa que se resuma nas poucas linhas dum capítulo. Muito há ainda que dizer sôbre êle, o que faremos, conforme as occupações do ganha-pão forçado no-lo permitirem.

Nec semper lilia florent, nec semper prata rudent, como nos diz o mantuano, que era homem de certísimos conceitos...

CAPÍTULO XXII

Os acontecimentos históricos de maior importância que se deram no Real Palácio do Calvário

Que o actual edificio da *Promotóra* não podia ser *in totum* o antigo paço, demonstravam-nos as várias afirmações e descrições dos autôres coevos. Martim Afonso de Miranda, ao referir-se-lhe, fála-nos « *da sumptuosidade de seus edificios* », no plural e não no singular, como era lógico que o fizesse, se o palácio tivesse um só corpo quadrilongo e inestético como actualmente possui.

O escritor francês Monconys descrêve-nos as salas do Palácio, e embora no-las não apresente minuciosamente, dá-nos contudo a expressão da sua grandêza ao relatar-nos as cerimónias a que nélas assistiu e onde a côrte se fazia representar *in magna quantitate*. Havia, segundo o mesmo escritor, os aposentos de El-Rei e os da Rainha. Por tudo quanto a tal respeito tenho lido, pôsso, sem me afastar muito da verdade, e auxiliado por nôtas de Vieira da Silva, que foi secretário de D. João IV, reconstituir, em páрте, o paço em questão.

Assim, temos que na frente do palácio havia um vasto pátio que devia ser, como quere o nosso erudito investigador Júlio de Castilho, o lugar occupado hoje pelo Largo do Calvário, e pelo espaço onde existem as casas que fecham o mesmo largo pelo lado do nascente e terreno occupado pelo Largo das Fontainhas. Havia uma sala de entrada no rés-do-chão, e dela partia a escadaria nobre, que tinha a meio um patamar, a que se seguiam duas pequenas salas de entrada, que comuni-

cavam com o salão de recepções. Sobre a porta de entrada existia uma ampla varanda. O salão tinha ao fundo um docél, que D. João IV ocupou quando recebeu no Paço de Alcântara o Embaixadôr de Inglaterra e o Embaixadôr de França. O edificio estendia-se para o lado da quinta nos terrenos agora ocupados por casas particulares, tendo para o Largo do Calvário uma comprida galeria envidraçada (1).

Claro que, escusado é dizer, nem as ruas nem os edificios que lhes ficam próximos existiam então. Mas já existia a rua de Alcântara, ligando a rua de S. Joaquim (hoje 1.º de Maio) e à rua da Junqueira, embora com outra designação (2). Quando

(1) «Na *Breve relação* de 1653 e nas *Noticias* de 1707 encontram-se mencionadas algumas das divisões do palácio, afamado em 1621 «pela sumptuosidade de seus edificios» (*Tempos de agora em dialogos*, por Martim Affonso de Miranda, 1622, fl. 11 v.) e visitado em 1646 por Monconys (*Voyages de M. de Monconys*, 1.º vol., 1695, págs. 122 e 126-128). Nessas obras mencionam-se: «a *camara* em que faleceram o príncipe D. Theodosio e seu irmão D. Pedro II; a *casa do docél*; uma *grande sala*, de 70 palmos de comprimento e quasi outro tanto de lado em que se armou a éça; desta sala, passava-se, por uma porta á esquêrda quasi no canto, para uma *espaçosa galeria* — provavelmente aquella que vem referida por Fr. Fernando da Soledade e deitava sobre o largo do Calvário, lado sul. A galeria era tão espaçosa que nella se armaram sete altares, (em 1653, e onze em 1707) para celebração de missas, com suas credencias. Outra *sala*, antecamara, á qual ia parar a *escada principal* do edificio; *saguão* para o qual havia uma porta; um *pateo* com porta para o exterior, na qual se collocaram dois soldados «para impedir a entrada ao tumulto da gente que concorria ver S. A. morto»; *guarda-roupa*, onde costumavam ir assistir enquanto S. A. esteve doente; *casa de fora*, em que havia 40 môços de câmara».

Dr. J. de F., art. cit.

(2) «Em 1762-1764, o arruamento em cujo lado direito (norte) estava situado o palácio real de Alcântara, vem assim designado no correspondente *Livro dos Predios*, existente no archivo do Conselho Superior de Finanças — primeiro duma vastissima collecção de volumes manuscritos que começa em 1762 e termina em 1834: «Bairro de S. Joaquim. — Rua que sai do Arco para Santo Amaro. 1 — Palacio de Sua Magestade em que vive o Ex.º D. Luís da Cunha». Da ponte de Alcântara até este Arco era a «rua do ferrador». Em 1765, a primeira destas ruas passou a denomi-

os Embaixadôres de Inglaterra e de França apresentaram a D. João IV as suas credenciais, vieram de bôrdô para terra no bergantim real que os desceu na praia da Boa Vista, onde tomaram os cóches que, por Santos-o-Velho, pelas Janelas Vêrdes e pela Pampulha, os levou ao Palácio do Calvário.

* * *

Diz-nos Júlio de Castilho que o casamento de D. Pedro com D. Maria Francisca se realizou na igreja do mosteiro das Flamengas.

Vilhena Barbosa dá-nos o facto como ocorrido «na capéla do Palácio».

Tudo nos leva a crer que, mais uma vez, êste escritor errou nas suas afirmações. De facto foi nas Flamengas e não na capéla do palácio que o régio consórcio se realizou. A capéla privativa era tão pequena que, quando o primogénito de D. João IV, o Príncipe D. Teodósio, nascido em Vila Viçosa, a 8 de Fevereiro de 1634, faleceu no Palácio de Alcântara, houve que transformar em câmara ardente o salão de recepções. No actual edificio da *Promotóra* havia também um oratório que ficava no rés-do-chão, à esquerda da porta do Largo das Fontainhas, onde hoje existe uma taverna.

nar-se simplesmente: rua direita de S. Joaquim; á segunda deu-se então o nome de: rua direita de Alcântara.

«Em 1809 (anno em que os predios desta freguezia já tinham numero de policia nas suas pórtas), a rua direita de Alcântara foi accrescentada na parte occidental, abrangendo o recolhimento do Calvario e extendendo-se até ao antigo mosteiro das flamengas. A parte restante da rua de S. Joaquim passou a denominar-se rua do Calvario, desaparecendo por isso a denominação anterior, conquanto lá continuasse a existir a velha ermida que lhe dera o nome. Ao palacio real, assim incluído na rua direita de Alcântara, corresponderam então os n.ºs 66 (loja), 67 (idem), 68 (idem), 69 (idem), 70 (pórta de entrada para o palacio), 71 (loja), 72 (idem), 73 (cocheira), 74 (pórta de escada), 75 (idem), 76 (cocheira) e 77 (entrada da Quinta)».

Dr. J. de F., art. cit.

* * *

Já dissemos que para Alcântara veio, em 1693, a Rainha viúva de Carlos II, a cuja recepção já nos referimos, e que foi aguardada no Palácio do Calvário pela Rainha D. Maria Sofia Isabel de Neuburgo, segunda mulher de D. Pedro II e filha do Conde Guilherme de Neuburgo, porque bom é dizer-se que a ex-mulher de Afonso VI não gozou por muito tempo as carícias do novo marido. D. Pedro, quando a irmã veio para Portugal, havia seis anos já que desposara D. Maria Sofia, e tinham-se passado dez anos que D. Maria Francisca morrêra, hidrópica, no Palácio Sarzêdas, a Palhavã, três meses depois de ter morrido, em Sintra, o infeliz D. Afonso VI.

* * *

Bom é frisar: D. Maria Francisca desembarcou na Junqueira a 3 de Agosto de 1666, dando nesse mesmo dia entrada no Palácio do Calvário.

A 21 de Novembro de 1667, depois do golpe de Estado de 5 de Outubro, trocou o Paço pelo Convento da Esperança. Em 24 de Março de 1668 o Papa anulava o casamento, e três dias depois dava-se o segundo casamento com D. Pedro!

Diz o *Diccionario Portugal* que o casamento teve lugar na igreja da Esperança. É outra versão. Já temos três sítios para um só casamento — na capéla privativa do Palácio de Alcântara, segundo Vilhena Barbosa; na igreja das Flamengas, conforme Júlio de Castilho; e na igreja do Convento da Esperança, na versão Esteves Pereira.

Já esmiuçamos isto...

Quinze anos depois, roída pelo remorso, com a filha do pecado tuberculizada e perdida, ela própria beata em excesso, para afugentar da memória o fantasma do primeiro marido, finava-se, numa agonia pavorosa, deixando atrás de si um rasto de lâma e de misérias.

* * *

Vamos agora esmiúçar aquella história do casamento. Tem razão Júlio de Castilho. Vilhena Barbosa confundiu-se por os documentos da época se referirem ao *Oratório* onde se encontrava o Bispo de Targa, que os matrimoniou. Êste *Oratório* era no altar-mór das Flamengas, onde o mesmo Bispo pontificava. Esteves Pereira enganou-se por precipitação. De facto, D. Pedro II foi buscar D. Maria Francisca ao Convento da Esperança, mas esta, que já o aguardava « *na Portaria do Convento* », não fêz mais do que tomar o côche e vir com êle para Alcântara. « *Sahindo dela entrarão ambos na Carroça, e passarão á Quinta de Alcantara. Chegando a ella, entrarão no Oratorio, em que estava o Bispo de Targa, e receberão dele as benções matrimoniaes* ». Ora êste Bispo de Targa, D. Francisco de Soutomaior, era o Bispo eleito de Lamêgo e Capelão-Mór das Religiosas Flamengas Recolétas de Santa Clára, o mesmo que em 3 de Agôsto de 1666 recebeu, no referido Convento das Flamengas, e já de noite, D. Maria Francisca e D. Afonso VI. Da igreja das Flamengas foram os Reis, nesta ocasião, para o Paço do Calvário, indo o Infante D. Pedro para a quinta de Luís César de Menêses, que ficava próxima. Dois anos depois era nessa igreja das Flamengas que D. Pedro e D. Maria Francisca se casavam, recolhendo de seguida ao palácio.

Ficam assim completamente desfeitas as dúvidas e os enganços.

D. Pedro casou em 1687, em segundas núpcias, com D. Maria Sofia. O Palácio do Calvário continuou a atraí-lo. Largas temporadas aqui vivêram os dois, e Barbosa Machado regista na *Bibl. Lusitana* o episódio romanêscico da *Fonte da Ninfa*. Fôra o caso que a filha do Conde de Neuburgo passava as suas mãos patricias pela água da referida Fonte quando a apanhou nesse entretenimento D. Francisco de Sousa, poeta e

cortesão, que, ao gosto da época lhe fêz aquele romance alambicado que todos conhecem:

*En el cristal de una fuente
lavava Clori sus manos,
si no fué que los cristales
en sus manos se lavaron...*

Não reza a História se a jovem rainha gostou, mas é de presumir que sim.

* * *

Ainda sôbre a existência da capéla privativa do Paço de Alcântara, e a favôr da sua existência, diz Castilho que, nela recebeu o Sacramento da Confirmação, a infanta D. Teresa, então apenas de sete anos. Foi a 31 de Outubro de 1703. Os outros filhos: o Príncipe D. João, e os infantes D. Francisco, D. António e D. Manuel receberam nêsse mesmo dia o crisma, mas na igreja das Flamengas, com a assistência do Bispo Capelão-môr e do Bispo de Elvas D. António Pereira da Silva.

* * *

Um outro acontecimento que anda ligado ao Palácio Real de Alcântara é a estada aqui, em Janeiro de 1706, do Embaixadôr do Rei de Mequinez à Côrte de Inglaterra. Mequinez é uma cidade marroquina que foi, até fins do século XVIII, a residência de vários sultões, com uma população então importantíssima, de 30.000 habitantes. Hoje a sua importância é nula e vive apenas das recordações do passado.

* * *

Foi ainda neste histórico palácio que D. Pedro II recebeu o filho do Marquês de Minas, D. João de Sousa, heróico vencedor nas sangrentas batalhas entre Filipe V e Carlos III. À chegada do valente e aguerrido fidalgo, Alcântara viu-se cheia

duma enorme multidão de povo que para aqui tinha vindo de Lisboa, e que fez a D. João de Sousa e ao Rei uma ardentíssima manifestação de patriótico entusiasmo.

D. Pedro II recebeu as manifestações na varanda nóbre do palácio, varanda de que o terramoto de 1755 nem sequer deixou vestígios (1).

Já vai largo, porém, este capítulo, e não pára aqui o muito que há a dizer ainda sobre este Real Palácio do Calvário, que, embora não tivesse sido *primus inter pares*, vale, no entanto, pelo seu passado histórico, tôdas estas minudências, na monografia dum bairro que marcou sempre, através da sua agitada vida, um passo em frente nos acontecimentos citadinos.

(1) *História Genealógica da Casa Real*, pág. 641, vol. VII

CAPÍTULO XXIII

Onde se narra a morte de El-Rei D. Pedro II no Real Palácio de Alcântara

Morreu D. Pedro II, no Real Palácio de Alcântara, à uma hora da tarde do dia 9 de Dezembro de 1706, no mesmo quarto onde, em 15 de Maio de 1653, morreu seu irmão o Príncipe D. Teodósio. D. António Caetano de Sousa, na *Historia Genealogica* dá conta da coincidência que foi notada pelo próprio Rei e que muito o impressionou.

Era a atracção do local a produzir os seus efeitos. D. Pedro havia ido dias antes para o Palácio do Riúza, que lhe ficava próximo, e aí adoeceu, mudando-se logo para o Calvário, onde ficou. No dia 5, de manhã, foi à igreja das Flamengas e voltou ao palácio, mais incomodado. Tomou um suadouro, confessou-se «fazendo recordação de toda a vida, com grande dôr e lagrimas», e no dia 6 pediu nova confissão. No dia 7 foi sangrado num pé. O mal agravou-se, e foi-lhe recomendado o Viático, que o régio doente tomou, confessando-se antes disso outra vêz. O Santíssimo veio das Flamengas, trazido pelo pároco da Ajuda, e foi-lhe ministrado pelo Bispo D. Nuno da Cunha e Ataíde. D. Pedro acompanhou ainda o Sagrado Viático até às Flamengas e regressou, muito combalido, ao Palácio, onde passou uma noite fortemente agitada. Na quarta-feira, 8, foi sangrado novamente no braço esquerdo, mas para a noite o estado geral piorou e recebeu a Extrema-Unção. A noite levou-a a gemer e a confessar-se. Finalmente na quinta-feira, 9, já próximo do fim, mandou rezar, por sua intenção, trinta e nove missas, e êle próprio ouviu uma na

capela do palácio, mas já com muita dificuldade. Às onze horas entrou na agonia, e à uma hora da tarde o Marquês de Marialva, seu gentil-homem da Câmara, cerrou-lhe para sempre os olhos, que já não viam.

* * *

D. Pedro, segundo os seus cronistas, era de elevada estatura, grôso mas bem proporcionado, olhos grandes e prêtos, nariz aquilino, cabelo prêto, e moreno de rosto. Dêstro no manejo das armas, cavaleiro exímio, foi grande aficionado de touros, tendo tomado parte nalgumas corridas que ficaram célebres, na vizinha Praça da Junqueira.

Casado duas vezes, de ambos os matrimónios houve prôle: do primeiro apenas a Princesa D. Isabel Maria; mas do segundo nada menos que sete régios rebentos. Apesar-disso teve ainda, fóra dos dois consórcios, mais quatro filhos, o que explica, em grande parte, os anteriôres sucessos com a mulher do infeliz D. Afonso VI.

* * *

Sabemos, portanto, como morreu, no Palácio de Alcântara, o régio progenitôr de D. João V. Résta-nos agora, por uma simples curiosidade histórica, averiguar a que série de mazélas sucumbiu êste preclaro aventureiro, que um dos nossos historiadores, Faria e Castro, alcunha de «*çafavel, prudente, valoroso e justo*» (1). Para isso vejamos o que deu a autópsia, a que assistiram o Duque de Cadaval, o Marquês de Alegrete e o Marquês de Marialva. Apenas isto: «a região vital inficionada com varios achaques, o figado com huma grande inchação, e a cutis, que o cubria, pela parte das costas, estava branca, e se deslacerava com os dêdos, o bofé todo negro, e na concavidade tinha hum receptaculo, que teria três onças de materia

(1) *Historia Geral de Portugal e suas conquistas*, por Damião António de Lemos Faria e Castro. Lisboa, 1786-1804, xx volumes,

com todas as qualidades, que se requerem para o cosimento della: não fel se acharão trinta e cinco pedras da feição de dados, maiores e menores, a pleura da parte esquerda estava esphacelada, com huma grande porção de sangue grumoso: no cerebro tinha algum sangue extravasado, e no ventriculo esquerdo huma agoadilha».

Tal era, segundo a sciência da época, o miserando estado do seu corpo. A alma, essa tinha apodrecido mais cêdo, no pântano da sua vida amorosa a que atrás nos referimos já.

* * *

Uma nota interessante e curiosa, e que pertence à nossa história bairrista: os intestinos, após a autópsia, foram enterados na igreja das Flamengas. Onde? Em que sitio? Ignoro-o completamente, e suponho que do facto nada mais nos résta do que esta simples indicação.

* * *

O seu testamento é curioso e elucidativo. Só missas, mandava que lhe rezassem todos os anos quinhentas, além de cinco quotidianas. E os seus remórsos do passado eram tais e tantos que não se esqueceu de expressar terminantemente que o seu cõrpo fõsse sepultado em S. Vicente, ao lado da sua segunda mulher...

De facto, foi para S. Vicente de Fóra. Vestiram-lhe « hum vestido de cõr parda, com gravata, e cabelleira, barrête vermelho, passamanado de ouro, borzequins de couro encarnado, e espóras (!), e sobre o vestido o Habito de S. Francisco de que era Terceiro, e depois o Manto de Cavalleiro, como Grão-Mestre das Tres Ordens Militares, e a espada á cinta, como determinão os Definitorios da mesma Milícia ».

Lá foi, quatro dias depois, para a eterna morada, com espóras e com espada. Só lhe faltou levar, em vez de barrête vermêlho, a corõa e o sceptro...



Antes do saímento, houve no Paço de Alcântara officios de Pontifical, a que assistiu tôda a Côrte, celebrada pelo Bispo Capelão-Mór, que tinha a ajudá-lo os bispos de Leiria, de Bona, de Hipónia e de Angola. A 11 houve ainda a cerimónia da água-benta, lançada sôbre o féretro pelo Príncipe e pelos Infantes, rezando-se nôvo responso. Depois o Duque de Cadaval, o filho do Duque D. Jairae, o Marquês de Marialva, o Marquês de Cascais, o de Alegrete, o Conde da Castanheira, o de S. Vicente, o de Val-de-Reis, o de Alvôr, e mais D. Francisco de Sousa, pegaram no caixão e vieram depositá-lo na liteira que aguardava, no largo, o régio carrêgo. E à luz de archótes, com os porteiros da Real Cana à frente, os corregedôres do crime da Côrte, os fidalgos, titulares, grandes do Reino e officiais da Guarda, todos a cavallo, com os môços da Câmara, de tôchas acêsas, a pé, ladeando o féretro, irmandades, confrarias, padres, frades e pôvo, lá seguiu tudo pela Rua do Livramento, Pampulha, Calçada de Santos-o-Vêlho, à Bôa Vista e à Rua Nova, galgando à Sé e subindo a S. Vicente, a cuja porta a Irmandade da Misericórdia recebeu o caixão e o depôs no seu esquife, até ao Cruzeiro da Igreja. Aqui, três resposos mais, e depois, junto ao altár-mór, a cerimónia da pôsse.

A passagem do entêrro pelas ruas quási despidas de casas, até aos arruamentos da cidade, vista dos altos da Outra-Banda, devia ter sido um espectáculo fantasmagórico. Milhares de lumes movendo-se na escuridão da noite, ao sabôr do vento, deviam dar à margem esquêrda do Tejo a impressão duma marcha funambulesca de sombras que tentassem, num arranco supremo, o assalto à cidade adormecida.

Entretanto, Alcântara ia ficando na escuridão e ao abandono, apenas luzindo aqui e ali, nas afidalgadas janélas dos seus palácios e dos seus conventos, as luzes devotas que a tradição e o hábito lhe haviam pôsto à passagem daquele que

nunca mais, nas terras altas da Tapada, caçaria, com orgulhosa mestria, os javalis e os gâmos, que então grandemente a povoavam.

E foi, na morte de D. Pedro, que começou o rápido declínio do Real Palácio do Calvário, cujos últimos retóques daremos no capítulo seguinte.

CAPITULO XXIV

O Palácio de Alcântara de 1706 a 1755

D. Pedro morreu em 1706, e para memória do seu amor por Alcântara legou-lhe, além das vísceras, o coração.

Aquelas perdeu-se-lhe o sitio. Este encontra-se na igreja das Flamengas, como ao depois se verá.

Há agora para o Real Paço de Alcântara um largo periodo de obscurecida história — aquele que vai de 1707 a 1755, quasi cinquenta anos, — em que este palácio não dá que falar de si. Quem o habitava? Os Infantes? Quasi certo que sim, visto que de D. João V não rezam documentos que ali estivesse depois da morte do pai, a não sêr para tomar parte nas caçadas que amiúde se faziam na Tapada. Mas dos Infantes sábe-se que ali continuaram e que D. António habitava o palácio em Novembro de 1755.

Nem D. João V nem D. José foram hóspedes do Palácio do Calvário. Há documentos assinados de Lisboa Ocidental, de Salvaterra, de Pedrouços, de Belém, no transcurso de tempo que vai da morte de D. Pedro II até ao terramoto de 1755, mas não encontrei um único que tenha, como no tempo de D. Pedro, a designação de dado em Alcântara.

Temos, portanto, que assentar nisto, até prova em contrário: D. Pedro II foi o último dos nossos reis que habitualmente frequentou, por longas estadias, o Paço do Calvário.

* * *

Já que falei atrás na segunda mulher de D. Pedro, deem-me registar aqui uma curiosa *Relaçam* seiscentista que

possúo e que repúto muito rara, referente à chegada a Lisbôa de D. Maria Sôfia, a tal *nympha* a quem o velho capitão da Guarda Alemã, D. Francisco de Sousa, improvisou o seu já citado rimance setissilabo. Intitúla-se assim o citado folhêto, que conservo nas minhas raridades de cordel: *Relaçam da feliz chegada da serenissima senhora D. Maria Sofia Isabel, Raynha de Portugal, á Cidade, & Córte de Lisboa, em 11 de Agosto de 1687, ou descripção da ponte da Casa da India. Dedicada a Lourenço Pires de Carvalho, do Concelho (sic) de Sua Magestade, & seu sumilher da cortina: Provedor das obras, & Paços Reaes, Deputado da Mesa da Consciencia, & ordens, & da Junta dos tres Estados: & Arcediago de Santarem na Sé de Lisboa. Por Sebastião de Affonseca, e Payra, Freire Conventual do Convento Real de Palmella, da Ordem de Sanct-Iago da Espada, & Mestre de Capela no Hospital Real de Todos os Santos. Lisboa. Com todas as licenças necessarias. Na Officina de Domingos Carneyro M. DC. LXXX. VII.*

É um folheto de 16 páginas, com dedicatória alambicada, e tendo como vinhêta, a abrir a quarta, uma corôa de D. João IV, por sinal muito interessante.

A *sylva*, ao gôsto da época, diz que

... Lisboa se vio em hum momento
 Feita outro Firmamento,
 Porque com luzes varias
 Ouve tres dias muitas luminarias.
 Os navios com tiros repetidos
 Eram da vista horror, e dos ouvidos;
 As torres, o Castello,
 De Troya pareceo vivo modêllo,
 E entre nuvens de fumo,
 Que se queimava o mesmo eu presumo,
 Tantas luzes pella cidade havia.

Conta depois que se fêz uma ponte e um arco triunfal cuja grandêza e adôrno eram de «envejar ao mundo todo», e ficava junto ao rio «sobre degraus de pedra», e nela se viam simbolizadas a Ásia, a África, a América e a Europa, e mais as

quatro estações do ano, e Lisbôa com sua náu e espêlho, Coimbra com sua dama, Évora com seu cavaleiro, e o Pôrto com a Virgem. E havia ainda os quatro rios: Téjo, Douro, Minho e Mondêgo, e

Em cima destes rios,
Com valerosos brios
Dose virtudes, só o arco tinha
Porque as mais hão de vir com a Raynha.
No meio das virtudes,
Postas por mãos divinas,
Se vio de Portugal as cinco quinas;
E no remate, com clarins de prata,
A Fama, que fiel tudo relata.

E não pára aqui. Havia emblemas em latim e portuguezs, e flôres com quadras alusivas, que por curiosidade transcrevo:

No 1.º cravo:

* * *

Faça excessos Portugal,
Pois de Pedro a flôr mais bella,
Se foy cravo de Arrochella,
Hoje é cravo Imperial.

No 2.º:

Hoje com excesso brilha
O poder, & o respeito,
E se vê o amor perfeito
Transformado em maravilha.

Numa açucena:

Hoje com Ceptro, & Corôa
Luzida sempre, & pomposa,
Se muda a Açucena em Rosa
Por ser perpetua em Lisboa.

Num girassol:

Não brilha o claro farol
Nessa Esphera Celestial,
Pois he do Sol Imperial
Pedro amante Girasol.

E por baixo da Fama:

Hoje a pasmos desafia
 Da Fama o doce clarim
 Pois he Pedro hum Serafim
 E hua Angelica Maria.
 No mar já da fermosura
 Se vê Narciso melhor
 Que *SOFIA* desta flôr
 Portugal toda a ventura.

* * *

; Já vêem que isto foi de espavento!

Arcos triumphaes tambem fez paço de Arcos
 E na breve passage,
 Toda a Terra lhe deu boa viagem:
 A Torre de Betem, bem atirava,
 E como jubileu todas salvava,
 Muita gente de Alcântara na ribeira,
 Que para a ver metheu sua pedreira;
 E foi n'esta conquista
 Todo o bairro, que a vio, a boa vista.

E por aqui fora, que é um louvar a Deus, na deliciosa linguagem poética do bom frade, para quem o Amor, naquele preclaro dia, viu, pela segunda vez, Vénus saindo das águas!

Como esta D. Maria Sofia foi a última Rainha que habitou Alcântara, fica bem aqui este registo.

No capitulo seguinte vamos vêr o que succedeu ao régio palácio com o terramoto de 1755.

CAPÍTULO XXV

O Real Palácio de Alcântara no terramoto de 1755

Chegamos assim, no que respeita ao Real Palácio de Alcântara, ao ano de 1755, em que este palácio era habitado pelo Infante D. António, 4.^o filho de D. Pedro II e de D. Maria Sofia de Neuburgo, que havia nascido a 15 de Março de 1694 e era irmão predilecto de D. João V. Tinha o Infante D. António 61 anos de idade, à data do terramoto, e ficara vivendo no Paço de Alcântara desde a morte do pai, em 1706.

* * *

Tem o terramoto de 1755 dado lugar a extensos volumes, e outros mais há-de originar ainda. Estulto seria, pois, circunscrevê-lo às estreitas muralhas dum capítulo. Isso não obsta, porém, a que, num ligeiríssimo resumo, se lhe dê aqui os tópicos principais, mórmente nas suas relações com Alcântara e mais principalmente ainda nas que tiver com o paço que vamos desentulhando das ruínas do passado.

* * *

Em Alcântara, por essa época, havia apenas os palácios, as igrejas e as ermidas que já mencionámos, afóra um ou outro casal, perdido nas encostas da serra, pobrêza de população que, aliás, se estendia a quási todos os terrenos que formam hoje a parte ocidental da cidade, desde o Alto da

Cotovia, onde o Conde de Tarouca então começava a edificar, até Monsanto.

A-pesar das vítimas, dos estragos, dos prejuizos tremendos que causou, visto à distância de séculos, o terramoto de 1755 foi a salvação providencial da Lisbôa do futuro. Sem êle, a Baixa seria ainda hoje um intrincado dédalo de arruameiunos e de bécos, intransitáveis e imundos, sem belêza, sem estética e sem capacidade para o trãnsito da sua enorme população.

O terramoto foi a salvação, porque foi a limpeza. Sem êle, a nossa índole, os nossos costúmes, o nosso doentio ramerrão, teriam impossibilitado, ou, pelo menos, entravado por séculos, o progrêssio cidadãoo.

* * *

O pavorôso fenômeno sísmico de 1755 deu-se às nove horas e meia da manhã do dia de Todos-os-Santos. Era um sábado, sereno, outoniço, de sol claro, céu sem nuvens, como sóem ser quási todos os dias dos nossos outonos preciosos. De repente, sem que ninguém pudesse prever a catástrofe, a cidade foi sacudida violentamente, sumiu-se um pouco a luz do sol, e ouviu-se das entranhas da terra um ronco formidável, apavorante, como se lá do fundo milhões de fêras rugissem, em unísono, apocalípticas imprecações. O rio e o mar, de apavorados, encolheram-se, para se lançarem depois, galgando as praias e as ribas, pela terra dentro, lambendo ruínas e arrastando destróços. Da cidade, templos, palácios, casas nobres, e simples choupanas, eram montões fumegantes.

A população, pávida de susto, fugia, aos gritos e aos clamôres, para os sitios não habitados, enquanto milhares de vítimas jaziam sob os escombros. Uma nuvem densa de poeira, turbilhonando sôbre as casas derruídas, alastrava-se, envolvia a cidade tôda, esmagada pelo pânico, lágrimas e chóros e ladainhas e imprecações, o *Miserére* e o *Bemdito* sobressaindo por sôbre o *brou-ha-ha* da multidão aflita, e já por todos os lados o incêndio alastrava, à mercê do vento, no

palácio do Marquês de Louriçal, na igreja de S. Domingos, no Castelo, na maioria das suas casas e dos seus palácios. E à noite, mais apavorante ainda o espectáculo, a cidade era um vasto braseiro, de cujos escombros saíam gritos e gemidos, dos que não tinham podido fugir, ou dos que, por abnegação ou espírito de caridade, haviam ficado na zona perigosa, que era tôda a cidade edificada, a socorrer os doentes e os feridos.

* * *

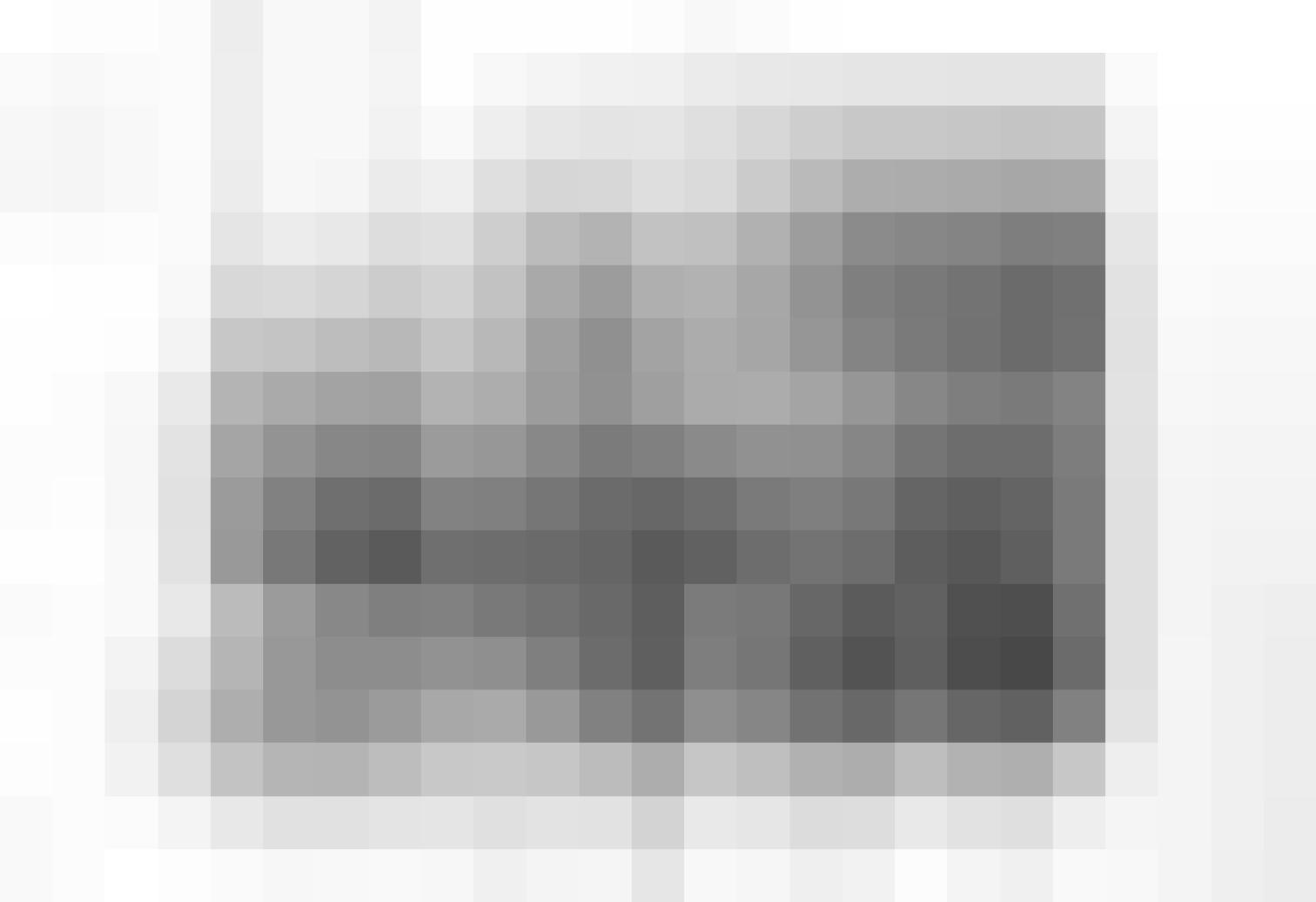
Em Belém, na Ajúda, nas Necessidades e em Alcântara, os efeitos do terramoto foram menores, e os edificios, à excepção do Convento e do Real Paço de Alcântara, pouco sofreram, relativamente. A Família Real fugiu do Palácio de Belém para os terrenos altos da Ajúda; o Infante D. Manuel deixou o Paço das Necessidades e foi juntar-se-lhe; e o Infante D. António, logo ao primeiro rebáte, abandonou o Palácio do Calvário e abrigou-se na Quinta da Ninfa, onde mandou construir duas barracas de madeira.

Foi depois do terramoto, e à vista do horrorôso espectáculo duma cidade derruída, que muitos milhares de pessoas se fixaram nos arredôres, na Ajúda, em Belém, nas terras de S. Bento, no Alto da Cotovia, e mais longe ainda, no Campo Grande, no planalto do Lumiar, onde muitas delas foram edificando moradias e dando lugar a novos bairros.

Alcântara, até então, quintas e palácios, nasceu dêste apavorado momento de angústias. O terramoto, derruindo apenas uma parte do Palácio do Calvário, e fazendo ligeiros prejuízos — *ligeiros* em relação aos desastres de maior tômo — nos conventos que lhe ficavam próximos, deu lugar a que os mais atingidos pelo mêdo se deixassem ficar junto à ponte, nos terrenos que marginavam a rua do Livramento e nos que hoje formam a rua Direita. É preciso não esquecer que haviam ficado sem casa e sem haveres todos os moradores da Ribeira, da rua Nova e do Rossio, dos Remolares e Bairro Alto, do Limoeiro e de Alfama, e que nos outros

bairros o destrôço fôra arrepiante de extensão e de intensidade.

Em Alcântara mesmo, a-pesar-de, como já frisei, os estragos serem menores, além do Palácio Real, derruiu a igreja do Calvário, sob cujas ruínas ficaram sepultadas vinte e duas religiosas, e arruinou-se, em parte, o Convento do Livramento, das religiosas trinas. Logo aos primeiros rebates, o Infante D. António saiu para a Quinta da Ninfa, e aí, junto ao tanque grande, mandou construir as duas barracas a que nos referimos, dormindo num coche enquanto elas se faziam. Uma das barracas ainda existia em meados do século XIX, aquéla onde morreu o Infante, às cinco horas da manhã do dia 20 de Outubro de 1757, depois de, no dia 19, ter recebido os sacramentos, que lhe foram da vizinha igreja das Flamengas.



CAPÍTULO XXVI

O Palácio do Calvário de 1755 a 1927

Dez anos depois do terramoto, o velho Paço Real de Alcântara, que no tempo de Felipe I fôra consideravelmente melhorado pelo architecto Teodósio de Frias, estava novamente de pé. Perdêra a sua antiga grandêza, mas ficara ainda, para a época, uma agradável residência morgânica, para pessoas de tom. E tanto assim era, que o vemos por essa data habitado por D. Luís da Cunha Manuel, irmão de D. António Álvares da Cunha, 1.º Conde d'este nome, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros de El-Rei D. José. Conta Fr. Cláudio da Conceição, e repete-o Júlio de Castilho, que a 6 de Junho de 1770, aniversário natalício de D. José, D. Luís da Cunha lhe ofereceu, neste palácio, um lauto jantar, a que assistiram todos os ministros estrangeiros, além da Côrte. Êste D. Luís da Cunha não é aquelle célebre diplomata do reinado de D. João V, que foi «mestre» de Sebastião José de Carvalho e Melo e que tão bons conselhos deu a D. José. Êste era um homem viajado e culto, e foi enviado extraordinário às Côrtes de Londres, Madrid e Paris, tendo tomado parte no Congresso de Utrecht; nasceu em Janeiro de 1662, indo morrer a Paris em Outubro de 1740, ou, segundo outros, em 1749. Do outro D. Luís da Cunha, o do banquete, não réza a história, além da sua pantagruélica manifestação culinária, mais do que várias patifarias de alto coturno.

Júlio de Castilho dá-lhe o título de *Cardial*, e nós caímos nesse êrro na primeira publicação destas crónicas.

Em 1770, ou melhor, de 1756 a 1776, foi Cardial Patriarca

de Lisboa, D. Francisco de Saldanha, dos Senhores de Asseguins e Condes da Ponte, um homem ajuizado e prudente, que evitou com os seus conselhos que o feroz Senhor de Pombal desse morte pública e afrontosa aos Infantes D. António, Arcebispo de Braga D. Gaspar e ao Inquisidor Geral D. José, filhos naturais de D. João V, ao Bispo de Coimbra, D. Miguel da Anunciação, e mais ao seu confessôr Frei Caetano, bem como extinguisse o convento dos dominicos, de Alcântara. Veio a morrer envenenado pelo próprio Marquês de Pombal, essa figura sinistra da história portuguesa, a-pesar-de todo o seu enorme talento e das suas altas qualidades de estadista sem escrúpulos.

Com êle se ligou o tal D. Luis da Cunha, da infeliz família dos Távoras, cuja sorte renegou. Este sr. da Cunha foi monsenhor da Patriarcal e não cônego regular de Santo Agostinho, Bispo de Leiria, Arcebispo de Evora, Inquisidor Geral, Regedor das Justiças, nem tampouco Presidente da Mesa Censória, como nós, levados por Castilho, supozemos. Esse era D. João Cosme da Cunha, que era também de topête! Devendo tudo ao Marquês de Pombal, ainda estava quente o corpo de D. José e já êle dizia, proibindo-lhe a entrada no régio aposento: «V. Ex.^a já nada aqui tem que fazer!»

Como vêem, a confusão foi fácil, porque os patifes equivaliam-se...

Quanto ao D. Luis da Cunha Manuel, pode lêr-se a sua *admirável* crônica nas páginas sempre interessantes de Raton, que no-lo dá como gatuno emérito da rica baixela do Duque de Aveiro. Velhaco, insinuante, fingindo-se erudito, possuía uma rica biblioteca de 11.000 volumes, a que espirituosamente o Conde da Ponte chamava «as onze mil virgens».

Em 1775, a 2 de Junho, falecia D. Luis da Cunha, segundo se vê no Livro III dos óbitos da freguesia.

Nos fins do século XVIII foi o palácio cedido a Francisco José Dias, para nêle estabelecer uma fábrica de chitas, e em 1808, caducada a concessão, voltou à posse da Corôa, que o deu para habitação gratuita das viúvas e criadas velhas da

Casa Real. Por essa época ocuparam-se os baixos do actual edificio da «Promotôra» com os régios coches (1), que então serviam na festividade da promulgação da Bula da Santa Cruzada que se fazia na igreja de S. Roque, coches que hoje se encontram no Museu de Belém. Na primeira metade do século XIX, o velho paço, cada vez mais abandonado, serviu para nêle se instalarem algumas indústrias, que faliram por falta de meios, cedendo-o em 1863 o Rei D. Luís para séde da Escola Asilo, que hoje está em edificio próprio na calçada da Tapada, desde 1877, ano em que tudo quanto restava do velho paço foi demolido para dar lugar às construções do novo bairro da Crèche. No ano seguinte foi finalmente o edificio da «Promotôra», e não o velho palácio, vendido a Eduardo da Conceição Silva, grande comerciante industrial, que nêle fêz depósito de cereais.

* * *

Agora já é dos nossos dias e diz respeito apenas ao edificio da «Promotôra». Em 1903 era aqui o Clube de Lisbôa, mais conhecido pelo *Clube do Calvário*, de saudosas recordações para alguns *velhos* do meu tempo. Neste ano passou a Centro Marques Leitão e em 1911 recebeu a instalação da Sociedade Promotôra de Educação Popular, que ainda hoje lá se encontra, recreando os sócios e instruindo-lhes os filhos.

Nos baixos dêste edificio há armazéns, uma mercearia, e ainda há pouco uma agência de carruagens, agora a transformar-se em casa comercial.

(1) Os *coches* — palavra de origem húngara (*kocsi*) — vieram para Portugal com Felipe II de Espanha, e começou depois a usá-los, após a Restauração, D. João IV. Antes disso, damas e cavalheiros andavam freqüentemente a cavallo, ou em liteiras e cadeirinhas de mão.

As *séges de arruar* apareceram muito mais tarde.

Quando, com D. João V, o uso dos coches ou *estufas* foi maior, e o das carruagens se generalizou, houve que alargar muitas das ruas de Lisbôa e fazer desaparecer alpendres e poiais para lhes dar passagem.

* * *

Aqui têm, tão minuciosamente quanto me foi possível, o que foi a existência de quasi três séculos do velho Paço de Alcântara, que fôra de João Baptista Rovelasco, gentil-homem milanês, mais tarde habitação de Reis, ruina dos tempos, vindo de escalão em escalão até o seu máximo declínio, como qualquer fidalgo arruinado e pèlindra.



RUA DA CRECHE VISTA DO LARGO DO CALVÁRIO
(Terrenos da Quinta da Ninfa)

CAPÍTULO XXVII

O que era a „Quinta da Ninfa” do Real Palácio do Calvário

Depois do Real Palácio de Alcântara, a Quinta da Ninfa, que lhe servia de régio logradouro. Há quem confunda a Quinta da Ninfa com a Tapada da Ajuda, como há quem lhe junte a Tapadinha. São coisas diferentes. No entanto, depois de melhor profundar o assunto, acho justo juntar tudo na designação de Quinta Real do Calvário, como se lê no vol. II, 1858-1859, a pág. 153 do *Archivo Pittorésco*, onde, ao alto da página, vem uma gravura, desenho de Nogueira da Silva, sob esta rubrica, e que é um trecho da referida quinta — certamente tirado junto ao portão da entrada, do lado do poente, entre as actuais ruas da Créche e Escola-Asilo.

* * *

A Quinta Real do Calvário não era pròpriamente a Quinta da Ninfa. Havia o Calvarinho, a Quinta do Teixeira, a Quinta do Cemitério, a fazenda dos Quartos de El-Rei e demais terrenos da Tapada, que, sendo propriedade real, hoje grandemente aumentada sob o título genérico de Tapada da Ajuda, não eram a Quinta da Ninfa, pequeno desafôgo privilegiado do Real Palácio e nada mais.

A Quinta da Ninfa era delimitada, em toponímia moderna, por parte da Calçada da Tapada, Largo 20 de Abril, rua de

Alcântara, rua Leão de Oliveira e rua da Creche (1). Desta área fazem hoje parte, seguindo a linha das ruas delimitantes, parte da rua dos Lusíadas e da Créche, que constituem o Bairro do Calvário, um dos grandes melhoramentos de Al-

(1) Nos artigos a que já por mais de uma vez nos temos reportado diz o sr. dr. Jordão de Freitas:

«Na parte do lado nascente da quinta ficavam: a *horta ajardinada*, o *pomar do Calvarinho*, o *jardim do Calvarinho*, a *horta dos Arcos*, o *pomar do Teixeira*, o *pomar da horta* e o *pomar do cemitério*. Entre estes dois últimos *pomares* (que ficavam na face norte da quinta) e a *horta ajardinada* (situada ao sul, sobre a rua Direita) havia um *grande lago*, alimentado em parte pela água de uma noria existente na outra parte da quinta e canalizada por um aqueduto que passava sobre um dos arcos do arruamento divisório. Este lago ficava defronte da porta principal da quinta («pórtico da quinta»), na Calçada da Tapada, a qual era aberta pouco mais ou menos a meio do espaço situado hoje entre as embocaduras da rua Escola-Asilo e rua da Creche. A capacidade d'êste lago era de 222.381 palmos cúbicos, podendo conter próximamente 5.500 pipas de água. No meio da *horta ajardinada*, que demorava ao sul do *lago*, construíra-se pouco antes de 1844 um *pequeno tanque*, no centro do qual se conservou uma antiga estátua de pedra, que supponho ser aquela mesma de que o *Archivo Pittoresco* (citado vol. 2.º) publicou uma gravura, desenho de Nogueira da Silva.

«Pondo em confronto a planta inédita (feita no tempo de D. Pedro II, ou nos primeiros anos do reinado de D. João V) com a de 1844, verifica-se que, à data em que a primeira destas duas plantas foi desenhada, a comunicação directa da Calçada da Tapada com a rua Direita de Alcântara era feita — não pelo referido arruamento (que então não existia, senão na sua parte média inferior) — mas por um caminho que tinha a sua entrada no mesmo sítio onde na segunda destas plantas vem marcada a porta principal da quinta (n.º 5 da Calçada da Tapada).

«Sobre a segunda das duas grandes partes em que a quinta estava dividida e que ficava ao ocidente da anterior, deitava a frontaria posterior do velho palácio real; nela estavam: o *jardim do palácio*, o *pomar do jardim*, o *pomar da reserva*, a *quinta da Ninfa* e, ao poente desta, a *vinha de baixo* e a *vinha de cima*. Na parte noroeste da *quinta da Ninfa*, muito próximo do muro da Calçada da Tapada, havia um *grande tanque*; em frente d'êste, sobre a Calçada, uma hica pública. As delimitações da *quinta da Ninfa*, nos lados poente e sul, eram as seguintes, marcadas na Planta de 1844: ao poente, a *vinha de baixo*; ao sul, parte da horta do hospício das freiras flamengas, o *pomar do jardim* e o *pomar da reserva*».

cântara, na Lisbôa de há quarenta anos. A tal respeito ouçamos o que dizia o *Diário de Notícias* de 10 de Fevereiro de 1884:

«**O novo Bairro do Calvário.** — Uma das grandes obras de melhoramento e aformoseamento de Lisbôa nos últimos tempos é inquestionavelmente a abertura dêste novo bairro, aonde estão já construídos 31 prédios, quasi todos de subido valor e vastas proporções, alguns de bellissima architectura, e todos ofrecendo no seu conjunto o aspecto de um bairro de cidade moderna, traço que principalmente impressiona o viandante ao deparar-se-lhe a bela rua da Creche de Vitor Manuel, e as suas transversais. Deve-se êste importante serviço à honrada e inteligente administração da Casa Real, que nos seus esforços para regularizar as finanças a seu cargo, extinguindo um «deficit» anual, segundo se diz, de muitas dezenas de contos e amortizando também dezenas de contos na dívida antiga, facilitou ao público a aquisição fraccionada dêstes terrenos da antiga Quinta do Calvário, convertendo o prejuízo anual que dava o seu custeio num rendimento valioso, constituído com o produto da venda de terrenos, de que há dias ouvimos que ainda restam alguns talhões. Além dos prédios já construídos há mais 12 em edificação, e terrenos destinados para mais de outros 20. Só nos números indicados estão 63 prédios, que poderão abrigar 300 famílias pelo menos, e com o aproveitamento dos terrenos restantes não se abrigarão naquelle bairro menos de 500 famílias».

* * *

De facto, o Bairro do Calvário, construído, parte dêle nos limites da Quinta da Ninfa, é hoje um dos melhores de Alcântara, sendo apenas de lastimar que a rua dos Lusíadas, aberta há quarenta e um anos, ainda hoje não esteja ligada à rua de Alcântara, como é seu traçado, por esbarrar nas tra-seiras dum dos prédios desta rua, que, por vivêrmos em per-

pétuo regímen de compadrio e favoritismo político, não foi até hoje expropriado. Ao fundo da rua dos Lusíadas, do lado da rua de Alcântara, existe há mais de vinte anos um réles tapúme de madeira à espéra que uma Câmara Municipal surja que, cumprindo com o seu dever, dê acabamento a esta bellissima e arejada artéria.

* * *

A Quinta da Ninfa era apenas uma quinta de recreio, lindamente ajardinada, com largas ruas arborizadas e paradisíacos recantos de verdura. Mesmo defronte do actual portão da Tapada, no sítio onde o ano passado se construíram os prédios que têm actualmente os n.ºs 41, 43 e 43-A de policia, existia um enorme lago, que tinha ao centro uma pequena ilha, florido alegrete que ainda em 1808 merecia os cuidados do Guarda-jóias João Lourenço de Andrade, que da quinta tomara conta por ordem do Príncipe Regente, então no Brasil(1). A pedra dêste lago, todo construído em sólida alvenaria, e que eu ainda conheci relativamente conservado, deu para a construção dos prédios a que acima me refiro. Um pouco mais ao nascente, no cruzamento das ruas da Créche e dos Lusíadas, havia um caprichoso tanque, com sua estátua de pedra, em cuja cristalina água D. Maria Sofia Isabel de Neuburgo lhe apeteceu, numa tarde quente de estio, refrescar as suas mãos patricias, o que lhe valeu aquele improvisado madrigal do capitão da guarda alemã, D. Francisco de Sousa, a que já fizemos menção.

Um muro alto rodeava tôda a quinta.

A Quinta da Ninfa comunicava com a Tapada Real um pouco ao nordeste do lago grande, onde existia um alto mira-

(1) * Sousa Viterbo dá-nos noticia de dois jardineiros da quinta real no reinado de D. João IV e D. Afonso VI: Gonçalo João e seu genro Manuel Gonçalves (*Instituto*, de Coimbra, vol. 54, ano 1907, págs. 177 e 178). Do «Systema ou collecção dos regimentos reaes», publicados no reinado de D. João V, faz parte o «Regimento das pessoas a cujo cargo estão as hortas dos meus paços, e quinta de Alcântara» (tômo 2.º, pág. 303.) (Dr. J. de Freitas, art. cit.).

douro, com sua graciosa ponte sôbre a Calçada da Tapada. Tudo isto desapareceu.

Da Quinta da Ninfa há hoje apenas o nome e nada mais. Os últimos vestígios da sua passada grandêsa desapareceram, como dissemos, o ano passado, 1926, com a construção dos três edificios fronteiros à porta da Tapada.

Resta-nos ainda descrever a antiga Tapada Real, hoje Tapada da Ajuda, mas esta merece um capítulo especial, pela sua notoriedade e grandêsa, e ainda porque até aos fins do século XVIII a sua história anda ligada à história de Alcântara e dos régios moradores do Real Palácio do Calvário, a que pertencia.

Dela falaremos largamente quando as possibilidades do tempo nos derem ensanchas para as indispensáveis rebuscas da sua organização.

CAPÍTULO XXVIII

Onde se faz a história do Convento do Calvário

Defronte do Real Paláciq do Calvário ficava o Convento dêste nome.

Tem história interessante e complicada êste Convento, que Fr. Fernando da Soledade prolixamente nos conta no 5.^o vol. da sua *História Seráfica* — cinco calhamaços *in-fólio*, de 1721, que raro aparecem hoje nos livreiros, e que mestre Coêlho, chavão da classe, gentilmente me emprestou para o estudo destas notas.

* * *

A fundadôra do Convento do Calvário, da ordem franciscana, foi D. Violante de Noronha, filha de António Gonçalves da Câmara e de D. Margarida de Noronha. Pelo lado paterno descendia D. Violante dos Condes de Guijon; e pelo lado materno do Rei D. Henrique de Castela e D. Fernando de Portugal, razão porque o sangue que lhe corria nas veias era o mesmo das casas principais da Côrte.

Aos quatro anos de idade já tinha o título de Dama da Rainha D. Catarina, que a casou, com quinze anos apenas, com Manuel Téles de Menêses, senhôr de Unhão. Aos dezasete anos havia já uma filha, D. Maria Téles de Menêses, e abaláva-lhe o marido para a aventura de Alcácer, onde ficou, sem mais nóvas nem mandados, deixando-a viúva e inconsolável, na sua casa de Santarém. Desolada e triste, após o tremendo desastre de África, acolheu-se a Lisbôa, com a filha,

ao Mosteiro da Esperança, onde sua avó D. Joana de Eça se encontrava.

Recusando tôdas as propostas de novo casamento, um pouco por influência do meio e muito, por certo, pelos conselhos da avó, D. Violante de Noronha tomou a peito a fundação de mais um convento em Lisboa, e escolheu para isso o sítio de Alcântara, à beira-rio, em lugar alegre, frêsko e desafogado. Havia, junto ao Palácio Real, que já descrevemos, uma pequena quinta, fronteira ao Convento das Flamengas, chamada a *Quinta do Porto*, «porque junto della se abrigavão os barcos nas mayores tormentas, e estavão contiguas hũas Terceiras, aonde com muita commodidade se desembarcavão, e recolhião as mercadorias». Esta quinta era mal vista ao tempo e dada como profanada e empestada pelos espíritos malignos. Fôra moradia dum Embaixadôr da Pérsia, «o qual com sua familia se lavava no tanque da horta, fazendo as ceremonias e ritos de sua abominavel seyta em offensa de Deus e á vista dos homês».

Imagine o leitor que espectáculo escandaloso para os olhos castos dos moradores do sítio!

Depois do Embaixador da Pérsia — a quinta andava em maré de azar — foi para lá um inglês nobre e protestante! E como se isto fôsse pouco, logo que o inglês a deixou, tomou-a de renda um judeu conhecido pelo *Milão*, de que o Santo Officio tomou conta... para o expurgar dos seus erros e malefícios.

* * *

Era necessário *limpar* aquilo. Fazer desaparecer da memória dos alcantarenses «as nodoas de tão imundas torpezas». Daí a insistência de D. Violante, para quem o desagravo da Majestade Divina se tornara indiscutivelmente indispensável. Não pensavam, porém, assim as vizinhas freiras claristas do Convento das Flamengas, que, estribadas nos breves apostólicos, se opuseram aos desejos da illustre neta de D. Joana de Eça, com muitas razões de pêsso e alguma pontinha de inveja,

humana, fraqueza que tanto dá nos filhos do mundo como nas místicas espôsas do Senhor.

Por outro lado, a Condessa da Atalaia, a quem pertencia o direito senhorio da quinta, opôs-se também, e com tal arte e tal fôrça que conseguiu ter do seu lado o Rei e o ordinário da Ordem.

Desanimou D. Violante da emprêsa. Ia vencer o espírito diabólico do mal contra os bons desejos da religiosa viúva. Foi nesta altura que a filha, novinha ainda, chamou a si a solução do pleito, e venceu. Venceu as Flamengas, venceu a Condessa, e levou o Rei, não só a dar-lhe a licença pedida, por intermédio do Arcebispo D. Miguel de Castro, mas ainda uma tença anual de trezentos mil réis. Por fim o Papa Paulo V, por Breve passado a 12 de Dezembro de 1617, instituiu o mosteiro do *Monte Calvário*, em tudo semelhante ao da Esperança, onde estavam mãe e filha, agora desembaraçadamente a caminho da sua obra.

E, como a quinta tinha moradia própria, improvisou-se uma igreja de madeira; e, um ano depois, a 12 de Agôsto de 1618, já a Sôror Inês de S. Francisco, do Convento da Esperança, a Sôror Maria da Assunção, do Mosteiro de Alenquer, e a Sôror Brites da Natividade, do de Trancoso, eram respectivamente eleitas abadessa, vigária e porteira. E a comunidade fêz-se com a mãe, a filha, uma irmã, Sôror Maria do Presépio, e uma criada de D. Violante, chamada Maria dos Anjos.

Estava constituído o novo Convento do Monte Calvário, de cuja história o leitor vai ter conhecimento.

* * *

Na antiga igreja do Convento do Calvário, hoje transformada em esquadra da Policia, já houve, e não há muito ainda, um palheiro.

A fôrça da repetição destes factos, a gente nem já os comenta. Desde que o próprio Estado fêz da igreja de S. Fran-

cisco, em Santarém, uma cavalaria; da igreja do Sacramento, em Lisbôa, um depósito de fardamentos, e que muito é que os particulares, com tão bons exemplos, tivessem feito da igreja do Calvário um palheiro e da capéla do Livramento uma carvoaria?!

Já um dia, aí por 1915, fui encontrar a sala do capítulo do Mosteiro de Paços de Sousa transformada em depósito de melões, e no Mosteiro de Cete as pias de dar de beber ao gado eram preciosos túmulos do século XII!

* * *

Era a igreja do Convento do Calvário de uma só nave, voltada ao norte, com doze capélas afóra a capéla-mór, de preciosa talha dourada, sendo notável a capéla do ante-côro, chamada da *Visitação*, e mais tarde de *Nossa Senhora da Graça*, que foi tôda ornamentada à custa e por indicação da Madre Sórora Clara Maria da Ascenção. Nesta capéla tudo era ouro e preciosidades. Tinha indulgência plenária, que lhe foi dada por Inocência XI, para as freiras que a visitassem das primeiras vésperas até ao pôr do sol nos dias da *Visitação* e do Nome de Maria, e em mais dois que a impetrante escolhesse, e foram as festas da Senhora do Carmo e da Senhora dos Prazeres. Mais tarde, o mesmo Papa deu-lhe mais cem dias de indulgência a tôdas as religiosas que nela rezassem a ladainha da Virgem.

No côro superior havia um grande Cristo, chamado o *Senhor da Paciência*, que era digno de registo e que pena foi se tivesse perdido na devastação de 1833. Era um grupo em tamanho natural figurando a scena dos açoites. No côro de baixo existia uma imagem de S. Bento, que era também da particular devoção das freiras.

* * *

D. Violante correspondeu-se muito com a Madre Sórora Margarida da Cruz, professa do mosteiro das Descalças de

Madrid e filha do Imperador Maximiliano II. Foi a Madre Margarida quem lhe enviou várias e apreciadas reliquias, e entre elas a cabeça de Santa Helena, Virgem e Mártir, e uma riquíssima cruz cravejada de diamantes. Era o convento um museu precioso, quer em objectos de ouro e prata, quer em painéis, que só na nave central eram doze, fóra os da capéla-mór e os do côro.

O convento, que fóra fundado para 15 freiras, logo passou a ter uma população de 33 em 1617, e em 1721 compunha-se de 128, com mais 8 educandas, 7 recolhidas e 28 serventes.

* * *

D. Violante de Noronha faleceu a 17 de Dezembro de 1634, e a filha, D. Maria Madalena, a 31 de Janeiro de 1648, ambas com justo renome, e a mãe em cheiro de santidade. Os seus túmulos existiram no côro de baixo, junto ao comungatório.

* * *

Duas grandes calamidades açoitaram o mosteiro do Calvário: o grande tufão de Janeiro de 1620, cujos estragos em todo o país foram enormes, em vidas e haveres; e o terramoto de 1755.

O tufão foi a 2 de Janeiro, pouco depois da meia noite, tempestade horrenda de vento, chuva, trovões e relâmpagos que parecia o fim do mundo. As religiosas acolheram-se ao côro, e ainda bem, porque a fúria dos elementos derrubou-lhes por completo os dormitórios, indo as tórres cair, levadas pelo vento, na cêrca das Flamengas. Felizmente não houve aqui desastre de vidas, e logo no dia seguinte se cuidou de reparar os estragos e reconstruir o que ficara por terra, que era o dormitório principal, que por sinal tinha apenas meses de construído, pois fóra começado a 2 de Maio de 1619.

No terramoto de 1755 a coisa foi pior. Acolheram-se de

novo as freiras ao côro, mas êste abateu e sob os seus escombros morreram 22, mais 4 recolhidas e 6 serventes.

Igualmente caiu por terra a tôrre da igreja, que tinha sessenta palmos de altura, e nunca mais foi reconstruída.

* * *

Como disse, êste Convento do Calvário tinha um preciosíssimo recheio, e floresceu em graças e virtudes durante quasi dois séculos (1).

Hoje, dêle, apenas nos restam as crônicas coevas e uma apagada lembrança na memória dos homens. Da igreja fizeram uma enxovia de policia, e do mosteiro, depois de ter servido, durante alguns anos, de sede à Escola Normal, hoje no novo edificio de Bemfica, relegaram-no, com as suas esplêndidas salas, para escola de meninos.

Resta-nos, apenas, do pequeno largo junto à igreja, uma árvore formosissima, que é incontestavelmente um dos mais belos exemplares de Lisbôa excêntrica, e que os alcantarenses têm por obrigação conservar e respeitar religiosamente.

É hoje o único padrão glorioso e vivo da Alcântara do século xviii.

Da cêrca, ajardinada e linda, com suas árvores seculares

(1) Em Abril de 1840 ainda se festejou na igreja do Calvário a imagem do Senhor Jesus da Caridade e Desamparo, com exposição do S. S., a requerimento de Francisco António Gonçalves. Deferiu D. Francisco de S. Luís, Patriarca Arcebispo eleito da Metropolitana Diocese de Lisbôa, *Sede Vacante*.

* * *

A imagem do Senhor Jesus da Boa Sorte e Santa Via Sacra foi festejada em Abril de 1843.

* * *

Em Janeiro de 1896 acabaram as obras de reparação na igreja, que nesta data foi benta, benzendo-se em Fevereiro a capela do Triunfo.

e lagos de recreio, não falemos. Há hoje lá uns tôscos e sujos barracões de ferro-velho a atestar-nos, a nós outros, que o *progresso* não é uma palavra vã...

¡Quantas belezas e quantas preciosidades a vigilância e a estupidez dos nossos grandes homens da politica indígena têm sacrificado, à sua covardia moral de mandantes que nada mandam, perante a insaciável voracidade das turbas inconscientes e dos afilhados sem escrúpulos!



CAPÍTULO XXIX

Como se fundou o Convento das Flamengas

Há um livro precioso e raro que se intitula assim:

Relacion de como se ha fundado en Alcantara de Portugal junto a Lisboa, el muy devoto Monasterio de N. S. de la Quietacion, por la Catholica Magestad del Rey N. S. D. Phelippe II de gloriosa memoria para las monjas peregrinas de S. Clara de la primera Regla, venidas de la Provincia de Alemania Baxa, despues de los herejes las aver perseguido, y desterrado de tierras en tierras por quatro vezes. Compuesta por la Madre Sor Cathalina del Spiritu Sancto Monja del mismo Monasterio. Dirigida a la Serenisima Infanta Sor Margarida de la Cruz, Monja en el Monasterio de las descalças, en Madrid. En esta historia se veran muy illustres martyrios, la Seraphica Ordem Franciscana ha padecido con strepitu de publica justicia. En Lisboa. Por Pedro Craesbeeck Impressor del Rey. Año 1627.

Este precioso opúsculo seiscentista, in-4.^o de viii-35 fls., figura no *Catálogo Ameal* sob o n.^o 2.327 com a rubrica de *Muito rara*, e já figurava no Azevedo-Samodães sob o n.^o 3.281 com igual indicação e a de que é edição única vinda a lume até hoje. O exemplar que possuo, e que me foi emprestado pelo livreiro José dos Santos, tem a mesma valorização em letra manuscrita do século XIX, principios, e diz: «custou 40000 r.» O exemplar do leilão Ameal foi arrematado por 201000, ou seja 221000. Isto se regista apenas para se vêr o que custam trabalhos dêste género, que alguns talentos

desdenham e alguns jornais publicam a custo, como se de ninharias de cutiliquê se tratasse.

Fazer em Portugal trabalhos de investigação é das coisas mais difíceis que há, em primeiro lugar porque a maioria das pessoas faz *caixinha* do que sabe, e em seguida porque poucas são as que ligam a êste carrear de matérias para a História a importância que elas de facto têm.

Claro, eu sei que é muito mais fácil e mais lucrativo escrever larachas, com futurismo ou sem êle, do que perder noites e noites, rebuscando, em calhamaços, velharias bolorentas. Mas sei também que os futurismos passam e as velharias ficam.

* * *

Quando o opúsculo da Madre Catarina do Espirito Santo se escreveu, tinha o Convento das Flamengas quarenta e cinco anos de existência, de maneira que esta preciosa *Relacion* pouco abrange da sua história romântica. Muito há, porém, que aproveitar nas suas 35 fôlhas, e isso vamos fazer com aquela paciência com que se colhem lindos botões de rosa numa roseira cheinha de espinhos...

* * *

A Baixa Alemanha do século XVI, de onde nos vieram as Flamengas de Alcântara, compunha-se de Brabância, Asbânia, Holândia, Zelândia e Trislândia, e só em conventos masculinos da ordem franciscana possuía trinta e dois, e alguns mais do que êstes de freiras calçadas e descalças da mesma ordem. Tudo foi destruído pela fúria calvinista, e só os de Brabância foram reabertos pelo Príncipe de Parma antes de 1627. A feroz perseguição deu-se em 1572, e não poucos frades e freiras pagaram, com o martírio, a sua fé e o seu hábito.

* * *

Um dos mosteiros arrasados foi o das monjas descalças de Santa Clara da cidade de Alckmaria, na Holanda, que ficava junto aos muros da cidade, da parte de fóra, e que era povoado por honradas donzelas de Brabante e Bequina-gios, que viviam em castidade e obediência, mas sem voto de pobreza, pelo que, quasi tôdas, se não tôdas, eram pessoas rêmiediadas.

Conta-se que uma das recolhidas, «monja notablemente pequena, y de mui baxa estatura, pero mui linda, y bien formada en todos los miembros que parecia niña de siéte, ó ocho años, y no creció más, hija de mui nobles padres», teve, doze anos antes, a visão dos acontecimentos. Um dia, estando as religiosas juntas, a pequenina monja se arrebatou em espírito por espaço de um quarto de hora, e quando voltou a si desatou a chorar copiosamente.

—Porque choras?— perguntou-lhe a Abadêssa.

E pondo-se tôdas em volta da vidente, esta contou que tivera uma visão na qual Deus lhe havia mostrado que em breve tempo sôbre todos os Estados da Flandres sobreviriam grandes trabalhos e que a Igreja de Deus soffreria grande perseguição e que dos mosteiros existentes não ficaria pedra sôbre pedra.

E acrescentou: «Não será, porém, o nosso convento o mais sacrificado, porque algumas das suas irmãs, fugindo à perseguição, atravessarão o mar e Deus lhes dará outro mosteiro».

Mandou-a calar a Abadêssa, mas ela humildemente pediu que a deixassem terminar a sua visão.

Que sim, que acabasse, e logo a humilde «corderilla de Dios» disse que os seus dias estavam contados e que muitas das suas irmãs a seguiriam na eterna viagem. De facto, dali a três dias morreu, com trinta e três anos e sete dias de idade e doze de religião. Entrementes uma grande epidemia visitava

o mosteiro de Alckmaria e dezassete monjas, incluindo a Abadessa, foram-se a acompanhar a pequena Sórora Ana no ignoto caminho sem fim.

* * *

Doze anos depois, a visão realizava-se.

Avisadas a tempo, e já com os soldados de portas a dentro, fugiram de noite, em três carroças que a população devota lhes preparou, levando consigo o S. S., e foram à cidade de Harlém, onde o Governadôr as recebeu afavelmente. Deram pela fuga os de Alckmaria e vá de ameaçarem os de Harlém de sitiarem a cidade se não pusessem fóra as monjas. Obedeceram os de Harlém, mas não sem as protegerem e as conduzirem sãs e salvas a Amsterdão, onde foram hospedadas com todo o carinho, e aqui estiveram seis anos em pacífica clausura, «conforme su regla y santa vocacion».

O que os hereges fizeram no mosteiro de Alckmaria, enraivecidos pela fuga, é fácil de ajuizar. Os hereges quinhentistas não eram piores nem melhores do que os livre-pensadores do século xx. Os que mataram a tiro os inofensivos jesuitas de Campolide eram irmãos gémeos dos calvinistas que em Alckmaria, à falta de monjas vivas, desenterraram as mortas «y les hizieron mil desacatos».

* * *

Em Julho de 1578, Amsterdão caía nas mãos dos seus inimigos e as igrejas e conventos tiveram a mesma sorte das igrejas e dos conventos da Flandres. As pobres monjas de Alckmar fugiram de novo para Brabante, indo umas para Anveres e outras para Malines. Mas a perseguição não desarmara e, tomadas estas cidades, as monjas, através perigos e sacrificios sem conta, em Julho de 1580 deixaram Anveres e vieram para Ruão. Em Setembro desse ano estavam em Santandér, já com Sórora Clara dos Anjos eleita Madre Vigária, e em Outubro em Bilbau, onde permaneceram cinco

mêses. Finalmente, a 5 de Fevereiro de 1581, embarcaram num pequeno navio e se fizeram de rumo a Lisbôa.

Uma tempestade, apanhando o barco já nas costas de Portugal, obrigou-o a abrigar-se no pôrto de S. Martinho, onde as clarissas de Alckmaria desembarcaram, sendo recebidas pelos capuchos da Província da Arrábida com grandes demonstrações de júbilo, festas e *Te-Deum*, entregando-as depois a uma D. Brites, pessoa de têres, que na sua quinta as recebeu e hospedou.

* * *

Em Março dêsse ano, quatro das recém-vindas chegaram ao Mosteiro de S. Francisco de Xabregas e dali foram entregues no Mosteiro da Madre de Deus, onde ficaram provisoriamente.

A estas se vieram juntar as cinco que haviam ficado em casa de D. Brites, e tôdas tiveram bom gasalhado no referido mosteiro por espaço de dez meses. Ficaram pertencendo às monjas da Província dos Algarves como filhas de S. Francisco e Santa Clara, com obediência e guarda da primeira regra, sendo ratificada a eleição da Madre Clara dos Anjos como Abadêssa.

As nove monjas veio juntar-se Sôror Catarina do Espirito Santo, que mais tarde nos havia de deixar o precioso opúsculo a que acima fizemos referência.

* * *

A primeira morada das clarissas foi no Convento de N.^a S.^a da Glória, para onde foram em Dezembro de 1582, procissionalmente, acompanhadas pela Imperatriz, pelo Cardial Arquiduque Alberto, pela Infanta D. Margarida e pelas principais damas da Côrte.

Deu-lhe clausura inviolável o Bispo D. Jorge de Ataíde, que era o capelão-mór de Felipe II. Em 1583 chegaram da Flandres mais nove monjas do mesmo convento de Alckmaria, com duas noviças, que se lhes juntaram.

Finalmente, em 1586, fundava-se, com as 21 monjas flamengas (1), duas noviças da mesma nacionalidade e uma portuguesa, Sôror Ana da Glória, o Convento de Nossa Senhora da Quietação, que o vulgo chamaria apenas o Convento das Flamengas, e que ainda hoje, sem freiras e sem convento, das Flamengas se chama (2).

(1) Designação de tôdas as freiras que vieram da Flandres para o Convento de N.ª S.ª da Quietação:

Madre Sôror Clara dos Anjos

Sôror Ana de S. Gabriel

- » Margarida das Chagas
- » Maria da Cruz Inglesa
- » Bárbara da Cruz
- » Joana da Cruz
- » Gertrudes de Jesus
- » Clara de S. Francisco
- » Isabel dos Santos
- » Catarina do Espírito Santo
- » Joana da Trindade, digníssima de eterna memória
- » Maria da Madre de Deus
- » Maria de S. Jerónimo
- » Joana de S. Miguel
- » Dorotea da Conceição
- » Coronira dos Anjos
- » Ana de Jesus
- » Antônia da Apresentação
- » Isabel Baptista
- » Isabel de S. Bernardo
- » Ágada de S. José.

Noviças

Sôror Maria da Quietação

- » Clara de Santo António.

Sôror Ana da Glória foi a primeira noviça nascida em Portugal.

Era também de origem flamenga e de famílias nobres. Tomou o hábito a 8 de Janeiro de 1583 e professou no ano seguinte.

(2) A construção deste templo foi dirigida pelo architecto Nicolau de Frias, filho de Pedro de Frias, imaginário. No plano da igreja jaz enterrado Teodósio de Frias, filho do architecto, falecido em 11-xi-1634,

tendo a sua sepultura assinalada com uma campa com epitáfio, o mesmo acontecendo às vísceras de D. Pedro II. O templo quasi nada soffreu com o terramoto de 1755.

* * *

As lápidas com inscrições ainda hoje existentes no corpo da igreja são sete.

A 1.^a fica junto aos degraus do altar-mór, do lado do Evangelho, junto à parêde, a meio metro de distância, e diz:

COR FACET HIC PETRI
REGIS MORTALE SECUNDI
CORVIVE BATUBI
CONTUMULATUR IBI

Ao centro da igreja fica a 2.^a, de Simão Grana e de sua mulher e herdeiros, com a data de 1682.

A 3.^a, de Manuel da Silva Lousado e de sua mulher Isabel da Silva, 17 de Fevereiro de 1683.

A 4.^a, de Teodósio de Frias, que foi cavaleiro fidalgo de S. Magestade e mestre das suas obras e da cidade de Lisboa e do Arcebispo D. Luís de Bolaca e da Casa da Moeda, e de sua mulher D. Leonor Pereira, «os quais por grande devoção que tiveram a êste convento escolheram êste jazigo perpétuo e nêle se lhes fêz sepultura por ordem de Suas Magestades». Tem as datas de 1627 e 1634.

A 5.^a, de Pedro Fernandes, pai de três religiosas dêste Convento. 1646.

A 6.^a fica à entrada da porta principal, do lado esquerdo, com brasão, de «D. A. L.^o D. Castro M A C E [*letra ininteligivel*] i Dona Barbara D. Tapia. 1604».

A 7.^a e última fica junto da mesma porta, do lado direito, sob a pia da água benta, e é de Jerónimo Henriques e de D. Grácia da Veiga sua mulher, ela falecida a 22 de Junho de 1588 e êle a 2 de Outubro de 1595.

* * *

Na antiga sacristia, que fica por detrás do altar-mór, há ainda hoje dois admiráveis arcazes de pau preto, e nas parêdes oito telas, cinco grandes e três pequenas, já muito estragadas pela acção do tempo, mas ainda de valôr, e que é pena não serem retiradas para melhor sitio.

CAPÍTULO XXX

¿Onde era a ermida de S. Joaquim e Sant'Ana que em 1755 serviu de Basilica Patriarcal?

A rua 1.º de Maio, onde se encontram o Convento do Calvário e o das Flamengas, que já descrevemos, é a antiga rua de S. Joaquim, e deve o seu nome à histórica ermida de S. Joaquim e de Sant'Ana, que ficava junto ao palácio do Marquês de Abrantes. Esta ermida foi fundada pela Marquêsa de Fontes, D. Joana Lima de Lencastre.

Desta ermida saiu, em 16 de Novembro de 1755, uma procissão em acção de graças por a calamidade do terramoto do dia 1 não ter arrasado por completo a cidade. A procissão foi da ermida de S. Joaquim até à igreja de N.ª S.ª das Necessidades, sendo acompanhada por tãda a Família Real, Côrte, Senado da Câmara, colégio patriarcal, basilica, clero, comunidades religiosas, etc. (*El.*, xvi, pág. 166).

No *Mappa de Portugal*, J. Baptista de Castro, no vol. III, pág. 126, da 3.ª ed., referindo-se à ermida de S. Joaquim, escreve:

«Ermida de S. Joaquim e Santa Anna. — Na quinta do Marquez de Abrantes, em Alcantara. Esta ermida, que não padeceu com o terremoto o minimo abalo ou ruina, está edificada segundo o gosto moderno da architectura. Consta de três altares ornados com excellentes pinturas do nosso insigne lisbonense Francisco Vieira. Tem muitos e preciosos paramentos summamente asscados, e taes que puderam bastante-

mente supprir a indigencia em que se viu a Santa Igreja Patriarcal no principio da sua destruição e incendio, porque estabelecendo-se aqui, como já dissemos, por benigno consentimento dos ex.^{mos} Marquezes, seus padroeiros, acharam os ministros da Santa Igreja commodo e agazalho tão amplo que os nossos maiores elogios não são bastantes para engrandecer a nobreza de animo e piedade com que allí fomos recebidos.»

* * *

Na ermida de S. Joaquim havia vários quadros de Francisco Vieira Lusitano, nomeadamente o da *Sagrada Familia*, que ficava no altar principal. De Vieira eram igualmente os desenhos dos quadros que D. Ana de Lorena pintou para a mesma capela.

Esta D. Ana foi camareira-mór da Rainha D. Mariana de Austria e de D. Mariana Vitória e, segundo vejo nas *Memórias* de C. Volckmar Machado, pág. 33 da 2.^a ed., pintava com perfeição.

* * *

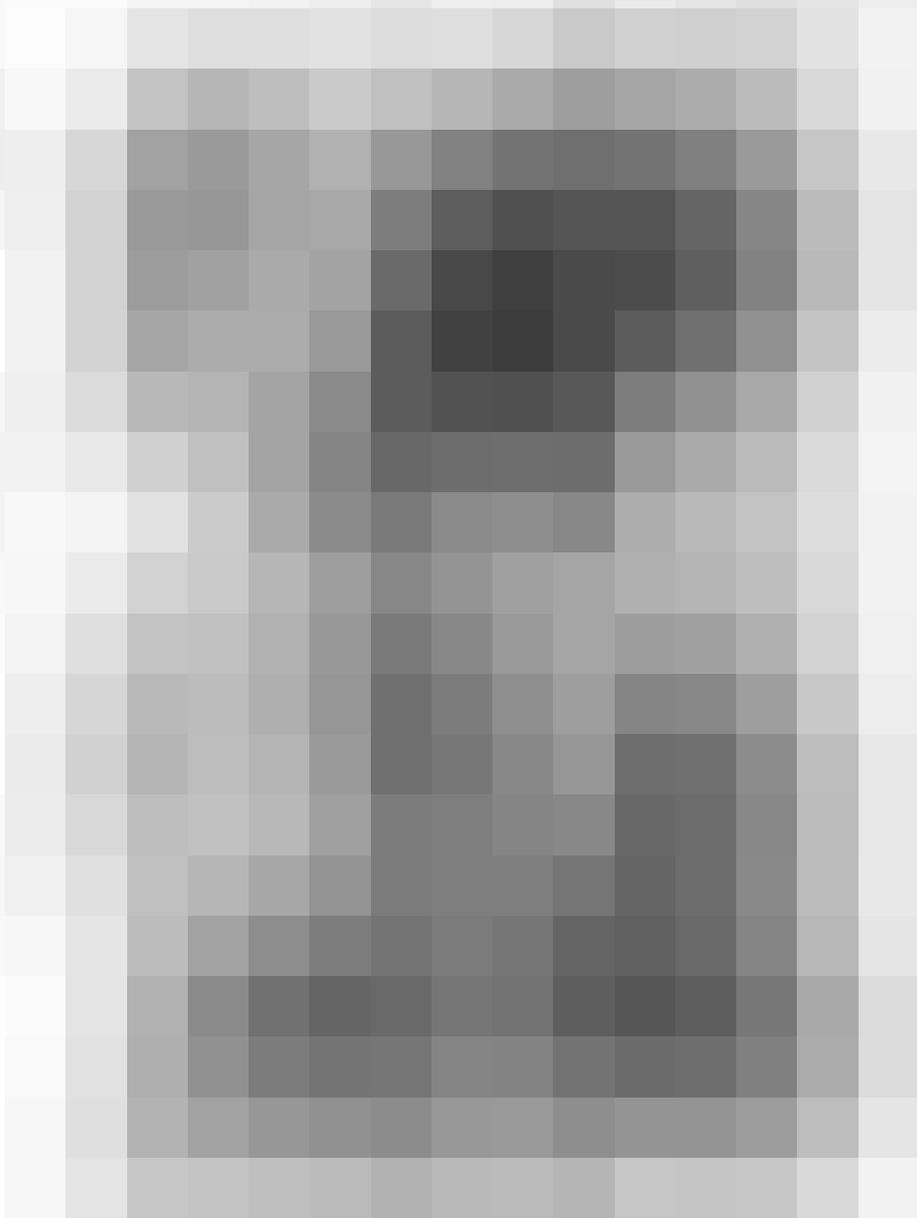
Tendo a basilica patriarcal ficado muito arruinada com o terramoto e enquanto se não acabou o edificio de madeira que fôra resolvido construir nas obras do Conde de Tarouca, no sitio da Cotovia, onde era antes de 1910 o Príncipe Real, hoje a Praça do Rio de Janeiro e durante muitos anos a Patriarcal Queimada, o exercicio dos officios divinos fazia-se na ermida de S. Joaquim, onde começaram com as primeiras vésperas da Conceição. Ali se continuou o serviço religioso até dia de S. Tomé (21 de Dezembro), em que, sentindo-se um grande abalo de terra, tôda a cleresia abandonou a capela, fugindo desordenadamente para a rua. Se bem que nada de extraordinário tivesse succedido, foi resolvido erigir um altar no jardim do mesmo Marquês, onde se foram concluir os officios divinos nesse dia, e se continuou assim nos dias immediatos. Depois se fabricou com madeira e lona uma barraca

no dito jardim, ficando a capela a servir de sacristia. Aqui permaneceu a Patriarcal até 15 de Junho de 1756, em que passou a ter a sua séde na Cotovia, aproveitando-se para a fábrika da igreja o que já existia do majestoso edificio, em construção, do Conde de Tarouca. Foi já daqui que saiu, em 17 de Junho de 1756, a procissão de *Corpus Christi*.

Neste ano, a procissão de Nossa Senhora da Saúde, a das ladainhas e a de Nossa Senhora dos Mártires, saíram respectivamente nos dias 22 e 25 de Abril e 13 de Maio, da ermida de S. Joaquim (L.^o x do «Reg. das C.^{as} do Senado», fl. 26 e 28 v.)

* * *

Ignoro por completo quando esta ermida desapareceu e as razões do seu desaparecimento. Vejo no Arquivo Municipal, 27.^a sessão, de 5 de Junho de 1877, que foram mandadas demolir umas barracas, sitas na rua de S. Joaquim, n.^{os} 1 a 5 e 7 a 11, por ameaçarem ruína, mas isto em nada se refere à desaparecida ermida, de cuja existência e história nada mais sei do que os ligeiros apontamentos que aí ficam.



CAPÍTULO XXXI

Como se construiu a formosíssima capela de Santo Amaro

Precioso monumento quinhentista, serviu, em 1910,
para depósito de carvão,
a—pesar—de ser já então monumento nacional

A capela de Santo Amaro, em cujo recinto se realiza, a 15 de Janeiro, uma das mais antigas e das mais tradicionais romarias da velha Lisbôa, é das coisas mais pitorescas e mais interessantes que possuímos e que uma falsa e tôla *civilização* quasi fêz desaparecer, se não nas suas expressões artisticas, pelo menos na sua expressão monumental e de paisagem.

À pequenina capela quinhentista devemos o nome de um dos mais populosos bairros — o bairro de Santo Amaro, hoje florescente, alargando os seus domínios pelas antigas terras do Casal do Rolão, com um lindo jardim ao norte, junto ao palácio do Conde de Vale-Flôr, e com edificações que, não sendo um primôr de architectura, oferecem no entanto um agradável aspecto burguês de conforto que em muitos outros bairros citadinos não há.

Já vamos vêr, em autôres de grôso tômo, como Santo Amaro surgiu e se fêz; mas não é preciso grande esforço para avaliar das belezas do local há perto de cinco séculos, môrro de altas ribas sôbre o Téjo, que lhe beijava os contrafortes. Hoje, roubado ao rio mais de meio quilômetro de extensão, a beleza local não existe, que até a lindíssima escadaria que lhe dava acesso foi sacrificada aos alargamentos dum urbanismo exagerado e criminoso.

Diz-nos Sebastião Joaquim Baçam, nos *Monumentos Sacros de Lisboa*:

«No ano de 1532, tendo regressado a Portugal catorze freires da Ordem de Cristo que em tempo tinham ido em romaria a S. João de Latráo, em Roma, resolveram fazer vida de ascetas e instituíram uma confraria a Santo Amaro, para o que impetraram licença a D. João III.

«A caravela que conduziu os freires chegou ao Têjo em 15 de Janeiro e ancorou próximo a uns rochêdos que havia no local, arrabalde então distante da cidade. Os religiosos ficaram encantados com as belezas do local e ali ergueram um cenóbio, formando uma confraria, tornando-se Santo Amaro um taumaturgo célebre, acorrendo à sua protecção os enfêrmos de pernas e braços».

Claro que êste pequeno cenóbio a breve trecho foi derrubado e sôbre os seus humildes alicerces erguido o templo que ainda hoje existe, velhinho de muitos séculos, por sôbre o qual tantos janeiros têm passado e que ainda há pouco, como adiante se verá, desmiolados selvagens haviam transformado em depósito de carvão.

Da pequenita capela, fundada pelos catorze freires chegados de Roma, há condigna documentação nos riquíssimos azulejos que ainda hoje se nos oferecem, à nossa curiosidade e à nossa admiração, no interiôr da igreja. Segundo a inscrição que se lê por sôbre a porta principal, a primitiva ermida ficava no sítio onde actualmente se encontra a sacristia.

O santuário que a substituiu começou a sua construção a 12 de Fevereiro de 1549 e sôbre êle recafu a atenção de muitos dos nossos melhores escritôres e a de escritôres e artistas estrangeiros que nos visitaram.

Cristóvão Rois de Oliveira, no *Sumario das Noticias de Lisboa*, diz, em 1551:

«A ermida de Santo Amaro está fóra dos muros; é casa

de grande romagem e devoção. Tem uma confraria do seu patrono e vale de esmolas 400 cruzados».

João Brandão, no *Tratado da Abastança da Cidade de Lisboa*, em 1552, refere-se a esta ermida.

A ermida de Santo Amaro vê-se na vista de Lisbôa do *Teatrum Urbium* de George Braunio (1572), na *Vista Panorâmica de Lisboa*, no *panneau* de azulejos seiscentistas que está na sala de entrada do Museu das Janelas Verdes, e em muitas outras gravuras antigas.

Em 1584, também o padre Duarte de Sande se refere a esta capela, dizendo que «nos subúrbios de Lisbôa fica o templo de Santo Amaro».

No códice 478 da Coleção Pombalina da Biblioteca Nacional, Secção de Manuscritos, cita-se a ermida de Santo Amaro.

Em *La Galerie Agréable du Monde*, publicada em Leyde por Pierre Vauderma, vê-se uma gravura desta ermida.

Nos livros de desenho de Luís Gonzaga Pereira (Secção de Manuscritos da Biblioteca Nacional) há um desenho, feito em 1840, da mesma ermida.

Também se referem a esta ermida o padre António Carvalho da Costa no vol. III, pág. 651, da sua *Corografia Portuguesa*, e João Baptista de Castro no vol. III, págs. 212 e 213, do seu *Mapa de Portugal*.

A ela se refere largamente o sr. Ribeiro Cristino no seu livro *Estética Cidadã*, e sob o n.º 178-2.º-1.º do Gabinete de Gravuras da Biblioteca Nacional.

Escusado será dizer que a mesma se referem Pinho Leal, Pinheiro Chagas, Esteves Pereira e Maximiano de Lemos; e ainda êste ano, no primeiro volume *Lisboa Antiga*, publicado pela empresa do *Diário de Notícias*, se encontra uma lindíssima gravura sôbre êste histórico local e templo, gravura que nos dá tôda a graciosidade, tôda a beleza e todo o encanto, pelo seu lado pitorêscico, da formosíssima capela e da sua escadaria monumental.

* * *

No jornal *A Epoca*, no dia 9 de Janeiro do ano findo, dando conta de ter voltado à posse das autoridades eclesiásticas o precioso templo, escrevia-se o seguinte, que merece registo especial:

«O formoso e histórico santuário de Santo Amaro, encerrado desde 1910, voltou ontem para a posse das autoridades eclesiásticas.

«Ficaram célebres as deslumbrantes festas e as romarias populares em que, durante quasi quatro séculos, se prestou devotado culto ao milagroso santo.

«Agregada à Basilica de Santa Maria Maior de S. João de Latrão, a vetusta capelinha era de tal importância religiosa que às solenidades assistiam quasi sempre os Monarcas e os Patriarcas, e até vários Papas tinham concedido indulgências especiais a quem a visitasse em certos dias do ano.

«No tópo da porta de entrada existe a seguinte inscrição:

— «Começou a edificar-se esta ermida de Santo Amaro aos doze dias de Fevereiro de 1549 e havia sete anos que era aqui edificada a que agora serve de sacristia». —

* * *

«Em 1540 construiu-se uma pequena ermida no sitio onde hoje está a sacristia, mas a devoção ao Santo era tanta e as esmolas affluíam em tal abundância que em 1549 se edificou o magnífico santuário, que é hoje considerado monumento nacional, pela sua arquitectura, por seus riquíssimos azulejos, que são do nosso país e que mereceram referências elogiosas ao inglês Waltson, no seu notável trabalho *Arquitectura Portuguesa*.

«Em 1627, os cargos da confraria estavam assim distribuídos: Provedor, António de Saldanha; Escrivão, Manuel Fa-

gundes; Tesoureiro, João de Paiva; Mordomo, Francisco de Matos Soeiro; Procurador, João Gomes Quaresma.

«A confraria foi, até à sua extinção, em 1836, constituída por gente da mais alta nobreza e funcionários superiores do Reino.

«Dela fizeram parte os Reis e os Príncipes e os Patriarcas e quasi todos os titulares, desde o Conde da Vidigueira, até ao primeiro Marquês de Pombal. Naquele ano era Provedor — o último — o Marquês de Sabugosa. Depois a administração da capela foi entregue à Junta da Paróquia, até 1910.

* * *

«Pois este santuário tão rico de tradições, considerado monumento nacional, foi há 15 anos despojado da maior parte dos seus valores e deixado ao abandono. Havia alfaias, paramentos, pratas, tapêtes. Havia até um riquíssimo crucifixo de prata de inestimável valor artistico. Tudo isso desapareceu. A escadaria appareceu, uma vez, destruída, assim como alguns dos preciosos azulejos. Em troca, o lixo foi-se amontoando e certo dia o gracioso vestibulo foi transformado em depósito de carvão!

«Era demais para um monumento nacional e, intimado o carvoeiro a retirar de lá a mercadoria, o vestibulo passou a ser aproveitado para os bailes de casamento da gente pobre do sítio — por sinal um dos mais lindos de Lisboa.

* * *

«A posse da ermida foi dada ontem, às 14 horas, pelos srs. dr. Álvaro dos Santos, administrador do 4.º Bairro, Alberto Meireles, secretário, e Luciano Freire, Presidente da Associação de Arte e Arqueologia. Receberam-na o Juiz da Irmandade do Santissimo da Fréguesia de Alcântara, sr. João Maria de Almeida Neto Inglês, rev. Pinheiro Marques, digno Prior, e o Presidente da Junta da Fréguesia, sr. João Figueira Branco.

«A reabertura ao culto realiza-se no próximo sábado, dia de Santo Amaro, com festa solene e sermão».

* * *

Na véspera, dia 8, também o *Diário de Lisboa* se referia ao facto. Dessa referência vamos transcrever os períodos mais importantes e que, por não ser este jornal um órgão acentuadamente católico, se podem considerar insuspeitos nas suas apreciações:

«Foi hoje reentregue às competentes autoridades eclesiásticas o antiqüíssimo e formosíssimo santuário de Santo Amaro, que se encontrava fechado desde a proclamação da Republica.

«Tem história e tem tradição a vetusta capelinha, onde, durante quasi quatro séculos, se prestou culto ao milagroso abade com festas que foram deslumbrantes de esplendôr e com romarias brilhantíssimas, a que concorria todo o povo da capital e arredores.

«Agregada por muitos anos à Basílica de Santa Maria Maior de S. João de Latráo, de Roma, à qual pagava fôro, tinha tal importância religiosa a capela de Santo Amaro, que as suas festas eram quasi sempre assistidas pelos Monarcas e pelos Patriarcas, até vários Papas tendo concedido indulgências a quem a visitasse em determinados dias do ano.

«Não obstante o estado de abandono em que se encontra actualmente (a-pesar-de ser classificada de monumento nacional, o lixo é lá aos montões), a linda capelinha é ainda agora, sob o ponto de vista artistico, uma das mais belas da capital, pela sua estrutura architectónica, tão elegante e característica, e pelos riquíssimos azulejos policrómicos que ornam todo o seu formoso vestibulo semi-circular.

«São esses azulejos o que há de melhor em Portugal. O inglés Waltson, no seu notável trabalho *Arquitectura Portuguesa*, refere-se a elles, collocando-os a par dos da Bacalhôa.

«Bons tempos os da romaria de Santo Amaro...

«Durava 15 dias, sendo os de maior concorrência os domingos e o dia de S. Vicente.

«A respectiva confraria, constituída por nobres e fidalgos como D. Francisco da Gama, o Marquês de Niza, o célebre Marquês de Pombal, e quasi todos os fidalgos e altos funcionários e officiaes-móres — o seu último escrivão foi o Marquês de Sabugosa — desapareceu em 1836, ficando a capela na administração da Junta de Paróquia até a proclamação da República.

«Depois, em 1910, acabou-se tudo. Fechados os seus lindos portões de ferro forjado, que datam do século XVII, o templo, despido de ornamentos e alfaias, passou a ser um ninho asquerôso da bicharada suja.

«O vestibulo, que é uma formosura, transformaram-no um dia em depósito de carvão. Mais tarde o carvoeiro tirou de lá a mercadoria — era escandaloso de mais transformar em carvoaria um monumento nacional — e o vestibulo passou a ser utilizado para os bailes de casamentos da gente pobre do sitio. Noivos que não tivessem casa de cômodos bastantes para conter o entusiasmo coreográfico dos seus convidados, era lá que mandavam dançar os festejadôres da bôda.

* * *

«As pessoas antigas de Lisboa ainda se lembram da romaria de Santo Amaro. Havia arraial de fama, com o adro iluminado a barricas de alcatrão; havia festa rija; o povo ria, e folgava, e bailava... Onde isso vai...

«Outra nota interessante de marca antiga:

«No 5.º livro dos Avisos do Ministério do Reino veio, ai por 1763, um aviso régio mandando averiguar e proceder à prisão de António Martins e seus criados, por terem destruido a escadaria da ermida.

* * *

«Os tempos mudam; e os homens também. Agora appareceu destruida a escadaria, e appareceu roubado o santuario

— do frontal do altar-mór só escapou o fôrro — e apareceram destruídos alguns azulejos; mas não foi prêso ninguém nem se procurou, sequer, saber quem teriam sido os estúpidos autôres de tais patifarias.

« Possuia a Confraria muitas pratas; entre elas um riquíssimo crucifixo artístico. Desapareceram também. Até tinha um valioso tapête persa, que levou igual destino ».

* * *

Sursum corda! Corações ao alto, que isto de roubos em igrejas e conventos é pécha que vem de longe. Os de 1910 seguiram apenas as pisadas dos seus grandes mestres de 1833, o que não quiere dizer que os discípulos não fôssem muito além do que os seus mestres lhes ensinaram.

Mas Santo Amaro não cabe nos estreitos limites dum capítulo e por isso fechamos êste por aqui, que já não vamos mal.

No capítulo seguinte encontrará o leitor novas e não menos curiosas transcrições sôbre a pequenina capela, que os selvagens do nosso tempo não conseguiram, por emquanto, destruir.



CAPÍTULO XXXII

A capela de Santo Amaro

Referências, romarias e tradições

Disse-lhes eu, no capítulo anterior, que outras referências interessantes havia sobre a capela de Santo Amaro. De facto, e antes de nos referirmos às dos estrangeiros, queremos mencionar duas de que temos ainda conhecimento. Uma é de Eduardo Fernandes, o meu colega *Esculápio*, ao tempo redactor principal do jornal *O Diário*, fundado pelos redactores dissidentes de *O Século*. O artigo em questão, muito interessante, por sinal, intitulava-se: «**Curiosidades de Lisboa — Romaria de Santo Amaro — A festa dos galegos — Costumes e tradições**», e veio publicado no referido jornal em 15 de Janeiro de 1902. As notas para este artigo, tiradas de documentos oficiais, foram fornecidas ao *Esculápio* pelo secretário da Junta de Paróquia de então, João Baptista da Silva Almeida, que pertencia à primeira Junta republicana eleita em 1901, de que era presidente José Alexandre de Campos e vogais efectivos João de Oliveira Miguéns, Augusto da Assunção Rodrigues, Eduardo José da Silva e José Sebastião Teixeira Júnior, o primeiro e o último já falecidos. O artigo vinha ilustrado com uma gravura, onde se via a frontaria do templo e o arraial. Descreve a origem da pequena ermida, a sua construção e as suas belezas artísticas e panorâmicas, e diz-nos o que era em graça e em pitorresco a festa dos galegos, que vale a pena rememorar, agora que tudo isso se foi com o aparecimento dos combóios, da Companhia das Águas,

dos eléctricos e dos *taxis*, do progresso, enfim, em que os galegos de hoje já não usam os seus trajos regionais, as suas suíças agressivas e as suas chancas respeitáveis, de que todo o bom cidadão de Tuy e de Compostela fazia gala e uso há bem cinqüenta anos. Nos velhos tempos da festa dos galegos...

Ouçamos o *Esculápio*:

«Reüniam-se em bandos e em danças e cada grupo lá tinha o seu gaiteiro com a gaita pastoril, e os demais músicos com o clarinete, a caixa e o bombo.

«Então, armados das indispensáveis castanholas, andavam tôda a tarde numa embriaguez de *muiñeras* e de *ribeiranas* e de *jotas*, que era um nunca acabar de divertimento.

«A gaita roncava impertinente, o bombo reventava formidável, a caixa retinia nervosa, o clarinete assobiava com ímpeto, e os galegos saltavam, doidos de contentes, por se sentirem como na terra, em meio de patrícios, de volta ao Santo Amaro.

«Os galegos tocam as castanholas com os dedos grande e polegar, num estremecimento de som cadenciado com o tanger do bombo e os roncões da gaita, e a sua dança da *muiñera*, tão característica, é digna de ser descrita.

«A princípio, dão todos um passo como de valsa e, depois, largam-se a levantar os pés do chão, numa pachorra que contrasta com a epilepsia das castanholas, envolvendo-se depois em complicados passos, que se assemelham aos do fandango nacional.

«Então, os pares cruzam-se, passam por meio uns dos outros e uma voz de rapagão, em falsete, grita melódicamente:

*Te tienes por buena moza,
Mira lo bien que te engaña,
Eres un cortijo viejo
Lleno de telas de araña.*

«Depois os companheiros demoram-se num *om* fanhoso,

gutural e prolongado, que o baixo da gaita de folles acompanha, voltando a voz :

*Muiñeira, Muiñeira,
Muiñeira ribeirana?
Sin ber a luz dos teus olhos
Eu danço de mala gana».*

* * *

Hoje tudo isso se foi. No entanto, no terraço da ermida, ainda nas festas de Janeiro há bailes e descantes, gaita de folles e música, e há enfiadas de pinhões, e brinquêdos e quinquilharias, e bôlos e pastéis, arrufadas e cavacas, gergelim e amêndoa dôce.

Estas tradicionais festas de Santo Amaro, feitas todos os anos a 15 de Janeiro, repetiam-se em dia de S. Vicente e terminavam nos dias 2 e 3 de Fevereiro, com muita animação e freqüência.

* * *

O outro artigo que desejamos mencionar, importante e completo, tanto quanto possível, sob o ponto de vista histórico e arqueológico, veio publicado no *Correio da Manhã*, de 13 de Novembro do ano passado. Há ainda referências no 5.º livro de Avisos do Ministério do Reino, vol. 9, onde se alude à destruição da escadaria da ermida de Santo Amaro, feita por António Martins Tôrres e seus criados, aviso mandando averiguar e proceder à prisão do delinquente, datado de 13 de Agosto de 1763. Êste Martins Tôrres foi sôlto em 15. Dois dias apenas para movimentar os *compadres*. Ainda nos *Elementos para a História do Município*, de Eduardo Freire de Oliveira, vol. xiii, pág. 3, se fala das obras na calçada e adro de Santo Amaro e duma visita régia ao santuário.

* * *

Vejamos agora o que a respeito de tão graciosa ermida disseram os estrangeiros ilustres que a visitaram e a estudaram carinhosamente:

ALBRECHT HAUPT — *A Architectura da Renascença em Portugal*. Tradução portuguesa, com as gravuras originais do texto alemão. J. Rodrigues & C.^ª, livreiros-editores. 186, Rua do Ouro, 188. Lisboa. — A pág. 77: «Rio abaixo, a estrada para Belém atravessa o subúrbio de Alcântara. Neste, por sobre muitas escadas e terraços, num alto domina a capela da Romaria de Santo Amaro, uma pequena igreja redonda do ano de 1549, com cúpula e lanterna muito simples, mas notável pela disposição curiosa. A fábrica da cúpula é rodeada exteriormente e à frente por uma galeria que contorna metade do corpo central, cujas paredes são inteiramente cobertas de azulejos (talvez do ano 1580). O maior trabalho dêste género é do tempo da Renascença. Ela contém nas paredes recurvadas do interior uma rica composição ornamental encerrada entre hermetas, nas paredes exteriores figuras de santos em molduras architectónicas, e os altares cobertos de azulejos. A galeria abre em largos arcos sobre os terraços. A capela propriamente dita restringe-se ao espaço circular da cúpula e lanterna, para a qual abre também em arco a ábside do altar, que também tem sua cúpula. A architectura é delicada e modesta. Como explica a inscrição por cima da porta, esta ermida foi principiada em 12 de Fevereiro de 1549. Na entrada, e por cima daquela, vê-se o brasão da irmandade de S. João de Latrão, à qual pertenciam catorze construtores, isto é, aqueles por cuja ordem se construiu a igreja, mencionados na inscrição». Estampas: pág. 76 — *Capela de Santo Amaro em Alcântara*; pág. 77 — *Planta da Capela de Santo Amaro*; pág. 78 — *Decoração de azulejos no adro de Santo*

Amaro; pág. 79 — Corte transverso da capela de Santo Amaro e detalhes ornamentais.

Portuguese Architecture by WALTER CRUM WATSON (Illustrated) London Archibald Constable and Company Limited 1908.

A pág. 27: — «Além dos azulejos pintados da Bacalhôa, existem alguns exemplares muito bons de semelhante trabalho no pórtico semi-circular que circunda a pequena capela redonda de Santo Amaro, em Alcântara, junto a Lisbôa.

«A capela foi construída em 1549, e os azulejos acrescentados cêrca de trinta anos depois. Aqui, como no convento dominicano de freiras de Elvas, e em certas requintadas cercaduras e degraus da Bacalhôa, os desenhos e minúcias architecturais estendem-se sôbre a totalidade dos azulejos, formando quasi sempre rica cercadura a um bispo ou santo. Alguns em nada são dissemelhantes ao trabalho de Francisco de Matos, em S. Roque, o qual é também digno de menção».

* * *

As duas transcrições que ai ficam são sobremaneira honrosas para o pequenino templo do glorioso taumaturgo Santo Amaro, e elas só bastavam para condenar o estúpido abandono a que a geração iconoclasta de 1910 o votou. Já agora vale a pena descrever um pouco mais minuciosamente esta peregrina jóia da Renascença, o que faremos no próximo capítulo.

Isto não vai a matar, e o tempo para esta coordenação de apontamentos, que outro valor não têm senão a paciência de os juntar, escasseia-me quasi por completo. Basta acentuar que êstes estudos se fazem altas horas da madrugada, rouba-das ao descanso, e após a fadiga das minhas obrigações diárias.

CAPÍTULO XXXIII

A Capela de Santo Amaro

A sua architectura e as suas inegualáveis riquezas,
dignas de melhor sorte e de melhor gente

Já o leitor sabe pelos anteriôres capitulos que a capela octogonal de Santo Amaro, com sua escadaria monumental, com seu graciôso zimbório e seu edículo terminal, ficava num rochêdo sobranceiro ao rio e ao palácio Sabugosa, com um amplo terraço de largos horizontes e três pórticos majestosos virados ao Sul.

O seu aspecto, a sua situação, era na época de seiscentos bem diferente da que é quatro séculos depois.

Rodeada de casario inglório, sem a escadaria monumental, a capela dos freires de Cristo possui hoje apenas, além da sua expressão architectónica, a beleza dos seus azulejos.

Construída em plena Renascença, a beleza e a preciosidade da sua architectura deviam ter merecido às gerações que lhe seguiram um pouco mais de religiôso carinho. E não empregamos o adjectivo *religiôso* no sentido teológico da palavra, senão na sua expressão sentimental de ternura e de respeito.

Para se avaliar o que era esta capela, permita-me o leitor que lhe transcreva parte do já citado artigo do *Correio da Manhã*, que não vem assinado, mas que foi escrito pelo actual Priôr de Alcântara, illustre sacerdote e meu querido amigo Padre Pinheiro Marques. Eu não o descrevia melhor e não vale a pena fazer o que está feito, e feito por mão de mestre...

Santo Amaro, milagreiro,
Nosso amigo e advogado,
Livra-nos dos males do corpo
E das penas do peccado.

Devranos, Santo bendito
Sobre os males perigosos,
O peccado que Deus nos deu
De sanar penas e dores.



S.º AMARO



«Antes de chegar ao adro, topamos com um alegre e vistoso terraço, entre dois muros convergentes em ângulo agudo, que lhe dá a fôrma de prôa dum navio avançando sôbre a colina.

«Passado um largo pórtico barrôco com as suas grandes volutas de estilo, encimado por uma cruz mutilada, penetra-se finalmente no antigo pátio que serve de adro ao curioso templo.

«Com a frente virada ao Sul, é constituído por cinco planos separados por outros tantos robustos botarés ou gigantes, apresentando uma fachada poligonal, sôbre a qual se estende um largo terraço em volta do zimbório terminado por um lanternim.

«Três pórticos terminados em arco de volta perfeita, segundo o estilo, abertos nos três planos da frente, guarnecidos de portas de ferro forjado, com bandeiras semi-circulares, ricamente adornadas de perfeita e complicada ornamentação «renascença», em que se destaca o emblema do Santo, que é um braço e uma perna cruzados, dão entrada para o vestibulo em fôrma de largo corredôr circular, de abóbada artezoadada, com pequenas rosáceas e cruces de Cristo nos fechos.

«É nas parêdes dêste recinto que se encontra a mais notável colecção de azulejos policrómicos, seiscentistas, da cidade de Lisboa.

«Constituem-na grandes retábulos separados por fantasia-das pilastras ornadas de folhagens e sereias de caudas enroscadas, emmoldurando um enorme cartel de elegante recorte, amparado por anjos e festões, ao centro do qual se apresenta o mesmo emblema do santo, ou a sua imagem em tamanho natural, em traje de peregrino ou revestido de pontifical.

«No alto dos retábulos, em semi-circulo, grandes vasos de flôres, ladeados de pavões de lindas caudas, tudo alegremente destacado na faiança esmaltada dos azulejos a branco, a amarelo, a rôxo, a verde e a azul da antiga fabricação nacional.

«No entanto, celebravam-se ali, nos tempos que lá vão, grandes festas e romarias, a que se dignava assistir o Rei e o Patriarca.

«A capela era administrada por uma confraria rica e fidalga, e o povo acorria às solenidades com grande entusiasmo e devoção.

«Para ser irmão da «Real Confraria do Bem-aventurado Santo Amaro de Alcântara» era preciso ser nobre e só se era admitido depois de se ter procedido a certas diligências.

«Em 1586 era Provedôr D. António de Saldanha; mas depois passou a ser Provedôr nato El-Rei, que era quem nomeava a Mesa Administrativa em Aviso Régio pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. Em 1788 foi um desses Avisos Régios firmado pelo Ministro Visconde de Vila Nova de Cerveira, e em 1814 foi outro Aviso expedido da Costa do Rio de Janeiro e assinado pelo Marquês de Aguiar.

«O cargo de maior categoria, abaixo do do Rei, era o de escrivão, que foi exercido por altas individualidades da aristocracia, sendo o último, até 1836, o Marquês de Sabugosa.

«Foram irmãos desta Real Confraria, desde a sua fundação em meados do século xv até ao seu desaparecimento em 1836, os mais ilustres fidalgos. Nos seus Livros de Inscrição figuram os Mesquitas, os Távoras, os Silveiras, as Câmaras, os Saldanhas, os Freire de Andrade, os Fagundes, os Vilas Bôas, os Sanches de Baena, os Lencastres, os Ataides, os Gamas, os Pizarros, os Meneses, os Melos, os Mascarenhas, etc., etc.

«Além das Majestades e Altezas foram confrades: o Marquês de Castelo Branco D. Manuel de Moura (1600), o Marquês de Marialva, o Marquês de Niza, o Arcebispo e Governadôr de Lisboa D. António Furtado de Mendonça, o Conde de Viana D. José de Meneses, o Conde das Sarzêdas, o Conde de S. João D. Luís Álvares de Távora (1629), o Conde de Vidigueira D. Francisco da Gama (1612), o Conde de Miranda, o Visconde Francisco de Lima de Brito Nogueira, o Conde de Vila Franca (1620), o Conde de Castelo Melhor, o Conde de

S. Vicente, Miguel Carlos o Visconde de Assêca, o Conde de S. Lourenço (1757), o Conde de Castanheira Simão Correia da Silva, o Conde de Oeiras (1766), o Conde de Oeiras Henrique (1767), o Barão Luis de Sousa de Macedo, o Cardeal Patriarca, o Principal César, o Principal S. Paio, cônegos, letrados, sacerdotes, etc.

O Rei pagava de anual 387400 réis, o Príncipe 127800, a Rainha 97600, o Patriarca 67400, as princesas 37200, as infantas 17600, alguns confrades mais generosos 27000, e em geral cada irmão 7400.

Os altos funcionários da Côrte e do Estado apreciavam em muita grande honra o fazerem parte desta aristocrática irmandade.

Assim foram irmãos de Santo Amaro: António de Aguiar, escrivão dos coutos; Belchior Pinto, escrivão da Provedoria da Alfândega; António Pegado, Provedor dos Dizimos (1632); Jerónimo de Teive, Contador Mor; D. Luis de Melo, Porteiro Mor; Manuel da Silva Frade, Almojarife, da Madeira; Pedro Cardós, Escrivão da Casa da Índia; Dr. Clemente Feliz, Procurador Geral; Francisco Pereira da Cunha, Secretário do Conselho de Guerra; o sargento mor Roque Antunes Correia; o corregedor José Anastácio Raposo; o desembargador, João de Soveral e Barbêda, etc.

A confraria gozava de grandes privilégios de ordem espiritual concedidos pelos Sumos Pontífices e de grandes honrarias, além do título de Real, outorgados pelos monarcas. Era sujeita a S. João de Latrão de Roma.

A capela tinha capelão próprio e ermitão permanente, que vestia um hábito com cinto de corda, possuía prédios de casas no pátio, no quintal, na ladeira e imediações. Estas propriedades e as fartas esmolos dos fieis garantiam à confraria um grande rendimento que dava para as despesas do culto diário das festas e ainda sobrava para capitalizar. Um devoto da Baía enviou de esmola, em 1817, a oferta de cem mil réis, e as esmolos nas romagens eram tantas que era preciso comprar cinco mãos de papel para embrulhar o cobre.

Quando foi extinta ou absorvida pela junta de paróquia, em 1836, tinha, em cofre, quatro contos, quatrocentos e trinta mil setecentos e noventa e cinco reis e, além de vários documentos de dívidas, quatro apólices, quatro dobrões e doze meias peças de oiro, e um santo Cristo de prata de grande valor.

As pratas da capela, banquêtas, bacias, bandejas, pratos, cálices, pixides, turibulos, vasos de comunhão, etc. eram tantas, que só a limpeza delas custou, em 1805, a importante soma de quatro mil e oitocentos réis e o carroto para o ourives 2.400 réis.

A festa principal fazia-se, em honra do patrono da capela e confraria, em 15 de Janeiro e a ela assistia El-Rei e o Patriarca, e era contratada magnífica orquestra e convidado prégador de fama.

Começava na véspera com grande e pomposo arraial a que acorria a nobreza e o povo, e a romagem prolongava-se por todo o mês, entrando ainda pelo mês de Fevereiro.

Sobretudo nos dias do Santo, nos domingos que se lhe seguiam e em dia de S. Vicente, a concorrência e a aglomeração de povo era tal que se tornava mister empregar tropa para garantia da ordem.

Em frente da capela, no adro, levantavam-se altares e armavam-se mesas para distribuição de estampas, medalhas e velas douradas.

Os terraços e terreiros eram embandeirados e engalanados com galhardetes e troféus fazendo honra à grande bandeira nacional que flutuava ao vento no alto do edificio. Tinha então lugar uma pequena feira, em que não despegavam as barracas de comes-e-bebes alternando com outras em que se fazia bom negócio de capelista, predominando as mulheres que percorriam o arraial na venda de rosários e de pinhões de Leiria.

À noite, grandes e vistosas iluminações em que brilhavam as luminárias da fachada, do zimbório, e dos contornos da capela, os archotes, as fogueiras e as barricas de alcatrão.

Animavam o arraial a música do Castelo, os pretos de S. Jorge assoprando nas trombetas, os morteiros retumbantes atroando os ares. Uma das notas mais características desta tão popular romaria eram os numerosos ranchos de galegos dansando ao som das suas gaitas de foles.

Pelo S. João repetiam-se as solenidades e o arraial quási com o mesmo esplendor, e durante o ano faziam-se frequentes festas de promessa com simples missa cantada e sermão ».

* * *

E aqui têm tudo o que me foi dado juntar sôbre a lindíssima e histórica capela de Santo Amaro, a Alcântara.

Há ainda, na *Vida do Príncipe D. Teodósio*, a pág. 85 e 86, a história de um ermitão profeta, que nesta capela viveu e que a Inquisição condenou.

* * *

Assisti hoje, 15 de Janeiro de 1928, à festinha do Santo. Sombra do passado, a festa foi um pálido reflexo doutrora. A meu lado ficou o antigo senador coronel Ramos da Costa que comigo lastimou o abandôno a que a capela chegou e concordou no crime que representam as reles edificações que circundam o pequenino templo quinhentista (1).

(1) Do *Diário de Notícias*, em 7 de Fevereiro dêste ano (1928), recorro a seguinte local: — « **Património artístico.** — *A capela de Santo Amaro em ruínas.* — O conhecido artista sr. Ribeiro Cristino dirige-nos um apêlo em prol da antiga e tradicional capela de Santo Amaro, que se encontra em lastimável estado, devido á falta de reparação.

« Percorrendo o deambulatório — escreve o sr. Ribeiro Cristino — notamos as manchas na alvenaria do tecto em abobada, produzidas pelas infiltrações das chuvas, começando a arruiná-lo, apesar dos elegantes artezões de cantaria e seus fechos que o sustentam.

« Em seguida entrámos por uma pequena porta de um prédio anexo, que dá serventia tanto a alguns modestos inquilinos como á propria capela! Pois os portões de ferro fecham-se pela parte de dentro, e assim subimos a um terraço ladrilhado, de onde a vista panorâmica atinge a

Agora pasme o leitor e veja como em insensibilidade artistica e falta de pudor governativo todos os Governos se parecem. ¡As dependências do templo estão ainda arrendadas!! O Estado recebe pelas rendas pouco mais de duas dezenas de escudos! Em compensação o templo vai-se estragando pelo impuro inquilinato que lhe dão. Cai água na sacristia e vai-se-lhe apodrecendo o precioso arcaz de páu-brasil que quatro séculos já cumprimentaram respeitosos. Mas há mais. Um dos inquilinos tem a posse do Cõro « para seu uso!!! ».

Os três pontos de admiração não chegam para significar o meu enormíssimo desprezo por estes estadistas de costa abaixo que têm a covardia governativa de não salvarem um monumento preciosíssimo, só para não desagradarem aos energúmenos do « livre pensamento »!

Claro que quem tem o Cõro é como se tivesse a posse da igreja.

¡E estamos nisto, e vivemos nisto, antes e depois e sempre!
Abençoada gente...

maxima beleza. Uma vez ali, notei que a parte anterior dos tijolos e correspondente ao deambulatório estão em parte desfeitos, por alguém ter tapado uma caleira de pedra na cornija que dava vasão ás aguas, as quais, refluindo, destruíram em parte o dito pavimento do terraço, e daí as infiltrações que se notam no deambulatorio e outros pontos do edificio.

« É a Camara Municipal quem tem concertado e procurado aformosear a curiosa disposição das escadarias de acesso ao alto de Santo Amaro, mas não vai além a sua boa interferência, pois a capela é administrada pela Irmandade do Santíssimo da igreja de Alcântara, a qual, tendo feito reparações nos altares do pequeno histórico templo, após o tempo que esteve fechado, não possui meios para se meter em obras de maior vulto, como seria o concerto da parte estragada da dita capela.

« Naturalmente só o Estado, por intermédio da Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais — e a capela de Santo Amaro, por todos os motivos artisticos e tradicionais tem o direito de pertencer a esse numero — poderia intervir nessas reparações, a fim de obstar, em quanto é tempo, á ruina de tão interessante pequeno monumento citadino ».

CAPÍTULO XXXIV

O Vale de Alcântara

O que foi, o que é e o que podia ter sido

Tenho afirmado várias vezes que o bairro de Alcântara não tem sofrido, por parte dos poderes públicos, aquela atenção que seria para desejar. De facto assim foi e assim é, e eu nunca me cansarei de justificar e comprovar esta asserção. É ver o que se dá com o vale de Alcântara que é um dos mais extensos, dos mais pitorescos e dos mais aproveitáveis de Lisboa. Começando por alturas da Falagueira, tem de extensão, até à foz da sua outrora graciosíssima ribeira, dez quilómetros. A sua inclinação é a menor de todos os seus irmãos, a que lhe dava, se houvesse tino e vontade de fazer obra útil, uma situação privilegiada, no que respeita à nossa viação acelerada. De facto, desprezando a linha de Alcântara a Campolide, e desviando esta mais para W.-NW., Alcântara devia ser já hoje a testa da linha da Figueira; e se, à margem da linha férrea, se abrisse uma larga artéria, todo o trânsito que se faz hoje pelas íngremes ladeiras de Palhavã e Campolide, far-se-ia por aqui, com vantagem para todos. É ver o que a tal respeito nos diz o mestre Miguel Pais, no 1.º vol. da sua esplêndida obra *Melhoramentos de Lisboa*:

«O valle de Alcantara, o mais occidental de Lisboa, que pode e deve vir a ser a sua mais extensa e importante arteria de movimento com as principaes povoações dos seus arrabaldes, tem sido votado ao mais injusto olvido, ao mais completo desprezo que é possível imaginar!

« Ninguém se lembra dele senão para permitir ao seu longo a instalação de quantos focos de infecção se desejam concentrar ali; e oxalá me engane mas parece-me que eles não foram extranhos ás febres epidemicas que tanto flagelaram no verão de 1879 os habitantes das cumiadas e encostas contiguas áquele valle.

« O valle de Alcântara é sem duvida o mais extenso de Lisboa, porque tendo origem nas alturas da Falagueira e Porcalhota, dirige-se ao Tejo, tendo uma extensão total de 10 kilometros. A 6 kilometros da origem é seu afluente o pequeno vale que vem do Rego.

« Ao longo dele e na sua margem direita estende-se o aqueduto das aguas livres, atravessando-o perto de Lisboa sobre a monumental arcada, vulgarmente conhecida pela denominação de arcos das aguas livres; na sua margem esquerda a estrada da Porcalhota e Bemfica até Sete Rios, estrada que, em lugar de seguir o vale, como todas as razões aconselhavam, afastou-se dele para subir aquella horrorosa rampa até ao alto de Campolide!

« A inclinação geral do vale de Alcântara é a menor de todos os vales de Lisboa, o que não só lhe assegura um papel importantissimo na viação ordinaria da cidade com os seus arrabaldes, mas ainda, com mais forte razão, uma linha de movimento acelerado, que sem duvida será uma das de maior importancia que confluirá a Lisbôa.

« Podendo servir facilmente e com uma subida suavissima a todo o movimento das povoações que se servem pela estrada de Sete Rios e Bemfica, taes como Carnide, á direita; Bellas, Sabugo, Mafra, Torres, etc., ao centro; Queluz, Cintra, Colares, etc., á esquerda, é ele obrigado a fazer-se pelas duas unicas linhas que conduzem a Sete Rios: uma a rua de S. José, S. Sebastião da Pedreira e Palhavã; outra as ruas de S. Bento, Rato, Amoreiras e Campolide.

« Em ambas são fortissimas as rampas; portanto, como consequencia natural, a alteração da saude, o definhamento

rapido da vida de todos quantos por elas transitam com frequência, sejam pessoas, sejam animaes de carga e tiro.

« Desde a grande arteria marginal do Tejo até Sete Rios, seguindo o vale de Alcântara, há uma extensão aproximadamente de 4.500 metros, e como as cotas de nivel d'aquelles pontos extremos são 3 e 58 metros, a inclinação geral média é de $0^m,012$ por metro, inclinação boa para um caminho de ferro, optima para uma estrada ordinaria. Esta estrada existe desde o largo junto á ponte de Alcântara até á Ponte Nova, em uma extensão de 1.500 metros, e, posto que em alguns pontos precise melhorada e alargada, facil é executal-o. Faltam pois 3.000 metros, e, construidos eles, ficará a arteria marginal do Tejo ligada directamente em Sete Rios com uma das mais importantes e concorridas estradas dos arrabaldes de Lisboa e por uma via de inclinação tão suave.

« Desçamos ainda a maiores detalhes para tornar mais sensivel a importancia que pôde assumir o vale de Alcântara no grande movimento de Lisboa, apresentando as distancias e diferenças de nivel que se percorrem pelas actuaes linhas de movimento que vão dar a Sete Rios e se percorreria par aquella.

« Tomemos por origem um ponto notavel, o arco triumphal da rua Augusta, na praça do Comercio, centro do movimento do vale central na grande arteria marginal.

« 1.^a Do arco da rua Augusta pelo Passeio Publico, ruas de S. José, S. Sebastião da Pedreira, Palhavã até Sete Rios são 5.000 metros, tendo que subir á cota 85 metros sobre o nivel do mar, no alto de S. Sebastião da Pedreira, para d'ahi descer á cota 58 metros em Sete Rios.

« 2.^a Do mesmo arco pelas ruas do Arsenal, S. Paulo, Boa Vista, largo do Conde Barão, ruas dos Mastro, S. Bento, Rato, Amoreiras e Campolide 5.500 metros, tendo que subir á cota 112 metros no alto de Campolide, para da mesma sorte descer á cota 58 metros.

« 3.^a Do mesmo arco pelo Aterro, Alcântara, seguindo

directamente este vale até Sete Rios, 7.800 metros, tendo a subir unicamente da cota 3 metros a 58 metros.

«Estes numeros são mais eloquentes que tudo quanto possa dizer-se, e mostram á mais obcecada intelligencia qual a transcendente importancia qde o valle de Alcântara póde ter no movimento da cidade, e que mesmo da parte inferior do vale central, embora o percurso seja maior, atendendo á pequena differença de nivel, é incomparavelmente mais vantajoso, sobretudo para vehiculos pesados, ir pelo valle de Alcântara do que subir a S. Sebastião da Pedreira.» (*Melhoramentos de Lisboa*, vol. 1.^o, pág. 74 e 75).

É de notar aqui que tendo-se feito depois as várias ligações hoje existentes, elas não só não satisfizeram as necessidades locais de expansão, nem o seu traçado obedeceu ao mais comensinho bom senso. E assim, não só Alcântara não foi a testa do caminho de ferro de oeste, nem aquela larga artéria, que tudo indicava se fizesse, até hoje se construiu, e agora já difficilmente se fará. Em 1881, sendo Ministro das Obras Públicas Saraiva de Carvalho mandou fazer o projecto de ligação entre Alcântara e Sete Rios. Esta ligação de 10^m de largo foi orçada em 39.570.000 réis. A Junta Consultiva achou elevado o preço, mas aprovou o projecto. Infelizmente, como já notámos, o problema do vale de Alcântara, a-pesar-da boa vontade de Miguel Pais e do ministro Saraiva de Carvalho, não foi encarado com largueza de vistas e o atrofiamento de todos os grandes melhoramentos propostos deu-se com o mais estrondoso fracasso, como fracassada ficou a idea magnifica de se fazer uma larga e ampla Avenida do fim da Calçada da Pampulha pela encosta da rua da Tôrre da Pólvora e quinta do Possolo a ligar com a rua de S. Ciro, e daqui até ao Convento Novo do Coração de Jesus, o que nos teria dado uma das mais lindas artérias da nova cidade occidental.

Dois outros projectos de avenidas nos deixou ainda Miguel Pais: o da Praça de Armas ao Largo da Boa Morte, pelas Necessidades, e o da Calçada do Livramento, ao mesmo largo, pela Fonte Santa.

Em 1913, em *O Reclamo*, mensário bairrista de Brito Nogueira, quem estas linhas subscreve, lançou a idea duma outra Avenida, que se nos afigurava então, e ainda hoje, de óptimos resultados e fácil construção (1): a Avenida Calvário-Bemfica, que, partindo do Largo do Calvário, seguiria pela rua da Créche, atravessaria a Tapada até ao términus da rua da Cruz e daqui, tomando pela rua da Cruz das Oliveiras e atravessando o largo dêste nome, iria entroncar com Bemfica, próximo do Parque. Havia apenas uma obra de arte a fazer, — um largo viaduto ao fim da rua da Cruz a ligar com a estrada do mesmo nome, mas em compensação ficariam ligadas, com um próspero futuro diante dêles, os lugares da Estrangeira de Baixo, Estrangeira de Cima, Cruz das Oliveiras, Ilha Amarela, Ilha Parda, Monsanto, Buraca e Calhariz, com óptimos terrenos marginaes para novos bairros arejados e sadios, que, além do puríssimo ar da serra, ficariam com um lindíssimo panorama sôbre o Tejo numa extensão de muitos quilómetros.

Mas enfim, tudo isto são fantasias, como infelizmente *fantasias* são ainda hoje os grandes projectos do já há muito esquecido Miguel Pais, que nem sequer tem ainda o nome na esquina de uma rua, onde tanto illustre desconhecido possui, sem direito nem razão, moradia histórica.

Em compensação, temos em Alcântara o *Largo Vinte de Abril* e mais a *Rua Cinco de Abril*.

É uma abrilada completa!

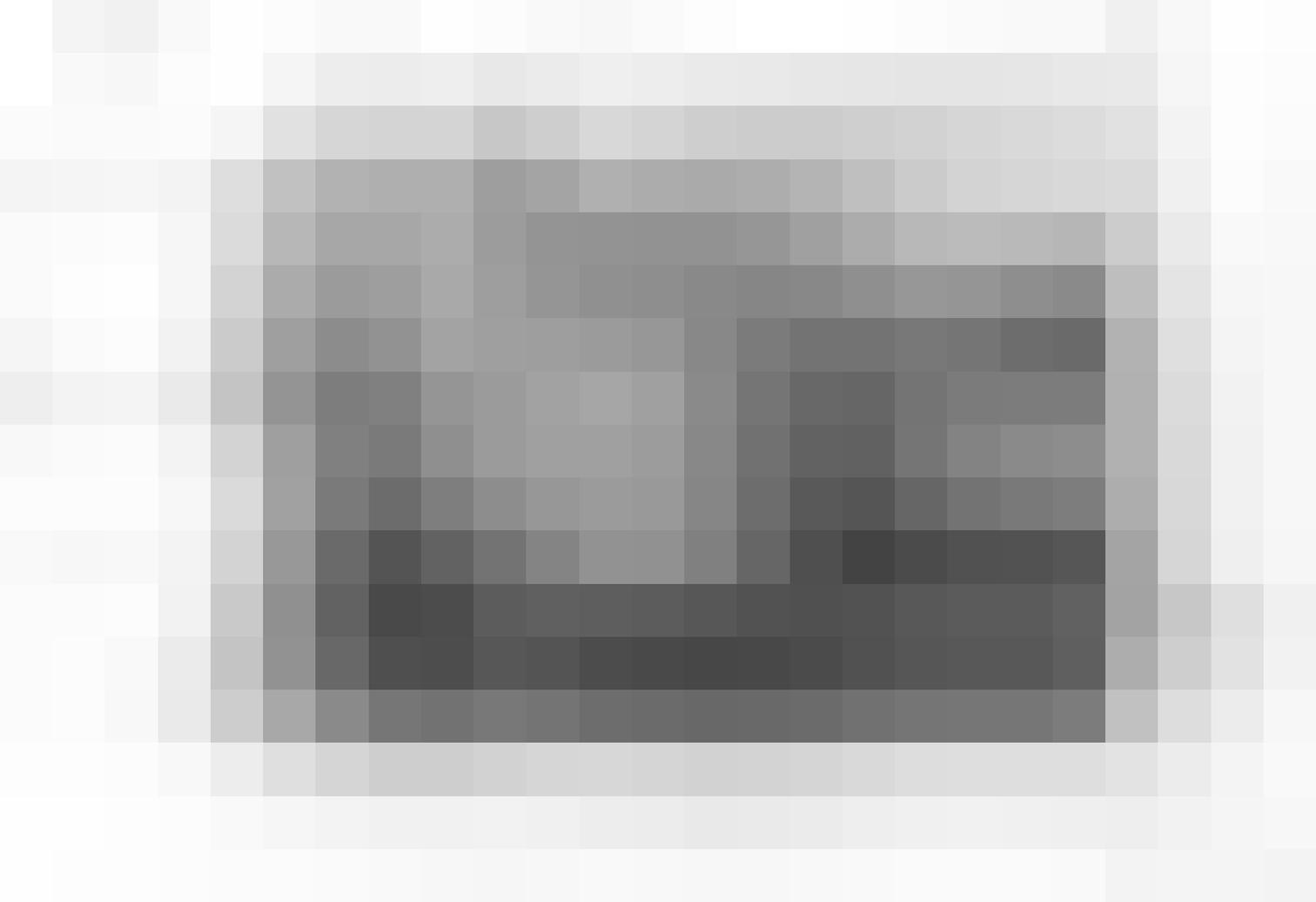
Deixemos estas futilidades de vereadores de cutiliquê e passemos a coisas sérias.

A perspectiva do formosíssimo vale de Alcântara aí fica.

(1) *O Reclamo*, revista de propaganda comercial e industrial. Saíram 9 números. O 1.º em Julho de 1913, e o 19 e último em Abril de 1915. O artigo sôbre a Avenida Calvário-Bemfica, veio logo no 1.º n.º, a pág. 5, acompanhada do respectivo gráfico.

¡Que saúdades me faz êste pequeno e humilde jornalzito! ¡Que saúdades e que tristeza! ¡Pobre Brito Nogueira, a quem Alcântara tantos melhoramentos deveu!

Estragaram-no? Paciência. Também o Atêro se estragou com os hotéis do Pinho, e ninguém morreu por causa disso. O que é preciso é não descontentar os *compadres*. O resto pouco importa. Já lá dizia o Seabra da Quinta da Princesa: *Fiat lux!* e apagava a vela. Não vale a pena gastar cera com ruins defuntos...



CAPÍTULO XXXV

O bairro de Alcântara e as tentativas de melhoramentos do pôrto de Lisboa desde 1730 até hoje

Cada dia que passa, mais convencido vou ficando de que escrever é fácil, mas investigar é difícil. Nestas minhas buscas sôbre Alcântara quanto mais profundo o assunto mais coisas novas descobro, algumas por tal forma importantes que me destroem, quasi por completo, os conhecimentos da véspera.

Quantas noites perdidas, quantos volumes espiolhados baldadamente, quantos manuscritos custosamente decifrados para se conseguir uma reconstituição exacta!

E no fim, certos talentos de cuspo e vira, olham sobreceiramente o trabalho feito, e, do alto da sua incomensurável ignorância, exclamam para o respeitável público — *que maçada!* E o público realmente vai achando melhor as colunas cerradas de ignomínia sôbre o crime do Augusto Gomes...

Porque se não achasse, não lhes mercava a imundície.

* * *

Voltemos ao meu bairro.

Alcântara, que vimos tentando descrever, modificou imenso a sua fisionomia acidentada com a construção do Atêrro (1).

(1) O Atêrro principiou na noite de 23 para 24 de Julho de 1858 e deve-se à tenacidade do major José Vitorino Damásio. Inúmeras reclamações. — (*Ilustração Portuguesa*, II série, n.º 10). Possuo na minha do-

O Atêrro descongestionou-a, deu-lhe em área o que lhe roubou em beleza ribeirinha.

cumentação sôbre Lisboa um opúsculo precioso e raro, que transcrevo na íntegra, com asneiras e tudo. Elle demonstra, com uma eloquência especial, o que nós fomos sempre, no que respeita a melhoramentos cívicos, e a confiança que existe nas nossas fôrças mais representativas sob o criminoso régimen do mais desenfreado compadrio. Façam favor de lêr. De lêr e de meditar!

Representação, dos proprietarios dos estaleiros á Boa-Vista, confinantes com o Tejo dirigida ao Corpo Legislativo. Contra a occupação do Governo.

SENHORES DEPUTADOS DA NAÇÃO PORTUGUEZA.

Ao seio da Representação Nacional, vem soltar os seus clamôres, pedindo Justiça, os Proprietarios dos Estaleiros á Bôavista, confinantes com o Tejo, e os Emprezararios dos vallêzos Estabelecimentos de industria fabril, erêctos n'aquelles Estaleiros á custa do sacrificio de grossos Capitães, com cujo emprego tem accendido a nascente vida á industria Nacional, e quase emancipado os seus concidadãos, da ruinimôza tutela dos Artistas estrangeiros, com a vantagem de sustentarem centenâres de familias cujos chefes ali trabalhãam; por quanto, Senhores, uns e outros estam sendo despojados, uns, dos valôres e rendimentos das suas propriedades, e outros, dos Capitães dos seus ditos Estabelecimentos, pelo Ministro e Secretario de Estado da Repartiçam das obras Publicas, á viva fôrça, sem prévia audiença, nem indenisaçam, ludibriados, e desprezados publicamente os remedios judiciais, e os Mandados dos Juizes, expedidos para occorrerem á espoliaçam.

As *Marinhas*, ou *Salgados* de Lisboa e seu Termo foram doados á Camara Municipal, por ElRei D. Manuel, não para simples regâlo dos moradôres do Municipio mas para as necessidades do commercio maritimo, para o abrigo e reparo dos navios; e por isso levou esta doaçam o direito de impedir, e destruir todo o pejamto que obste a livre tráico das coizas do mar, e prompta serventia para elle, é condicãam expressa na Carta Regia de 7 de Junho de 1502 ibi: « o qual Salgado, e praia lhe assim damos para ella (Cidade) e moradôres » della, assim mercantes como quizesquer outras pessoas que navios tiverem, os corregerem, e » espalmare, e pôrem em môte & . »; e da outra Carta de 8 de Fevereiro de 1503 ibi... » por » quanto devia ficar despejado (o Salgado) para serviço da dita Cidade, e coizas do mar, de » tão continuo serviço se faz; por quanto, (se em alguma, se pejasse a dita Ribeira, seguiria mui » grande inconveniente ao bem da Cidade. »

Esta doaçam desfructada e confirmada por mais de tres seculos, veio a ser diffinida no Reinado d'ElRei D. Joze I. pela Alv. de 9 de Julho de 1767, quando certos pretextos queriam discutir o dominio do Municipio. A Camara só não podia aforar sem licença Regia, por que a natureza dos bens, e a Lei geral do Reino não consentem que alguma Vereaçam o faça, por serem as camaras méras Administradoras. Porem o dominio, que tinha o Municipio nas *Marinhas*, e na prompta e desimpedida serventia do Tejo, veio a ser-lhe confirmado pelo diverso titulo da C. de Lei de 22 de Junho de 1846, cujo art.º 16, revogando essas, e todas as mais doaças, os art. 17 e 24 deixaram as coizas doadas no dominio pleno dos donatarios perpetuos, sendo essas coizas susceptiveis do dominio particular. Com effeito as *marinhas*, e seus accrescimos, coquistados ao Rio, são susceptiveis desse dominio, pois que só as correntes dos Rios caudâes, e daquelles que os formam, são da propriedade Nacional, segundo a Ord. L.º 2.º Tit.º 26 §. 8. e Decr. de 13 de Agosto de 1832 art.º 2.º Quanto aos supplicantes proprietarios, tinhãam elles recebido do Municipio o dominio util dessas *Marinhas*, com os acima ditos direitos e regalias da livre e desembaraçada communicaçam com o Tejo, para uzo de commercio, e da

Os projectos para a construção do Atêrro, que a Companhia dos Eléctricos está agora mais uma vez tentando aformo-

navegação, dominio que, como acima, era primeiro uma doação, e passou depois a ser propriedade conferida pela Lei; e a maioria delles, remindo as pensões ao Município, na conformidade da mesma Lei, consolidáram o dominio pleno. E quanto aos supplicantes. Empresários dos Estabelecimentos de industria, elles os montáram, á custa de grandes dispendios, debaixo da Salva-guarda do dominio dos Proprietarios, garantido pela Lei do Estado, para disfructárem os commodos com que haviam sido feitas as doações primitivas, convertidas em dominio proprio.

A Carta de Lei de 26 de Julho de 1855, querendo conceder a De Claranges Lucotte uma via ferrea desde o Forte de S. Paulo, até Cintra, deu, quanto ponde, um testemunho de respeito por todas as direiços dos supplicantes, adquiridos pelos titulos mencionados, procurando conciliar, com elles a necessidade de lançar uma estrada na frente da serventia das propriedades marginaes. Para esse fim, partiu ella da seguinte baze: distinguir entre os terrenos de alluvia já conquistados ao Tejo, e apropriados aos predios confinantes e os ainda não conquistados; considerando os primeiros, como propriedade já adquirida pelo direito de accessam; e os segundos como coiza susceptivel de ser adquirida pelo primeiro occupante; e manda (art.º 23 §. unico) que esta separaçam seja feita em uma Planta, por Engenheiros competentes.

Declarou que a Emprêza do caminho de ferro somente se dêvam os terrenos que de novo se conquista-se ao Tejo, pelas obras effectuadas entre o muro do Caes, e as extremas dos supplicantes (do art.º n.º 1.º) de que respeitasse inteira e religiosamente, as regalias dos proprietarios e do publico, especiuente a sua livre serventia para o Rio (art.º 3.º) e acautellando igualmente que não soffressem no seu desenvolvimento a industria e commercio alli exercidos (art.º 1.º n.º 8.), podendo apenas, neste ponto, alterar-se o modu nas obras e construcções. (art.º 4.) As bazes convençionadas, quanto ao modo de respeitar as serventias dos confinantes, era haver escadas de pedra no muro do Caes, para uzo delles, e argolias de amarraçam das embarcações, da parte de fora do dito muro; e se tanto, necessario for, a construcçam de um canal de 40 pés de largura, com eclusas, especie de assudes, com portas (art.º 18). As edificações de armazens, e outras, deviam ser nos terrenos conquistados de novo (art.º 22); e se a companhia necessitasse de alguns dos já conquistados, deveria expropriálos na forma da respectiva Lei (art.º 23 n.º 2.º) A necessidade do Canal era indispensavel, por cauza da aproximaçam das embarcações para concerto, visto que a Doca, e Dique de querenar, & §.º 2.º do art.º 1.º das condições, não pode substituir o direito dos confinantes, de reparar as embarcações nas extremas dos seus Estaleiros, ou dentro delles. E assim mesmo, os proprietarios, com razão, ainda protestaram solemnemente contra a execuçam desta obra, por que nella não se encontra, nem e facil achar o modo de fazer entrar no Rio as embarcações construidas nos seus Estabelecimentos, circumstancia que faz parte do seu legitimo dominio.

A Empresa não chegou a executar esta obra, e por isso não tiveram os supplicantes occasiam de uzar do seu Protesto: até que appareceo aquelle agente do Governo, o mencionado Jozé Victorino Damazio, e começou por invadir furtivamente, na noite de 18 de Novembro de 1857, parte do predio da supplicante D. Luiza Angelica da Conceição Ponte de Lima, espoliando-a á força occulta e criminosa; e ao mesmo tempo espoliou o Publico da serventia de passagem pessoal, e de escoante de despejos dos predios circumvizinhos, pelo Boqueirão da Palha para a Praia, tapando-a e edificando sobre ella; deixando sem vasam os mencionados despejos que ficáram concentrados nas habitações, com grave prejuizo da saude publica.

Em seguida a estes factos criminozos o dito Agente do Ministerio das obras publicas começou a construir um atterro, para delle surgir uma estrada em frente dos predios dos supplicantes proprietarios, que lhes tupa a sua communicaçam com o Tejo, e assim arruina completamente o patrimonio dos que adquiriram os ditos Predios, e o dos Empresarios de industria fabril, unica esperanza da industria Nacional, ali montados á custa de grossos capitacs, e de sacrificios de sangue, por quanto privados daquelle communicaçam e serventia,

sear, com o novo traçado da linha do Cais do Sodré, vêm de muito longe — pelo menos da primeira metade do século xviii.

as Fabricas nada gatham, antes perdem em continuar a permanecer nos predios dos Supplicantes proprietarios, pagando as rendas que pagam; os predios ficarão sem uzo, e nada valerão; e os sentenares de braços que d'ali haviam a subsistencia de centos de familias, fechadas as Fabricas, serão lançados no seio da Sociedade, sabe Deus para que.

Tiveram os Supplicantes a prudencia de requerer submissamente aquelle Ministro, mostrando-lhe os seus direitos na Lei, e offerecendo-se a fazer, á sua custa, o atterro dos lódos marginaes, que era o fim, traiçoeiramente divulgado, como cauza da obra, em bem da saude publica, poupada essa despeza ao Thesouro (Documento junto.): o Ministro enredou esse requerimento nas trapaças sempiternas das consultas e informações, não parou no activo progresso da violencia, e nunca despachou o requerimento.

Recorreram elles directamente a S. Magestade, por outra Representaçã pungente, na que se expoz ao vivo quaes os textos palpitantes da Lei que o Ministro calca aos pés, e qual a violencia que infere á propriedade alheia. (Documento junto): o Soberano, alligado ás fórmulas constitucionaes, não tem podido, apesar da imuta justiça que fórma o seu Regio Coração, prover de remedio.

Então os Supplicantes se soccorreram dos remedios judiciais; embargaram o atterro, ferozmente commandado pelo sobredito Joze Victorido Damazio, escoltado pela força armada, ministrada pelo Arsenal da Marinha, e aquelle commandante não fez caso algum desse embargo, senão para exasperar como exasperou a insolencia da sua conducta. Requereram Artigos de attentado, e o citaram para responder a elles; nenhum caso fez, continuou e continua.

Senhores! Em que Paiz, onde haja respeito a Lei, se vio já que o Poder executivo, além de arrebatár furtiva e despoticamente, o alheio, e despojar os Cidadãos, lhes dê uma tão solemne lição de desprezo á Lei e aos Tribunaes de Justiça?

Com ferocidade inflexivel se invade a propriedade alheia, se fecha, e encerra a industria, como se os agentes do Governo o fossem das Nações fabris, que nos mandam queimar as Fabricas: as embarcações que, desde a Ribeira Nova, até a Praia de Santos, estão sempre requerendo amparo, e reparos, porque, desde a Ribeira Velha, para cima, toda está obstruido com edificações, obstruidas, e até expropriadas as Caldeiras a Santa Apollonia, agora ali vão ficar sem abrigo, e hão-de ser despedaçadas contra a muralha criminosa do Governo, quando eram estas as pungentes necessidades publicas, que inspiraram a ElRey D. Manoel aquellas Doações feitas ao Municipio de Lisboa!

A Representaçã Nacional tóca o dezagravo doCodigo Sagrado da Nação, da sua Lei fundamental, e de tantas outras que o Ministro das Obras Publicas e seus agentes estam injuriando, e ensinando a injuriar.

Senhores Deputados: o Ministro affecta o Poder tyrannico; a Patria assim o reclama; acuda-lhe a Representaçã Nacional, que é seu Esoudo, a sua defesa.

Lisboa 15 de Junho de 1858. — Assignados — Antonio Joaquim d' Oliveira. — José Pedro Collares. — Manoel Joaquim de Sousa. — Domingos d'Oliveira Ramos. — Cypriano José d'Abreu. — A. J. Sampaio. — Por procuração da Sre.^a D. A. de O. dos Santos Tarujo. — Antonio Róiz Tarujo. — Domingos Antonio d'Abreu. — João Hachelay. — A rogo de Maria Thereza. — João Lopes Fernandes. — Barão de Villa Coua.

Senhor — Os proprietarios dos estaleiros sitos á Boa Vista, e confinantes com a margem do Tejo, chegam humildemente aos pés do Throno, procurando a inefficivel justiça do mesmo, contra uma injusta aggressão que julgam estar imminente sobre o seu direito de propriedade, e que se pretende justificar com o omnipotente principio da salvacão publica, sem se procurar meios alguns de conciliação, aliás tão facil de fazer entre esse poderoso principio, e o respeito devido ao direito de propriedade, primeiro anel da cadeia, que ata e

Em 1730 publicou-se em Paris um livro muito interessante e hoje raro — *Description de la ville de Lisbonne*, — onde a pá-

segura a existencia social. Pelos solennes estipulações de seus contractos de aforamentos, de pesadíssimas pensões, e á custa de grossas sommas, mediante as quaes reuniram a maioria dos emphyteutas os seus predios, tem os supplicantes o direito á prompta e immediata communicação com o Tejo; nem este direito é de simples regalia, nem de insignificante proveito, antes é a alma e a vida de multos e importantes estabelecimentos, erectos pela mão da industria, bafejados pela dedicação ao patriotismo, e levados a effeito á custa de grossos dispendios: por elles se alimentam honestamente centos de famílias, e lucra a prosperidade publica. Tem elles, pois, um indisputavel direito, á especial protecção da lei e do governo de Vossa Magestade, para não serem agraçados, nem conduzidos ao risco de vida, direito que já foi solemnemente reconhecido por Vossa Magestade, e pelo corpo legislativo, no contracto do caminho de ferro a Cintra, nos artigos terceiro, dezenove, e paragrapho primeiro do capitulo vinte e tres, obrigando o concessionario a formar um canal longitudinal para a prompta serventia com o Tejo, de todas as propriedades marginaes, se esta não podesse ser de outro modo garantida. Por isso é que tendo-se procedido, em vinte e dois de dezembro de mil oitocentos cincoenta e seis, e por virtude da lei de vinte e seis de julho de mil oitocentos cincoenta e cinco (contra a qual protestaram os proprietarios confinantes com o Tejo) a uma demarcação feita nos terrenos de alluviaão, comprehendidos desde o forte de S. Paulo, até á ribeira de Alcântara, a qual demarcação tendia a impedir lhes a sua servidão, os supplicantes promptamente protestaram contra ella. As novidades, Senhor, em cujo resultado reciam os supplicantes uma invasão nos seus direitos de propriedade, fundam-se em que, dos lodos permanentes na margem do Tejo á Boa Vista, surgem miasmas que deram incremento á epidemia ultimamente reinante.

Os supplicantes, reconhecendo a necessidade de beneficiar a salubridade da capital, e vendo, nos seus titulos de dominio, que podem, como proprietarios, e devem, como cidadãos, concorrer para esta obra suprema, harmonizando o exercicio do seu dominio com o seu dever, em relação á salvação publica, entendem que podem e devem fazer á sua custa, cada qual na Extrema, isto é, na sua respectiva propriedade, os atterros indicados como remedio para suffocar este supposto foco de infeção, sem ser necessario que uma mão invasora vá lançar-se no alheio, nem que o thesouro carregue com essa grossa despesa. D'este modo senhor, é que os supplicantes entendem que se respeita o primeiro preceito social, a salvação publica, sem se offender o direito de propriedade, mormente pertencendo este a portuguezes que se presam de respeitar aquelle grande preceito, e de não se negarem a qualquer dedicação necessaria para o não offender, e que, por isso, entendem merecer que não sejam compellidos a recorrer ao soccorro dos remedios judiciaes, para levarem a effeito o que é justo e legal sobre este assumpto, quando elles, não só não recusam qualquer generosidade para esse fim, mas até mostram que, de facto estão promptissimos, para que desde o momento em que enviarem á real presença de Vossa Magestade esta sua reclamação, comecem todos a atterrar as suas frentes, regulando-se pelo alinhamento indicado por um poste assentado no Instituto industrial, e a parte mais saliente do arsenal da marinha. N'estes termos, pois, recorreem e pedem a Vossa Magestade a graça de ordenar que essas medidas aconselhadas pelo bem publico sejam levadas a effeito pelo modo acima indicado. — E receberá mercê. — Lisboa, vinte e quatro de maio de mil oitocentos cincoenta e oito. — Antonio Joaquim d'Oliveira. — João Francisco de Araujo. — Manoel José Junqueira. — João Antonio da Luz Robim. — A rogo de Maria Theresa, João Lopes Fernandes. — Domingos Antonio de Abreu. — Manoel Joaquim de Sousa. — Cypriano José de Abreu. — Por procuração da sr.ª D. A. d'O. dos Santos Tarujo, Antonio Rodrigues Tarujo. — Antonio José Sampaio. — José Pedro Collares. — Domingos d'Oliveira Ramos. — Luiza Angelica da Conceição Pontes Lima. — Barão de Villa Cova. — João Bachelay. — A. T. Dounet.

E não continha mais o dito requerimento que se me apresentou e pediu passasse em

ginas 48 se diz que El-Rei D. João V planeava construir sôbre o Tejo um grande atêrro de 50 toezas de largo, uma coisa

publica fôrma, ao qual me reporto, e tornei a entregar ao apresentante. Lisboa, vinte e quatro de maio de mil oitocentos cincoenta e oito. E eu o tabellião, Pedro Ricardo Cosmelli, a fiz escrever, numerêi, rubriquei, subscrevi, e assignei nm publico, etc. (Segue-se o reconhecimento).

(*Jornal Mercantil*, n.º 115.)

Senhor! Os proprietarios das estaleiros á Boa-Vista, confinantes com o Tejo, vem aos pés do throno desabafar a sua angustia, e invocar quanto auxilio lhes possa dar a regia benevolencia, para lhes salvar os seus predios, e todo o valor que elles têm, das garras de um despotismo feroz, que não reconhece leis nem propriedade.

Senhor! Os supplicantes são legitimos donos, longevos e pacificos possuidores de extremar, pelo lado do sul, os seus predios com o Tejo: é esterior a extrema que lhes assignam seus titulos de aforamentos: pela natureza dos ricos e dispendiosos estabelecimentos d'industria, que estão montados nos seus estaleiros, e que dependem essencialmente d'este direito de extrema, é que aquelles predios dos supplicantes valem as pesadissimas pensões, ou que pagam, ou que remiram á custa do grosso capital, e as rendas compensativas que por elles recebem. Expollados d'este direito, os valores dos seus predios desaparecem com as importantes sommas que dispenderam para os adquirir, porque os donos das fabricas os desampararam, visto que a sua industria é privada do melhor auxilio, a serventia do rio, e os estaleiros ficam sem prestimo. Os predios, e suas serventias são legitimamente dos supplicantes porque lh'os aforou a camara municipal, com essas serventias e logradouros. A camara municipal tinha o legitimo dominio d'elles, e por consequencia o legitimo direito de os aforar aos supplicantes, porque assim o declarou o alvará de 9 de julho de 1767, no seguinte texto.... «*Sendo-lhe presentes as doações que transferiram do senado da camara o dominio e posse de toda a marinha de Lisboa e seu termo, por successivas doações dos senhores reis, meus predecesores, praticadas pelo longissimo espaço de muitos seculos.*» e com quanto fosse restringido á camara o poder de aforar, os aforamentos dos supplicantes tiveram a sanção do soberano (então legitimo poder), pelas resoluções de 30 de setembro de 1823, 27 de setembro de 1768, e 30 de dezembro de 1824, ou pela Lei geral, que mandou aforar, pelos foros, e modo n'ella prescripto, o alvará de 30 de dezembro de 1825. E os que hoje tem o dominio pleno, é por virtude de outra lei que lhes permitiu remir as pensões.

A pacifica posse dos supplicantes no exercicio d'este direito é um facto longo e permanente, que não é possível contestar. Não ha poder do estado, nem auctoridade publica, por mais elevada que seja a sua categoria, que não tenha respeitado aos supplicantes, até o presente, este dominio e posse.

A começar pelo corpo legislativo, e poder executivo, deram ambos um testemunho solemne de respeito aos direitos do supplicante na concessão da via ferrea a Cintra, dizendo e determinando na carta de lei de 26 de julho de 1855. «*Que a empresa submeterá á approvação do governo todas as obras destinadas á livre communicação do publico, e dos proprietarios marginaes, com o Tejo* (art.º 3.º). *Que concede á empresa os terrenos que por ella forem conquistados ao Tejo, em virtude dos trabalhos que executar* (art.º 23). *Que serão religiosamente respeitadas, e inteiramente salvos todos os direitos dos respectivos proprietarios, e especialmente as suas servidões de communicação com o rio* (art.º 23, n.º 1.º). *Que se separe bem os terrenos de alluvião que estejam já apropriados, d'aquelles outros que hão de ser conquistados ao Tejo, e creados pelas obras que a empresa fizer, sendo somente estes ultimos os que a lei cede á empresa* (dito art.º §. unico).

De sorte, Senhor, que n'esta só lei está consagrado o dominio dos supplicantes nos seus predios, na communicação e serventia d'elles com o Tejo, e nos terrenos de alluvião que

como noventa e nove metros, com uma grande doca na Boa Vista para abrigo dos navios.

tenham accrescido á primitiva extrema, como legitima aquisição fundada no direito commum (§. 1.º da just. de rer. divis., l. 7 §. 1.º ff. de adq. rer. dom.), e nos codigos das nações cultas (cod. civ. franc. art.º 560, dito da Austria art.º 407), os quaes todos são lei vigente entre nós, por disposição da de 18 d'Agosto de 1769. Eis aqui o que é do dominio e posse dos supplicantes.

Porém, contra estas leis, contra os sagrados direitos de propriedade, contra a honestidade que deve caracterisar os actos da auctoridade, contra o respeito devido á lei e ao publico, José Victorino Damazio, director de uma officina publica, em que elle converteu o Instituto industrial, se apresentou repentinamente á testa de um aterro, que está fazendo á força d'armas, e com o qual véda a communicação e serventia dos predios aos supplicantes. E o mesmo José Victorino Damazio que expoliou o publico da serventia que tinha, no boqueirão da Palha, para o Tejo, tapando-a, e edificando sobre o terreno d'ella; e o mesmo que usurpou á proprietaria supplicante D. Luiza Angelica da Conceição Ponte de Lima, o seu chão e serventia, por meio de uma incursão fortiva, executada de noite. Começaram então os supplicantes a vêr a prudencia que os guiou no protesto que fizeram, e que subsiste, contra aquella carta de lei de 26 de julho de 1855, com quanto ella respeitasse tão cathegoricamente os seus direitos, contando já que os seus executores estão no direito de converter as intenções rectas da lei em oppressão dos subditos.

Os satellites dos aggressores fizeram publicar pela imprensa que a obra era reclamada pela salvação publica, porque o lodo dos estaleiros produzia miasmas, em que se entretinha a epidemia; foi acobhada esta causal para se conquistar a opinião publica, bem que, em toda a capital, nunca houve sitio mais privilegiado, do que a Boavista, em todas as epidemias; e esta causal foi divulgada por esse director Damazio, que acabava de usurpar ao publico a mencionada serventia pelo boqueirão da Palha, e com ella a vazão que por alli tinham os despejos dos predios vizinhos, os quaes despejos ficaram concentrados nas habitações!

Vendo os supplicantes qual pretexto se lançava entre o publico, aterrado ainda com a recente calamidade, como remedio para o indispor contra os supplicantes, e fascinal-o, para não reflectir sobre a violenta aggressão intentada contra a alheia propriedade, apressaram-se em requerer ao governo de Vossa Magestade, queixando-se da violencia já começada, offerecendo-se a fazer os atterros do todo á frente dos seus predios, poupando essa despeza ao estado: além d'isso recorreram aos tribunacs de justiça, fazendo a começada aggressão, primeiro, em nome singular da supplicante D. Luiza Angelica da Conceição Ponte de Lima, e depois, em nome de todos. O requerimento foi condemnado ao trapaceiro processo das consultas, para nunca ter decisão; e a resposta ao embargo judicial foi continuar, em muito maior grau de ferocidade, e aggressão. E, acudindo os supplicantes a esta revolta contra o poder judiciario, com artigos de attentado, a ferocidade se dobrou, e entraram em scena as auctoridades administrativas a comminarem penas contra os supplicantes, se recalcitarem, ou procurarem impedir a incursão.

Tambem pela imprensa vieram os satellites dos aggressores, lançando ao desprezo os direitos dos supplicantes, inculcando como consequencia d'elles, o pretenderem os mesmos poder adquirir terrenos até além do Tejo; como se a corrente d'este rio, que é propriedade publica, não limitasse as aquisições pela alluvião. E, depois do desprezo, passaram a difamar-os na sua honra, asseverando que elles querem a serventia do Tejo, para acolitarem os contrabandos, dos quaes são os predios muito conhecidos receptaculos!

Isto, Senhor, sem temerem accusar ao publico, de convenientes, ou ineptos, tantos funcionarios fiscaes, cujos ordenados paga o povo!!

Porém, Senhor, os supplicantes não querem adquirir até além do Tejo, porque desde onde elle não deixa conquistar-se começa a propriedade publica (ord. liv. 2.º tit. 26.º §. 3.º); e não acolitam contrabando, porque os seus fundos de commercio são a sua honra e reputação,

É este o primeiro projecto de que há memória e vemo-lo partir ainda dêsse megalómano admirável, que foi, em arrôjo e em pertinácia, uma das maiores cabeças do seu tempo, já pelo que nos deixou — Mafra e o Aqueduto das Águas Livres, — já pelo que nos projectou deixar e infelizmente não chegou a fazer, — a grande Avenida Oceânica desde o Convento de Mafra à foz da Carvoeira, e o atêrro desde o Cais do Sodré até à praia do Restelo.

Depois do projecto de D. João V, que o anónimo autor da *Description* nos dá, temos, mais de um século passado, o plano da comissão que foi nomeada pelo Ministro da Marinha, José de Melo Gouveia, em 9 de Setembro de 1871. Esse plano geral de obras ia desde o Beato até à Torre de Belém. Era, no dizer das entidades competentes, «um trabalho importante». Ficou como tudo o que é bom em Portugal, tentado por portugueses, em águas de bacalhau.

fundos que os aggressores nunca possuíram, e que atacam tão despiadadamente, porque não sabem avaliar a sua estimação.

Tambem publicam que além da pretextada salubridade da capital, as conveniencias e decoração da cidade exigem ali uma rua, ou caminho e edificações symetricas. Muito embora: a citada carta de lei de 26 de julho de 1855 já decretou um caminho de ferro, e portanto já o governo está auctorisado a fazel-o construir, ou qualquer coisa da mesma natureza; faça-se, mas como o manda fazer a lei, e debaixo das cathgoricas condições com que ella permite que seja feito, isto é respeitando, *inteira e religiosamente os direitos dos proprietarios, especialmente as suas servidões de communicação com o rio*, e os supplicantes não só não se hão de oppôr, mas coadjuvarão a obra, e serão, quanto puderem, generosos na sua coadjuvação, por que isto é coisa muito diversa do facto de expoliação despotica, de que se queixam.

Dizem os executores da atrocidade, que obram por ordem do governo de Vossa Magestade, expedida pelos ministerios respectivos: mas será possível que no real nome de Vossa Magestade, se expessam ordens para se usurpar o alheio? Isto não se pôde crêr; nem que Vossa Magestade queira que o seu angusto nome presida a procedimentos criminosos.

Incline pois Vossa Magestade benignamente a sua paternal protecção em defeza da propriedade dos supplicantes, e do credito do seu governo: o caso traduz uma insurreição contra um dos poderes do estado, o judicial, e dá aos povos uma lição terrivel de decidir da propriedade de cada qual pela força bruta: é caso digno da sollicitude do monarcha justiceiro, e do pae commum dos seus subditos, cuja real mão bejam submissamente os supplicantes.

Lisboa, 1.º de junho de 1858. — Assignados — Antonio Joaquim d'Oliveira. — João Francisco de Araujo. — A roga de Maria Thereza. João Lopes Fernandes. — José Pedro Collares. — Manoel José Junqueira. — Antonio Rodrigues Tarujo. — Domingos de Oliveira Ramos. — Manoel Joaquim de Sousa. — João Bachelay. — Cypriano José de Abreu. — Antonio José Sampaio. — Por Minha Ila, D. Luiza Angelica da Conceição Lima. — João Porfirio Prestes. — Domingos Antonio d'Abreu. — Barão de Villa Cova.

Antes do projecto de 1871 tivemos o de 1861, dum engenheiro francês, a cujo empreendimento se ligavam o Conde de Sobral, o Conde de Farrobo e Frederico Guilherme da Silva Pereira. Um ano atrás, em 1860, o Conde Claranges Lucotte apresentou um outro projecto, — o caminho de ferro de Lisboa a Sintra partindo do Cais do Sodré.

A idea, como vêem, andava latente. A ela voltou o engenheiro João Evangelista de Abreu, mencionando-a no seu estudo *Ante-projecto das obras de melhoramento do Arsenal de Marinha*, em 1865. Vem depois, em 1870, o engenheiro Tomé de Gouveia. Neste projecto, o Cais das Colunas é ligado, em linha recta, à foz da ribeira de Alcântara.

Finalmente, no grande projecto de 1871, pelo que a Alcântara diz respeito dava-se-lhe, a leste da ribeira, uma doca, a n.º 7, destinada « a abrigar os barcos de cabotagem e navegação fluvial, bem como a receber alguns navios com carregamento de carvão mineral para os armazéns, que já existem, e para outros que ainda deverão ser construídos naquele local ». Esta doca teria de superficie 30.975^{m²}, com uma muralha de 5^m de espessura, com uma abertura de 26^m de largo. Era uma doca para 26 navios, 30 embarcações de cabotagem, 38 barcos das classes de fragatas, faluas e varinos, e 300 botes. Ainda neste projecto se aproveitava o rio de Alcântara até à ponte, fazendo-o atravessar por mais três, — « duas na passagem de *boulevard* e a terceira na rua que lhe fica pelo norte ». O rio era alargado, além da ponte já existente, em vinte metros, ficando com « uma extensão de 280 metros livres para tóda a navegação fluvial », o que se me afigura teria ficado bem melhor do que ficou depois inutilizando-o por completo até ao Têjo. É de notar que êste projecto dava para Alcântara, além do rio, 16 quarteirões, com o espaço de 22,45 hectares, destinados a casas para operários, e estabelecimentos comerciais e fabris, ficando aquelas com rés-do chão e 1.º andar e um pequeno quintal cada uma.

Além disso, Alcântara ficaria com dois importantísimos mercados, um ao sul da praça e outro a oeste do rio, próximo

ao largo do Calvário e no sítio aproximadamente onde se vê hoje o edificio da Cozinha Económica.

Nada disto se fêz, infelizmente, e em 1883 nova comissão de estudo se nomeava, cujo parecer foi apresentado em 1884.

* * *

A-pesar-de só ao de leve nos occuparmos dos projectos do pôrto de Lisboa, visto só nos interessar neste estudo a parte que a Alcântara se refere, não queremos deixar de mencionar o grande projecto de Carlos Mardel, engenheiro húngaro que veio para Portugal em 1732, e que no nosso país morreu, no pôsto de coronel, em 1763 (*Diccionario Hist. e Art. de Portugal* do Conde A. Raczyński). Lá vêm várias fortificações no vale de Alcântara, e cais acostáveis, nas Albertas, Sacramento, Calvário e Santo Amaro.

Em 1867 houve um outro projecto de Pedro José Pezerat, e dois anos depois, 1869, outro do Visconde de S. Januário e de João Veríssimo Mendes Guerreiro, com um grande bairro operário na foz do rio de Alcântara. Mais outro em 1877, do engenheiro Abernethy, com uma doca em Alcântara, em frente do forte de Alfarrobeira, de $661^m \times 150^m$ ou seja uma superficie aproximada de 10 hectares (101.138^{m^2}), e mais duas, uma a nascente, com 22.727^{m^2} , para abrigo de pequenos barcos, e outra a poente, para reparação de navios.

Passemos adiante os projectos do engenheiro Manuel Raimundo Valadas, em 1879; outro de João Veríssimo Mendes Guerreiro, em 1882; o de John Coode, no mesmo anno; o de Lucien Alexander Golla, em 1883, que nada adiantam sôbre Alcântara, e vejamos, na parte que a êste bairro se referem, os projectos do engenheiro Miguel Paz, uma das melhores competências do seu tempo, e o da Comissão de 1883, a que pertencia, além doutros, o Visconde de S. Januário e foi relator João Veríssimo Mendes Guerreiro, já nosso conhecido.

* * *

Miguel Pais, engenheiro muito distinto, cujos projectos de embelezamento da cidade de Lisboa são notáveis, embora Sua Majestade a Rotina com êles se não tivesse preocupado, foi um dos homens que apaixonadamente se dedicou ao problema marginal do Tejo, desde o Beato à Torre de Belém, numa extensão de 11.450^m, assim discriminados: 8.540 de muralha de pedra, 2.300 de ponte-cais e 610 de aberturas para entradas nas docas. O projecto, que é interessantíssimo, valeria um artigo se a nós não nos preocupasse aqui apenas o que a Alcântara respeita. A Alcântara reservava Miguel Pais uma grande doca com muralha exterior de pedra, de 1.200^m de comprimento e uma superfície de 37,8 hectares. Ao norte desta doca colocara Miguel Pais, e muito bem, a estação do Caminho de Ferro de Lisboa a Torres Vedras, que ficaria sendo a estação ocidental, ou melhor talvez, a estação-testa da linha de Oeste, o que muito contribuiria para o futuro descongestionamento da estação do Rossio.

Os estudiosos que desejem conhecer todo o projecto, encontram-no publicado no *Diário de Notícias*, n.^{os} 6.381 e 6.384 de 24 de Setembro e 31 de Outubro de 1883. Felizes tempos em que os jornais ainda não gastavam páginas inteiras com misérias como as que no Tribunal da Boa-Hora neste momento se expõem ao público em nojentíssimas sessões, que o Ministério da Justiça já devia ter proibido, para decôro da lei e defesa da sanidade pública!

* * *

Chegamos, finalmente, ao projecto da Grande Comissão nomeada por portaria de 16 de Março de 1883. O parecer da Comissão, que tenho presente, é longo, erudito, circunstanciado e documentado. Neste projecto opinava-se por uma estação de caminho de ferro na Rocha do Conde de Óbidos,

ligada à estação de Leste por nova linha marginal e outra de cintura. O Arsenal ficava na Junqueira, a jusante do caneiro de Alcântara, e estendia-se até à Cordoaria, que então ainda se não tinha edificado, ficando separado da terra firme por um canal marítimo.

Este parecer, ouvidas as respectivas comissões, deu lugar a um projecto de lei, de 25 de Abril de 1884, assinado por Hintze Ribeiro e António Augusto de Aguiar, com o qual concordaram as comissões de fazenda e obras públicas e de que foi relator Pereira dos Santos. Longa foi ainda a gestação deste projecto, através concursos e projectos vários, até que em 31 de Outubro de 1887 foram as obras solenemente inauguradas e delas foi adjudicatário o engenheiro H. Hersent.

Alcântara ficou com uma doca de 950^m, protegida do lado do sul com um terraplenamento de 100^m de largo, tendo ao norte e a oeste da doca 1.675^m de cais acostáveis, com uma enorme superfície coberta por armazéns, fábricas e depósitos. Ao entreposto de Alcântara acostam navios de grande tonelagem, e, se não fôsse a nossa falta de visão e a mesquinhez da nossa vida interna, Alcântara seria hoje um ponto obrigado a atracagem das grandes linhas de navegação, concluída a Avenida da Índia e ligada esta a rua 24 de Julho. Infelizmente, quando agora julgávamos que este sonho ia tornar-se realidade, fazendo-se a almejada ligação com os terrenos onde há duas dezenas de anos se fazia a feira de Alcântara, eis que a Câmara Municipal, por desgraça de nós todos, se apoderou desses terrenos para a montagem das suas oficinas e depósitos!

É inconcebível de — íamos a escrever o termo próprio... — de tacanhez de espírito o que a actual Comissão Administrativa fez em Alcântara. Jámais semelhante oportunidade surgirá tão flagrante e tão fácil, no momento em que a Companhia Carris de Ferro mudou as suas linhas do leito da rua 24 de Julho para a antiga avenida que a marginava. Bastava que, junto ao caneiro, atravessasse a linha de Alcântara-mar e teríamos a ligação da Avenida da Índia, natural e logicamente feita.

Paciência. Ficaré para daqui a cinquenta anos, que isto em Portugal não vai a matar. Lembrem-se que o primeiro projecto para estes melhoramentos foi do tempo do Senhor Rei D. João V, na primeira metade do século XVIII, e que só na segunda metade do século XIX a obra se realizou!

* * *

Antes das obras, a margem direita do Têjo era, como já dissemos, formada por pequenas praias, até ao Restêlo: Cais do Sodré, Bôa-Vista, Santos, Rocha, Alcântara, Santo Amaro, Junqueira e Belém.

Em 1879 havia em frente da Rocha grandes depósitos de areias e alvenarias. Por tal forma o sítio se encontrava pejado que, na sessão camarária de 1 de Setembro dêsse ano, foi aprovada a seguinte proposta:

«Causando grande embaraço para a conclusão das obras de calçada na rua Vinte e Quatro de Julho, a grande porção de cantaria, têlha, tijôlo, etc., que ali existe desde a rampa de Santos até ao local em que está a nova ponte para o embarque de lama, e ignorando-se a quem pertencem parte daquêles materiais:

«Proponha que se mande anunciar para serem removidos até ao dia 15 do corrente mês, considerando-se objectos abandonados todos os que ali existirem depois daquela data. — Câmara, 1 de Setembro de 1879. — *José Carlos Nunes.*»

Desgraçadamente, o que existia antes das grandes obras do Atêrro passou a existir depois das obras realizadas e existe hoje ainda, com maior descaramento e prejuizo.

Nós fomos sempre assim. Isto em nós é uma questão antropológica. Somos incorrigíveis na asneira, no disparate e no protesto.

Imagine o leitor, e com isto se fecha êste capitulo, que em 1881, quando a Câmara deitou ombros à louvável emprêsa de transformar decentemente o caminho, «a pé enxuto», à Rocha do Conde de Óbidos, estas obras lhe foram embarga-

das — e isso deu grossa questão — pela Condessa do Sabugal, na qualidade de legítima representante de seu filho menor, D. Pedro de Assis Mascarenhas, a quem os terrenos pertenciam.

Se fomos sempre assim!...



CAPÍTULO XXXVI

Da Rocha do Conde de Óbidos ao Caneiro de Alcântara, na segunda metade do século XIX

Como é fácil ainda conjecturar, a margem direita do Têjo, da Boa Vista até à barra, era uma sucessão quasi ininterrupta de pequeninas praias — Boa Vista, Santos, Rocha, Alcântara, Junqueira, Restelo — que as necessidades do progresso foram fazendo desaparecer pouco a pouco, até chegar ao estado em que hoje se encontra e que, infelizmente, nada é para o que podia ser. Tôda a margem direita do Têjo, se nós fôssemos um povo que tivesse a visão do futuro e não vivêssemos sempre ao *jour-le-jour* dos mesquinhos interesses dos compadres, dos corrilhos e da política, seria hoje a mais linda e a mais formidável avenida do mundo, perante a qual a avenida que ladeia a Guanabara, e que é das coisas mais belas que meus olhos têm visto, seria uma simples miniatura. Imagine o leitor o que seria tôda a nossa margem à beira-río e à beira-mar desde Xabregas à Praia do Guincho, ou, se não querem fantasias de tão largo vôo, desde o Cais das Colunas até à baía de Cascais! Que admirável e formosíssima artéria, ladeada de edificios, torcicolada e garrida, dando lugar ao alargamento da cidade, não para o norte e para o nascente, como criminosamente se fêz, mas para o poente, em direcção à barra, como se devia ter feito.

Infelizmente, o ramerrão, as vistas curtas de edis sem iniciativa e sem miôlo, pés de chumbo que passaram vidas preciosas a discutir tricas de *lana caprina*, deram lugar a que

o atêrro, obra admirável, levada a cabo com sacrificio e com quasi intérrminas discussões e picuinhas, na segunda metade do século XIX, a breve trecho se encontrasse cheio de barracões e peajamentos indignos da cidade que os consentiu e que entravaram para todo o sempre o legítimo progresso de Lisbôa, rainha do Têjo, que ficou sendo apenas — Lisbôa, a cidade das estrumeiras à beira Têjo plantadas (1).

* * *

No que interessa a Alcântara pròpriamente dita, a rua 24 de Julho, entre a Rocha do Conde de Óbidos e o Caneiro, construiu-se em 1877. Em 11 de Junho, dêste ano ainda, José Gonçalves Martins tomava a si, à razão de 1200 réis o metro

(1) Do relato da sessão camarária de 10 de Setembro de 1885 transcrevo:

— «Ministerio da fazenda. — Direcção geral das alfandegas e contribuições indirectas. — Segunda repartição. — Livro trinta e seis. — Numero dois mil trezentos sessenta e tres. — Illustrissimo e excellentissimo senhor. — Em resposta ao officio de vossa excellencia de trinta e um d'agosto proximo findo, ácerca da necessidade de desobstruir o atterro Occidental, até Alcântara, das pilhas de madeira que ali se acham: tenho a dizer a vossa excellencia que a alfandega nenhuma responsabilidade tem em semelhante factio, pois que, não obstante se achar determinado, por considerações d'ordem fiscal, que as verificações e reverificações de madeira sejam feitas em terra, é comtudo certo que tal serviço se effectua, quanto possivel, em acto successivo ao desembarque do genero; o que succede, porém, é que os donos ahí o deixam permanecer, fazendo dos caes estancias, e é a esses, consequentemente, que essa camara deve exigir o cumprimento do seu codigo de posturas. — Deus guarde a v. ex.ª — Direcção geral das alfandegas e contribuições indirectas, em quatro de setembro de mil oito centos oitenta e cinco. — Illustrissimo e excellentissimo senhor presidente da camara municipal de Lisboa. — José Costa Gomes». —

«Em vista d'esta communicação da direcção geral das alfandegas, a camara resolveu officiar ao sr. governador civil do districto, suscitando a inteira observancia das posturas municipaes que regulam o assumpto; e o procedimento legal contra os donos da madeira, que assim infringem as referidas posturas».

cúbico, mil metros cúbicos de pedra britada para o macadam desta artéria.

Neste ano ainda existiam a praia da Rocha e a praia de Alcântara (1).

Na Rocha descia-se para o rio por um íngreme caminho de pé, pôsto-que foi mandado melhorar pela Câmara por oferecer perigo o seu estado. Não se pense, porém, e o leitor já disso teve conhecimento a páginas 215 e 216, que este arranjo da Câmara se fêz à boa paz. Ontem como hoje, os empatas do progresso citadino surgiam como os cogumelos em terreno fresco e foi preciso que a Câmara batesse o pé ao suposto dono dos terrenos, que a serventia pública cortara, para que o melhoramento se fizesse. Para se ver que os tempos não mudaram grande coisa e os homens e a administração dos negócios públicos pecaram sempre dos mesmos males que ainda hoje os afligem, aqui se transcreve o parecer que a Câmara de 1877 se viu forçada a aprovar numa das suas sessões:

«**Parecer n.º 297.** — Senhores: — Por escritura de 16 de Dezembro de 1876, obrigou-se a companhia «Carris de Ferro de Lisboa» a emprestar gratuitamente à Câmara Municipal a

(1) As Escadinhas da Praia, na Rampa de Santos, foram construídas em 1880. Na sessão camarária de 20 de Dezembro dêsse ano lê-se o seguinte:

«O sr. Osório leu e mandou para a mesa a seguinte proposta:
— «Estando-se a construir a escadaria no terreno sito na rampa de Santos entre a fabrica de fundição e o predio dos herdeiros do fallecido sr. Claudio da Ponte Tavares, e existindo uma pequena escada pertencente ao mesmo predio e que decerto afejará muito a obra a que se está procedendo, escada que de nenhuma utilidade servirá ao referido predio, proponho que sejam sustados os trabalhos que se estão fazendo e que se adquira por expropriação amigavel o terreno que occupa a escada, formando assim um só terreno. — Camara 20 de dezembro de 1880. — O vereador, *Joaquim Maria Osorio.*» — Á commissão d'obras e melhoramentos para dar parecer».

quantia, não excedente a 45.000\$000 réis, que fôsse necessária para a conclusão da nova rua marginal do Têjo entre a praia de Santos e a ribeira de Alcântara, comprometendo-se a Câmara, pela sua parte, a realizar a abertura da mencionada rua até ao dia 16 de Junho último.

«Em sessão de 23 de Fevereiro de 1877, resolveu a Câmara adjudicar em hasta pública, convindo o preço, a empreitada de todo o atêrro que, segundo o projecto da nova rua, era necessário entre o perfil n.º 5 e a ribeira de Alcântara, exceptuando a parte correspondente à superfície que fôra, depois de elaborado o projecto, vendido a Belos & Formigais, e deduzindo a parte que já estava, ou havia de ser efectuada com as terras provenientes do arrasamento do baluarte da Alfarrobeira e do rebaixamento da horta contigua pelo lado do nascente.

«Desde o dia 24 de Janeiro em que pela primeira vez se mandou anunciar a arrematação, até ao dia 5 de Fevereiro em que a mesma teve lugar, acharam-se patentes na Secretaria da Câmara, conjuntamente com o programa das condições da licitação, tôdas as peças desenhadas do projecto e o caderno de medições a que as mesmas condições se referiam. Daquêle caderno e muito especialmente de uma nota resumida, apensa ao programa das condições, resulta que o volume de atêrro que havia de ficar a cargo do arrematante, era de 48.833 metros cúbicos.

«Apresentaram-se na praça diversas propostas e sendo a mais baixa de tôdas, na importância de 8.400\$000 réis, feita por João Pedro Carrere, foi-lhe adjudicada a empreitada.

«Segundo as condições do contrato, celebrado entre êste e a Câmara, as quais são aliás exactamente as mesmas que serviram de base à licitação, devia, em 6 de Junho último, achar-se concluída a parte do atêrro correspondente ao leito da nova rua, e, em 6 de Julho, todo êle. Por cada dia que excedesse qualquer dêsses prazos soffreria o empreiteiro a multa de 9\$000 réis.

«Ficava êste, além disso, obrigado a dar às obras o anda-

mento necessário para que em cada quinzena se fizesse aproximadamente a parte proporcional do trabalho, e, no caso contrário, poderia a Câmara, se assim lhe conviesse, rescindir o contrato, perdendo o empreiteiro o depósito de 168⁰⁰⁰ réis, que teve que entregar na Tesouraria do Concelho por ocasião de assinar o contrato.

«Finalmente os pagamentos deviam ser quinzenais e equivalentes a $\frac{9}{10}$ aproximadamente do trabalho efectuado.

«Tais são as principais disposições do contrato.

«Que o empreiteiro não deu aos trabalhos o necessário desenvolvimento para os acabar em tempo oportuno, está hoje demonstrado à evidência, porque ainda se não acha feita sequer a parte do atêrro correspondente ao leito da nova rua, apesar-de decorridos dois meses e meio depois do dia em que, segundo o contrato, devia estar concluída, sem que aliás tenha havido circunstância alguma imprevisita que possa justificar tão grande demora. Deve mesmo acrescentar-se que este resultado fôra em tempo útil previsto pelo engenheiro da Câmara, o qual, segundo consta das actas das sessões da Comissão de Obras e Melhoramentos, mais de uma vez, antes de findarem os prazos fixados para a conclusão de uma parte do trabalho e de todo êle, sustentou, perante a mesma Comissão, a necessidade de se rescindir o contrato a fim de evitarem embaraços futuros. Mas a Comissão, confiando nas promessas feitas sucessivamente pelo empreiteiro, não aceitou o alvitre proposto pelo engenheiro.

«Em sessão de 10 de Agôsto, o mesmo empregado informou a actual Comissão de Obras e Melhoramentos que havendo o empreiteiro recebido até aquelle dia réis 3.800⁰⁰⁰ por conta da importância total e prossequindo os trabalhos com pouca actividade, não era possível, sem descautelar os interesses do municipio, continuar-se a abonar-lhe prestações semanais de 400⁰⁰⁰ réis, como ultimamente se tinha feito a pedido do referido empreiteiro, e lembrou mesmo a conveniência de se lhe não fazer pagamento algum no sábado seguinte, o que era tanto mais licito que êle tinha recebido

400.000 réis no sábado anterior, e a Câmara só estava obrigada a pagamentos quinzenais.

«A Comissão, baseando-se nos cálculos e considerações apresentadas pelo engenheiro, adoptou a sua indicação e resolvera propôr à Câmara a adopção de diversas medidas tendentes a estimular o zêlo do empreiteiro, quando reünindo novamente na 2.^a feira, 13, soube que êste tinha suspenso todos os trabalhos.

«Em vista dêste facto, que revelava da parte do empreiteiro menos desejo de satisfazer aos seus compromissos, foi o engenheiro encarregado de proceder contraditóriamente com êle à medição da parte do atêrro que deixara de executar, a fim de se prepararem por essa forma os elementos indispensáveis para a rescisão do contrato, a qual começou desde logo a afigurar-se à Comissão como inevitável.

«Mas o empreiteiro que, apenas consultado, concordou em que se efectuasse amigavelmente a medição e até se mostrou disposto a aceitar uma liquidação, feita da mesma forma, teve depois ocasião de manifestar novamente a sua má vontade, ora contestando a exactidão com que os empregados da repartição técnica, completamente desinteressados na questão, calculavam o volume de atêrro que êle deixara de executar, sem todavia poder indicar o ponto que erravam, ora compromettendo-se a fazer-se acompanhar por pessoa competente da sua confiança, para assistir à medição e verificá-la, e deixando, apesar-disso, de comparecer.

«O procedimento irregular do empreiteiro demandava por parte da Câmara resolução rápida e enérgica que tivesse por efeito ou trazê-lo ao cumprimento dos seus deveres ou afastá-lo definitivamente e, por isso, a Comissão, reünindo no dia 17 e atendendo a que a próxima sessão camarária só tinha lugar em 23, entendeu dever tomar sôbre si requerer imediatamente uma vistoria judicial para se medir o atêrro que fôra deixado de executar e mandar continuar, por administração, os trabalhos de excavação nas terras do Calvário, de modo que, feita

aquela medição, pudesse a obra do atêrro prosseguir com a maior actividade.

«Estas resoluções, tomadas em nome da Câmara, demonstraram de-certo ao empreiteiro, habituado até ali a uma benevolência excessiva, que de futuro só podia contar com o que fôsse de direito, porque logo no dia seguinte procurou o Presidente, que, exprobando-lhe o seu modo de proceder e fazendo-lhe vêr os prejuízos que estava causando à Câmara e pelos quais esta o havia de tornar responsável, lhe propôs, depois de consultada a Comissão, novamente reunida, e o levou a aceitar uma medição feita amigavelmente por meio de peritos nomeados por ambas as partes.

«A Comissão, desejosa, sobretudo, de não perder tempo, por atender aos compromissos contraídos pela Câmara para com a Companhia Carris de Ferro, julgou conveniente aproveitar as boas disposições que o empreiteiro mostrava então, e mandou imediatamente lavrar um têrmo de acôrdo, pelo qual o empreiteiro, aceitando sem opposição a rescisão do contrato, se obrigou, assim como o Presidente da Câmara em nome desta, a reconhecer, como boa e válida para todos os efeitos, a medição a que no dia 20 deviam proceder três peritos, dois nomeados por ambas as partes e o terceiro escolhido pelos primeiros.

«A vistoria judicial, que necessariamente devia ser mais morosa, tornou-se desde logo inútil e não chegou mesmo a ser requerida.

«Pelo auto de medição se vê que os três peritos declararam por unanimidade que o volume de atêrro que o empreiteiro deixou de executar é de 27.954 metros cúbicos, incluindo-se neste volume o de 3.973 metros cúbicos de atêrro, já feito, mas proveniente das entulhos da cidade que ali foram vasar-se. E se se comparar o volume de 27.954 m. c. com o de 48.833 m. c., totalidade da empreitada, reconhecer-se-há quão acertadamente procedeu a Comissão recusando ao empreiteiro, que já havia recebido 3.800.000 réis, o pagamento de uma nova prestação.

«Fazendo-vos assim a narração dos factos ocorridos, a Comissão de Obras e Melhoramentos tem a honra de vos pedir que sancioneis o seu procedimento, confirmeis a rescisão do contrato celebrado em 5 de Fevereiro último, entre a Câmara e João Pedro Carrere, e autorizeis a continuação por administração da obra do atêrro começada, por ordem da Comissão, em 21 do corrente.

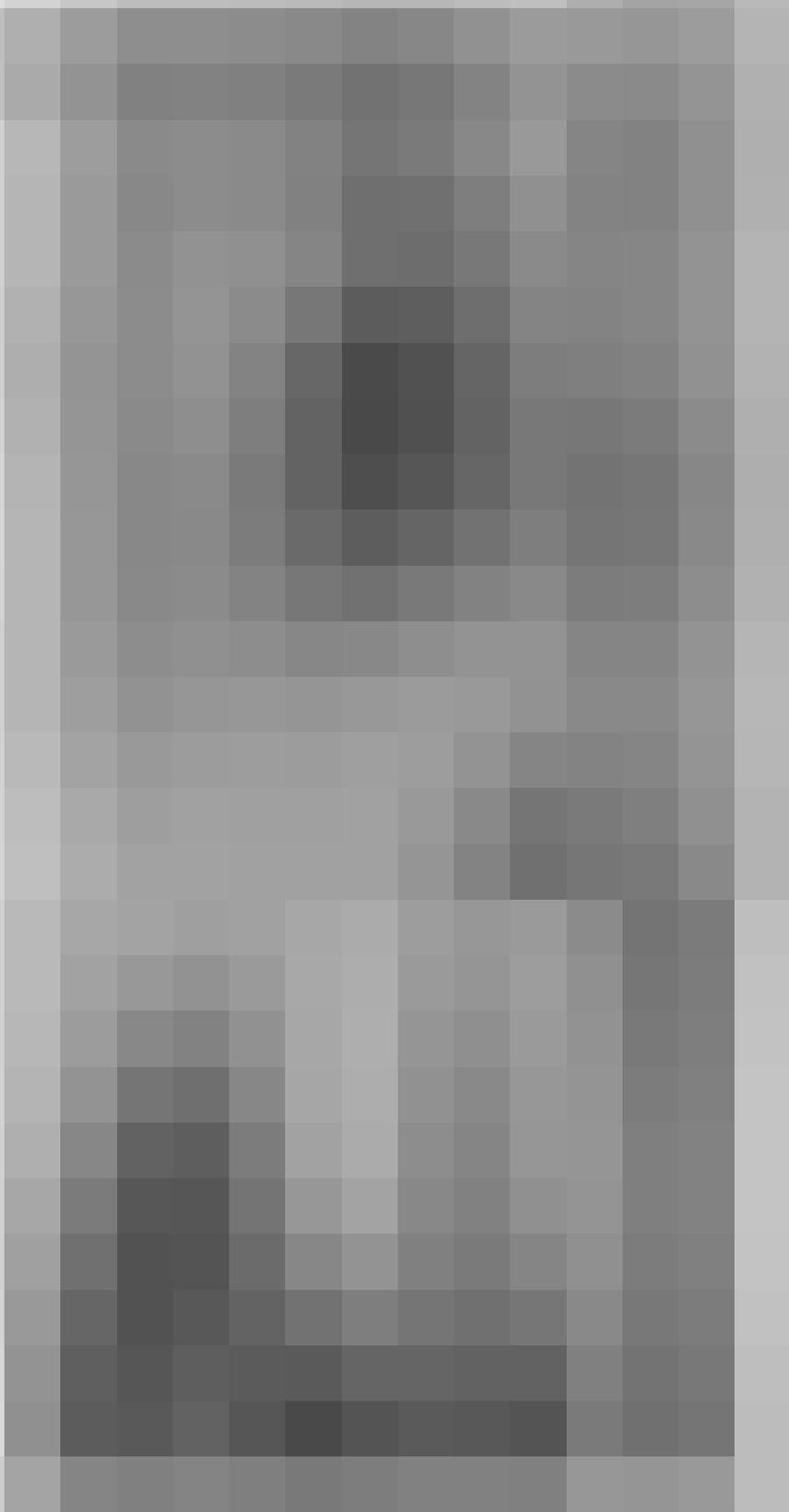
«Sala das Sessões da Comissão aos 23 de Agosto de 1887.
— O Presidente, *Luis de Carvalho Daun e Lorena*. — Os vogais, *Joaquim José Rodrigues da Câmara, José Tedeschi, António Vergolino dos Santos*.»

* * *

Esta energia da Câmara serviu de muito, e tanto assim que na sessão de 26 de Setembro dêsse mesmo ano se registam estas declarações:

«O sr. Presidente, chamando a atenção da Câmara, disse achar-se concluída a nova rua marginal do Téjo, desde a rampa de Santos até ao Caneiro de Alcântara, e para terminar a obra, a que foi destinado o empréstimo de 45.000.000 réis, contraído pela Câmara, faltava apenas executar alguns atêrros, nos terrenos ao Norte da referida rua e construir a muralha do baluarte.

«A Câmara cessante, com anuência do Govêrno, mandara construir uma ponte provisória de madeira sôbre o Caneiro de Alcântara, a fim de poder trazer para o atêrro da nova rua as terras provenientes da quinta do Calvário. Mas o Marquês de Pombal, dono dos armazéns comprehendidos entre aquella ponte e a ponte velha de pedra, por onde ainda hoje se acha estabelecida a comunicação entre Lisbôa e Belém, intentou acção de perdas e danos contra a Câmara, alegando o prejuízo que os mencionados armazéns sofriam pelo facto de não poderem, por causa da nova ponte, atracar os barcos ao cais que fica em frente dêles,



e pedindo como indemnização dêsses prejuízos, a quantia de 20:000\$000 réis.

«Por outro lado a Câmara, pela condição 5.^a da escritura, de 16 de Dezembro de 1876, relativa ao empréstimo gratuito de 45.000\$000 réis, feito pela Companhia Carris de Ferro, obrigara-se a empregar os meios ao seu alcance para que o Governo permitisse à mesma Companhia a construção, por sua conta, de uma ponte provisória sôbre o Caneiro, destinada a dar passagem, tanto aos seus carros como aos veículos particulares, e ao público em geral, enquanto pelo Governo não fôsse executada a obra definitiva, que a abertura da nova rua marginal instantemente reclamava; e a Companhia desejava para êsse efeito, e logo que pelo Governo lhe fôsse concedida aquela autorização, comprar à Câmara, pelo seu custo, a ponte que esta mandara construir, para a execução dos trabalhos, e que se acha feita com a necessária robustez, para permitir por algum tempo a passagem de quaisquer veículos.

«Nestes termos parecia-lhe que, embora aberta à circulação a nova rua, a Câmara devia interceptar a passagem sôbre a dita ponte, tanto dos carros americanos, como de quaisquer outros veículos particulares, porque não podendo tomar sôbre si a responsabilidade de conservar aquela ponte, embora a isso fôsse autorizada pelo Governo, e não sabendo por conseguinte se se veria obrigada a mandá-la desmanchar, melhor seria, a fim de evitar mais reclamações, não a entregar precipitadamente ao trânsito público.

«Julgava, porém, inconveniente proceder-se logo à demolição da ponte e parecia-lhe que, antes de o fazer, se devia deixar decorrer alguns dias para se dar ao Governo o tempo indispensável para tomar qualquer resolução a êste respeito.

«Apresentava-se agora o seguinte requerimento por parte da direcção da Companhia Carris de Ferro de Lisboa:

— «Ilustrissimos e Excelentíssimos Senhores. — Diz a Companhia Carris de Ferro de Lisboa, que achando-se estabelecida a via americana na parte definitiva da segunda secção da primeira linha, que ainda está por explorar, compreendida

entre a rampa de Santos, e o Caneiro de Alcântara, e carecendo a Companhia para a poder abrir à circulação pública que a Excelentíssima Câmara Municipal de Lisboa a aprove, como dispõe o artigo treze das condições reguladoras do nosso contrato; por isso requiere a Vossas Excelências se dignem mandar proceder ao seu exame, concedendo em seguida a referida aprovação. E além disso desejando a Companhia fazer passar os seus carros pela ponte já levantada sobre o Caneiro, a Companhia, tendo em vista a condição quinta do contrato do empréstimo, pede também à Câmara que lhe diga se nisso há algum inconveniente. Pede a Vossas Excelências se sirvam assim deferir-lhe. Espera receber mercê. — Lisboa, vinte e um de Setembro de mil oitocentos setenta e sete. — Os directores da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, *Tomás da Silva Brandão, João Paulo Cordeiro*». —

«Com relação ao 1.º pedido contido neste requerimento, para a Câmara mandar examinar a parte da 2.ª secção definitiva da 1.ª linha, compreendida entre a rampa de Santos e o Caneiro de Alcântara, não lhe parecia haver inconveniente em o satisfazer; a respeito do 2.º pedido, para que se declarasse se havia inconveniente em que os carros da dita Companhia passassem sobre a ponte ultimamente levantada sobre o Caneiro, dissera já o que lhe parecia razoável; propunha por isso que no requerimento em questão se lançasse o seguinte despacho:

— «Deferindo o requerimento da Companhia, a Câmara vai mandar proceder ao exame em tôda a segunda secção da primeira linha, e lhe participará depois por officio, se ela se acha em estado de ser aberta à exploração. A segunda secção da primeira linha liga com a primeira secção no Cais do Sodré, e prolonga-se pelo atêrro até ao Caneiro de Alcântara; é certo, porém, que a Companhia não vai explorar esta linha só até ao Caneiro, mas sim que ela tem de passar em uma ponte que haja no Caneiro, e seguir pelo terreno pertencente ao concelho de Belém; julga portanto a Câmara que para sua conveniência e da Companhia é necessário finalmente que quanto antes se

resolva o que deva fazer-se com relação à ponte que a Câmara mandou construir sobre o Caneiro. A construção daquela ponte foi provisória e destinada apenas para passarem por ela os carros que conduziam o atêrro que se tirava das terras ao Calvário. Presumindo-se, porém, que a ponte tem largura suficiente para o trânsito público e que está construída com a precisa solidez, e sendo certo que a Companhia deseja utilizar-se desta ponte, indemnizando a Câmara da quantia que dispendeu na sua construção, torna-se indispensável solicitar do Governo a precisa autorização para a conservação da actual ponte, por isso que o Caneiro pertence ao Estado, e não ao Município de Lisboa. Por este motivo, e em conformidade com a condição quinta do contrato de empréstimo de dinheiro, celebrado entre a Câmara e a Companhia em 16 de Dezembro de 1876, a Câmara pronuncia-se a remeter ao Governo o requerimento da Companhia com o presente despacho, a fim de que seja tomado na devida consideração. Se o Governo conceder a autorização para a conservação da ponte actual, a Câmara não poderá opor-se a isso, e demitindo de si, desde o dia em que a autorização fôr concedida, toda a responsabilidade que, a titulo de indemnização por prejuizos, lhe possa ser exigida, pelos proprietários que se julguem lesados, cederá a ponte à Companhia recebendo a quantia que com ela dispendeu». — Aprovado por unanimidade.

«Pedi em seguida o sr. Presidente que a Câmara o autorizasse:

«1.º — A permitir a exploração da linha assente no atêrro entre a rampa de Santos e o Caneiro de Alcântara, logo que o engenheiro da Câmara, depois de feitas as necessárias experiências, informasse não haver nisso inconveniente sob o ponto de vista técnico;

«2.º — A comunicar immediatamente à Companhia a resolução do Governo sobre a questão da ponte, logo que de tal resolução tivesse conhecimento official. — A Câmara concedeu».

* * *

Sobre este assunto da Carris de Ferro de Lisboa convém arquivar aqui duas epistolas da mesma, lidas na sessão de 3 de Outubro de 1877:

— «Il.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.:— Temos a honra de acusar o officio de V. Ex.^a de 26 do corrente, acompanhando o requerimento por nós dirigido à Ex.^{ma} Câmara Municipal em data de 21, e o despacho lançado no mesmo, em sessão de 26, ficando inteirada de que a Ex.^{ma} Câmara vai mandar proceder ao exame da parte da segunda secção da primeira linha ainda não aprovada, a fim poder ser aberta à circulação.

«Relativamente à passagem do Caneiro pela ponte provisória já ali construída, não podemos deixar de agradecer a V. Ex.^a e à Ex.^{ma} Câmara a resolução tomada, de enviar ao Governo o nosso requerimento com o respectivo despacho; tornando efectiva a condição quinta do nosso contrato de 16 de Dezembro de 1876, como não podia deixar de esperar-se da respeitabilidade e justiça da illustre corporação municipal.

«Seria ofender a esclarecida intelligência de V. Ex.^a acrescentarmos quaisquer observações acerca da necessidade duma urgente resolução deste assunto.

«Incluso temos a honra de devolver a V. Ex.^a o requerimento original, e o seu despacho, conforme a indicação que V. Ex.^a se dignou fazer-nos.— Deus guarde a V. Ex.^a— Escritório da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, em 27 de Setembro de 1877.— Il.^{mo} e Ex.^{mo} sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.— Os Directores, *João Paulo Cordeiro* — *Tomás da Silva Brandão*». —

«O sr. Presidente declarou que em virtude da deliberação, que fôra tomada pela Câmara em sessão de 26 de Setembro findo, expressa no despacho exarado no requerimento a que este officio se refere, enviara o dito requerimento e

respectivo despacho a S. Ex.^a o sr. Ministro das Obras Públicas para ser tomado em consideração. — A Câmara ficou inteirada.

«Disse mais que, tendo mandado proceder pela repartição técnica, no dia 28 de Setembro último, pela 1 hora da tarde, a experiência da 2.^a secção da 1.^a linha da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, compreendida entre a rampa de Santos e o Caneiro de Alcântara, recebera do sr. engenheiro chefe daquela repartição um officio, com data de 29 do referido mês, declarando achar-se a dita 2.^a secção da 1.^a linha em estado de ser aberta à circulação, o que, na mesma data, comunicara à Direcção da Companhia, em conformidade com a autorização, que a Câmara lhe concedera na já mencionada sessão. — Inteirada ».

— «II.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — A Companhia Carris de Ferro de Lisboa vem expor respeitosamente a V. Ex.^a o seguinte: — Segundo o plano geral das linhas da Companhia Carris de Ferro de Lisboa que faz parte integrante do contrato e concessões da sua exploração, a 2.^a secção da primeira linha é considerada provisória na parte que segue pela rua das Janelas Verdes até Alcântara, enquanto até este último ponto não estiver concluído o atêrro. Pôsto-que em rigor não possa entender-se que esteja concluído definitivamente aquele atêrro, é certo que o está na faixa respectiva a uma rua marginal, onde já se estabeleceu uma linha da Companhia e deverão brevemente, precedendo aprovação da Ex.^{ma} Câmara, circular os seus carros. Nestes termos, a Companhia poderia abandonar a linha pela Pampulha, visto que a do atêrro novo lhe faculta uma mais económica e fácil ligação entre as linhas interiores e as de fora da cidade, mas considerando que uma parte muito importante da população da cidade ficaria assim repentinamente privada das vantagens e cómodos que a linha das Janelas Verdes a Alcântara lhe oferece, principalmente enquanto por novas vias a abrir não haja comunicação mais fácil entre os bairros que essa linha serve e o novo atêrro, a

Companhia não hesita em — P. à Ex.^{ma} Câmara haja por bem conceder-lhe que a referida linha das Janelas Verdes subsista, passando a ser considerada definitiva ou continuando ainda com o carácter de provisória até à abertura de novas comunicações públicas com o atêrro. — E. R. M.^{ca} — Lisboa, 26 de Setembro de 1877. — Os Directores, *João Paulo Cordeiro, Henrique Maia Cardoso, Tomás da Silva Brandão* » (1).

(1) Na sessão de 14 de Fevereiro de 1884, há registado o seguinte officio: «CÓPIA. — Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria — Repartição de Obras Públicas. — Il.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Em resposta aos officios de V. Ex.^a de 18 de Setembro e de 13 de Outubro últimos, encarregame S. Ex.^a o Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria de dizer a V. Ex.^a que por despacho de 5 de Outubro de 1877 se autorizou a Companhia Carris de Ferro de Lisboa a utilizar a ponte de madeira, construída pela Câmara Municipal de Lisboa sobre o Caneiro de Alcântara, para sobre ella fazer transitar os carros denominados americanos, com as seguintes condições:

«1.^a — Não pôr impedimento nem restrições ao trânsito que por ella queiram fazer quaisquer vehiculos, passageiros a pé ou a cavallo, embora adquira a posse da mesma ponte por título oneroso;

«2.^a — Suspender a passagem dos seus carros sobre a ponte, quando se reconheça que ella deixa de oferecer a precisa segurança aos passageiros, logo que tal suspensão lhe seja intimada em virtude de ordem expedida pelo Ministério das Obras Públicas, suspensão que será extensiva aos demais vehiculos e, se preciso fór, aos passageiros a pé e a cavallo;

«3.^a — Comprometer-se a entrar em acôrdo com o Govêrno e Câmaras Municipais dos concelhos de Lisboa e Belém, sobre o modo de levar a effeito a construção da ponte definitiva que tenha de ligar a rua Vinte e Quatro de Julho com a estrada real n.º 67 e respectivas avenidas, e ordenou-se ao Director das Obras Públicas do Distrito de Lisboa que elaborasse com urgência o projecto e orçamento da nova ponte e avenidas. — Em 6 de Outubro do referido anno communicou-se aquelle despacho às Câmaras Municipais de Lisboa e Belém. O Director das Obras Públicas do Distrito de Lisboa cumpriu a parte que lhe foi ordenada e achase elaborado o projecto de uma ponte de alvenaria e cantaria, importando o orçamento em 7:500\$000 réis, projecto que tem parecer favorável da Junta Consultiva das Obras Públicas e Minas. A ponte interessa directamente aos municípios de Lisboa e Belém, e como não faz parte da nova estrada real, é a elles que compete custear as despesas da construção e como aquellas Câmaras até hoje não responderam aos officios que por êste Mi-

* * *

Esta ponte de madeira a que as cartas se referem custou 1:150,428 réis, que foram pagos pela Companhia Carris de Ferro de Lisboa e deduzidos dos quarenta e cinco contos que a mesma tinha emprestado à Câmara.

Para fecho dêste capitulo devo salientar que, mal o atêrro estava em condições de ser estragado, logo os commerciantes de lenha o cobicaram para depósito dos seus fornecimentos, « pedindo para se estabelecer (*sic!*) um mercado daquele género no terreno situado em frente da Rocha do Conde de Óbidos, no lugar já para aquelle fim demarcado pela repartição técnica da Câmara, devendo o mercado ser defendido por um gradeamento ou doutra forma, para evitar as tentativas de incêndio que, por vezes, tem reduzido alguns dos ditps commerciantes à miséria » (1).

¿ E sabem o que lhes respondeu a Câmara, que, ceguinha de todo, não viu a grande obra cidadina que estava realizando? Isto, que é de pasmar:

« Sobre estes requerimentos disse o sr. Simões Carneiro

nistério lhes foram endereçados, determina o mesmo Ex.^{mo} Ministro que eu diga a V. Ex.^a se sirva convidar as mencionadas Câmaras para em conformidade com a condição 3.^a do referido despacho de 5 de Outubro de 1877 entrarem em acôrdo com o Govêrno, e com a Companhia Carris de Ferro de Lisboa, sôbre o modo de levar a effeito a construção da aludida ponte. — Deus Guarde a V. Ex.^a — Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, 26 Janeiro de 1884 — Il.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Conselheiro Governador Civil do Lisboa — O Director Geral, *Joaquim Simões Margiochi* — Está conforme — Secretaria do Govêrno Civil de Lisboa, 30 Janeiro de 1884 — Servindo de Secretário Geral, o Chefe da Repartição Central, *Pedro José de Oliveira* ».

(1) Também a Câmara vendeu, à razão de 3\$ 500 réis o metro quadrado, 239^m2,52 de terreno situado junto à Rocha, entre a rua Vinte e Quatro de Julho e o convento das Albertas! Que esplêndida explanada se não perdeu ali sôbre o Têjo para recreio do publico...

que era muito justo serem atendidos, pois eram verdadeiras as suas alegações.

«Não era a primeira vez que na cidade se sentia a falta de rama de pinho, lenha, etc., combustíveis empregados pelos fabricantes de pão para aquecerem os respectivos fornos, e daqui os grandes transtornos e dificuldades no fabrico daquele género de primeira necessidade, com os quais padecia em primeiro lugar o público, e também não era a primeira vez que o incêndio devorava os haveres dos comerciantes de lenha, reduzindo-os à pobreza.

«Já mais de uma vez requereram aquelas duas classes o estabelecimento de um mercado, que collocasse uns e outros ao abrigo das inconveniências apontadas, e êle orador pela sua parte tivera ocasião de levantar outras tantas vezes a sua voz para em Câmara advogar os legítimos interesses, e a justiça dos suplicantes.

«A Câmara cessante, reconhecendo esta verdade, encarregara a sua comissão de obras de dar parecer sôbre o assunto, a fim de remediar os indicados males. Até hoje, porém, não houvera ainda solução alguma. Pedia, pois, que a Câmara mandasse para a comissão de obras os requerimentos, que hoje apresentara, para com urgência poderem ser atendidos. — Assim se resolveu».

E foi assim que se começou o pejamento, a que hoje é quasi impossível pôr cõbro e que inutilizou por completo uma das maiores obras da Lisboa do século XIX!

* * *

Para fechar.

Em Julho de 1879, na sessão do dia 3, o vereador Andrade «disse ter recebido uma participação do fiscal dos cais e praias expondo que na rua Vinte e Quatro de Julho, desde a Rampa de Santos até ao Caneiro de Alcântara, os carroceiros vazam entulhos e conduzem os veiculos a tôda a brida, atropelando os transeuntes, e insultando-os de palavras, bem

como que na praia se vão banhar alguns indivíduos em completo estado de nudez, resultado da falta de policia naquele local.

«Para evitar os factos acima indicados, propunha que se officiasse ao sr. Commissário Geral da Policia, para mandar policia convenientemente o referido local. — Assim se resolveu».

* * *

Junto ao Cancieiro, havia ainda em 1877 vários terrenos que pertenciam ao Marquês de Pombal e que neste ano foram expropriados pela Câmara.

CAPÍTULO XXXVII

A Tapada da Ajuda, mina de ouro, que o Estado ainda não descobriu, a dois passos da Baixa

A Tapada da Ajuda, que eu estou vendo da minha mesa de trabalho, é um dos mais abandonados e desconhecidos retiros desta frívola Lisboa de maravilhas!

Só quem a conhece, quem a tem percorrido, quem lhe tem gozado as sombras e os panoramas, é que pode avaliar o que as minhas palavras têm de justa apreciação. Conheço alguns dos mais belos parques e retiros da Europa e da América latina e nenhum d'êles — nenhum! — desde o Bosque de Bolonha ao Parque Urbano, se lhe pode comparar em situação topográfica, dominando a cidade e o rio, e alongando a perspectiva pelos morros da outra margem do Têjo.

A Tapada da Ajuda, noutro país e com outra gente, teria de há muito a sua monografia própria, e seria o ponto obrigado a todos os excursionistas. Ela só, daria, a Lisboa e ao Estado, uma inexaurível fonte de receita, e dir-se-ia lá fóra — «já estive na Tapada da Ajuda» — como se diz — «já fui a Sintra, já visitei o Buçaco, já percorri a Tijuca, já gozei as delícias do Parque Urbano, já passei no Bosque de Bolonha». —

Há pontos, na Tapada da Ajuda, que lembram recantos paradisíacos de Sintra. Há elevações de terreno que nos evocam perspectivas reclamadas nos «Boedekers» com menos razão e justiça. E no entanto, a dois passos da Baixa, dois terços desta Lisboa do Campo Grande e das Hortas, desco-

nhecem-na. Diga-se em abono da verdade que o próprio Estado a ignora. Lembrou-se dela para lhe dar um Instituto Superior de Agronomia, que só em Portugal se teria localizado entre os muros da capital, e que só se instituiu ali — disse-me um dia, em cavaqueira amena, o Dr. Brito Camacho — para que os professores estivessem mais próximos das comodidades e dos teatros.

A Tapada da Ajuda, bem cuidada e bem tratada, com todos os requisitos que a civilização impõe a estes refúgios do espiritual prazer, devia ser o retiro mais querido e mais procurado por nacionais e estrangeiros, com a sua linha minúscula de funiculares, como os há no Jardim Zoológico de Buenos Aires e que são a alegria e o prazer das crianças... e dos adultos.

Infelizmente, tirante a sua forçada aplicação professoral-agrícola, contra a qual protestou até, se a memória me não atraíçoa, a Direcção do Observatório de D. Pedro V, não é nada e não serve para nada.

As suas águas, as suas matas, os seus lagos, encontram-se ao abandono. As suas ruas intransitáveis. Os seus jardins sem flôres. E no entanto fala-se no Parque Eduardo VII, onde se têm enterrado milhares de contos, e noutras tolices idênticas, como se êsses milhares de contos, applicados aqui, não fôsem mais lucrativos, de mais lógico emprêgo, e de mais salutaes resultados, sob todos os pontos de vista.

* * *

É um êrro afirmar-se — e já no jornal *A Voz* o frisou o Dr. Jordão de Freitas, num artigo recente (14-III-928) — que a Tapada da Ajuda foi obra do Marquês de Pombal. Sebastião José foi autor de tantas obras más e de tantas obras boas, que não precisa para a glória do seu nome de se empavonar com factos que lhe não pertencem.

A Tapada da Ajuda foi mandada fazer por D. João IV com terrenos que à Casa Real já pertenciam e com outros

que lhe acrescentou. Ocupa hoje vastos terrenos, indo de Alcântara, por detrás da Creche Vitor Manuel, até à Ajuda, e estendendo-se aqui pela encosta da serra de Monsanto na direcção nor-nordeste, com esplêndidas matas e terras de sementeira, dando, a descrição da sua fundação, dos seus terrenos e edificios, das suas caçadas de renome e das régias festas de que foi teatro até fins do reinado de D. Carlos, dois ou três grossos volumes, que evidentemente se não podem resumir com jeito na estreiteza dum capítulo.

No antigo local da Eira Velha mandou D. Pedro V construir o observatório que tem o seu nome, cujas obras começaram em Março de 1861 e terminaram no reinado de D. Luís.

Uma das curiosidades históricas da Tapada é o célebre banco de Junot, onde o mais atrevido dos nossos invasores se costumava deliciar com o prazer das frescas sombras que o rodeiam.

Num alto, para o lado do Nascente, e a pouco mais de quinhentos metros do Observatório, fica hoje o edificio do Instituto, de boa construção, elegante e bem lançado, e cuja biblioteca é digna de visita. Para servir este edificio abriu-se no muro da Tapada, junto à rua Jau, uma nova porta, cujos trabalhos de construção começaram em 27 de Julho do ano passado (1927). As duas colunas estavam de pé a 6 de Agosto e a porta, toda de ferro, foi colocada no dia 20 do mesmo mês. Nesta data foi reparado e caiado todo o muro da Tapada que ladeia a Calçada.

* * *

Não suponha o leitor que nestas linhas lhe fica descrita a Tapada da Ajuda, sequer no que ela tem de mais importante. Não. Já o escrevi e repito: a Tapada da Ajuda dá três volumes compactos — a Tapada em si, as suas belezas naturais, as suas caçadas históricas, a uma das quais Júlio de Castilho com tanta graça se refere, e as suas festas e paradas agrícolas, que as teve até aos últimos reinados da Casa de Bra-

gança. Ficou célebre a festa dada ali por D. Maria Pia em Maio de 1884, em beneficio das creches, que durou três dias e na qual colaborou a família real e a côrte.

Tudo isto não cabia, porém, nos limites duma monografia que por ser geral se não pode alargar em traços históricos e episódicos que, embora interessantes e conhecidos, demandavam estudo especial e requeriam tempo de sobejo, que eu não tenho.

Fiquemos portanto nisto: a Tapada da Ajuda será, no dia em que a descobrirem, a melhor e a maior fonte de riqueza para o Estado, na exploração do turismo internacional, e o melhor e o mais agradável retiro cidadão, sob todos os pontos de vista.

O que se torna mister é que o Estado descubra a mina de ouro que possui a dois passos da Baixa — a Tapada da Ajuda.

CAPÍTULO XXXVIII

Os touros de morte nas corridas de há dois séculos na Praça da Junqueira no tempo de D. João V

O meu prezadíssimo camarada do *Diário de Lisboa* Rogério Pérez, «o mais toureiro de todos os meus colegas», escreveu neste jornal um precioso artigo sôbre as praças de touros desta linda cidade de Lisboa. Assunto da sua especialidade, era, contudo, a-pesar-de interessantíssimo, incompleto, no que se referia a praças improvisadas. Como se sabe, ainda até meados do século XVIII era freqüente improvisarem-se, em vários sitios da cidade, praças para êste e outros divertimentos, a cuja realização assistia a côrte, a fidalguia e o povo, com muita concorrência e grande animação — que o nosso povo está sempre satisfeito e alegre quando lhe dão música, foguetes e touros.

Ora acontece que nas minhas buscas e rebuscas sôbre coisas do Bairro de Alcântara, que neste momento particularmente me interessam, sou forçado a ler e a compulsar calha-maços que aos bairros convizinhos respeitam; e foi assim que há dias travei conhecimento com uma espaventosa tourada que em 1738 se realizou no sítio da Junqueira, entre os edificios que são hoje da Companhia dos Eléctricos e o Quartel do Ultramar (1).

(1) Em 1748, em Agôsto, o Senado concedia licença para haver touros, no sítio da Junqueira, aos religiosos de S. Francisco de Paula; à abadessa do Convento da Esperança; ao padre Fr. André Pinto da Silva, procurador

* * *

As festas foram rijas e ocuparam os dias 5, 8 e 12 de Julho dêsse ano. Eram em obséquio à Princesa do Brasil, pelo seu aniversário natalício. Nos terrenos onde hoje a rapaziada bravia joga o *foot-ball*, e nos domingos, à boquinha da noite, as sopeiras consentem seu pé de alferes com os soldados da Guarda, construiu-se um espaçoso anfiteatro com seus palanques e camarotes, salas e galerias, não de tósca construção, mas de caprichosa architectura, que levou quasi três meses a fazer e empregou trezentos e quarenta e cinco carpinteiros, que trabalharam de sol a sol, com alguns serões à mistura.

A praça ficou com setecentos e quarenta palmos de comprimento e setecentos e vinte de largura. Infelizmente, só há dela notícia descritiva. Pena foi que até nós não chegasse a sua reprodução gráfica, o que seria um precioso documento para o estudo das diversões da faustosissima época de El-Rei D. João V.

* * *

À cabeceira dos festeiros, figurou o Visconde de Vila Nova de Cerveira, e, como dirigente supremo, o Duque de Cadaval. No primeiro e no terceiro dia houve cavalgadas, escaramuças, jogos de canas, exercicios das alcanzias e jogos de lança. No segundo dia, foi a tourada com touros de morte, a rojão. Se não fôr assim que se diz, o Rogério Pérez que emende, que eu nisto de touros não percebo patavina.

As festas foram dum luxo e dum espavento nunca vistos, e as mais notáveis de que havia memória pela sua grandeza

geral e administrador das obras do seu hospício de N.ª S.ª das Mercês; ao juiz e irmandade de Santa Bárbara do Convento do Carmo; e à irmandade de N.ª S.ª do Patrocínio do Convento de Jesus.

O produto destas touradas era para obras nos templos e aquisição de objectos do culto.

e magnificência. A elas assistiu D. João V com a Rainha e os Príncipes. E para se ver de que força eram os participantes, basta citar-lhes os nomes: Duque de Cadaval, Marquês de Alegrete, Conde de Povolide, D. António Rolim de Moura, senhor de Azambuja e irmão do Conde de Vale de Reis; José Bernardo de Távora, irmão do Conde de S. Vicente; D. João da Costa, primogénito do Conde de Soure; o Conde de S. Tiago, Manuel de Távora, filho dos Condes de Alvor; Visconde de Vila Nova de Cerveira; o Conde de Lavradio, o Conde de Vale de Reis, o vedor de El-Rei, D. Francisco Xavier; o senhor de Vila Flor, Manuel António de Sampalo e Melo; D. Manuel de Sousa; Luis de Saldanha da Gama, filho do Vice-Rei da Índia; D. Brás Baltasar da Silveira, mestre de campo general; o Conde de S. Miguel; D. Francisco de Meneses, filho do Conde da Ericeira; D. Luis de Meneses, Vice-Rei da Índia; Tomás da Silva Teles, mestre de campo general; o filho do Conde de S. Miguel, D. Álvaro; o sobrinho do Conde de Sandomil, Fernando Xavier; o primogénito do Conde de Arcos, D. Manuel de Noronha; o senhor das vilas de Carapito e Codiceira, Miranda Henriques; e tudo isto acompanhado por majestosas cavalgadas com muitas dezenas de cavaleiros das principais casas do Reino, trajando todos a riquíssima indumentária da época, «casacas de finissimo pano escarlate, guarnecidas de galões de ouro, véstias e polainas brancas, calções de veludo preto, chapéus pretos com galões de ouro, com magníficos cocares, botões e presilhas de diamantes».

* * *

Não é possível, na estreiteza dum resumo, descrever o que aquilo foi! Criados de libré, vestidos a preceito, os da casa Cadaval, de finissimo pano verde, canhões e véstias de galacé de ouro, com os cavalos ajaezados com fitas, frocos, galões, rendas e franjas de ouro e prata, em cujos adornos havia pedrarias finas de valor, telizes de veludo preto, com as armas a ouro e prata, e os das outras com não menor espavento e

riqueza. Durante os três dias, caía lá o poder do mundo. Não havia um lugar vago, e nos muros do forte e das quintas próximas viam-se milhares de pessoas que não haviam conseguido lugar.

Vieram de Espanha fidalgos e particulares atraídos pelo reclamo, e entre êles o Marquês de Riensuelo. A romagem para o sítio da Junqueira começou ainda de madrugada, pelas congostas da Estrêla e de Monsanto, pelas caçadas e encruzilhadas de Santos e Buenos Aires, pela estrada de Santo Amaro e pelo rio, que desde as 4 da manhã até às 4 da tarde se viu pejado de embarcações de todos os tamanhos e feitios: fragatas da Alfama, do Corpo Santo e da Boa Vista, barcos cacilheiros, barcaças de Coima e da Aldeia Galega, do Seixal e do Barreiro, do Lavradio e da Mutela, de tôda a parte onde houvesse quatro palmos de tábua que pudessem deslizar sôbre as águas: — lanchas e botes, escaleres e faluas, catraios e bergantins, yolas e muletas, híates grandes e pequenos, tudo serviu.

À tarde, com o rio coalhado e garrido, o largo, o terceiro e as praias da Junqueira e de Alcântara alojavam três mil setecentas e vinte e oito carruagens, tão variadas e heterogêneas como os barcos que pejavam o Têjo.

¡ Por aqui se vê o que aquillo teria sido!

* * *

Como disse, a tourada foi no segundo dia das festas. E já então os touros de morte despertavam entusiasmo e loucura, que êste dia das festas foi o de maior concorrência. Não será preciso dizer mais de que, fora da praça, por impossibilidade absoluta de lá entrarem, ficaram para cima de doze mil pessoas.

Os capinhas vestiam « gibões de chamalote verde, casaquinhos, calções e capas de camelão côr de fogo, meias de sêda da mesma côr, sapatos e chapéu brancos », e o Duque de Cadaval apresentou-se « de finíssimo castor verde, com fôrro,

canhões e véstia de sêda côr de rosa, com alamares e galões de prata, chapéu pardo, agalado a prata, e um formosíssimo cocar de plumas côr de rosa, com um martinete negro no meio, guarnecido de diamantes e topázios, e um botão de uma grande esmeralda guarnecida de brilhantes, assente sôbre um laço de fita verde, polainas brancas com fitas côr de rosa»!

O primeiro touro coube ao Duque, que, após as cortesias, tomou o rojão e o lidou com galhardia e denôdo.

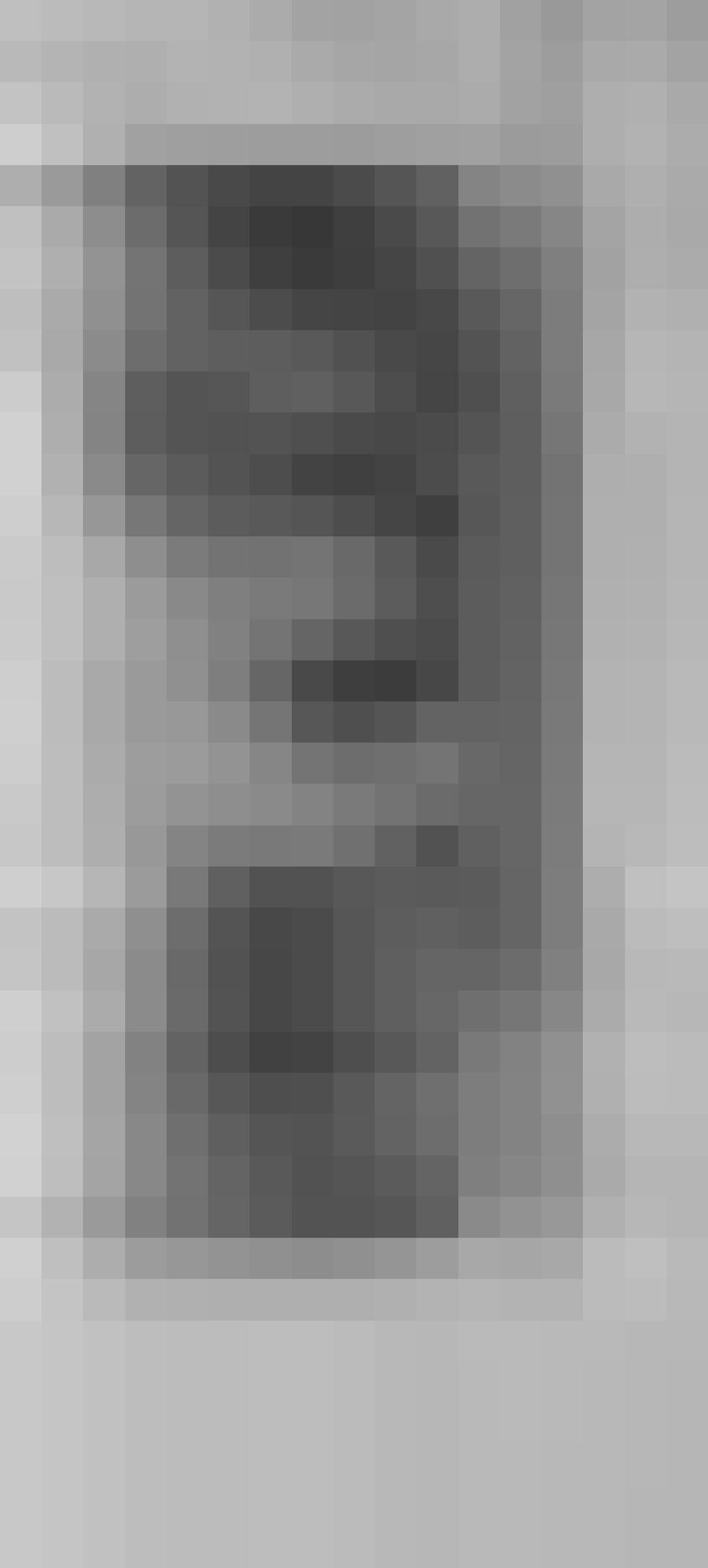
Depois foi o Marquês de Távora, não menos ricamente vestido; e a seguir o Marquês de Alegrete, que, depois da lide de Manuel António de Sampaio e Melo, se foi ao bicho e lhe meteu o garrochão, com tal perícia e violência que o animal lhe caiu, morto, aos pés.

Correram-se vinte e dois animais, e se mais se não correram, foi porque veio a noite, e nesse tempo ainda se não tinha descoberto iluminação capaz.

Quando o touro fugia ao rojão, ou olhava, desconfiado, o garrochão mortífero, os capinhas lidavam-no à espada, até à estocada mortal.

O Duque de Cadaval foi o cavaleiro da tarde. Os outros secundaram a lide com não menor galhardia. Alguns cavalos foram imolados à fereza dos brutos. E quando a noite desceu de todo e a escuridão lançou o seu negrume trágico sôbre os sapais da Junqueira e de Alcântara e as terras altas de Santo Amaro e da Ajuda, ouvia-se ainda, como a ressaca furiosa dum grande mar encapelado, o *brou-á-á* dos comentários de quarenta mil bôcas, fazendo opinião sôbre os sucessos da tarde.

E, de novo, em barcos, em carruagens, ou em grupos, pelas estradas e pelos carreiros, a multidão tomou o rumo da cidade que, ao longe, aqui e ali, manchava de pequenos lumes, pelas janelas entreabertas, as sete colinas da velha urbe.



CAPÍTULO XXXIX

Môlhinho de apontamentos curiosos e interessantes

Baluarte do Sacramento

«No anno de 1650, reinando o sr. rei D. João IV, se traçou nova fortificação a Lisboa, recommendando-se a execução da nova planta, em que trabalharam os insignes engenheiros M. Legarte francez, João Gilot hollandez, e João Cosmander jesuita, natural de Brusselas, à diligencia e actividade do Marquez de Marialva D. Antonio Luiz de Menezes: este a fez erigir com trinta e dois baluartes, e grande extensão de muralhas, que descrevemos no tomo 2.^o, parte 4.^a deste *Mappa*, cap. 3, §. 3.» (1).

«O primeiro baluarte é o chamado do Sacramento, cabeça da fortificação, e por isso se ordenou com duas baterias, alta e baixa. Determinou-se logo o baluarte collateral de Nossa Senhora do Livramento, o qual por corresponder ao sitio de Alcantara, fez entrar a fortificação para dentro: e no meio da cortina destes dous baluartes se fez a porta principal da cidade, onde vem desembocar a estrada de Santo Amaro» (2).

«O dito baluarte de N. Senhora do Livramento se dispoz de tal sorte que a igreja da mesma Senhora ficasse dentro delle, e assim se abriu um postigo na face do tal baluarte

(1) *Mappa de Portugal*, de João Baptista de Castro, págs. 49-50 do vol. III, 3.^a edição.

(2) *Idem*, vol. II, pág. 231.

para serventia da igreja. A mesma devoção observou o senhor D. Pedro 2.º, o qual não consentiu que o flanco do dito baluarte se continuasse mais para dentro, não obstante a grande defesa, que receberia disto a praça; porque, se se continuasse, faria damno à igreja de N. Senhora das Necessidades » (1).

* * *

A fortificação iniciada em 1650 levou bastantes anos a concluir-se, pois ainda as obras continuavam em 1657.

Nestes trabalhos superintendia o Conde de Cantanhede, que em 1657 era Governador das Armas desta cidade e das comarcas da Extremadura.

O baluarte de Alcântara estava artilhado em 1660 com seis peças de 18.

Ficou muito danificado com o terramoto de 1755.

Em 1654, por decreto de 26 de Setembro, tinha sido já artilhado com 12 peças de ferro e 3 de bronze, segundo vejo na *Historia da Artilharia Portuguesa* de João Manuel Cordeiro, a pág. 120.

O baluarte ficava sobranceiro à praia, e junto do seu paredão de suporte era costume armarem-se, no verão, barracas de *comas e bebes*, para servirem os banhistas. Em 1876 ainda se concediam licenças para tal, mas já em 1879 a Câmara indeferia o pedido dessas concessões a Maria Engrácia, que lho requeria, alegando que isso entravava os melhoramentos do atêrro.

* * *

A nova muralha da cidade compreendia 32 baluartes. Claro que, por demasiado grande, dispendiosa e inútil, foi posta de parte, por conselho, diz-se, do Marechal Schomberg.

Um engenheiro neerlandês, João Gilot, ainda reduziu o primitivo projecto a uma linha de 16 baluartes. Diz Freire

(1) *Mappa de Portugal*, vol. II, pág. 231.

de Oliveira (*El.*, v, pág. 343) que devia ser êste o projecto a que o Príncipe D. Teodósio pretendia dar execução.

Emfim, do que não há dúvida é que de tôda essa traça apenas dois fortes se concluíram: o de Alcântara (1) e o da Cruz da Pedra, que pela sua posição defendiam a cidade do lado do mar (*El.*, vi, pág. 159).

Sôbre os alicerces desmantelados do velho forte construía-se, em 1862, o Quartel dos Marinheiros.

Capela da Senhora da Conceição

No sitio das pedreiras, a Alcântara, havia uma capela com a invocação de Nossa Senhora da Conceição, cuja festa se fazia em Dezembro, e se fêz ainda no ano de 1851.

Celeiros de vendagem

Em 1777, por alvará régio de 24 de Janeiro, que substituiu o antigo regimento do Terreiro de Lisboa, foram criados sete *celeiros de vendagem*, todos com dois lugares cada um, à excepção do do Terreiro do Trigo. Nesta nova organização figura Alcântara com um celeiro. Desapareceram em 1834. Estes *celeiros de vendagem* foram os antecessores dos modernos *armazéns reguladores*, de tão infausta memória.

Antes dos *celeiros de vendagem* haviam existido os *celeiros comuns* ou *municipais*, criados pela primeira vez em Évora e Beja no século xvii.

O *celeiro de vendagem* em Alcântara ficava na rua das

(1) «O forte do Sacramento era localizado em uma quinta, propriedade do celebre Conde de Cantanhede, depois marquez de Marialva por mercê de D. Affonso VI que assim quiz recompensar o bravo vencedor do numerozo exercito castelhano na ultima e decisiva batalha das guerras da Restauração» (*O Domingo Illustrado*, 3.º vol., n.º 127 (Dezembro de 1898), pág. 544).

«Ficou quasi completamente inutilizado pelo terremoto de 1755» (Idem).

Fontainhas e junto d'ele atracavam as pequenas embarcações, carregadas de cereais, o que ainda acontecia na primeira metade do século XIX.

O *celeiro comum* differia do de *vendagem*, em nos primeiros as aquisições se fazerem por empréstimo, e nos segundos por compra.

Em Lisboa, a-pesar-de criado e dos rigores da lei, não foi possível manter-se o *celeiro comum*, o que por certo obrigou e deu origem ao alvará régio de 1777. Na Junqueira já existia *celeiro de vendagem* em 1776.

Creche Vitor Manuel

Fica na Calçada da Tapada, a entestar com a rua do mesmo nome. É um pequeno edificio, construção do século XIX, apenas com rés-do-chão e mansarda, porta e três janelas de cada lado, com um pequeno jardim em volta. Nunca teve vida desafogada, e hoje menos do que no seu inicio. Foi construido, em terreno da Tapada, em 1877, e mandado fazer por Sua Magestade a Rainha D. Maria Pia, a expensas suas e em memoria de seu Pai, como o seu proprio titulo indica. A sua inauguração foi em 1 de Dezembro de 1878 e as obras estiveram a cargo da Companhia de Crédito Edificadora Portuguesa.

De 1878 a 1928, passavam já pela Creche Vitor Manuel cerca de um milhão de crianças, sustentadas pelos rendimentos da Creche (3.000.000 annuaes de juro de inscrições), pelas quotas dos sócios, dos quais se destaca D. Isabel de Melo Almada e Lencastre, e por subsídios da Assisténcia Pública e Governo Civil.

* * *

A propósito direi que houve em Santo Amaro o Asilo da Infanta D. Antónia, de que em 1890 era director Carlos Augusto Posser. Este Asilo, em 1888, era o único existente na área da 1.ª Secção da Assisténcia Pública. Foi seu primeiro

provedor D. José de Carvalho, e a sua inauguração data de 21 de Novembro de 1887, custando a sua instalação 8.968\$860 réis, sendo 5.009\$545 para reparação e acomodação da casa; 2.429\$775 para móveis e utensílios; e 1.529\$540 para fatos e roupas. Foi iniciado com 58 pobres, tendo entrado, até 1890, 103, saído 16, e falecido 31.

Era para ambos os sexos. Além do Asilo propriamente dito, houve assistência extraordinária, de 1887 a 1890, a 875 indivíduos e subsídios a 136, o que deu uma despesa de 36.482\$104 réis.

Como se trata, porém, duma instituição que a Santo Amaro pertence, quedamo-nos por aqui, visto esta monografia só a Alcântara dizer respeito.

Ermida da Caridade

Diz o sr. Dr. Jordão de Freitas:

« Nesta data havia 4 meses e 5 dias que, à custa de território tirado às paróquias da Ajuda, Santos e Santa Isabel, que na ribeira de Alcântara entestavam, se tinha inaugurado, um pouco ao ocidente desta ribeira, a nova freguesia de S. Pedro; havia sido transferida do bairro de Alfama, onde séculos antes fôra primeiramente criada e cuja sede o terramoto de 1755 abatera, soterrando não poucas pessoas que lá se achavam então.

« Posto de lado o projecto de lhe dar por sede a capela de Santo Amaro, que o terramoto poupou, haviam-na instalado na pequena ermida ou capela da Caridade, recentemente erecta no lado ocidental do largo do Calvário, junto a igreja do deruido mosteiro dêste nome, que o terramoto também abatera. Nesta ermida funcionou a freguesia durante 16 anos, isto é, até o dia 18 de Fevereiro de 1786, em que passou para o templo actual, na Calçada da Tapada ».

Esta ermida ou capela da Caridade é aquele barração de

madeira a que me refiro no capítulo xvii dêste volume, quando descrevo a construção da nova igreja de S. Pedro, e que já não existia em 1790.

Ermida do Senhor Jesus da Boa Sorte

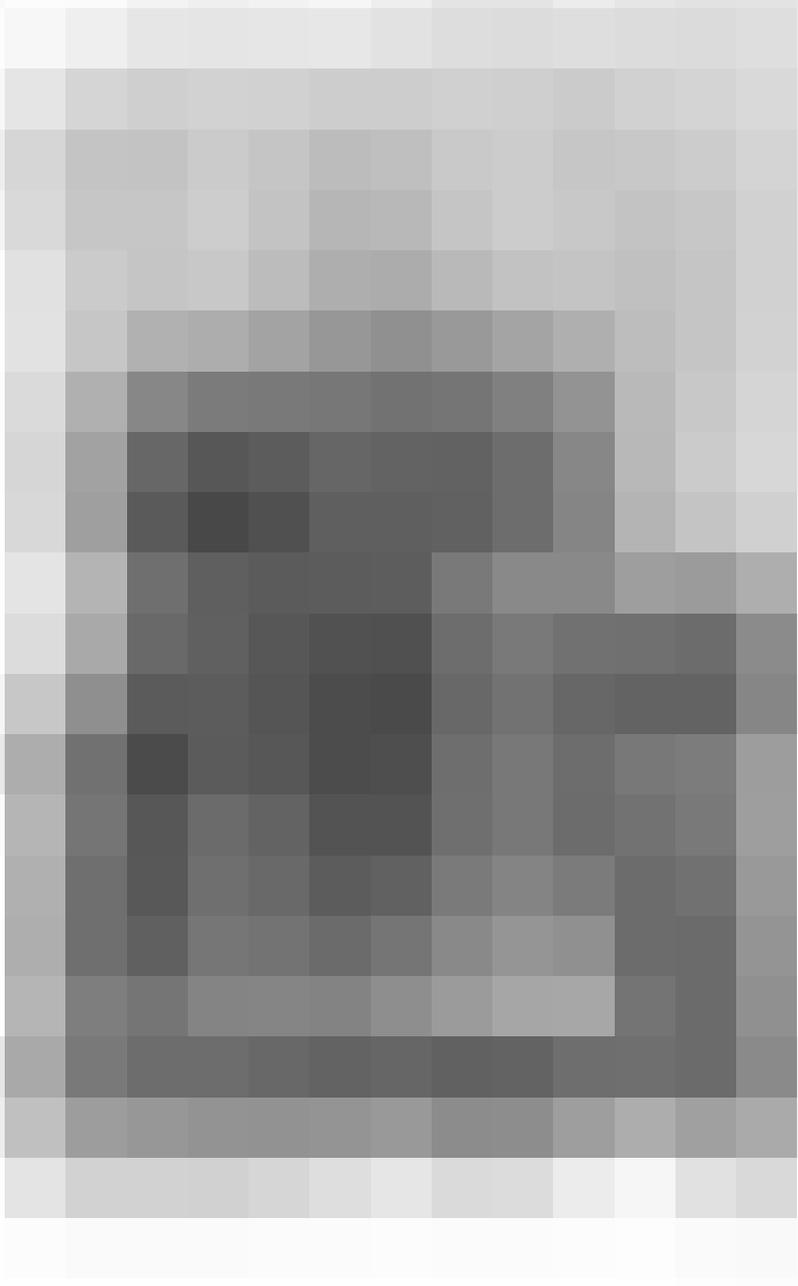
Ficava na Calçada da Tapada, logo a seguir à igreja da freguesia e foi construída no último quartel do século xviii, tendo desaparecido na segunda metade do século xix, quando se fizeram os arruamentos do novo bairro. Ficava aproximadamente à esquina da rua da Escola-Asilo—Rua dos Lusíadas, com um pequeno adro sôbre a Calçada da Tapada, segundo informações que me forneceu, em 1913, o alcantareense Nogueira de Brito, que as obtivera do padre Campos, que foi Prior da freguesia de Alcântara. Nesta capela me falou várias vezes também um padre Dâmaso, que foi capelão militar e morou muitos anos na rua Leão de Oliveira, num 2.º andar. Este padre Dâmaso era criatura muito erudita e sabedora, antigo jornalista político, possuindo uma boa biblioteca, que foi vendida ao desbarato.

Dizia-me êle que a capela do Senhor Jesus da Boa Sorte ficava uns quatro metros sobranceira ao leito da actual rua dos Lusíadas e fôra construída quasi à entrada do antigo portão da Quinta Real, do lado do Norte. Dela não resta mais do que a tradição oral e vagas referências nos arquivos.

Num dos artigos do meu illustre amigo sr. Dr. Jordão de Freitas, diz êle que esta capela ainda existia em 1849 e que se encontra marcada na planta da Real Tapada da Ajuda, dêsse ano. Isto condiz com as minhas informações. Devia ter sido demolida entre 1860 e 1870, aproximadamente.

Ermida do Senhor Jesus do Triunfo

A sua situação topográfica é das mais interessantes do bairro vista pelo lado detrás, sôbre alta penedia que lhe



serve de alicerce. Fica na confluência das ruas do Borja, da Fonte Santa e das Cavalariças do Infante.

Em Setembro de 1842 houve ali grande festa a Santo António, com exposição do S. S.

A festa do Senhor Jesus do Triunfo costumava fazer-se em Junho, e fêz-se com grande pompa em 1842 e 1877.

O muro junto à capela, no caminho que segue para a estrada do Loureirn, ameaçava ruína em 1877 e foi concertado nesse ano.

Escola-Asilo de S. Pedro em Alcântara

Encontra-se instalada numa casa de moradia, na Calçada da Tapada, entre as ruas da Creche e Escola-Asilo. Rés-do-chão e 1.º andar. No rés-do-chão direito está hoje o Lactário n.º 51, e no rés-do-chão esquerdo a Biblioteca Municipal do 4.º Bairro. Vida difícil, recursos deficientes, fuge já hoje aos seus primitivos estatutos, limitando-se a dar instrução primária às crianças que o freqüentam.

Foi fundada em 1862, «á saudosa memoria do fallecido monarcha D. Pedro V» (*O que ha sido feito e o que ha a fazer em materia de beneficencia*, por José Silvestre Ribeiro. Lisboa, 1878), pelo Conselheiro Dr. Martinho Augusto da Cruz Tenreiro e a sua primeira sede foi no Largo do Calvário, nas dependências do antigo Paço Real, a que já nos referimos.

O Dr. Tenreiro foi um alcantarense notável, tendo sido Administrador do Concelho de Belém, Governador Civil de Lisboa, vereador da Câmara Municipal, deputado em diferentes legislaturas, Vice-Presidente da Câmara electiva e vogal extraordinário do Supremo Tribunal Administrativo.

Em 29 de Junho de 1902 houve sessão solene, na sede da Escola-Asilo, de homenagem ao fundador, a que presidiu o Conselheiro António Augusto Pereira de Miranda, tendo discursado o então Prior de Alcântara, José Alexandre de Campos. Eram, ao tempo, professores da Escola: Severo Pires Marinho, D. Virgínia de Campos Pires Marinho e Jaime Pereira da Silva.

Nesta sessão solene, o filho de D. João da Câmara, Tomás Maria da Câmara, que era o aluno n.º 106, recitou as duas quadras seguintes, do autor de *Os Velhos*:

Bemdito sejas tu, que nos mostraste a senda,
Que a esta fonte conduz, sempre abundante e pura!
Por anos cem, mais cem, o teu favor se estenda,
Por anos mil e mil destrua a noite escura.

Dormes agora em paz à sombra dum cipreste,
À infância deste o amor, a infância por tí chora;
Chorando implora os céus por tí que a luz nos destes,
Que se a ignorância é treva, a sciência é como a aurora.

Escola primária oficial

Fica nos terrenos da Tapada, entre a travessa dêste nome e a rua Leão de Oliveira. É de construção recentíssima. Projecto de Raúl Lino. Óptima situação, com largo recreio para as crianças, tanto de verão como de inverno. Pode afirmar-se que é uma das melhores escolas primárias oficiais de Lisboa.

Estação de Alcântara-terra

A estação de Alcântara-terra foi construída, em grande parte, sobre o antigo Canceiro, que para isso teve que ser coberto numa extensão de aproximadamente trezentos metros, alterando-se-lhe ainda o seu curso para acomodação das diversas dependências da *gare*. A estação forma um paralelogramo de 95 metros por 10 de fundo.

O acesso para passageiros e bagagens faz-se pelo lado do poente, onde se vê uma *marquise* que protege a entrada dos passageiros. Na antiga empresa dos americanos, os carros iam até ao recinto da entrada numa linha construída expressamente para serviço da estação e ligada à rede geral pela rua do Assento e rua Nova do Cais do Tojo. Com as novas linhas dos eléctricos tudo isso desapareceu e o largo em frente da estação é fechado por um gradeamento de ferro entre o muro de resguardo e o mercado.

Interiormente há uma larga *marquise* envidraçada, e, do lado da rua da Fábrica da Pólvora, um cais para volumes de grande velocidade. Em frente o cais de mercadorias, ladeando a rua Maria Pia, com 90 metros de extensão.

Entre Alcântara e Campolide, sob os terrenos da Quinta dos Prazeres, fica o túnel com 540 metros de recta e a profundidade máxima de 52 metros.

No primitivo traçado a linha seguia a falda da montanha, mas como os terrenos, neste ponto, não oferecessem estabilidade, daí o túnel, que tanto veio agravar o orçamento desta linha.

A idea da ligação ferroviária entre Lisboa e Sintra data de 1854, em que houve um pedido de concessão para um caminho de ferro que partia do forte de S. Paulo pela margem do Têjo até Algés e daqui pelo vale dêste nome até junto do Palácio Real em Sintra. A concessão tem a data de 26 de Julho de 1855 ao Conde de Clarances Lucotte e foi rescindida seis anos depois.

Em Outubro de 1868 foi concedida licença ao Duque de Saldanha para a exploração dum caminho de ferro sistema «Lormunjet» para Caldas da Rainha-Alcobaça, e em Julho de 1871 para Lisboa-Sintra e Belém-Cascais. Tudo isto passou o Duque à companhia inglesa «The Lisbon Steam Tramways Company, Limited», que só explorou duas destas linhas: Lisboa a Sintra e Lisboa a Tôrres Vedras.

Sistema horrível, deficiente e impróprio, suspendeu em 1877.

Só em 31 de Janeiro de 1882 foi apresentada no Parlamento uma proposta decente para a construção da linha de Oeste, proposta que teve longa discussão, mas sôbre a qual, em Março de 1887, se abria ao público a linha entre Lisboa-Sintra, em Maio entre Cacém-Tôrres Vedras e, em Julho de 1888, Tôrres-Figueira.

O túnel do Rossio, que nunca se devia ter feito, é de Junho de 1891.

Antes disso, todo o serviço de passageiros da linha de Oeste e Sintra se fazia pela estação de Alcântara, o que dava a este bairro um movimento extraordinário. Infelizmente tudo

isso passou e a estação de Alcântara é de há muito letra morta no movimento de passageiros.

Fábricas de guano

Há em Alcântara algumas fábricas de guano, por igual bastante prejudiciais à higiene local, que nunca foi grandemente defendida. Na *Quinta do Água-forte* havia uma, que era de Joaquim José dos Anjos, e cujo contrato com a Câmara foi feito em 7 de Novembro de 1867 (1).

Fábrica da pólvora

Devo ao erudito investigador sr. Padre Ernesto Sales vários apontamentos sobre a localização e desenvolvimento desta fábrica.

Diz-me êle a tal respeito:

«Ignoro quando foi fundada, mas o início da sua construção é posterior ao ano de 1690. Deveria ser fábrica de pouca importância, talvez um ou dois moinhos a trabalhar; a confirmar esta suposição parece vir o facto de, em 14 de Março de 1725, o tenente-general de artilharia, Fernando del Chegaras, dizer ao Marquês de Fronteira numa representação que lhe dirigiu que nem pólvora havia para se darem as salvas na procissão de *Corpus-Christi*.

«Talvez em razão disto é que D. João V determinou e levou a efeito a reconstrução da fábrica de Alcântara, que já estava efectuada em 1729, quando foi publicado o vol. II de *O engenheiro portuguez*, da autoria de Azevedo Fortes, o qual a pág. 451 do referido livro diz: — «Hoje se faz a polvora neste reino a melhor de toda a Europa pela real providencia de Sua Magestade, que foi servido mandar erigir uma nova fabrica em Alcântara no lugar da antiga, extra-muros, cujo acerto e

(1) Foram mandadas encerrar em 1928.

perfeição se deve à boa intelligencia e actividade de Antonio Cremer, a quem Sua Magestade deu o contrato e direcção desta grande obra.»

«O *Diccionario geographico* do Padre Luis Cardoso, ao falar de Barcarena, diz: — «No distrito do lugar de Barcarena (a ribeira) faz trabalhar a Real fabrica da polvora, obra sumptuosa e magnifica, reedificada no anno de 1729, por Antonio Cremer, author da outra na ribeira de Alcantara, não menos soberba e magestosa.»

«A *Hist. genealogica da Casa Real Portuguesa* (vol. viii, pág. 260), falando de D. João V, diz: — «Para a fabrica da polvora fez hum grandioso edificio na ribeira de Alcantara, em que se vêm todas as officinas que podem ser necessarias, em perfeita direcção, aguas correntes e fossos, de sorte que he hum obra que occupa largo terreno no edificio e terras.»

«Em seguida ao terramoto de 1755 foi mandada transferir a fábrica da pólvora de Alcântara para a ribeira de Barcarena, onde já havia fábrica do Estado, aforando-se o edificio e terrenos a Guilherme Stephens (1) para maior desenvolvimento dos fornos de cal. O decreto que trata do assunto tem a data de 17 de Fevereiro de 1757, e reza assim: — «Porquanto attendendo ao perigo commum que havia em fazer a polvora na Fabrica da Ribeira de Alcantara, tão vizinha da cidade de Lisboa e dos suburbios della hoje mais habitados, houve por bem mandar transferir a mesma fabrica para a ribeira de Barcarena, ficando nestas circumstancias desnecessarias para o meu real serviço a vargem grande e pequena, e as mais terras pertencentes ao prazo da Horta Navia de que são emphiteuras os filhos menores que ficárão de Estevão da Gama de Vasconcellos: Sou servido que as ditas vargens e terras

(1) «Este inglês foi um grande colaborador do Marquês de Pombal na regeneração da indústria nacional; explorou os fornos de cal em Alcântara, aproveitando o carvão de pedra que lhe vinha de Inglaterra livre de direitos; e fundou em 1769 a fábrica de vidros da Marinha Grande, que em 1826, por sua morte, legou ao Estado.»

quantas se lavravam por arrendamento do Intendente da Polvora, e depois pelo actual administrador della, sejam logo entregues a Guilherme Stephens para nella estabelecer mais commodamente os fornos de cal (1), que se obrigou a fazer em utilidade da reedificação da mesma cidade; e para que o sobre dito possa depois continuar com os tutores dos referidos menores, ou com quem de direito for, o contrato de arrendamento, ou celebrar outro de novo pelo preço que se arbitrar por louvados, sem contudo se suspender no entretanto a edificação dos ditos fornos, tão necessarios para o bem commum. A Junta dos Tres Estados o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios, sem embargo de quaesquer resoluções ou ordens em contrario, conservando-se sómente a barraca em que actualmente se tem as sessões da mesma Junta, emquanto não dou outra providencia sobre esta materia. Salvaterra de Magos a 17 de Fevereiro de 1757. Com a rubrica de Sua Magestade.»

«Em Alcântara, e talvez junto à ribeira, houve também uma fabrica de refinação de salitre, a qual em 1849 (Dec. de 10 de Dezembro) passou a ser administrada pelo Arsenal do Exército, pois de há muito não trabalhava, estando já em laboração em 1851».

Fonte da Horta Navia

«CONSULTA DA CAMARA A ELREI EM 18 DE AGOSTO DE 1660. — Senhor. Estando o senado da camara e o povo desta cidade de posse immemorial de se servir da agua da fonte da Horta Navia, sem contradicção de pessoa alguma, por se divertir a agua, de poucos tempos a esta parte, por baixo da fonte, e

(1) «Os fornos da cal eram em tóro no sítio da Pampulha, e tencionava a Câmara mudá-los dali, aproveitando o local para lá estabelecer o matadouro, projecto que se não realizou, continuando os fornos da cal a permanecer no mesmo sítio até não sabemos quando.»

chegar à noticia do senado que Antonio de Andrade de Gamboa, util senhorio da quinta da Horta Navia, mandara fazer este damno só afin de se aproveitar desta agua para lavarem as lavadeiras e regar uma horta sua, o mandou o senado notificar que repuzesse a agua no primeiro estado em que estava, ou que se mandaria pôr à sua custa; e, por elle não obedecer, mandou a cidade descobrir a horta para encanar a dita agua, obrigado dos grandes clamores daquelle povo, pela grande falta que tinha d'agua, e pela pouca que ha n'aquelle districto, e beber a maior parte deste povo della.

«Antonio d'Andrade por embaraçar esta restituição e se aproveitar de toda a agua neste verão, moveu duas causas ao senado no juizo da côrte, e mandou monir os ministros que iam fazer esta reposição, para os declarar por excomungados, a instancia das freiras do mosteiro de Santos, directo senhorio deste prazo; e porque não é justo que de semelhantes cavillações se aproveite este particular, em damno do povo, privando-se da agua de que até agora se servia, que elle não nega que é publica, e só diz que os sobejos lhe pertencem, o representamos a V. Mag.^{de} para que seja servido mandar que nesta causa, que move ao senado Antonio d'Andrade, se ponha perpetuo silencio, ou que o senado possa mandar repôr a agua da propria sorte que estava dantes, sem embargo das demandas interpostas, porque, tendô melhoramento nellas, não impede o estar feita a obra para terem as sentenças sua execução.»

Resolução régia escrita à margem:

«Em causas de justiça, entre partes, se não pode fazer mais que seguirem-se os termos ordenados.» (1).

Frades e freiras em 1820

No ano de 1820 existiam ainda em Alcântara os frades trinos do Livramento, os padres da Congregação do Oratório

(1) *Elementos para a hist. do municipio de Lisboa*, vol. vi, págs. 198-199.

de Nossa Senhora das Necessidades, as religiosas dominicas do Sacramento e as flamengas franciscanas.

É curioso notar que a população, que era de 2.012 fogos em 1815, baixou, nos fins de 1819, para 1.848.

Frêguesia de Alcântara

A frêguesia de Alcântara, em 1820, abrangia as seguintes ruas:

Rua do Assento

Rua Velha

Travessa da Trabuqueta

Rua do Livramento

Calçada do Livramento

Praça de Armas

Travessa do Sacramento

Rua Direita das Necessidades

Calçada da Porta do Carro das Necessidades

Travessa das Necessidades

Beco do Funileiro

Pátio do Palácio das Necessidades

Rua das Cavalariças do Infantado

Rua da Côrte

Rua S. Francisco de Borja

Travessa da Torrinha

Rua Direita da Fonte Santa

Serra do Baeta

Horta Navia

Rua Direita de Alcântara

Beco das Fontainhas

Calçada da Tapada

Rua do Príncipe

Travessa do Fiúza

Rua da Cruz

Rua de S. Jerónimo

Travessa de S. Jerónimo



Travessa do Celeiro
Rua de Alvito
Travessa dos Surradores
Rua da Cascalheira
Rua da Fábrica da Pólvora.

* * *

A linha divisória desta freguesia era demarcada pela seguinte forma :

«Terá principio o districto desta parochia, estabelecida novamente em Alcantara, na parte superior da Calçada de Santo Amaro, descendo por um e outro lado da Travessa que vae sahir na Junqueira; voltará sobre o lado direito até a travessa do Saldanha, e retrocedendo por uma e outra parte de toda a rua direita até chegar ao Adro da Igreja das Religiosas do Sacramento, seguirá por ambos os lados a Calçada do mesmo nome e das Necessidades até o muro da Quinta do Possollo exclusive, e retrocedendo ao largo das Necessidades, percorrerá pela rua da Triste Feia, e subindo pela rua de S. Francisco de Borja, voltará pelo lado esquerdo da rua da Torrinha até as escadinhas da Fonte Santa; seguirá o caminho que passa junto da Ermida de N. S. dos Praseres até sahir á margem do Rio de Alcantara, e pela parte occidental lhe pertencerá do mesmo rio até as Quintas do Conde de Oeiras inclusive, e daqui em direitura ao muro da Tapada de S. M., donde vindo procurar as pedreiras e Fornos de Cal de Guilherme Stephens lhe pertencerão também as seguintes ruas, R. da Tapada até ao Arco, Travessa do Fiusa, Rua do Príncipe, rua da Fabrica da Polvora, rua das Pedreiras, Rua dos Tanques, Praia do Calvario, e tudo o mais que se comprehende n'este districto.»

* * *

Dois são os compromissos da Irmandade do S. S. da Paróquia de S. Pedro. Um de 1564, com 19 fôlhas e mais 3 páginas com duas iluminuras de página e com as maiúsculas iniciais dos capítulos também iluminadas; e outro de 1749 — «Novo compromisso, que para melhor regimen, augmento, e devoção da Irmandade do Santissimo Sacramento desta parochial igreja de São Pedro, ordenou, e approvou esta Irmandade, neste anno de 1749» — preciosa portada em madeira, com xx-8o págs. *in-fólio*. Ótima vinheta, a fechar a pág. 68, gravura em madeira.

* * *

Em 1916, os católicos da freguesia enviaram ao Ministro da Justiça de então a seguinte representação:

«SENHOR MINISTRO DA JUSTIÇA E CULTOS. — Os abaixo assinados, residentes em Alcântara, que constituíram a mesa numa reunião de católicos havida na capela das Flamengas, ao Calvário, em 25 de Dezembro último, com o fim de tratar da reabertura do templo paroquial de S. Pedro ao culto público, vêm respeitosamente em nome do Agrupamento Cultural Transitório legalmente constituído na sua freguesia expor a V. Ex.^a o seguinte:

«A Igreja Paroquial de S. Pedro continuou aberta ao culto depois da promulgação do Decreto de 20 de Abril de 1911, porque nessa igreja subsistiu até fins de 1914 a Irmandade do Santissimo Sacramento, nos termos do n.º 7 do Edital do Ministério da Justiça de 6 de Janeiro de 1912 e porque em 18 de Abril d'este ano já se constituira em Alcântara o primeiro Agrupamento Cultural Transitório, conforme o art. 19.º da Lei da Separação; composto pelos srs. Conde de Sabugosa, Teodoro Ferreira Pinto Basto, Carlos Augusto de Magalhães e Silva, Luís Maria de Araújo, Mauricio de Oliveira

Martins, Duarte Júlio da Silveira e Francisco José Vitorino Gomes.

« Tendo sido extinta em fins de 1914 esta irmandade, procuraram logo os católicos colocar-se ao abrigo da lei constituindo um novo Agrupamento Cultural Transitório sempre em harmonia com o art. 19.º da Lei da Separação, e disposições do referido Edital do Ministério da Justiça de 6 de Janeiro de 1912, comunicando-o à autoridade administrativa nos termos do art. 20.º

« Como nessa ocasião a Junta da Paróquia da freguesia pensasse em vender as alfaias e utensílios pertencentes à Fábrica e que por lei devem ser cedidos à entidade encarregada do culto, começando com êsse intuito a fazer um novo arrolamento, o Agrupamento Cultural Transitório, já constituído, requereu ao Ministério da Justiça a entrega dessas alfaias.

« Em Janeiro de 1915 constou aos católicos que a Junta da Paróquia representara ao Governo para que fôsse encerrada a igreja paroquial, com o fundamento de que não existia corporação cultural.

« Os católicos redigiram imediatamente a contra-representação junta, com data de 6 de Janeiro, que foi subscrita por 850 cidadãos do sexo masculino, que consta ter desaparecido, mas que foi entregue em 26 de Março ao então Ministro da Justiça por uma comissão de vinte católicos de Alcântara, de que faziam parte, entre outros, os srs. Teodoro Ferreira Pinto Basto, Duarte Júlio da Silveira, Maurício de Oliveira Martins, Francisco José Vitorino Gomes, Silvério Cardoso Pinto de Queirós, etc.

« Dêste facto deram notícia no próprio dia 26 de Março o jornal *A Capital*, e no dia 27 o jornal *O Século*, sendo a sobredita contra-representação publicada no *Boletim Paroquial* da freguesia no número correspondente ao mês de Abril e no jornal *A Nação* de 14 do mesmo mês.

« No entretanto a igreja paroquial de S. Pedro continuou aberta ao culto ao abrigo da lei, até que em seguida à revo-

lução de 14 de Maio a Junta da Paróquia se apossou das respectivas chaves, alegando a ausência forçada do pároco, e contra o que dispõe a circular n.º 5 da Comissão Central de Execução da Lei de Separação de 23 de Junho de 1911, Telegrama-Circular do Ministério da Justiça de 4 de Dezembro de 1911, Edital do Ministério da Justiça de 6 de Janeiro de 1912, Circular do Ministério do Interior n.º 465 de 30 de Abril de 1913 e Pareceres da Comissão Central de Execução de 17 de Maio de 1913 e 5 de Novembro do mesmo ano.

«Em 1 de Junho de 1915 reclamou o rev. João Nunes Monteiro, encarregado por Sua Eminência o Senhor Cardinal Patriarca do serviço paroquial, na ausência do rev. prior, as chaves da igreja, e a Junta recusou entregá-las, pondo no entanto, sem o poder fazer, à disposição dos católicos as capelas das Flamengas ou dos Triunfos, que não pertencem à Junta, mas às respectivas Irmandades, que só estas delas podem dispor.

«Em 18 de Junho do mesmo ano de 1915 reclamou o próprio pároco à Junta a entrega das chaves do templo paroquial, recusando-se esta ainda mais uma vez a entregá-las.

«O culto tem continuado a exercer-se provisoriamente na capela das Flamengas, por concessão especial da respectiva Irmandade, que poderia fazê-la cessar quando lhe aprouvesse, como de facto acaba de o fazer, dando-se agora o caso estranho de já não haver na área da paróquia mais nenhum templo aberto permanentemente ao culto, de entre nove que funcionavam antigamente.

«De resto a capela das Flamengas não satisfazia às necessidades do culto religioso e paroquial da freguesia, não só pelas suas acanhadas dimensões, mas ainda porque nem tem dependências para os serviços de secretaria nem alfaias para o culto paroquial, como informaram o pároco em officio de Março de 1915 e o regedor sr. José de Sousa Martins também em seu officio de 11 de Março do mesmo ano.

«A alegação de que o próprio pároco confessa serem poucos os católicos em Alcântara, pelo facto de ter eserito

no n.º 1 do *Boletim Paroquial*, junto ao processo, que havia na freguesia 2.000 crianças por baptizar, é insubsistente, porquanto não diz o pároco que este facto se dê por falta de católicos mas tão somente por causa do equívoco em que laboram alguns desses católicos que pensam estarem baptizadas as crianças que simplesmente foram registadas na repartição do Registo Civil.

«O pároco nesse escrito não procurou senão esclarecer esses católicos, desfazendo o equívoco.

«Também ao processo se encontra junto o n.º 3 do mesmo *Boletim* que contém a nota dos baptismos, em número de 23, casamentos em número de 2, funerais em número de 2, e comunhões em número de 184, realizados no anterior mês de Julho de 1914, querendo daí deduzir-se que é limitado o número de católicos em Alcântara. Ninguém ignora que varia de mês para mês o movimento religioso e que não pode formar-se juízo pelo número de actos realizados num só.

«Em contraposição ousamos chamar a atenção de V. Ex.^a para o n.º 2 do mesmo *Boletim*, que juntamos, cuja nota relativa ao movimento religioso da freguesia no mês de Junho anterior acusa: baptismos 53, casamentos 4, funerais 7, viáticos 3, e comunhões 450.

«Poucas freguesias em Lisboa teriam um movimento superior ao da de Alcântara nesse mês.

«Não julgue, pois, V. Ex.^a do número de católicos de Alcântara pelo movimento religioso do mês de Julho, mas sim pelo movimento religioso global de todo o ano de 1914, como se deduz da nota inserida no n.º 8 do dito *Boletim*, que juntamos, onde se vê que nesse ano se realizaram na Igreja de Alcântara 357 baptismos, 22 casamentos e 79 funerais religiosos.

«Ora supondo que a cada 100 fogos corresponde anualmente a média de 20 nascimentos, como acusam as estatísticas, temos que aqueles 357 baptismos correspondem a 1.780 fogos, isto é, 1.780 famílias católicas; e calculando em 5, em média, o número de pessoas de cada família, teremos que em

Alcântara existem pelo menos 8.000 católicos praticantes, que, se quisessem, por exemplo, reunir-se, não caberiam na própria igreja paroquial quanto mais na acanhadíssima capela das Flamengas.

« Mas há mais, senhor Ministro.

« Sendo a população da freguesia de Alcântara de 30.000 habitantes pouco mais ou menos e sendo a média anual dos nascimentos de 800, vê-se que quasi metade das crianças nascidas nesse ano foram baptizadas, donde se há-de concluir logicamente que quasi metade dos habitantes, isto é, quasi 15.000 são católicos praticantes.

« Se tomarmos ainda em consideração o retraimento de muitos nas manifestações ostensivas da sua fé por causa da gravidade dos tempos, chegaremos à conclusão de que a grande maioria dos habitantes de Alcântara professa a religião católica.

« De resto não consta de nenhuma disposição da Lei da Separação que a cedência dos templos paroquiais e alfaias para a continuação do culto nos termos do art. 89.º esteja dependente do maior ou menor número de católicos existentes numa freguesia.

« Também a representação da Junta alega que o rev. pároco desta freguesia foi condenado por desacato à Lei da Separação. É verdade ter sido processado e condenado no tribunal da 1.ª instância, mas foi absolvido na Relação e Supremo Tribunal de Justiça.

« Ainda a mesma Junta alega ter o pároco sido preso por conspirador, mas não diz que elle *foi posto em liberdade, sem pronúncia*, por falta de provas, sendo juiz instrutor o bem insuspeito sr. Dr. Costa Gonçalves, actual Governador Civil.

« A verdade é que o nosso digno pároco não faz politica, limitando-se ao zeloso cumprimento dos seus deveres paroquiais.

« Em 28 de Dezembro de 1915 outra comissão de 15 católicos foi ao Ministério da Justiça apresentar uma nova representação reclamando a reabertura do templo paroquial.

«Por isso e por ser de justiça, os signatários, em nome do Agrupamento Cultural Transitório e de todos os católicos da freguesia de Alcântara, pedem a V. Ex.^a, Senhor Ministro, que se digne mandar fazer entrega ao sobredito Agrupamento Cultural do templo e alfaías da Igreja Paroquial de S. Pedro, nos termos dos art.^{os} 19.^o e 89.^o da Lei da Separação e ainda conforme o disposto na alínea *m* da Circular n.^o 5 da Comissão Central de Execução da Lei da Separação, de 23 de Junho de 1911. — P. deferimento. — Lisboa — Alcântara, 20 de Janeiro de 1916. — *Júlio Augusto Dinis Sampaio* — *Maurício de Oliveira Martins* — *Arménio da Costa Monteiro*».

* * *

O ano de 1920 marcou para a freguesia de Alcântara uma nova era de prosperidade religiosa. Dos jornais recorto a tal respeito a seguinte local:

«Houve nesta freguesia no ano findo um acentuado revivescimento de fé. Realizaram-se 404 baptismos contra 280 em 1919 e 165 em 1913, 127 funerais religiosos contra 100 em 1919 e 65 em 1913; 51 casamentos contra 50 no ano anterior e 23 em 1913.

«Fizeram-se 8.600 comunhões de devoção contra 6.500 no ano anterior e 4.000 em 1913.

«A frequência à missa paroquial é em média de 500 pessoas, e frequentam a catequese 200 crianças.

«Fizeram-se oito festividades com exposição e sermão, um tríduo em honra do Santíssimo Sacramento, a devoção do Coração de Jesus com exposição e prática em tôdas as primeiras sextas-feiras, o Mês de Maria com exposição, por música, o Mês do Rosário e Têrço com bênção em todos os domingos. No último dia do ano celebrou-se um *Te-Deum*, com exposição, por música e fêz-se a distribuição dos Santos Protectores.

«Fizeram-se 175 baptismos, 11 casamentos e 27 encomen-

dações por amor de Deus e distribuiu-se em esmolas aos pobres a quantia de 700.000 réis.

«Nesta igreja há missa diária às 8 e 10 horas e confissões tôdas as manhãs, e de tarde nas vésperas das primeiras sextas-feiras e festas principais».

Jácome Ratton

Jácome Ratton esteve instalado no quarto térreo sob o jardim da casa do Conde de S. Lourenço, a Santo Amaro (*M.*, pág. 22).

Segundo Ratton (*M.*, pág. 28), em 1724 havia na Junqueira uma fábrica de curtimento de couros de boi, pertencente ao marchante Dr. Botelho.

Lavadouro público

Ainda em construção. Fica junto ao Mercado, do lado do Norte, no início da rua da Fábrica da Pólvora. É um melhoramento local, quando terminado, muito útil às classes pobres, que constituem a maioria da população do bairro. A sua edificação deve-se principalmente ao vereador democrático Almeida Júnior, a quem igualmente se deve a construção do portão principal da Escola Primária Oficial, a que já nos referimos.

Limpeza da cidade

A limpeza contratada começou, salvo erro, no século xviii, por escritura de 16 de Junho de 1744 a Manuel da Fonseca Freire, carpinteiro, morador na rua do Capelão, por vinte e sete mil cruzados e trezentos mil réis (cêrca de onze mil escudos *fortíssimos*) e começou a vigorar em 1 de Março de 1745. A limpeza fazia-se só até ao forte de Alcântara, suas ruas e travessas.

* * *

Pode dar-se aqui uma nota curiosa: a de que Jácome Ratton foi o inventor do autoclismo, sistema por êle usado nas suas casas da rua Formosa, do *Calvário* e Barroca de Alva (*Recordações*, pág. 224).

Mercado de Alcântara

Fica nos terrenos próximos à estação de Alcântara-terra, onde existiam umas imundas barracas de madeira, que felizmente desapareceram com a sua construção. Foi um grande melhoramento para o bairro e deve-se principalmente a dois infatigáveis bairristas: o antigo prior Padre Campos e Brito Nogueira, que foram a alma dêste empreendimento.

Hoje é um mercado, não só utilíssimo, mas florescente, pelo grande volume de transacções que nêle se fazem e pela enorme população que abastece.

Palácio dos Condes de Burnay

O palácio dos Condes de Burnay fica já situado na Junqueira e fora portanto dos âmbitos desta monografia. A simples título de curiosidade direi que a capela do palácio dos Condes de Burnay foi benzida a 26 de Maio de 1889. A provisão tem a data de 25 e foi assinada por D. Manuel, Arcebispo de Milene, Provisor e Vigário Geral. Benzeu a capela o padre José Alexandre de Campos, Prior da freguesia, com a presença de Mons. Vanutelli, Nuncio Apostólico, que foi quem lançou a bênção, com as formalidades prescritas no Ritual de Paulo V. Houve missa dita por Vanutelli e foram testemunhas Monsenhor Tonti, Auditor da Nunciatura, e o Conde da Ribeira Grande.

Palácio dos Condes da Ribeira Grande

Na mesma igualdade de situação se encontra o palácio do Conde da Ribeira Grande.

Tinha também capela privativa, da invocação de N. S.^a do Carmo, com festa a 16 de Julho de cada ano.

Foram de grande pompa as de 1875.

Em Outubro de 1843 foi lá baptizado um dos filhos do Conde, e a 13 de Abril de 1824 tinha o padre Tomás Huret baptizado ali D. Maria Henriqueta O'Connor, filha de Ricardo O'Connor e de Francisca Catarina Osborn, protestantes, nascida em Dúblin (Irlanda) em 1814. Foi padrinho o Conde. O registo do baptismo fêz-se em 1852.

Palácio dos Condes de S. Lourenço

Fica já em Santo Amaro e tem história o velho solar dos descendentes de Vasco Fernandes César, hoje mais conhecido pelo Palácio dos Sabugosas.

Ninguém melhor do que o último Conde, investigador e erudito, lhe podia ter feito. Eu, confesso a minha absoluta ignorância no assunto. Só sei que a êste palácio pertenciam os prédios que lhe ficavam fronteiros e que hoje são uma fábrica de moagem e eram, ainda no século XIX, as cocheiras do palácio.

Em 1840, o 9.^o Conde de S. Lourenço (António José de Melo Silva César e Meneses) pedia licença para baptizar um filho na capela do palácio, o que lhe foi concedido.

O 1.^o Conde de S. Lourenço foi Pedro da Silva, o «Duro», que faleceu na sua casa de Odivelas. O 1.^o Marquês e 4.^o Conde de Sabugosa foi o 7.^o Conde de S. Lourenço, António Maria de Melo da Silva César e Meneses, e o 1.^o Conde de Sabugosa Vasco Fernandes César de Meneses.

O último foi o erudito autor de *O Paço de Cintra*, em cuja factura colaborou, com preciosos desenhos, Sua Magestade a Rainha Senhora D. Amélia.

Palácio da Duquesa de Abrantes

Completamente desaparecido. Ficava pegado à Quinta das Flamengas e pertenceu a D. Madalena de Lencastre Barreto.

Anexa a este palácio ficava a capela de S. Joaquim e Sant'Ana, que já descrevemos.

Quinta do Conde da Ponte

Fora também dos limites que tracei a estas notas, embora paredes-meias. A seu respeito diz Ratton (*M.*, págs. 22-23):

«Após o terramoto de 1755, a Alfândega instalou-se nos armazens terreos, e de abobeda, do Terraço da quinta do Conde da Ponte, junto ao marco da dita praia, de cujo lugar se mudou para debaixo do grande dormitório do convento de S. Jeronymo, em Belem, aonde esteve em quanto se não transferio para hum barracão de madeira construído para esse fim, junto do Forte aonde hoje hé a casa do Marquez de Angeja, conservando-se ali em quanto se edificou outro onde se acha o Terreiro do trigo.....»

Teatros em Alcântara

O mais antigo de que tenho noticia é o *Teatro D. Augusto*, que ficava no sitio aproximadamente onde é hoje a estação de Alcântara-terra, e foi mandado fazer por Vilar Coelho, que organizou companhia e o explorou durante algum tempo, sempre com prejuizo. Era de madeira. Inaugurou-se em 20 de Julho de 1872 com duas comédias: *O homem das cautelas*, em 2 actos, *Um anúncio no «Diário de Noticias»* e *Gato por lebre*, ambas num acto.

Houve também o *Teatro Apolo*, na rua do Alvito, que se inaugurou em 31 de Dezembro de 1895. Em 1897 era explorado pela companhia Daniel Alves.

Da companhia do *Teatro D. Augusto* era ensaiador Apolinário de Azevedo e os artistas eram, segundo me informa o Coronel António de Azevedo e Silva, sobrinho daquele: Guilherme Fonseca, João Ferreira, Felicidade, Júlia, Roque, Augusto, Carvalho, António Ricardo, José Pedro, Soares, Palhares, Luisa e Emilia.

* * *

Em 18 de Agosto de 1852 inaugurou-se o *Teatro do Calvário*, que era ao fim da rua de S. Joaquim, do lado direito, onde houve depois uma serralharía e mais tarde um depósito de madeiras. Foi, primeiro, teatro particular e depois teatro público, explorado por um tal Felipe, mais conhecido pelo «Papagaio Saloio». Durou pouco tempo.

Modernamente só tem havido em Alcântara alguns cinemas: o do Lino, na rua Vinte e Quatro de Julho, explorado pelo antigo jornalista e redactor do *Diário de Notícias* Ludgero Viana, que ardeu; o da Promotora, ainda funcionando, e o *Etoile*, igualmente em exploração.

Os cinemas, ao contrário do que aconteceu com os teatros, têm dado lucros.

Estou convencido de que a construção dum grande cinema em Alcântara era empresa lucrativa.

Tôrre da Pólvora

A sua construção no sítio denominado Lapa da Moura (actualmente Cova da Moura), ao Norte da Pampulha, foi começada em 1670, arrastando-se as obras durante 26 anos, isto é, até 1696, em que terminaram.

O *Regulamento provisório da policia das cadeias*, aprovado por decreto de 16 de Janeiro de 1843, instituiu, no seu cap. xiv, um presídio na velha tôrre da Pólvora, cujos cárceres eram, segundo Santos Cruz o afirma na *Topographia medica*, os piores de Lisboa.

Tendo deixado de ser presídio, passou a ser quartel do

regimento de infantaria n.º 7, onde esta unidade militar se conservou até 1899, em que passou a ter a sua sede em Leiria. Tinha próximo um edificio de forma quadrangular, com 5 metros por face, que servia de paiol, e era resguardado por um muro bastante alto, que lhe servia de guarda-fogo (1).



(1) Sôbre o assunto consulte *Elementos*, tomos II, pág. 263; V, pág. 333; XI, pág. 331; e XV, pág. 165.

ÍNDICE DOS CAPÍTULOS

	Pág.
A FINGIR DE PRÓLOGO	VII
I — A Calçada da Tapada	1
II — Como se fizeram as ligações seiscentistas das portas de Santa Catarina com Alcântara	10
III — O que foi, o que tem sido e o que é a ponte de Alcântara	17
IV — As diversas batalhas que, pelos tempos fora, se deram junto à ponte de Alcântara	22
V — O Convento do Sacramento	29
VI — As preciosidades da Igreja do Sacramento que desapare- ceram em 1833	34
VII — As freiras ilustres que povoaram o mosteiro do Sacra- mento	38
VIII — O Quartel de Marinheiros	42
IX — As águas no bairro de Alcântara	44
X — O Convento do Livramento. — Os <i>porquês</i> e as razões da sua construção	48
XI — O Convento do Livramento. — O que foi — Como viveu — E como desapareceu	55
XII — Como a ermida de Nossa Senhora das Necessidades se fundou e se transformou numa igreja, num hospício e num pa- lácio	63
XIII — O Palácio das Necessidades. — Esplendores e misérias. O que foi, para que serviu e o que é	68
XIV — Escola Real das Necessidades	71
XV — A Ermida dos Prazeres	81
XVI — ¿ Onde nasceu D. Francisco Manuel de Melo?	85
XVII — A Rua da Fábrica da Pólvora deve chamar-se Rua D. Fran- cisco Manuel de Melo	90
XVIII — O velho palácio do <i>Príncipe</i> . — De habitação de Reis a <i>ninho</i> de conspiradores	94

	Pág.
XIX — A igreja de S. Pedro	103
XX — O padre Pinheiro Marques, actual prior da igreja de S. Pedro. — Um capítulo que poderia servir para o segundo volume dos <i>Homens do meu Tempo</i>	108
XXI — O que foi, nos seus tempos áureos, o Real Palácio de Alcântara	117
XXII — Os acontecimentos históricos de maior importância que se deram no Real Palácio do Calvário	131
XXIII — Onde se narra a morte de El-Rei D. Pedro II no Real Palácio de Alcântara	138
XXIV — O Palácio de Alcântara de 1706 a 1755.	143
XXV — O Real Palácio de Alcântara no terramoto de 1755.	147
XXVI — O Palácio do Calvário de 1755 a 1927	151
XXVII — O que era a « Quinta da Ninfa » do Real Palácio do Calvário	155
XXVIII — Onde se faz a história do Convento do Calvário.	160
XXIX — Como se fundou o Convento das Flamengas.	167
XXX — ¿Onde era a ermida de S. Joaquim e Sant'Ana que em 1755 serviu de Basilica Patriarcal?	174
XXXI — Como se construiu a formosíssima capela de Santo Amaro. — Precioso monumento quinhentista, serviu, em 1910, para depósito de carvão, a-pesar-de ser já então monumento nacional.	177
XXXII — A capela de Santo Amaro. — Referências, romarias e tradições	185
XXXIII — A capela de Santo Amaro. — A sua architectura e as suas inegualáveis riquezas, dignas de melhor sorte e de melhor gente	190
XXXIV — O Vale de Alcântara. — O que foi, o que é e o que podia ter sido	197
XXXV — O bairro de Alcântara e as tentativas de melhoramentos do pòrto de Lisboa desde 1730 até hoje.	203
XXXVI — Da Rocha do Conde de Óbidos ao Caneiro de Alcântara, na segunda metade do século XIX.	217
XXXVII — A Tapada da Ajuda, mina de ouro, que o Estado ainda não descobriu, a dois passos da Baixa	234
XXXVIII — Os touros de morte nas corridas de há dois séculos, na Praça da Junqueira, no tempo de D. João V	238
XXXIX — Molhinho de apontamentos curiosos e interessantes:	
Baluarte do Sacramento	243
Capela da Senhora da Conceição	245
Celeiros de vendagem.	»

	Pág.
Creche Vitor Manuel	246
Ermida da Caridade	247
Ermida do Senhor Jesus da Boa Sorte	248
Ermida do Senhor Jesus do Triunfo	248
Escola-Asilo de S. Pedro em Alcântara	249
Escola primária oficial	250
Estação de Alcântara-terra	"
Fábricas de guano	252
Fábrica da pólvora	"
Fonte da Horta Navia	254
Frades e freiras em 1820	255
Fréguesia de Alcântara	256
Jácome Ratton	264
Lavadouro público	"
Limpeza da cidade	"
Mercado de Alcântara	265
Palácio dos Condes de Burnay	"
Palácio dos Condes da Ribeira Grande	266
Palácio dos Condes de S. Lourenço	"
Palácio da Duquesa de Abrantes	267
Quinta do Conde da Ponte	"
Teatros em Alcântara	"
Tôrre da Pólvora	268

ÍNDICE DAS ESTAMPAS

	Pag.
I — Os prédios que foram demolidos em 1910 para alargamento da Calçada da Tapada	1
II — Igreja de Santos-o-Velho (no século xviii)	10
III — A ponte de Alcântara na segunda metade do século xviii.	16
IV — A Batalha de Alcântara (Quadro existente na Biblioteca Nacional de Lisboa)	22
V — O Convento do Sacramento.	28
VI — O fontenário do Largo do Quartel de Marinheiros.	44
VII — Igreja e Convento de N. S. ^a do Livramento.	48
VIII — Lápide tumular do fundador da Igreja do Livramento.	60
IX — Palácio das Necessidades	68
X — Taberna de João da Ermida junto dos Prazeres (Antiga Capela dos Prazeres)	80
XI — Palácio do Fiúza	94
XII — Igreja de S. Pedro em Alcântara (Exterior).	100
XIII — Igreja de S. Pedro em Alcântara (Interior).	104
XIV — Edifício da Sociedade Promotora (Largo das Fontainhas).	116
XV — Edifício da Sociedade Promotora de Educação Popular (Largo do Calvário)	150
XVI — Rua da Creche vista do Largo do Calvário (Terrenos da Quinta da Ninfa)	154
XVII — Convento das Flamengas	166
XXVIII — Igreja das Flamengas (Interior)	176
XIX — Capela de Santo Amaro (século xvii e xviii).	184
XX — Santo Amaro	190
XXI — Alcântara junto à antiga ponte	202
XXII — O Mercado de Alcântara	216
XXIII — A bica da Fonte Santa	224
XXIV — Fachada do edificio da Cova da Moura.	242
XXV — Capela do Triunfo.	248
XXVI — O Palácio Sabugosa.	256